



# SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA  
NACIONAL**

## **PAUTA DA 23ª REUNIÃO**

**(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)**

**07/06/2018  
QUINTA-FEIRA  
às 09 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor  
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

**23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 07/06/2018.**

## **23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***Quinta-feira, às 09 horas***

# **SUMÁRIO**

### **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

<b>ITEM</b>	<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>RELATOR (A)</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>1</b>	<b>MSF 38/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR PEDRO CHAVES</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>MSF 40/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR HÉLIO JOSÉ</b>	<b>84</b>

### **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

<b>ITEM</b>	<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>RELATOR (A)</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>1</b>	<b>MSF 39/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ANTONIO ANASTASIA</b>	<b>134</b>
<b>2</b>	<b>MSF 41/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR LASIER MARTINS</b>	<b>215</b>
<b>3</b>	<b>MSF 43/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR CRISTOVAM BUARQUE</b>	<b>298</b>

<b>4</b>	<b>PDS 36/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ANTONIO ANASTASIA</b>	<b>391</b>
----------	---	----------------------------------	------------

### **3ª PARTE - INSTALAÇÃO DE GRUPO PARLAMENTAR**

<b>FINALIDADE</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Reunião de instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - República Popular Democrática da Coreia conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.</b>	<b>424</b>

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE(S)
<b>MDB</b>		
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Airton Sandoval(8)(14)(26)(27) SP
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8) RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8) DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23) SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>		
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6) RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6) CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6) RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17) PE (61) 3303-6285 / 6286
<b>Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)</b>		
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3) PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9) GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12) PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13) CE (61) 3303-4502/4503
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)</b>		
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7) MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7) AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>		
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5) AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2) AP (61) 3303-6568
<b>Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)</b>		
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20) MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4) PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- (7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- (8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- (9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- (11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- (12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- (13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- (14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
- (15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

- 
- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
- (27) Em 28.05.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS  
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA  
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: cre@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**55ª LEGISLATURA**

Em 7 de junho de 2018

(quinta-feira)

às 09h

**PAUTA**

23ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA**  
**NACIONAL - CRE**

<b>1ª PARTE</b>	Indicação de Autoridade
<b>2ª PARTE</b>	Deliberativa
<b>3ª PARTE</b>	Instalação de Grupo Parlamentar
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão de documento no item 1 (05/06/2018 11:41)

**1ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2018**

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Pedro Chaves

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1 - Em 06/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2018**

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Hélio José

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1 - Em 06/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2018****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2018****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Lasier Martins

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

**ITEM 3****MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2018****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Cristovam Buarque

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

#### ITEM 4

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2018

- Não Terminativo -

*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.*

**Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** Pela aprovação

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

## 3ª PARTE

### Instalação de Grupo Parlamentar

**Assunto / Finalidade:**

Reunião de instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - República Popular Democrática da Coreia conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

# **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

**1**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 38, DE 2018

(nº 255/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 255

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

Os méritos do Senhor Artur José Saraiva de Oliveira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2018.

EM nº 00074/2018 MRE

Brasília, 18 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA**, conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho*

Aviso nº 233 - C. Civil.

Em 16 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****CONSELHEIRO ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA**

CPF.: 390.059.105-34

1963 nasce em 12 de maio de 1963, em Salvador/BA, Filho de Marco Antonio Monteiro de Oliveira e Alvaceli Saraiva de Oliveira

**Dados Acadêmicos:**

1990 Licenciatura em Letras, Português - Inglês, pela Fundação Educacional D. André Arcoverde/RJ

**Cargos:**

1996 Terceiro-secretário

2003 Segundo-secretário

2007 Primeiro-secretário

2014 Conselheiro

**Funções:**

1998-2000 Divisão de Comunicação e Arquivo, assistente

2000-01 Cerimonial, assistente

2001-04 Embaixada em La Paz

2004-2008 Consulado-Geral em Miami

2007 Embaixada em Lomé, Encarregado de Negócios (missão transitória)

2008-2011 Embaixada em Assunção

2012-13 Divisão dos Estados Unidos e Canadá (DEUC)

2013 Embaixada em Uagadugu, Encarregado de Negócios (missão transitória)

2014-2016 Divisão da África I - DAF I, Chefe

2016 Divisão da África Central e Ocidental (DIACO)

**Publicações:**

2012 A Outra História de Itaipu, in Interesse Nacional, São Paulo

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**  
**Diretor do Departamento do Serviço Exterior**



## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### REPÚBLICA DO MALAWI



### Informação Ostensiva

*Abril de 2018*

### DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	República do Malawi
<b>GENTÍLICO</b>	malawiano
<b>CAPITAL</b>	Lilongwe
<b>ÁREA</b>	118.484 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2017)</b>	19,17 milhões
<b>LÍNGUA OFICIAL</b>	Inglês (oficial), Chewa (32,6% - “status” de língua nacional)
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Cristãos (82,6%), muçulmanos (13%)
<b>SISTEMA POLÍTICO</b>	República presidencialista
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO</b>	Arthur Peter Mutharika (desde mai/2014)
<b>CHANCELER</b>	Dr. Emmanuel Fabiano (desde jul/2017)
<b>PIB (2017, FMI)</b>	US\$ 6,26 bilhões
<b>PIB PPP (2015, BM)</b>	US\$ 22,47 bilhões
<b>PIB <i>per capita</i> (2015, BM)</b>	US\$ 326
<b>PIB PPP <i>per capita</i> (2015, BM)</b>	US\$ 1.172
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	4,5% (2017); 2,3% (2016); 2,8% (2015); 5,7% (2014);
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Kwacha malawiana
<b>IDH (2017, PNUD)</b>	0,476 (170º de 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	63,9
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO</b>	6,7%
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Brian Bowler
<b>EMBAIXADOR EM LILONGWE</b>	Artur José Saraiva de Oliveira (Enc. Negócios)
<b>BRASILEIROS NO PAÍS</b>	Aproximadamente 70

### INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

<b>Brasil → Malawi</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	9.079	5.606	4.502	10.779	9.061	7.628	2.423	1.767	1.912
<b>Exportações</b>	4.345	2.363	2.356	2.362	8.050	4.821	1.157	429,5	630
<b>Importações</b>	4.734	3.243	2.146	8.417	1.011	2.807	1.266	1.337	1.283
<b>Saldo</b>	-389	-880	210	-6.054	7.039	2.014	-109	-907,5	-653

Informação elaborada em 17/04/2018 por Eduardo Roedel Fernandez Silva. Revisada por Vanessa Dolce de Faria, em 17/04/2018

## APRESENTAÇÃO

A República do Malawi é um país mediterrâneo situado na porção meridional dos Grandes Lagos da África. Possui fronteira terrestre com a Zâmbia (oeste) e, às margens do lago Malawi (ou lago “Niassa”), é vizinho de Moçambique (leste e sul) e da Tanzânia (nordeste). A área total do país é de 118.484 km<sup>2</sup>, e sua população é de cerca de 19 milhões de habitantes (estimativa de 2017).

O território que hoje constitui o Malawi era, anteriormente à conquista da independência (em 6 de julho de 1964), protetorado britânico, conhecido como Niassalândia. A geografia do país é marcada pelo lago Malawi (terceiro maior da África), pelo vale do rio Shire e pelas montanhas interiores, com elevações entre 1000 e 2000 metros (o ponto culminante possui 3002 metros de altitude).

O Malawi é um país pobre (IDH 0,476, que o coloca na 170<sup>a</sup> posição entre 188 países), cujo PIB atualmente situa-se na casa de US\$ 6 bilhões. O principal produto do país é o tabaco, que responde por cerca de 67% de suas exportações.

## PERFIL BIOGRÁFICO



**Arthur Peter Mutharika** – *Presidente da República* – Nascido em 18 de julho de 1940, viveu praticamente toda sua vida profissional no exterior. De formação jurídica, graduou-se pela University of London (1965) e fez mestrado em Yale (1966). Foi professor de direito em diferentes universidades, incluindo: University of Dar es Salaam (Tanzânia), Haile Selassie University (Etiópia), Rutgers University (EUA), Makerere University (Uganda) e Washington University (EUA). Irmão de Bingu wa Mutharika, que governou o Malawi entre 2004 e 2012 (ano em que faleceu), Peter Mutharika ingressou na política em 2009, como parlamentar, no mesmo pleito em que seu irmão conquistou o segundo mandato presidencial. Entre 2009 e 2012, ocupou diferentes Pastas: Justiça; Educação, Ciência e Tecnologia; Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional. Entre suas publicações, consta o livro “Foreign Investment Security in Sub-Saharan Africa: The Emerging Policy and Legal Frameworks”, bem como artigos em periódicos acadêmicos. Viúvo, casou-se em julho de 2014 com Gertrude Maseko. Tem três filhos, que residem nos EUA. Assumiu a presidência do Malawi em maio de 2014.

## RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência do Malawi em 6 de junho de 1964, dia de sua proclamação, ocasião em que os dois países estabeleceram relações diplomáticas.

As relações bilaterais são ainda incipientes. Em 2010 foi criada a Embaixada do Malawi em Brasília e, em 2013, a Embaixada do Brasil em Lilongwe – única embaixada residente de um país latino-americano no país. As únicas visitas oficiais de alto nível que se têm registro foram a do Presidente Bingu wa Mutharika (já falecido e irmão do atual presidente) ao Brasil, em 2009, e a visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira a Lilongwe no dia 10 de maio de 2017.

Durante a visita do presidente Bingu wa Mutharika ao Brasil em 2009, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países. Cooperação e investimentos constituem, há muito, os principais focos de interesse do lado malawiano, em torno dos quais, inclusive, vem-se desenvolvendo a agenda bilateral.

Por ocasião da visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Malawi, foram assinados quatro acordos bilaterais: (a) acordo de facilitação de vistos de negócios; (b) acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; (c) acordo de consultas políticas; e (d) acordo para autorização de trabalho para dependentes do pessoal diplomático.

### *Assuntos consulares*

A comunidade brasileira no Malawi é pequena, somando cerca de 70 pessoas, incluindo os funcionários do Serviço Exterior Brasileiro e seus dependentes.

Em julho de 2009, o corpo do montanhista brasileiro Gabriel Buchmann foi encontrado no Monte Mulanje, no Malawi. Gabriel perdeu-se ao tentar escalar a montanha, vindo a falecer de hipotermia. Sua história foi retratada no longa-metragem “Gabriel e a Montanha” (2017).

## COOPERAÇÃO

*Projeto de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze* - Trata-se de projeto regional – que envolve não apenas o

Malawi, mas igualmente Moçambique –, cujo objetivo central é a ampliação da capacidade institucional e de recursos humanos nacionais (pesquisadores, extensionistas e produtores-líderes do Malawi e de Moçambique), na utilização e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades. O projeto, coordenado pela ABC, conta com o apoio da EMBRAPA, responsável por sua implementação técnica.

Esse projeto constitui a mais relevante iniciativa de cooperação técnica oferecida pelo Brasil ao Malawi, por apoiar a expansão da cotonicultura no país, contribuindo com os esforços do governo malawiano no sentido da diversificação do setor agrícola, ora fortemente dependente do fumo.

As metas do projeto, como a expansão das taxas de produtividade e da participação do algodão na pauta exportadora do Malawi, vão ao encontro dos objetivos do governo malawiano de desenvolvimento econômico e redução da pobreza. Sua implementação tem o potencial de transformar o setor de pesquisa e extensão agrícola da cotonicultura no país.

O projeto de algodão Shire-Zambeze constitui instrumento crucial para o aprofundamento do diálogo político com o Malawi, dado seu potencial de atuar como catalisador de um salto tecnológico na área de pesquisa em cotonicultura no país, com a introdução de elementos inovadores à cadeia de produção de sementes certificadas de algodão, com garantia de sustentabilidade e apropriação de tecnologia. Além disso, não deixa de inserir-se no contexto do compromisso brasileiro com a segurança alimentar do Malawi, que se desenvolve não apenas por meio da ajuda humanitária – na forma de doação de alimentos –, mas também por meio de iniciativas de cooperação técnica voltadas a contribuir para a diversificação das atividades econômicas e de parceiros comerciais do país.

*Alimentação escolar* – desenvolvem-se no Malawi projetos de cooperação sul-sul trilateral coordenados pela ABC com enfoque em segurança alimentar (alimentação escolar), tendo como principais parceiros internacionais o Centro de Excelência contra a Fome do PMA e a FAO, e como principal parceiro nacional o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Nesse contexto, encontram-se em execução três iniciativas:

i. “Programa Brasil/PMA para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar”, que tem por objetivo reforçar a capacidade e o conhecimento dos países parceiros em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar,

apoiando os governos nacionais de 23 países dos continentes africano e asiático, incluído o Malawi, no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

ii. “Projeto de Cooperação Sul-Sul de Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentável em países em desenvolvimento”, que visa a apoiar ações de promoção do desenvolvimento e a implementação de programas de alimentação escolar sustentável, em 27 países da África, América Latina e Ásia, incluído o Malawi, por meio de aprimoramento de capacidades e transferência de tecnologias sociais brasileiras aos países em desenvolvimento. O programa é desenvolvido com o PMA e o FNDE.

iii. “Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar na África”, que, desenvolvido com o FNDE e com a FAO, tem o objetivo de apoiar os diversos governos dos países em desenvolvimento no desenho e implementação de nova geração de programas sustentáveis em alimentação escolar, com vistas a melhorar a capacidade dos governos na implementação sustentável e sólida que promova nutrição e segurança alimentar para as populações vulneráveis. A iniciativa engloba componente regional (exercícios envolvendo mais de um país, como organização de seminários) e bilateral (projeto-país). O componente bilateral – onde se insere o Malawi – visa a fortalecer capacidades institucionais dos países africanos parceiros, por meio do fortalecimento dos programas de alimentação escolar inspirados na experiência brasileira e boas práticas desenvolvidas pelo FNDE, como forma de direcionar e investir na segurança alimentar das crianças africanas.

***Lagarta do cartucho*** - O Malawi está entre os países da África Austral atingidos pela praga da lagarta do cartucho (“fall armyworm”, em inglês), que atingiu a região a partir de meados de dezembro de 2016 e tem-se espalhado rapidamente. A lagarta do cartucho atinge muitas das culturas de alimentos básicos, como milho, trigo e sorgo, e tem o potencial de criar escassez de alimentos na região. As autoridades malawianas consideram a infestação um desastre com implicações potencialmente graves para a segurança alimentar. Em janeiro de 2018, o governo do Malawi renovou apelos à comunidade internacional para que apoie o país no combate à lagarta do cartucho, praga que já teria infestado cerca de 260 mil hectares de plantações, sobretudo milho, sorgo e painço, em 22 dos 28 distritos do país. Estima-se que 20% da safra de 2018 poderá ser perdida em função do alastramento da praga.

Após a visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira a Lilongwe, ocorrida no dia 10 de maio de 2017, acertou-se o envio de missão brasileira para capacitação de técnicos malawianos para atuar no combate à lagarta do cartucho. A missão, ocorrida em junho de 2017, contou com participação da Embrapa, da UnB e da ABC, tendo logrado treinar 30 técnicos locais para atuar no combate à lagarta do cartucho.

O governo brasileiro, por meio da ABC, com apoio da agência norte-americana USAID, promoveu em Brasília, no final de março de 2018, seminário internacional sobre políticas de combate à lagarta do cartucho. Representando o governo malawiano, estiveram presentes a Diretora-Chefe do Ministério da Agricultura; o Diretor de Desenvolvimento de Plantio do Ministério da Agricultura; e o Presidente do Comitê Parlamentar para a Agricultura do país. Como parte da programação, foram realizadas visitas ao escritório da Embrapa em Sete Lagoas (MG), referência no combate à praga da lagarta do cartucho. A iniciativa contribuiu para o compartilhamento de experiências e para a capacitação de representantes do governo malawiano para implementar medidas eficazes de combate à praga.

### ***Programa Mais Alimentos Internacional***

O Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI), cujo componente financiamento conta com recursos do Programa de Financiamento à Exportação (PROEX), foi lançado em 2010 e insere o Brasil como país ativo na cooperação internacional para o desenvolvimento agrícola de países em desenvolvimento. Além da exportação de máquinas e equipamentos, o PMAI se atenta também com a sua utilização, por meio do apoio a manutenção, assessoria e serviços pós-venda, estendendo a preocupação para a transferência de tecnologia do plantio e da colheita. O Malawi formalizou interesse em ingressar no PMAI, e estaria disposto a adquirir maquinário agrícola, equipamentos e insumos produzidos no Brasil, desde que em operações de crédito com apoio oficial. Em recente avaliação feita pelos órgãos gestores do programa, e diante das atuais restrições orçamentárias, decidiu-se por aferir e desenvolver os resultados alcançados nos países que já participam do Programa, antes de se proceder à abertura para novos beneficiários.

### ***Ajuda humanitária***

Em 2015, em gesto muito apreciado pelo governo malawiano, o Brasil uniu-se aos esforços da comunidade internacional em resposta ao apelo do Presidente Mutharika por ajuda humanitária, com a doação de 407 toneladas de feijão.

## INVESTIMENTOS

***Investimentos brasileiros*** - A VALE é a única empresa brasileira com registro de atividades no Malawi. A mineradora brasileira – que detém controle acionário da Central Eastern African Railways (CEAR), empresa concessionária da malha ferroviária nacional – é responsável pelo mais relevante investimento em infraestrutura do país: a expansão da infraestrutura ferroviária no contexto do Corredor de Nacala. O investimento total da VALE no Malawi ultrapassa a marca de US\$ 1 bilhão, equivalente a cerca de um sexto do PIB daquele país.

A presença de vultosos investimentos brasileiros no Malawi contribui para sublinhar o potencial do país como território de trânsito de bens e produtos com destino aos mercados internacionais, estimulando o aprofundamento da integração econômica regional.

Não há registro de investimentos diretos do Malawi no Brasil.

***Corredor Logístico de Nacala*** - O sistema logístico operado pela VALE no Malawi – incluindo ferrovia, terminal marítimo e porto – tem o potencial de estimular a integração econômica regional e reduzir significativamente os gargalos de transporte, oferecendo alternativa mais eficiente e econômica para o comércio exterior malawiano. Sem acesso ao mar, o Malawi depende dos países vizinhos para realizar seu comércio exterior. Mais da metade das trocas internacionais malawianas são realizadas por via rodoviária pelo porto moçambicano da Beira. São também utilizados os portos de Durban, na África do Sul, e de Dar es Salam, na Tanzânia.

Em agosto de 2017, foi inaugurado o trecho ferroviário em território malawiano, compreendendo duas concessões: uma de 136 km de extensão entre Kachaso e Nkaya, e outra de 100 km de extensão entre Nkaya e Nayuchi, onde o corredor reingressa em território moçambicano. Em setembro passado, foi assinado o Adendo ao Acordo Bilateral entre Malawi e Moçambique relativo ao Corredor de Nacala. O investimento total da Vale no Malawi, que inclui o controle acionário da Central Eastern African Railways (CEAR), empresa

concessionária da malha ferroviária no país, ultrapassa a marca de US\$ 1 bilhão, o equivalente a cerca de um sexto do PIB malawiano.

Embora o investimento no Corredor de Nacala tenha sido impulsionado especialmente pela perspectiva de exportações de carvão de Moatize, em Moçambique, há crescente interesse da empresa brasileira em estimular a expansão do transporte de carga geral pelo corredor logístico. O governo malawiano também tem interesse na revitalização do trecho ferroviário em direção à Zâmbia, o que permitirá àquele país (igualmente sem saída para o mar) valer-se do porto de Nacala, transitando seu comércio exterior por território malawiano.

A vinculação do corredor logístico a outros projetos de desenvolvimento da infraestrutura malawiana destaca-se como um dos aspectos mais relevantes do empreendimento para o crescimento econômico do país no médio prazo. Entre os novos aportes da China esperados pelo governo malawiano, está a construção de termelétrica a carvão com potência de 300MW. Ao custo de US\$ 700 milhões, o projeto de termelétrica, a ser financiado pelo Eximbank chinês, é lastreado pela disponibilidade de carvão mineral de Moatize, a ser escoado através do Corredor de Nacala.

Desse modo, a relevância do Corredor de Nacala para a economia malawiana assume diferentes vertentes, incluindo: (i) contribuição para as receitas orçamentárias a partir do trânsito de carvão pelo território malawiano; (ii) incremento da competitividade das exportações a partir dos ganhos de eficiência assegurados pelo corredor; e (iii) indução de outros projetos de infraestrutura relevantes para a economia local a partir da infraestrutura existente.

*Acordo VALE-MITSUI* - A conclusão dos entendimentos para a venda de parte dos ativos do Corredor de Nacala à japonesa Mitsui era condição indispensável para a continuidade das operações da VALE no Malawi.

Em janeiro de 2017, a empresa logrou assinar acordo que insere a japonesa Mitsui em seu projeto. Em contrapartida, teve de atender a algumas condições do governo malawiano, como (i) reabilitação do trecho ferroviário Nkaya-Limbe-Sandama, estimada em US\$ 20 milhões, para permitir a operação de trens de passageiros (o trecho, há muito desativado, atravessa o distrito de Thyolo, região natal do presidente Arthur Peter Mutharika e reduto eleitoral de seu partido); e (ii) reabilitação do trecho Nkaya-Mchinji, na fronteira com a

Zâmbia, estimada em US\$ 70 milhões, de modo a permitir o trânsito de maior volume de carga por eixo, em preparação para futura conexão com a malha ferroviária daquele país vizinho.

**Potencial de investimentos** - O Malawi faz parte de mecanismos de integração econômica e arranjos comerciais preferenciais (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC em inglês; Mercado Comum da África Oriental e Austral – COMESA, em inglês; Ato para Oportunidades e Crescimento Africano – AGOA, em inglês, medida unilateral americana que facilita o acesso a seu mercado a países africanos), refletindo espaço ampliado de atuação a ser explorado por empresas que venham a se instalar no país. Empresas brasileiras, como a Queiroz Galvão, a Camargo Corrêa e a Contracta, têm prospectado oportunidades no Malawi, particularmente nos setores de geração hidrelétrica, estradas, saneamento básico, energia e mineração.

**Acordo de Facilitação de Investimentos** - O Acordo de Cooperação e Promoção de Investimentos (ACFI) com o Malawi está vinculado aos investimentos brasileiros no projeto do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, em conjunto com a VALE.

O ACFI entre o Brasil e o Malawi foi assinado em 25/06/2015, tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional em maio de 2017 e ratificado no dia 05/06/2017. No lado malawiano, o texto não precisa de aprovação parlamentar para sua entrada em vigor, mas aguarda ratificação pelo Poder Executivo local. Após a ratificação pelo Malawi, o texto poderá ser objeto de Decreto Presidencial pelo lado brasileiro, para ser promulgado e incorporado ao ordenamento jurídico interno.

**Mecanismo Trilateral com Moçambique** - O Brasil propôs minuta de Memorando de Entendimento Brasil-Malawi-Moçambique de Diálogo de Alto Nível sobre Cooperação Trilateral nas Áreas Econômica, Comercial e de Investimentos, em 2013. Desde o alcance de entendimento preliminar entre as partes, em março de 2014, em reunião em Maputo na qual delegações dos três países acordaram o texto do instrumento, os governos de ambos os países africanos não têm sinalizado com a disposição de assiná-lo. Atritos políticos entre os dois países, envolvendo inclusive disputas territoriais, que remontam ao período de suas independências, dificultam o entendimento.

A celebração do memorando de entendimento trilateral conferiria mais segurança jurídica e previsibilidade à cooperação e aos investimentos brasileiros que digam respeito a Moçambique e ao Malawi simultaneamente.

### ***Comércio bilateral***

A corrente de comércio Brasil-Malawi ainda é pequena, com forte flutuação no fluxo em ambos os sentidos. Com efeito, se, em 2013 e 2014, o intercâmbio total de comércio fechou com superávit para o Brasil, em 2015, 2016 e 2017 o intercâmbio total nos foi deficitário (em 2017, o saldo foi de -US\$653 milhões).

Os produtos manufaturados respondem pela integralidade das exportações brasileiras para o Malawi, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento de fumo e implementos agrícolas. O Malawi, por sua vez, exporta principalmente fumo para o Brasil, que responde por mais de 80% de nossas importações.

Em 2017, registrou-se pequena elevação nas exportações brasileiras para o Malawi, que alcançaram US\$ 630 mil (comparados a US\$430 mil em 2016). Já as importações brasileiras de fumo alcançaram US\$ 1,28 milhão (cerca de 5% inferior a 2015). O maior potencial de crescimento do comércio bilateral parece residir na ampliação da oferta de maquinário agrícola, equipamentos e insumos produzidos no Brasil, preferencialmente em operações de crédito com apoio oficial. Uma possibilidade para o Brasil seria o Programa Mais Alimentos Internacional, no qual, como visto acima, o Malawi formalizou interesse em ingressar.

### ***Acordos bilaterais***

***Acordo para o Exercício de Atividades Remuneradas por Dependentes*** – Por ocasião da visita do Senhor ME ao Malawi, foi assinado acordo entre os dois países para o exercício de atividades remuneradas por dependentes. O acordo permite que familiares de funcionários diplomáticos, consulares, administrativos e técnicos em missão diplomática ou oficial possam trabalhar em ambos os países. O acordo foi proposto pelo Governo brasileiro no final de 2015 e aceito pela parte malawiana em 2016. No Brasil, foi encaminhado ao Congresso Nacional em novembro de 2017, onde aguarda tramitação.

***Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço*** – A proposta foi apresentada pelo governo brasileiro em 2014. A assinatura do acordo com o Malawi ganhou especial relevância em razão dos importantes projetos que se desenvolvem no país – cooperação no setor de algodão e de alimentação escolar – que envolvem frequentes visitas de equipes da ABC. O acordo autoriza portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço válidos entrar, transitar e permanecer no território da outra parte por um período de até 90 dias por ano, sem necessidade de obtenção prévia de visto. O acordo entrou em vigor no dia 09 de junho de 2017.

***Memorando de Entendimento para Facilitação de Vistos de Negócios*** – Também em 2014, o Brasil apresentou proposta de memorando para facilitação de vistos de negócios. O documento assinado prevê a concessão de vistos de negócios com validade de até 5 anos (sem o acordo, esses vistos têm validade de 90 dias), múltiplas entradas, para estadas de 90 dias por ano, prorrogáveis se necessário e desde que não se ultrapasse o período de estada de 180 dias por ano, com o objetivo de facilitar as viagens de empresários de lado a lado. O acordo entrou em vigor no dia 09 de junho de 2017.

## POLÍTICA INTERNA

O Malawi tornou-se independente do Reino Unido em 1964 e viveu, até a adoção da Constituição de 1994, regime autoritário e unipartidário. Além de instituir oficialmente o sistema presidencialista de governo e introduzir o regime democrático multipartidário (com eleições periódicas a cada 5 anos e Assembleia Parlamentar com 193 membros), a Constituição de 1994 é considerada progressiva por incluir disposições voltadas a proteger e promover os direitos fundamentais de expressão, associação e reunião.

O cenário político do país tem-se caracterizado pela relativa estabilidade, com destaque para a realização periódica de eleições (5 até hoje) e a transição pacífica de poder.

### ***Últimas eleições***

As últimas eleições presidenciais tiveram lugar em 2014, e foram vencidas por Arthur Peter Mutharika (Democratic Progressive Party – DPP),

com 36,4% dos votos válidos – seguido por Lazarus Chakwera (Malawi Congress Party – MCP), com 27,8%; e da então Presidente Joyce Banda (People’s Party – PP), com 20,2%.

Os resultados do pleito foram objeto de controvérsias, em razão de problemas logísticos e incidentes isolados de violência durante as eleições. Atrasos na distribuição de cédulas e montagem de cabines de votação levaram ao adiamento do horário de abertura de alguns centros de votação e alongamento do período de votação. Houve episódios de ateamento de fogo em um centro de votação por parte da população e confrontos com a polícia. Em regiões de maior tensão, houve intervenção das forças armadas. Também a apuração dos votos enfrentou dificuldades. Problemas técnicos, sobretudo no sistema de transmissão de dados para o centro de apuração (em Blantyre), tornaram mais lento o procedimento de contagem de votos e atrasaram a divulgação dos resultados oficiais.

Nesse cenário, ganharam força suspeitas de irregularidades no processo eleitoral. A então Presidente Joyce Banda denunciou irregularidades durante a votação e na fase de apuração dos votos. Condenou, ainda, a demora na conclusão do processo eleitoral, afirmando que, ao estender-se o período de votação, muitos teriam tido a oportunidade de ir às urnas mais de uma vez. Mencionou, ainda, supostos indícios de interferência no sistema de tabulação de votos.

Diante dos primeiros resultados oficiais divulgados, que davam vitória a Mutharika, Joyce Banda chegou a anunciar a anulação do processo eleitoral e convocar novo pleito. A questão desaguou na Alta Corte malawiana, que, questionando a prerrogativa constitucional invocada pela Presidente, desautorizou a mandatária malawiana, suspendendo os efeitos da anulação do pleito.

Com vistas a dissipar rumores de intervenção, as Forças Armadas divulgaram nota reafirmando o respeito à ordem constitucional e conclamando as partes ao diálogo. Também nesse sentido, algumas missões diplomáticas em Lilongwe (Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Japão, Noruega, Reino Unido e União Europeia) emitiram nota à imprensa conjunta conclamando os atores políticos locais a manter a calma e respeitar os marcos legais.

Predominou, ao fim, o entendimento de que, embora tenham sido registrados problemas nas diferentes fases do processo eleitoral, as dificuldades enfrentadas pela comissão eleitoral deveram-se, sobretudo, à sua limitada

capacidade operacional, sem que tenha havido indícios de fraude que justificassem a anulação de todo o exercício. Com variado grau de entusiasmo, as missões de observação eleitoral da União Europeia, União Africana e SADC coincidiram que as eleições foram pacíficas e livres, e seus resultados, justos e transparentes.

### ***Poder legislativo***

O parlamento malawiano foi instituído pela Constituição de 1994, a qual introduziu o multipartidarismo no Malawi. O parlamento é unicameral e conta com 193 membros, representando 28 distritos. A Constituição exige que sejam realizadas pelo menos duas sessões anuais. A cada ano, a assembleia legislativa tem-se reunido, em média, por cerca de 90 dias.

O Malawi tem observado elevada taxa de renovação parlamentar (mais de 75% nas eleições de 2014). Embora demonstre que o sistema tem preservado a capacidade do eleitorado de expressar insatisfação com o desempenho de seus representantes, a expressiva rotatividade dos membros do legislativo prejudica a consolidação de um corpo parlamentar experiente e preparado para atender aos anseios da população. Como reflexo dessas circunstâncias, o parlamento malawiano tem manifestado escassa iniciativa legislativa, limitando-se à apreciação de projetos de lei submetidos pelo executivo. A ausência de autonomia financeira tem sido apontada como uma das principais circunstâncias a restringir a capacidade de atuação do órgão. Embora a alocação orçamentária para as atividades parlamentares esteja assegurada, a liberação de recursos é controlada pela pasta das Finanças.

Para avançar sua agenda no Parlamento, o governo tem buscado construir uma ampla base de apoio. Os maiores vencedores das eleições parlamentares de maio de 2014 foram os candidatos independentes, não filiados a qualquer partido, que lograram conquistar 52 assentos (27% das vagas parlamentares). Entre os partidos políticos, o DPP do presidente Arthur Peter Mutharika, obteve o maior número de assentos (26%), seguido do MCP (25%), do PP (13%) e da UDF (7%).

Elementos étnicos, religiosos e regionais têm sido relevantes em análises do comportamento do eleitorado malawiano. Nas eleições de 2014, cerca de 7,5 milhões de eleitores foram registrados, o que correspondia a cerca de metade da população do país.

Segundo estatísticas da Comissão Eleitoral do Malawi, o eleitorado apresenta a seguinte composição: a região norte, onde se concentram as etnias Tumbuka e Tonga, tem pouco mais de um milhão de eleitores registrados. A região central, tradicionalmente habitada por cidadãos de etnia Chewa, tem 3,1 milhões de eleitores registrados. A região sul, com 3,3 milhões de eleitores registrados, tem composição étnica mais variada, concentrando populações Lhomwe, Yao e Sena, entre outras.

O DPP, cuja base eleitoral está nos distritos majoritariamente habitados por cidadãos da etnia Lhomwe, e o MCP, tradicionalmente associado à etnia Chewa, são as duas únicas agremiações políticas de expressão nacional. O PP desestruturou-se com o fim do governo de Joyce Banda, e a UDF tende a buscar acomodação com o partido governista.

### *Cashgate*

Em setembro de 2013, veio à tona esquema de desvio de verbas públicas em alguns ministérios, em escândalo que ficou conhecido como “cashgate” e que desencadeou a suspensão da ajuda financeira internacional, deixando o país em delicada situação orçamentária. As investigações foram lançadas ainda em 2013, e quinze pessoas já foram condenadas, entre as quais servidores que ocuparam posições de destaque no governo de Joyce Banda, inclusive o seu Ministro da Justiça, Ralph Kasambara.

À medida que avançam, as investigações parecem aproximar-se cada vez mais de Joyce Banda. Alguns investigados citam, em seus depoimentos, o nome da ex-presidente como a principal beneficiária do desvio de verbas orçamentárias. Entre os depoimentos, merece destaque aquele da ex-Secretária Executiva do Ministério do Turismo, Tressa Senzani, uma das primeiras condenadas, que afirmou que os ministérios envolvidos em atividades ilícitas teriam atuado por determinação expressa da ex-Presidente, com o objetivo de assegurar recursos para o financiamento de campanha de 2014. Joyce Banda viajou para o exterior logo após perder as eleições (2014) e, desde então, não mais regressou ao país, o que tem sido interpretado em alguns círculos como reconhecimento de culpa e manobra para evadir-se da justiça.

### *Perspectivas*

As próximas eleições presidenciais estão previstas para 2019. O PR Mutharika já anunciou sua intenção de disputar a reeleição e é apontado como

favorito. Seu favoritismo decorre, em grande medida, da inexistência de opositor forte que o ameace. Com efeito, o Malawi Congress Party – MCP, segundo nas eleições passadas, vive divisões internas que predizem dificuldades em fechar um nome de consenso para disputa de 2019. O People’s Party – PP (da ex-Presidente Joyce Banda), por seu turno, dificilmente superará, até as eleições, as manchas deixadas pelo *cashgate*. Ainda que Joyce Banda crie novo partido político, como se chegou a aventar, não parece ter chances concretas de vitória, na medida em que as investigações sobre o *cashgate* parecem cada vez mais indicar o seu envolvimento no esquema. Ademais, o novo United Transformation Front – UTF (jun/2016) não demonstra estrutura suficiente para fazer frente já nas próximas eleições.

Mutharika mostra-se empenhado em garantir sua vitória no pleito de 2019. Embora eleito com apenas 36% dos votos, não buscou construir governo de união, formando gabinete com membros de seu partido. A única exceção é o Ministro das Terras, Atupele Muluzi, do United Democratic Front – UDF (quarta força política no país), partido que, desde a nomeação de Muluzi, passou a apoiar o governo na Assembleia Nacional. O casamento de conveniência entre os dois partidos parece antecipar a estratégia do Democratic Progressive Party – DPP de Mutharika (e da própria UDF) para as eleições de 2019. A aliança seria capaz de neutralizar a influência do People’s Party – PP no sul do país, e do Malawi Congress Party – MCP nas regiões central e norte.

Ademais, Mutharika parece desejar assegurar que o “Cashgate” e seus desdobramentos marquem o fim da carreira política de Joyce Banda. Há, ainda, quem veja na demissão de George Chabonda (ex-Ministro da Agricultura) uma instrumentalização política da agenda de combate à corrupção. Especula-se que tenham contribuído para o desgaste de Chabonda os indícios de que buscava posicionar-se como potencial sucessor de Mutharika nas eleições de 2019.

No início de dezembro de 2017, após intensa pressão de organizações da sociedade civil para que o governo encaminhasse à Assembleia Nacional, em sua 47ª sessão, propostas de reforma eleitoral, o Executivo aceitou submeter o tema a votação no Parlamento - evitando grandes protestos programados para o dia 13 daquele mês. As propostas efetivamente apresentadas eram, entretanto, substancialmente diferentes daquelas que haviam sido originalmente submetidas pela Comissão Eleitoral do Malawi (MEC). Além disso, o governo mobilizou sua bancada parlamentar para rejeitar as reformas - encerrando, na prática, dessa forma, o debate sobre o tema, com pouca possibilidade de retomada das mobilizações com o mesmo propósito no curto prazo.

## POLÍTICA EXTERNA

Vertente prioritária da política externa malawiana é a relação com os países doadores tradicionais, que, há muito tempo, financiam, em boa medida, o funcionamento do Estado, com aportes de recursos através de canais orçamentários. Sem se descuidar dessa vertente, o país busca, igualmente, alternativas a essa dependência, aprofundando suas relações com países como China e Índia. Até por força da circunstância, as relações bilaterais com países do entorno também ocupam posição de destaque na política externa malawiana.

Registre-se que, no governo Mutharika, a diplomacia presidencial malawiana tem dado ênfase à atração de investimentos e financiamento, preferencialmente na forma de pacotes assistenciais e empréstimos concessionais. Mutharika tem privilegiado compromissos internacionais que lhe permitam divulgar oportunidades de investimentos no país.

### *Parceiros tradicionais*

A partir do “Cashgate”, os países doadores (EUA, Reino Unido, Noruega) reduziram consideravelmente os aportes de recursos financeiros a programas oficiais do governo através de canais orçamentários e acentuaram a tendência, que já se verificava antes mesmo do escândalo, de redirecionar esses recursos para entidades parceiras (ONGs) com ampla atuação no Malawi.

O Banco Mundial é o principal parceiro do Malawi em ajuda ao desenvolvimento. Entre os parceiros multilaterais, destacam-se ainda a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Global Fund. Entre os parceiros cooperantes bilaterais, destacam-se os EUA, Reino Unido, Noruega, Alemanha e Irlanda.

Os principais parceiros cooperantes procuram atuar de maneira coordenada na implementação de seus programas e projetos de ajuda ao desenvolvimento. Desenvolvem, de maneira geral, projetos nos setores elencados pela “Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento (2014-2018)”, documento redigido em coordenação com os parceiros tradicionais e lançado em 2014, que, com o objetivo de aprimorar a qualidade e eficácia da cooperação prestada ao país, estabelece áreas prioritárias de atuação – agricultura e segurança alimentar, infraestrutura, energia, desenvolvimento industrial, saúde, educação, entre outros.

Nos últimos anos, o Malawi vem registrando declínio dos níveis globais de ajuda ao desenvolvimento, que passaram de USD 1,25 bilhão no ano fiscal 2012-13, para USD 1,01 bilhão em 2013-14 e USD 910 milhões em 2014-15, uma redução de cerca de 30% da ajuda ao desenvolvimento no acumulado do período.

### ***Parcerias alternativas***

Atento aos sinais de fadiga entre os principais parceiros tradicionais, o governo malawiano empenha-se em aprofundar as parcerias com países emergentes. Nesse contexto, ganham especial relevo os entendimentos com a China e com a Índia, na medida em que envolvem doações ou mecanismos de créditos concessionais, destinados a projetos a serem conduzidos em estreita coordenação com o governo malawiano, sem condicionalidades.

Entre 2012 e 2015, a China contribuiu com USD 79,5 milhões em recursos computados como “ajuda ao desenvolvimento”, e a Índia, com USD 74,8 milhões.

Quanto a financiamentos, a maior parcela dos desembolsos de China e Índia dá-se na forma de empréstimos concessionais. Em 2014-15, o Malawi recebeu USD 154 milhões na forma de empréstimos concessionais, dos quais 15% oferecidos pela Índia e 6,9% pela China. Os desembolsos chineses concentraram-se, sobretudo, em atividades voltadas a esportes, educação, transportes e obras públicas. No caso da Índia, destacam-se os setores de energia, mineração, transportes, obras públicas, saneamento e irrigação.

### ***Entorno regional***

Destacam-se, ainda, as relações com os vizinhos Moçambique, Zâmbia e Tanzânia.

Com Moçambique, as relações são historicamente tensas. A navegabilidade dos rios Shire (Malawi) e Zambeze (Moçambique) até o Índico constitui o principal foco de desentendimentos, havendo controvérsias quanto à sua utilização: i. o Malawi pretende utilizá-lo como outra forma (além da forma rodoviária por território moçambicano) de escoar sua produção e se conectar aos mercados internacionais; ii. Moçambique tem interesse em seguir explorando seu potencial hidrelétrico (o que pode comprometer a navegabilidade dos rios),

além de demonstrar o velado desejo de manutenção do corredor terrestre para escoamento da produção malawiana, antevendo possível queda de receitas auferidas em taxas portuárias no porto moçambicano da Beira. Moçambique argumenta, ademais, não serem os rios naturalmente navegáveis, o que demandaria altos investimentos de dragagem, com forte impacto ambiental. Em 2010, o então Presidente Bingu wa Mutharika (Malawi) – irmão (falecido) do atual presidente Arthur Mutharika – chegou a, unilateralmente, testar, em território moçambicano, a navegabilidade dos rios, precipitando o aprisionamento por Maputo de barco malawiano, ápice da desavença entre os países.

O presidente moçambicano Filipe Nyusi visitou o Malawi em maio de 2016, por ocasião de cimeira tripartite entre os dois países e a Zâmbia. Na ocasião, Nyusi visitou campos onde se encontravam refugiados moçambicanos que escaparam dos enfrentamentos militares entre as forças políticas moçambicanas (governo e RENAMO, principal partido de oposição). A questão dos refugiados adicionou novo atrito à tumultuada relação entre Moçambique e o Malawi, que chegou a ameaçar os refugiados moçambicanos de expulsão, situação hoje aparentemente contornada – o número de refugiados reduziu-se ao longo do segundo semestre de 2016.

Com a Zâmbia, o país mantém relações muito próximas, lastreadas por uma história colonial compartilhada e pela presença de grupos étnicos (sobretudo Chewa e Tumbuka), em ambos os territórios. Entre as elites dirigentes, há laços pessoais e familiares importantes. Próceres do DPP (partido governista), como o próprio presidente Mutharika, passaram longos períodos na Zâmbia. O mandatário malawiano demonstra especial apreço por Edgar Lungu (presidente zambiano). Ao Malawi interessa a ampliação de investimentos em sua infraestrutura ferroviária no país, de modo a interconectar-se com a Zâmbia, permitindo-a igualmente beneficiar-se do Corredor de Nacala.

Com a Tanzânia, por fim, o país mantém relações cordiais, apesar do diferendo fronteiro existente (definição quanto à linha de divisa no Lago Nyasa, que compõe a maior parte da fronteira entre os dois países). Há exercício de mediação em curso pela SADC, mas o lado malawiano não descarta a possibilidade de lavar o tema à Corte Internacional de Justiça, caso não se alcance solução amigável.

Desdobramentos recentes indicam que o campo com maior potencial de aproximação bilateral é o de energia. O governo malawiano manifestou, em fevereiro último, interesse em importar gás natural da Tanzânia. A possibilidade

de cooperação na área energética inclui, ainda, planos de exploração do potencial hidroelétrico do rio Songwe, na fronteira entre os dois países. A entidade binacional Songwe River Basin Development Programme (SRDP), instituída em 2012 para melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos da região, deverá elaborar projeto conjunto, que deverá incluir a construção de represa de uso múltiplo, com capacidade de geração hidroelétrica de 180 MW, além de ser suficiente para fornecer água para irrigar área de até três mil hectares em cada país. Segundo adiantado à imprensa, o plano inclui, ainda, eletrificação na zona rural para 36 vilas próximas à represa.

O Malawi, com população crescente de 14 milhões de habitantes, tem produzido tão-somente 140 MW de eletricidade (de uma capacidade instalada de 350MW). A Tanzânia, por outro lado, embora ainda sofra, igualmente, de quadro de insuficiência energética, tem investido pesadamente no setor, sobretudo em novos projetos hidroelétricos de envergadura. Nesse sentido, a oferta tanzaniana de exportar eletricidade para o Malawi deve ser considerada, também, sob a ótica das relações políticas bilaterais, marcadas pelo diferendo fronteiriço no lago Malawi (ou lago “Niassa”, para a Tanzânia). Como se recorda, o governo malawiano se apega aos termos do Tratado de Heligoland, segundo o qual o Império Alemão, ao ceder a colônia de Tanganyika para o Império Britânico, indicou que sua fronteira acompanharia a margem oriental do lago, entre os rios Songwe, ao norte, e Rovuma, ao sul, o que garantiria ao Malawi moderno direito a todos os recursos do lago (exceto os referentes à porção delimitada com Moçambique). A Tanzânia, por seu turno, defende que, posteriormente, a administração colonial britânica teria ajustado a fronteira entre o Protetorado de Niassalândia (que compreendia o atual Malawi) e Tanganyika (na atual Tanzânia) na linha central do lago. A perspectiva de que o lago conte com reservas de hidrocarbonetos (em particular gás natural) fez com que a questão lindeira voltasse, em anos recentes, à ordem do dia. Em que pesem reiteradas tentativas de negociação bilateral, as partes parecem longe de chegar a uma solução mutuamente satisfatória.

## ECONOMIA

### *Panorama econômico*

Em 2017, o Malawi registrou crescimento do PIB de 4,5% (em 2016, o crescimento foi abaixo de 3%). Em termos macroeconômicos, destaca-se a

estabilidade da taxa de câmbio e a queda da taxa de inflação anual (11,14 % em 2017, contra 19,97% em 2016), o que corrobora o acerto das políticas monetárias e orçamentárias adotadas, bem como demonstra a contribuição da resposta humanitária à estabilização dos preços dos produtos alimentares. Nas duas últimas décadas, o crescimento foi marcado por alta volatilidade, o que contribuiu para a estagnação nos indicadores de redução dos índices de pobreza, que permanece acima de 50% da população, com ligeiro aumento percentual em áreas rurais. O PIB per capita do Malawi cresceu minimamente, a uma média de cerca de 1,5% nos últimos vinte anos. O país tem um dos piores IDH do mundo (0,476), e se situa na 170ª colocação entre 188 países analisados. Segundo análise do FMI, além de seguir comprometido com o regime cambial flexível e com mecanismo automático de fixação de preços dos combustíveis, o Malawi deve limitar os gastos aos recursos disponíveis para consolidar os ganhos de estabilidade macroeconômica.

O Malawi é um país pobre, pequeno e mediterrâneo. Segundo dados da ONU (UNDP), atualmente 70,9% da população malawiana situa-se abaixo da linha da pobreza (US\$1,90 por dia). Acudido por enchentes e secas recorrentes, tem enfrentado sérios problemas humanitários.

Entre os países doadores, há particular interesse no controle mais estrito sobre a evolução da dívida pública, zelando para que o governo malawiano não assuma compromissos contratuais desprovidos de lastro orçamentário, e em reformas na legislação relativa às compras governamentais, restringindo a autonomia dos diferentes ministérios na condução de processos licitatórios.

No final de 2016, o governo malawiano comemorou o anúncio de novo empréstimo do Banco Mundial, da ordem de US\$ 80 milhões, como sinal da retomada dos repasses a título de ajuda orçamentária, interrompidos desde 2013.

Os choques induzidos pelas condições climáticas adversas constituem importante vulnerabilidade, exacerbando a instabilidade macroeconômica, uma vez que o setor agrícola utiliza métodos rudimentares, com escasso acesso a insumos ou a técnicas de irrigação, e a maioria da população depende de uma agricultura de subsistência e de baixa produtividade.

### ***Cashgate e suas repercussões***

A descoberta, em 2013, de desvio de volume significativo de recursos públicos (cerca de US\$ 50 milhões) por parte de um grupo de servidores (*cashgate*) levou à suspensão de repasses a título de ajuda orçamentária por

parte dos principais parceiros doadores. Em consequência, a situação orçamentária do Malawi deteriorou-se rapidamente, assim como sua credibilidade internacional.

Eleito, o presidente Mutharika comprometeu-se a reconstruir a confiança nas instituições públicas e a corrigir os desequilíbrios macroeconômicos. Planos de reformas econômicas foram lançados com alto nível de apoio político. Investigações e auditorias levaram à condenação de 15 servidores envolvidos no escândalo, com outros casos em andamento.

O governo também tem buscado dar ênfase à reforma do serviço público e ao aprimoramento da gestão das finanças públicas, com mecanismos mais sofisticados de prestação de contas. Com apoio internacional, o governo reestruturou o quadro de controladores que operam sob a supervisão do Secretário do Tesouro, responsável pelas transações diárias, ajudando a restabelecer o monitoramento e o controle centralizado de despesas e compromissos. Ainda nesse sentido, o governo criou Comissão de Reformas do Serviço Público para propor soluções para questões estruturais que prejudicam a eficácia do serviço público. Porém, os resultados dos esforços de restauração dos sistemas básicos de administração de finanças públicas têm demorado a se materializar, registrando progresso mais lento que o desejado.

### ***Energia***

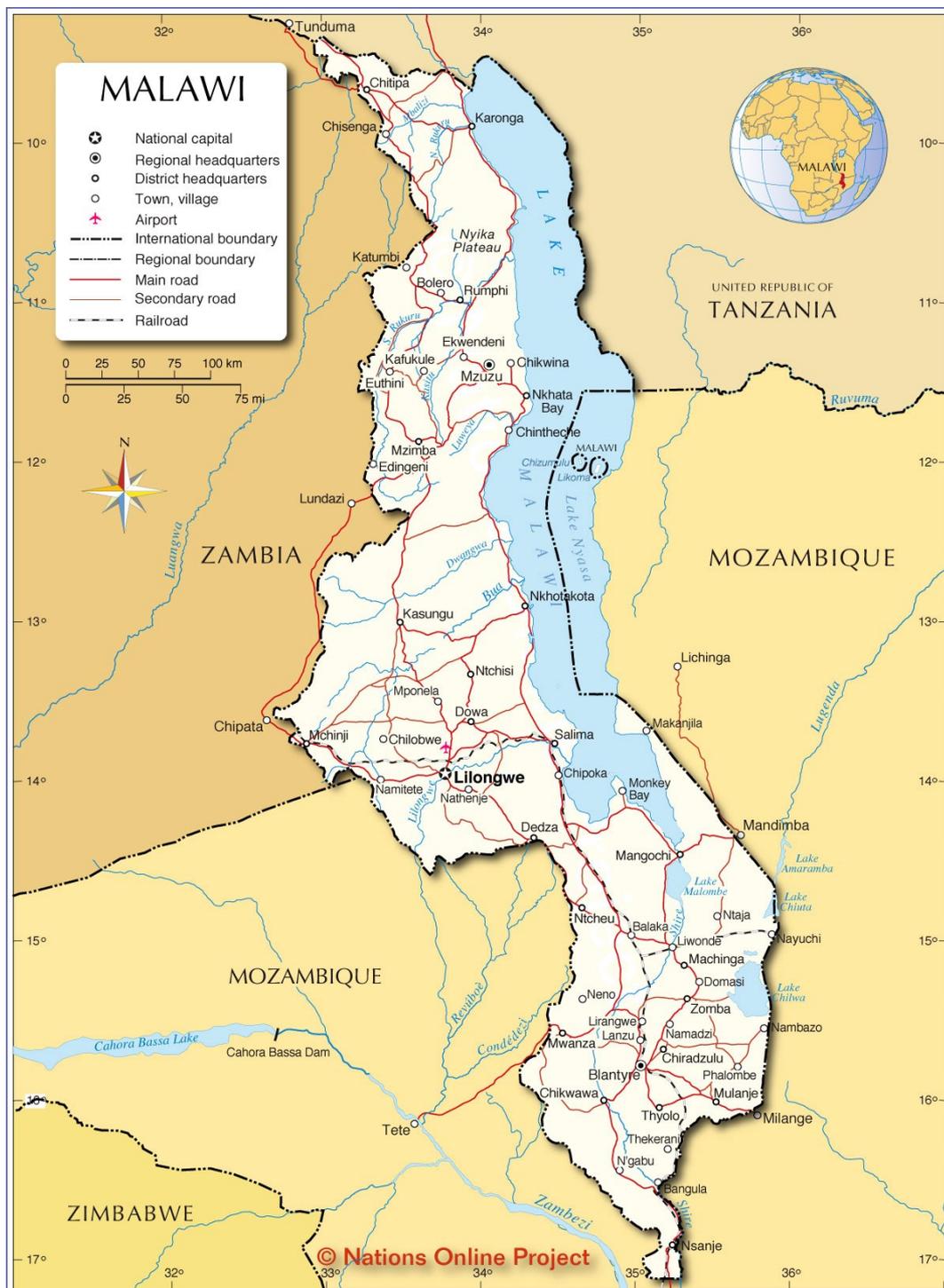
O Malawi dispõe de capacidade instalada de geração de 350MW de energia elétrica, quase integralmente constituída de usinas hidrelétricas ao longo do rio Shire, e possui demanda estimada em 380MW. Apesar disso, apenas cerca 160 MW vem sendo gerados, sobretudo em função da irregularidade do regime de chuvas. As deficiências e limitações na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica são reconhecidas como um dos maiores gargalos ao crescimento econômico do país, levando a frequentes medidas de racionamento e a cortes no fornecimento. As atividades de geração, distribuição e venda de eletricidade estão nas mãos da “Electricity Supply Corporation of Malawi” (ESCOM), empresa paraestatal, com 99% das cotas em controle do governo.

### ***Agricultura***

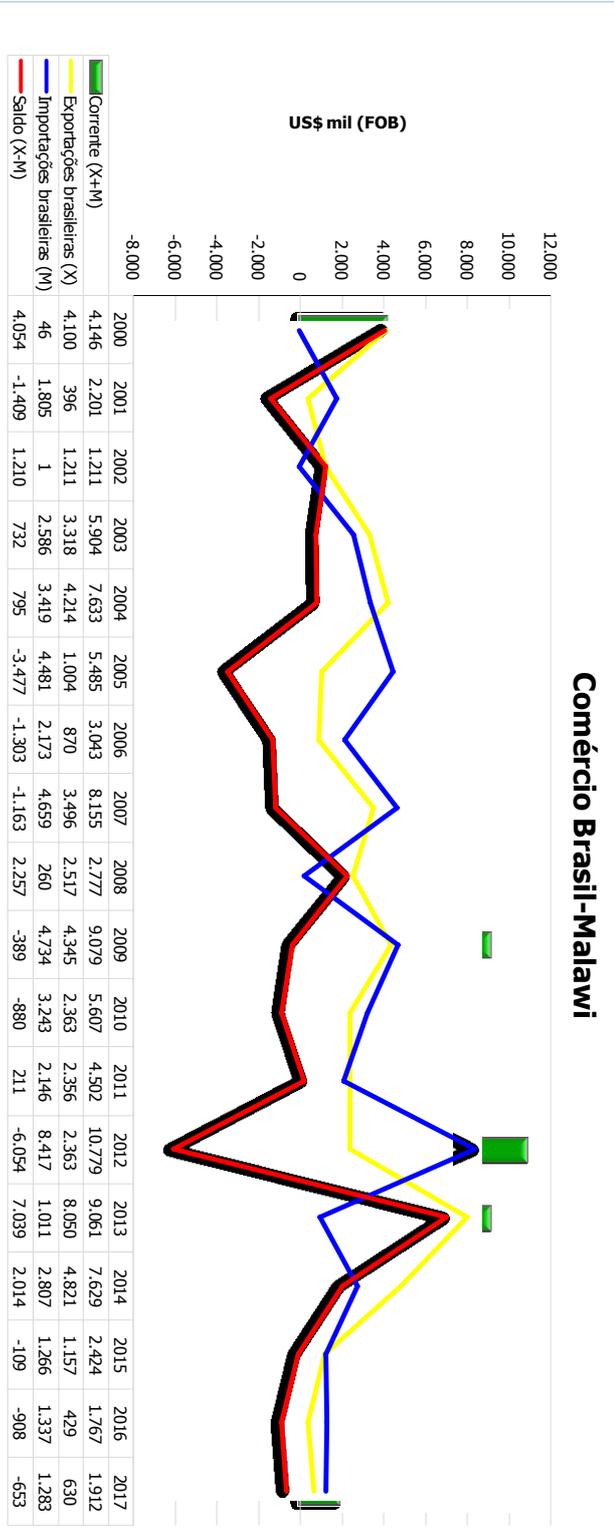
Nos últimos anos, o Malawi sofreu choques climáticos, como as inundações e secas simultâneas no início de 2015, seguidas por estiagem em

2016. É limitado o acesso à infraestrutura, serviços, terra, capital de giro e oportunidades de mercado. O Programa de Subsídio de Insumos Agrícolas (FISP) consome quase três quartos do orçamento destinado ao setor agrícola, impedindo investimentos públicos em outras áreas importantes. Intervenções destinadas a promover a estabilidade de preços (através da Agriculture Development and Marketing Corporation – ADMARC) enfraquecem os incentivos à comercialização agrícola, deixando o país excessivamente dependente de pequenos agricultores, sempre vulneráveis a choques climáticos.

#### MAPA



## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

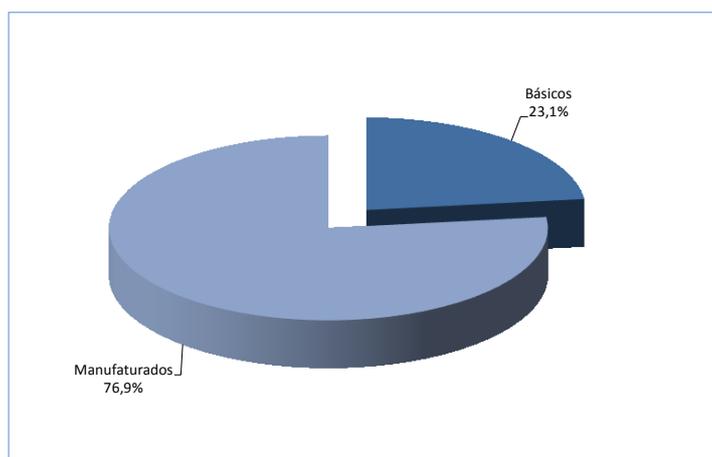


Elaborado pelo MNE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MINEC/SECEX, Abril de 2018.

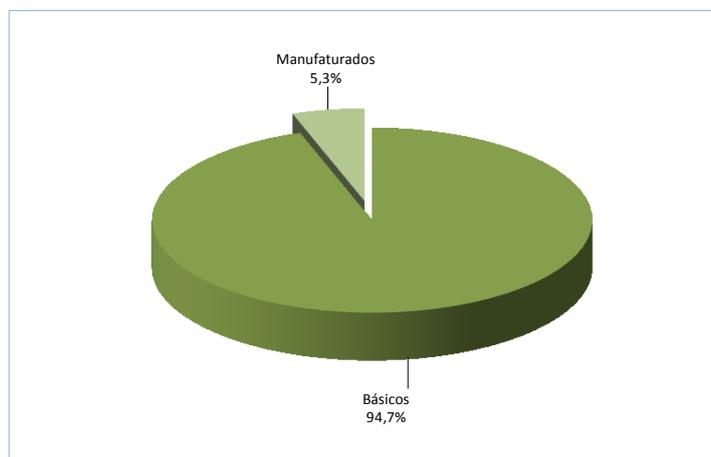
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (Jan-mar)	53	1	54	53
2018 (Jan-mar)	127	259	386	-132

### Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

#### Exportações



#### Importações



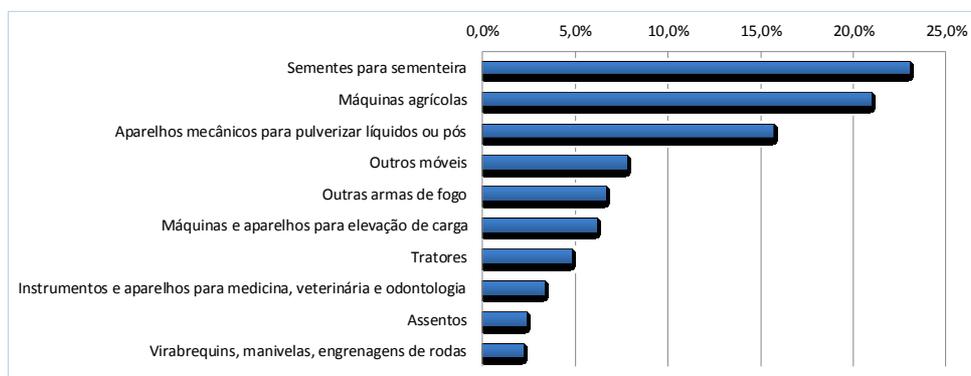
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

**Composição das exportações brasileiras para o Malawi (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sementes para sementeira	42	3,6%	15	3,5%	145	23,0%
Máquinas agrícolas	56	4,8%	169	39,3%	132	21,0%
Aparelhos mecânicos para pulverizar líquidos ou pós	205	17,7%	136	31,7%	99	15,7%
Outros móveis	0	0,0%	0	0,0%	49	7,8%
Outras armas de fogo	37	3,2%	0	0,0%	42	6,7%
Máquinas e aparelhos para elevação de carga	0	0,0%	0	0,0%	39	6,2%
Tratores	483	41,7%	0	0,0%	30	4,8%
Instrumentos e aparelhos para medicina, veterinária e odontologia	0	0,0%	0	0,0%	21	3,3%
Assentos	0	0,0%	0	0,0%	15	2,4%
Virabrequins, manivelas, engrenagens de rodas	3	0,3%	25	5,8%	14	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>826</b>	<b>71,4%</b>	<b>345</b>	<b>80,3%</b>	<b>586</b>	<b>93,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>331</b>	<b>28,6%</b>	<b>84</b>	<b>19,7%</b>	<b>44</b>	<b>6,9%</b>
<b>Total</b>	<b>1.157</b>	<b>100,0%</b>	<b>429</b>	<b>100,0%</b>	<b>630</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

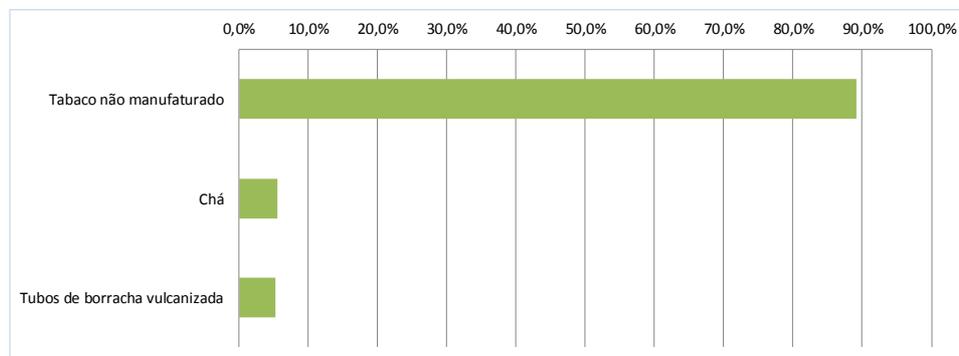


**Composição das importações brasileiras originárias do Malawi (SH4)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco não manufaturado	1.266	100,0%	1.094	81,8%	1.143	89,1%
Chá	0	0,0%	47	3,5%	71	5,5%
Tubos de borracha vulcanizada	0	0,0%	0	0,0%	67	5,2%
Outros produtos de tabaco, manufaturados	0	0,0%	195	14,6%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1.266</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.336</b>	<b>99,9%</b>	<b>1.281</b>	<b>99,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>0,1%</b>	<b>2</b>	<b>0,1%</b>
<b>Total</b>	<b>1.266</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.337</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.283</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**

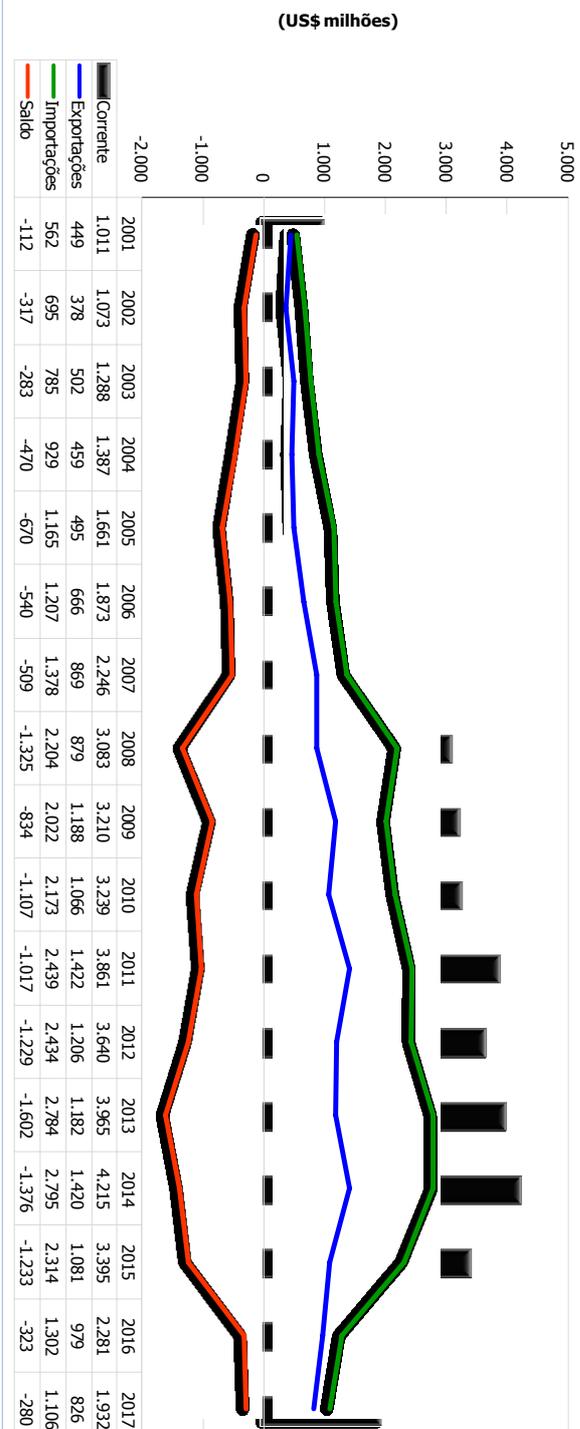


**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Máquinas agrícolas	0	0,0%	113	88,7%	
Parafusos e porcas, de ferro ou aço	0	0,0%	3	2,4%	
Guinchos e macacos	0	0,0%	3	2,4%	
Torneiras e válvulas	0	0,0%	3	2,4%	
Máquinas mecânicas com função própria	0	0,0%	2	1,6%	
Rolamentos	0	0,0%	2	1,6%	
Virabrequins, manivelas, engrenagens de rodas	10	18,7%	0	0,0%	
Outras armas de fogo	18	33,7%	0	0,0%	
Aparelhos mecânicos para pulverizar líquidos ou pós	5	9,4%	0	0,0%	
Sementes para sementeira	6	11,2%	0	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>39</b>	<b>73,1%</b>	<b>126</b>	<b>98,9%</b>	
<b>Outros</b>	<b>14</b>	<b>26,9%</b>	<b>1</b>	<b>1,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0%</b>	<b>127</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Importações</b>					
Tabaco não manufaturado	0	0,0%	257	99,2%	
Chá	0	0,0%	2	0,8%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	1	100,0%	0	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>259</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>259</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

## Comércio Malawi x Mundo



Elaborado pelo MGE/DP/IDC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril/2018.

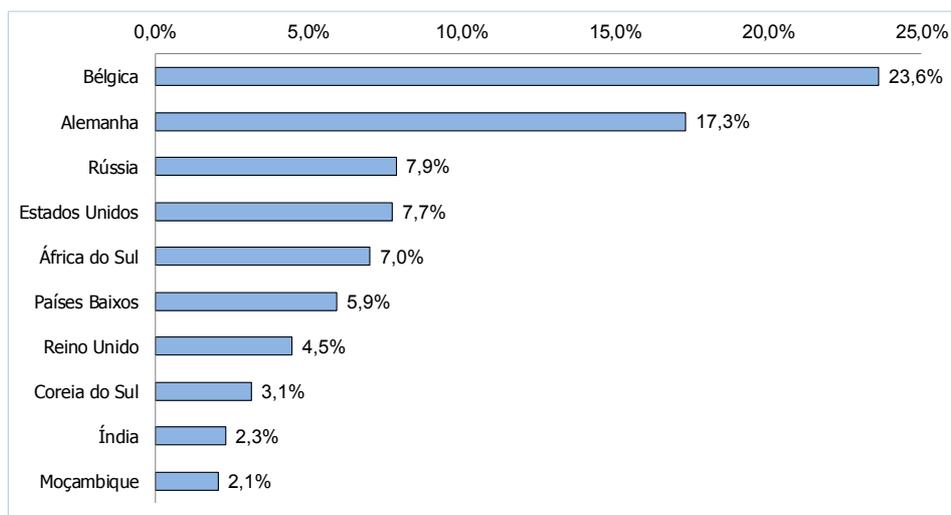
2016 e 2017: O país não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

**Principais destinos das exportações do Malawi**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Bélgica	195	23,6%
Alemanha	143	17,3%
Rússia	65	7,9%
Estados Unidos	64	7,7%
África do Sul	58	7,0%
Países Baixos	49	5,9%
Reino Unido	37	4,5%
Coreia do Sul	26	3,1%
Índia	19	2,3%
Moçambique	17	2,1%
...		
<b>Brasil (32º lugar)</b>	<b>1</b>	<b>0,2%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>674</b>	<b>81,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>152</b>	<b>18,4%</b>
<b>Total</b>	<b>826</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*O Malawi não informou seus dados de 2017 ao Trademap, portanto, as informações foram obtidas por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

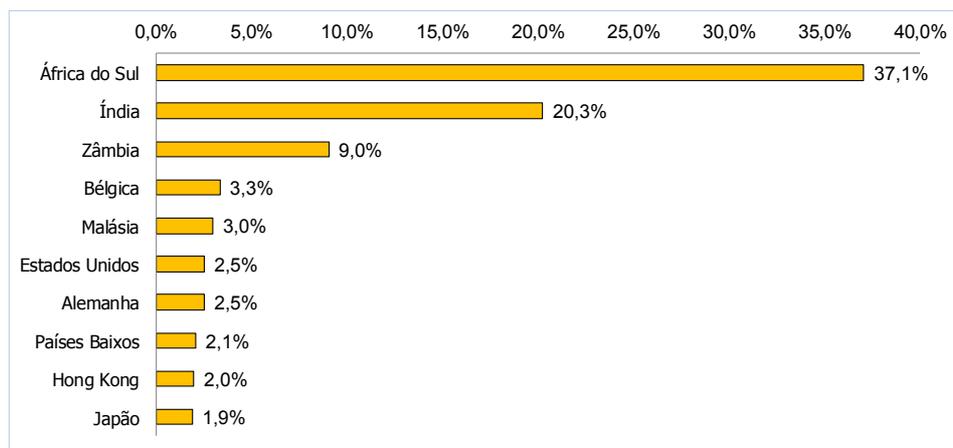


**Principais origens das importações do Malawi**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
África do Sul	410	37,1%
Índia	224	20,3%
Zâmbia	100	9,0%
Bélgica	37	3,3%
Malásia	33	3,0%
Estados Unidos	28	2,5%
Alemanha	28	2,5%
Países Baixos	23	2,1%
Hong Kong	22	2,0%
Japão	21	1,9%
...		
<b>Brasil (41º lugar)</b>	<b>1</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>927</b>	<b>83,8%</b>
<b>Outros países</b>	<b>179</b>	<b>16,2%</b>
<b>Total</b>	<b>1.106</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*O Malawi não informou seus dados de 2017 ao Trademap, portanto, as informações foram obtidas por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

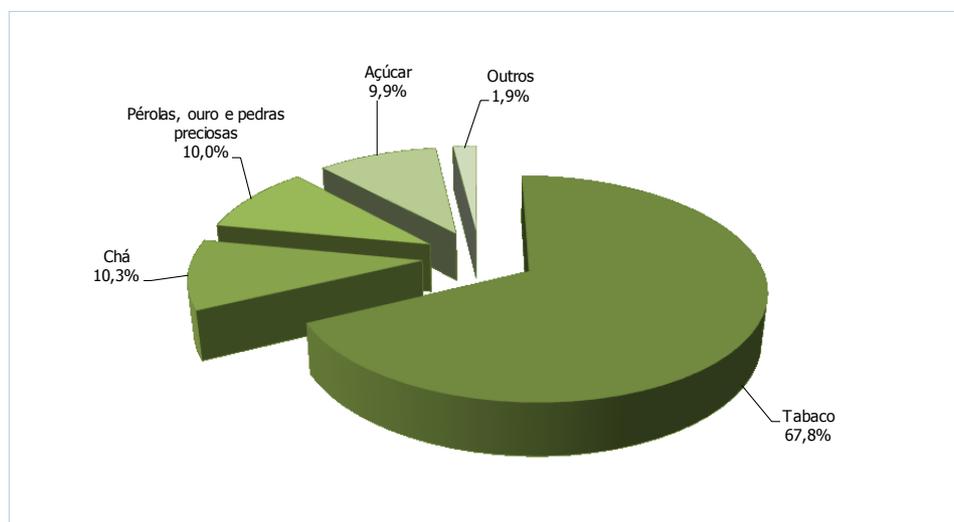


**Composição das exportações do Malawi (SH2)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part. % no total</b>
Tabaco	560	67,8%
Chá	85	10,3%
Pérolas, ouro e pedras preciosas	83	10,0%
Açúcar	82	9,9%
<b>Subtotal</b>	<b>810</b>	<b>98,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>16</b>	<b>1,9%</b>
<b>Total</b>	<b>826</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.*

*O Malawi não informou seus dados de 2017 ao Trademap, portanto, as informações foram obtidas por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



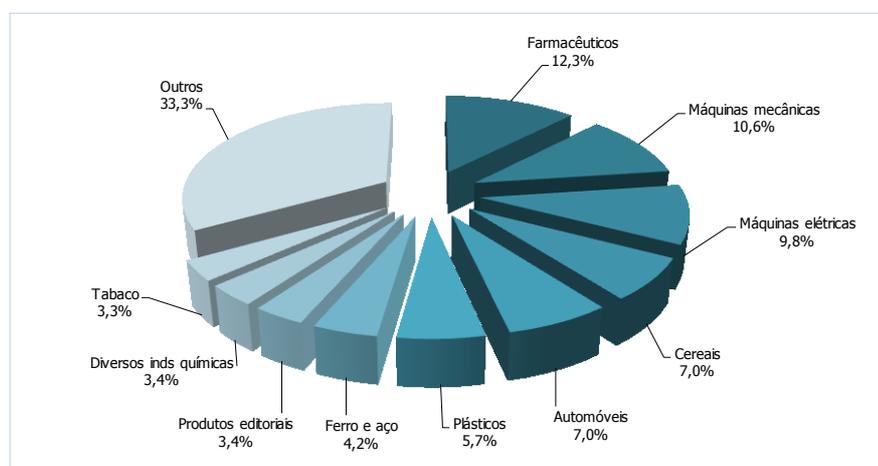
**Composição das importações do Malawi (SH2)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part. % no total</b>
Farmacêuticos	136	12,3%
Máquinas mecânicas	117	10,6%
Máquinas elétricas	108	9,8%
Cereais	77	7,0%
Automóveis	77	7,0%
Plásticos	63	5,7%
Ferro e aço	47	4,2%
Produtos editoriais	38	3,4%
Diversos inds químicas	38	3,4%
Tabaco	37	3,3%
<b>Subtotal</b>	<b>738</b>	<b>66,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>368</b>	<b>33,3%</b>
<b>Total</b>	<b>1.106</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*O Malawi não informou seus dados de 2017 ao Trademap, portanto, as informações foram obtidas por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos do Malawi

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	2,27%	4,50%	5,00%	5,50%	5,50%
PIB nominal (US\$ bilhões)	5,49	6,26	6,74	7,12	7,64
PIB nominal "per capita" (US\$)	295	326	342	351	366
PIB PPP (US\$ bilhões)	21,13	22,47	24,05	25,91	27,91
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.134	1.172	1.220	1.277	1.337
População (milhões habitantes)	18,63	19,17	19,72	20,29	20,87
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	19,97%	11,14%	8,33%	8,01%	7,86%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-13,47%	-9,08%	-8,05%	-7,82%	-7,80%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1,96	2,10	2,32	2,54	2,70
Câmbio ( MK / US\$) <sup>(2)</sup>	728,62	732,03	851,48	904,96	946,20

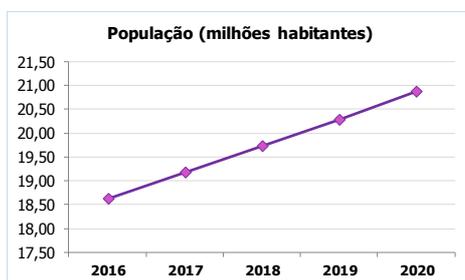
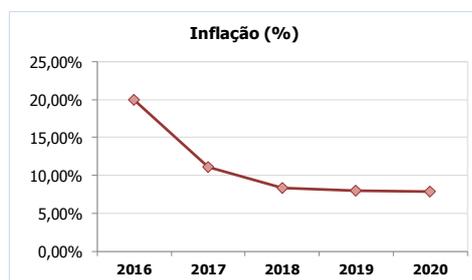
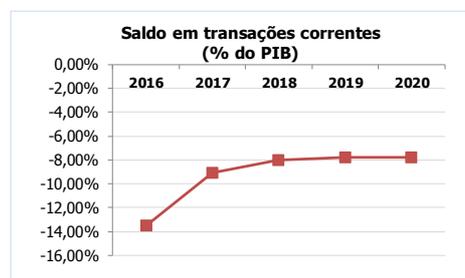
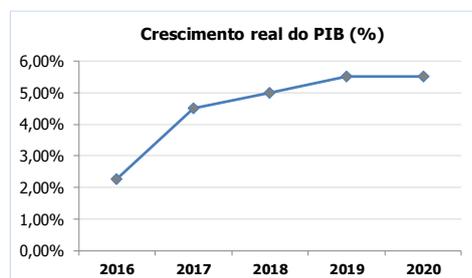
#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

Agricultura	28,6%
Indústria	15,6%
Serviços	55,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



**EMBAIXADA DO BRASIL EM LILONGUE****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**

Incumbido da honrosa tarefa de abrir a Representação Diplomática do Brasil no Malawi, desde minha chegada ao país, em junho de 2013, até minha partida, em 6 de janeiro de 2018, concentrei minha gestão nos seguintes eixos prioritários:

(i) Estabelecer contatos com o governo local com vistas a aprofundar o relacionamento bilateral e ampliar as áreas de conhecimento mútuo e de cooperação, contribuindo para um ambiente propício à assinatura de atos bilaterais que favoreçam a dinamização do intercâmbio entre os dois países e buscando o apoio do governo malawiano às candidaturas brasileiras em organismos internacionais, bem como maior coordenação nesses organismos em temas de interesse do Brasil;

(ii) Contribuir para a expansão de uma agenda de cooperação técnica bilateral, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e apoiada por instituições parceiras no Brasil, o que constitui um dos pilares das relações bilaterais com país que se encontra entre aqueles de menor desenvolvimento relativo, bem como buscar contribuir com os esforços internacionais de assistência humanitária ao Malawi;

(iii) Apoiar as atividades das empresas brasileiras que exploram oportunidades no Malawi e contribuir para o sucesso dos importantes investimentos brasileiros neste país;

(iv) Contribuir para ampliar o conhecimento brasileiro acerca do Malawi, país que constitui uma nova fronteira de nossa atuação diplomática, mantendo contatos com diferentes segmentos da sociedade malawiana e com a comunidade de parceiros cooperantes, de modo a informar o Governo brasileiro sobre os desdobramentos da política interna malawiana e sobre os desafios econômicos e sociais enfrentados pelo país, bem como buscar ampliar o conhecimento local sobre aspectos da cultura brasileira;

(v) Prestar assistência consular à reduzida comunidade brasileira no Malawi, bem como aos cidadãos malawianos e estrangeiros aqui residentes que desejem visitar o Brasil; e

(vi) Assegurar que estivessem dadas as condições para a realização das tarefas esperadas de uma Representação Diplomática do Brasil, com a identificação e gestão de imóveis adequados a seu bom funcionamento, a seleção e contratação de pessoal de apoio qualificado, a aquisição de mobiliário, veículos e equipamentos e demais providências de instalação.

2. O relatório a seguir apresenta os principais avanços registrados nos quatro anos e meio de minha gestão em cada uma das áreas prioritárias de atuação acima indicadas.

#### RELAÇÕES BILATERAIS

3. O acontecimento de maior relevância para as relações bilaterais durante minha gestão foi a visita a Lilongue do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, em maio de 2017, a qual constituiu um marco histórico nas relações bilaterais entre Brasil e Malawi. Além de ampliar o conhecimento mútuo e permitir a troca de impressões sobre temas relevantes da agenda internacional, esta que foi a primeira visita de Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil ao Malawi propiciou a assinatura de quatro acordos bilaterais: (a) acordo de facilitação de vistos de negócios; (b) acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; (c) acordo de consultas políticas; e (d) acordo para autorização de trabalho para dependentes do pessoal diplomático.

4. Apresentei minhas Cartas Credenciais à então presidente Joyce Banda como primeiro Embaixador do

Brasil residente no Malawi em 25 de junho de 2013. As relações diplomáticas datam da independência do país em 1964, havendo inicialmente a representação brasileira junto ao governo malawiano ficado a cargo da Embaixada em Harare. O Brasil é o único país latino-americano com embaixada residente no Malawi, fato reconhecido e valorizado pelo governo local. A Embaixada do Malawi em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática malawiana na América Latina.

5. Durante minha gestão, houve marcada elevação no patamar do relacionamento bilateral, sobretudo em razão de visitas de alto nível e do adensamento do diálogo e da cooperação em diferentes áreas. Busquei promover o gradual aprofundamento das relações bilaterais, tendo em conta que o Malawi espera seguir contando com o apoio do Brasil em seus esforços no combate à pobreza e em prol do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, mantive contatos com diferentes autoridades do governo malawiano, manifestando a disposição do Brasil de contribuir para que o Malawi alcance seus objetivos de crescimento econômico sustentado, com redução da pobreza e ampliação dos fluxos de comércio e de investimentos. O Malawi teve quatro ministros de negócios estrangeiros nesse período: Ephraim Mganga Chiume (2012-14), George Chaponda (2014-16), Francis Kasaila (2016-17) e Emmanuel Fabiano, que assumiu o cargo em julho de 2017.

Mantive frequentes reuniões com todos os chanceleres malawianos mencionados acima, os quais invariavelmente franquearam-me amplo acesso para abordar diferentes aspectos das relações bilaterais.

6. No intuito de aprofundar o conhecimento mútuo, ao longo dos quatro anos e meio de minha missão mantive encontros com lideranças empresariais e da sociedade civil, membros do clero e da imprensa. Busquei assegurar o apoio formal do Malawi em votações de matérias de interesse brasileiro e em favor de candidaturas brasileiras nos organismos internacionais, objetivo por vezes inalcançado, ainda que entre os Governos malawiano e brasileiro haja convergência de posições e defesa de princípios semelhantes. Nesse particular, julgo que a instalação do mecanismo previsto no acordo de consultas políticas bilaterais assinado em maio de 2017 deverá contribuir para maior fluidez do diálogo político com o Malawi.

7. Há amplo espaço para amadurecer e aprofundar o relacionamento bilateral. Em diversas oportunidades, autoridades malawianas repetiram-me considerar importante a intensificação dos laços com o Brasil.

Cooperação técnica

8. Em país caracterizado por necessidades típicas de economias em desenvolvimento, a cooperação

técnica bilateral ou trilateral constitui um dos pilares naturais da atuação diplomática brasileira. Desde o início das atividades da embaixada em Lilongue, um elemento que muito tem contribuído para maior aproximação bilateral tem sido a agenda de cooperação técnica na área de agricultura, com destaque para projeto voltado à expansão da cotonicultura no país.

9. O "Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze" (BRA/12/002-S003) constitui a mais relevante iniciativa de cooperação técnica oferecida pelo Brasil ao Malawi. Com o projeto, que em 2018 entrará em fase de maior envergadura, com a aquisição de maior volume de materiais e equipamentos, o Brasil oferece relevante contribuição aos esforços do governo malawiano no sentido da diversificação do setor agrícola, ora fortemente dependente do fumo. A implementação do projeto, ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Malawi, firmado em 16 de setembro de 2009, tem o potencial de transformar o setor de pesquisa e extensão agrícola da cotonicultura no país, atualmente em estado precário. Por sua envergadura e ineditismo, o projeto Shire-Zambeze deverá aportar decisiva contribuição para a consolidação da presença brasileira neste país, e certamente constituirá, por muitos anos, o mais

importante projeto brasileiro de cooperação técnica com o Malawi.

10. Durante minha gestão, a Embaixada esteve diretamente envolvida na implantação do projeto, seja administrando, na qualidade de custodiante, os recursos alocados para as atividades ali previstas, seja prestando apoio às frequentes missões da ABC e da EMBRAPA, em estreita coordenação com o instituto malawiano de pesquisa em algodão. O Comitê de Coordenação do projeto reuniu-se em Lilongue em duas ocasiões, em julho de 2015 e em novembro de 2017.

11. Ainda no que respeita à cooperação bilateral na área de agricultura, destaco a realização, em junho de 2017, de missão de capacitação de combate à lagarta *Spodoptera frugiperda* (lagarta do cartucho), com pesquisadores da EMBRAPA e da Universidade de Brasília. A missão foi organizada em resposta à solicitação malawiana de apoio no combate à praga, que tem prejudicado não apenas o plantio de milho, principal fonte alimentar do país, mas também outros cultivos relevantes, como batata doce e algodão.

12. Na área de cooperação técnica tripartite, foi realizado durante minha gestão o projeto "GCP/RAF/483/BRA: Fortalecimento dos Programas de Nutrição Escolar na África", conduzido em parceria entre o governo brasileiro, a FAO e o governo

malawiano. Assinado em março de 2015 e concluído em outubro de 2017, o projeto envolveu a elaboração de três produtos: (i) o "Plano Estratégico e de Diretrizes de Saúde e Nutrição Escolar"; (ii) o "Currículo de Educação Nutricional"; e (iii) o "Projeto piloto de Horta Escolar".

13. O Malawi tem o potencial de tornar-se importante parceiro do Brasil na área de cooperação técnica. O governo local tem sinalizado interesse em expandir a agenda de cooperação para outras áreas. O governo malawiano demonstra admiração e curiosidade pelos programas brasileiros de transferência de renda, e o tema da erradicação da pobreza (e a contribuição que o Brasil poderia prestar ao Malawi nesse campo) é frequentemente levantado por meus interlocutores no governo local.

#### Ajuda humanitária

14. Em 2015, em gesto muito apreciado pelo governo malawiano, o Brasil uniu-se aos esforços da comunidade internacional e realizou doação ao Malawi de 407 toneladas de feijão, em resposta ao apelo do Presidente Mutharika por ajuda humanitária para atender aos desabrigados pelas enchentes. De modo a assegurar que fossem levados a bom termo os aspectos logísticos da doação brasileira, a qual repercutiu favoravelmente na

---

imprensa local, manteve reiterados contatos com o governo malawiano e com o escritório local do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA).

15. Tendo em conta o caráter cíclico das emergências humanitárias enfrentadas pelo Malawi, seria importante que, no futuro, e a depender das necessidades identificadas pelas autoridades malawianas, o Brasil volte a contribuir para os esforços de ajuda humanitária coordenados pelo PMA.

#### Investimentos

16. No que diz respeito a investimentos brasileiros no Malawi, o acontecimento de maior relevância no período de minha missão foi a conclusão bem-sucedida das negociações entre o governo malawiano e a mineradora brasileira Vale, responsável pelo mais relevante investimento estrangeiro em infraestrutura neste país. As longas tratativas chegaram finalmente a um desenlace com a inauguração do trecho do Corredor de Nacala em território malawiano, em agosto de 2017, e a assinatura, em setembro de 2017, do Adendo ao Acordo Bilateral entre Malawi e Moçambique relativo ao Corredor de Nacala. O investimento total da Vale no Malawi, que inclui o controle acionário da Central Eastern African Railways (CEAR), empresa concessionária da malha

ferroviária do país, bem como a expansão da infraestrutura ferroviária no contexto do Corredor de Nacala, ultrapassa a marca do US\$ 1 bilhão, o equivalente a cerca de um sexto do PIB malawiano.

17. O sistema de logística operado pela Vale no Malawi e em Moçambique, incluindo ferrovia, terminal marítimo e porto, integrado com as operações de mineração de carvão em Moatize, no norte de Moçambique, tem o potencial de estimular a integração econômica regional e reduzir significativamente os gargalos de transporte, oferecendo alternativa mais eficiente e econômica para o comércio exterior malawiano. Sem acesso ao mar, o Malawi depende dos países vizinhos para realizar seu comércio exterior. Mais da metade das trocas internacionais malawianas são realizadas por via rodoviária pelo porto moçambicano da Beira. São também utilizados os portos de Durban, na África do Sul, e de Dar es Salam, na Tanzânia.

18. O governo malawiano tem interesse na revitalização do trecho ferroviário em direção à Zâmbia, o que permitirá àquele país (igualmente sem saída para o mar) valer-se do porto de Nacala, transitando seu comércio exterior por território malawiano. A presença de vultosos investimentos brasileiros no Malawi contribui, desse modo, para sublinhar o potencial do país como território de

trânsito de bens e produtos com destino aos mercados internacionais.

19. Em momentos decisivos, atuei para facilitar a conclusão dos entendimentos entre a mineradora e o governo malawiano, realizando reiteradas gestões pessoais junto a diferentes interlocutores, particularmente os titulares das pastas de transportes, justiça e negócios estrangeiros.

20. Foi também durante minha gestão que Brasil e Malawi assinaram, em junho de 2015, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O acordo deverá servir de plataforma para o ingresso no mercado malawiano de outras empresas brasileiras, como a Queiroz Galvão, a Camargo Corrêa e a Contracta, que têm prospectado oportunidades no país, particularmente nos setores de geração hidrelétrica, estradas, saneamento básico, energia e mineração.

21. Os desafios à expansão dos investimentos estrangeiros no Malawi incluem gargalos de infraestrutura, como o alto custo de transporte e persistentes problemas no setor elétrico; questões associadas ao ambiente regulatório e à segurança jurídica e contratual; e instabilidade do panorama macroeconômico. Aspectos como a fragilidade da infraestrutura e a morosidade de processos relativos a contratos de arrendamento de terras para empreendimentos com capital externo acentuam

a imprevisibilidade de retorno de investimentos. O estímulo à competitividade do comércio exterior passa pela criação de ambiente de negócios mais previsível, transparente e favorável à atração de investimentos estrangeiros. Apesar de declarações de autoridades malawianas favoráveis ao fortalecimento do setor privado, o país não tem logrado implementar políticas públicas de fomento à expansão do comércio ou dos fluxos de investimentos internos ou externos.

22. Durante minha gestão, restou evidenciado que o combate à corrupção deve estar no centro dos esforços pela atração de investimentos para o Malawi. Em 2016, o país caiu oito posições em relação a 2015 no ranking da percepção mundial da corrupção, divulgado pela ONG Transparência Internacional. O país ocupa hoje a 120<sup>a</sup> posição (em 2015, estava na 112<sup>a</sup> posição, e em 2012 na 88<sup>a</sup> posição). Analistas coincidem em avaliar que as instâncias responsáveis pelo combate à corrupção têm sido incapazes de exercer suas atribuições estatutárias, seja por limitações orçamentárias, seja pelo comprometimento político de suas lideranças, seja pela ausência de respaldo político para a agenda de reformas e para as investigações de suspeitas de corrupção, o que contribui para uma percepção de aumento da impunidade.

## Comércio bilateral

23. A corrente de comércio Brasil-Malawi ainda é modesta, uma média de US\$ 6,6 milhões anuais entre 2010 e 2015, com forte flutuação no fluxo em ambos os sentidos. Em 2012, o intercâmbio total atingiu a marca de US\$ 10,7 milhões, com um déficit de US\$ 6 milhões para o Brasil. Já no ano seguinte, quando o intercâmbio atingiu US\$ 9 milhões, registrou-se déficit de US\$ 7 milhões para o Malawi. Os produtos manufaturados respondem pela integralidade das exportações brasileiras para o Malawi, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento de fumo, e implementos agrícolas. O Malawi, por sua vez, exporta principalmente fumo para o Brasil.

24. Em 2016, registrou-se sensível queda nas exportações brasileiras para o Malawi, que alcançaram apenas US\$ 426 mil (redução de 62% com relação a 2015). Já as importações brasileiras de fumo alcançaram US\$ 1,3 milhão (5,5% superior a 2015). A queda das exportações brasileiras em 2016 foi consequência da crise econômica malawiana, que atingiu fortemente a demanda interna e o consumo de bens importados.

25. O maior potencial de crescimento do comércio bilateral parece residir na ampliação da oferta de maquinário agrícola, equipamentos e insumos produzidos no Brasil, preferencialmente em

operações de crédito com apoio oficial. O Malawi formalizou interesse em ingressar no Programa Mais Alimentos Internacional.

#### POLÍTICA INTERNA

26. O Malawi tem atravessado período de consolidação de sua trajetória democrática, construída ao longo dos últimos vinte e três anos. Desde a introdução do multipartidarismo, em 1994, registraram-se cinco eleições presidenciais e quatro transferências de poder, sempre de modo pacífico. Durante o governo de Joyce Banda (2012-14), foram adotadas medidas macroeconômicas austeras, como regime flutuante de câmbio e desvalorização acentuada da moeda, que contribuíram para a retomada do diálogo com o FMI, interrompido na gestão anterior, e a autorização de nova linha de crédito para o país. Foi também na gestão de Joyce Banda, contudo, que veio a público o "Cashgate", como ficou conhecido o escândalo de desvio de recursos por servidores públicos que desencadeou a suspensão dos repasses de países cooperantes a título de ajuda orçamentária, contribuindo para aprofundar o desequilíbrio das contas públicas do país. Por pressão dos principais países cooperantes, o governo buscou adotar medidas para contornar as

deficiências sistêmicas identificadas no curso das investigações que se seguiram ao episódio.

27. Joyce Banda foi derrotada nas eleições de maio de 2014, que sagraram vitorioso Arthur Peter Mutharika, irmão do presidente Bingu wa Mutharika, falecido em 2012. O governo de Arthur Peter Mutharika retomou o ímpeto de forte intervenção estatal na economia que havia caracterizado a gestão anterior do Democratic Progressive Party (DPP). Paralelamente, Mutharika tem procurado implementar reformas que promovam o reengajamento dos principais parceiros cooperantes, em particular no que respeita à ajuda orçamentária.

28. O governo Mutharika tem buscado articular uma agenda de reforma legislativa que contemple as prioridades identificadas em seu programa de governo, e que contribua para o alcance das esperadas conquistas socioeconômicas.

29. Ao longo de minha gestão, procurei acompanhar e reportar o debate interno relativo à aprovação e implementação das reformas políticas e econômicas propostas pelo governo, bem como a evolução do cenário político local no contexto das próximas eleições gerais, previstas para 21 de maio de 2019, quando o incumbente deverá concorrer à reeleição.

Poder legislativo

30. Durante minha gestão, mantive frequentes contatos com membros do poder legislativo malawiano. O parlamento malawiano foi instituído pela Constituição de 1994, a qual encerrou três décadas de regime autoritário e introduziu o multipartidarismo no Malawi. O parlamento malawiano é unicameral e conta com 193 membros, representando 28 distritos. A Constituição exige que sejam realizadas pelo menos duas sessões anuais. A cada ano, a assembleia legislativa tem-se reunido, em média, por cerca de 90 dias.

31. O Malawi tem observado elevada taxa de renovação parlamentar (mais de 75% nas eleições de 2014). Embora demonstre que o sistema tem preservado a capacidade do eleitorado de expressar insatisfação com o desempenho de seus representantes, a expressiva rotatividade dos membros do legislativo prejudica a consolidação de um corpo parlamentar experiente e preparado para atender aos anseios da população. Como reflexo dessas circunstâncias, o parlamento malawiano tem manifestado escassa iniciativa legislativa, limitando-se à apreciação de projetos de lei submetidos pelo executivo. A ausência de autonomia financeira tem sido apontada como uma das principais circunstâncias a restringir a capacidade de atuação do órgão. Embora a alocação orçamentária para as atividades parlamentares

---

esteja assegurada, a liberação de recursos é controlada pela pasta das Finanças.

32. Para avançar sua agenda no Parlamento, o governo tem buscado construir uma ampla base de apoio. Os maiores vencedores das eleições parlamentares de maio de 2014 foram os candidatos independentes, não filiados a qualquer partido, que lograram conquistar 52 assentos (27% das vagas parlamentares). Entre os partidos políticos, o DPP do presidente Arthur Peter Mutharika obteve o maior número de assentos (26%), seguido do MCP (25%), do PP (13%) e da UDF (7%).

33. Elementos étnicos, religiosos e regionais têm sido relevantes em análises do comportamento do eleitorado malawiano. Nas eleições de 2014, cerca de 7,5 milhões de eleitores foram registrados, o que correspondia a cerca de metade da população do país. Segundo estatísticas da Comissão Eleitoral do Malawi, o eleitorado apresenta a seguinte composição: a região norte, onde se concentram as etnias Tumbuka e Tonga, tem pouco mais de um milhão de eleitores registrados. A região central, tradicionalmente habitada por cidadãos de etnia Chewa, tem 3,1 milhões de eleitores registrados. A região sul, com 3,3 milhões de eleitores registrados, tem composição étnica mais variada, concentrando populações Lhomwe, Yao e Sena, entre outras.

34. O DPP, cuja base eleitoral está nos distritos majoritariamente habitados por cidadãos da etnia Lhomwe, e o MCP, tradicionalmente associado à etnia Chewa, são as duas únicas agremiações políticas de expressão nacional. O PP desestruturou-se com o fim do governo de Joyce Banda, e a UDF tende a buscar acomodação com o partido governista.

#### POLÍTICA EXTERNA

35. No que respeita à política externa malawiana, procurei acompanhar as ações de inserção diplomática do Malawi, seja com os países vizinhos, seja no contexto regional (SADC, COMESA, UA), seja com a comunidade doadora. O diferendo fronteiriço com a Tanzânia, questão latente desde a independência de ambos os países, registrou poucos desdobramentos durante minha gestão.

36. Cumpre destacar a centralidade dos fluxos de ajuda ao desenvolvimento para a agenda de política externa do Malawi, cuja economia segue enfrentando desafios que têm emperrado o crescimento sustentado e mantido mais da metade da população abaixo da linha de pobreza.

37. Estima-se em cerca de um bilhão de dólares o agregado da ajuda ao desenvolvimento direcionada anualmente ao Malawi, montante equivalente a 18%

---

do PIB (USD 5,4 bilhões em 2016, em dados do Banco Mundial). Enquanto outros países da região têm registrado avanços socioeconômicos consideráveis e vêm gradualmente reduzindo a dependência de repasses assistencialistas dos países desenvolvidos, o Malawi parece fadado a permanecer, ainda por muitos anos, sustentado por programas de ajuda ao desenvolvimento. Mais de metade da população permanece abaixo da linha de pobreza.

38. O Banco Mundial segue como principal parceiro do Malawi em ajuda ao desenvolvimento (USD 139 milhões em 2014-15). Entre os parceiros multilaterais, destacam-se ainda a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Global Fund. Entre os parceiros cooperantes bilaterais, destacam-se os EUA (cuja atuação envolve agências como USAID, Centre for Disease Control, Millennium Challenge Corporation e Office of U.S. Foreign Disaster Assistance), Reino Unido (DfID), Noruega, Alemanha e Irlanda. O Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Banco Mundial têm sido responsáveis pela execução do maior volume de recursos.

39. No caso do PMA, em função das recorrentes crises humanitárias, que têm exigido intervenções em número cada vez maior de distritos para atender à crescente parcela da população malawiana em

quadro de insegurança alimentar. No caso do Banco Mundial, em razão do papel que tem desempenhado nos esforços de reforma da administração das finanças públicas e na coordenação de iniciativas no setor de agricultura.

40. China e Índia também vêm ampliando sua presença em atividades de cooperação no Malawi. Apenas entre 2012 e 2015, a China contribuiu com USD 79,5 milhões em recursos computados como ajuda ao desenvolvimento, e a Índia com USD 74,8 milhões. A maior parcela dos desembolsos de China e Índia dá-se na forma de linhas de crédito em condições concessionais. Em 2014-15, o Malawi recebeu USD 154 milhões na forma de empréstimos concessionais, dos quais 15% oferecidos pela Índia e 6,9% pela China. Países do continente africano com aspirações de liderança regional, como o Egito, dão igual ênfase à agenda de cooperação técnica bilateral, oferecendo ao lado malawiano bolsas de estudos e outras oportunidades de capacitação.

41. O Malawi recebe ajuda ao desenvolvimento sobretudo na forma de doações (83% em 2012-13, 80% em 2014-15). Empréstimos concessionais corresponderam a 14% em 2012-13 e a 17% em 2014-15. O Banco Mundial responde por parcela majoritária da ajuda internacional na forma de empréstimos concessionais (61% em 2014-15), e a

agência alemã de cooperação (GIZ) por mais da metade da cooperação técnica (53% em 2014-15).

42. O setor de saúde concentra o maior volume de desembolsos (42% em 2014-15), seguido por agricultura (10% em 2014-15). Outros setores beneficiados são educação, recursos hídricos, irrigação, saneamento e resposta a desastres.

43. O Malawi participa ativamente de iniciativas regionais de paz e segurança. Efetivos do Malawi, da África do Sul e da Tanzânia compõem a brigada de intervenção da SADC que foi incorporada à MONUSCO, no âmbito dos esforços para a estabilização na República Democrática do Congo (RDC).

44. Nesse cenário, durante minha gestão busquei manter permanente canal de contato com representantes dos maiores parceiros internacionais do Malawi, de modo a acompanhar a evolução dos principais temas da política externa do país.

#### ECONOMIA

45. Entre todos os países que contam com representação diplomática brasileira residente, o Malawi é aquele com o mais baixo PIB nominal per capita (USD 300 em 2016, conforme dados do Banco Mundial, acima apenas do Burundi). Durante minha

gestão, procurei regularmente registrar a evolução do panorama macroeconômico malawiano, em particular os entendimentos do governo local com o FMI e com os principais parceiros cooperantes do país.

46. O país tem registrado avanços mensuráveis em alguns de seus objetivos macroeconômicos, como o controle dos índices de inflação e a estabilização das taxas de câmbio, mas segue enfrentando desafios persistentes em áreas como a redução da pobreza ou ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.

47. Para além de fatores externos, como o preço das commodities agrícolas no mercado internacional ou a irregularidade do regime de chuvas, a fragilidade institucional contribui de maneira decisiva para explicar a persistência de graves entraves ao crescimento econômico, apesar do expressivo volume de recursos dispendidos em projetos de ajuda ao desenvolvimento.

48. O Malawi tem buscado alcançar as metas de ajuste fiscal acordadas com o FMI, bem como adotar medidas para o aprimoramento da gestão macroeconômica, com a redução do endividamento interno, a revisão do passivo contábil, a adoção de práticas mais eficazes de conciliação bancária e a revisão da legislação relativa a aspectos como lavagem de dinheiro e controles dos fluxos de

---

comércio exterior. As tratativas entre o governo malawiano e o FMI são igualmente essenciais para o sucesso de esforços de captação de financiamentos internacionais para projetos de maior envergadura.

#### Segurança alimentar

49. Em cenário de crescentes pressões associadas à acelerada expansão demográfica, o Malawi segue enfrentando dificuldades em desvencilhar-se do ciclo anual de crises humanitárias e de escassez de alimentos. Em 2016, mais de 2,8 milhões de pessoas (cerca de 17% da população) foram incapazes de satisfazer as suas necessidades nutricionais mais elementares.

50. Os índices de pobreza e pobreza extrema seguem elevados, e os níveis de desnutrição continuam prejudicando o desenvolvimento salutar entre as crianças. O país tem uma população estimada em cerca de 17 milhões, mais da metade dos quais com menos de dezoito anos. Em grande medida, a força de trabalho segue concentrada no campo, sem que haja introdução de novas tecnologias ou adição de valor. O desempenho econômico do setor agrícola segue profundamente dependente da safra de fumo, e não há suficiente empenho oficial em promover a diversificação de cultivos.

51. A superação dos desafios ao desenvolvimento do Malawi passa pela expansão do comércio, sobretudo por uma mais ampla integração econômica regional,

e pelo aprofundamento de medidas para superar gargalos estruturais e melhorar o ambiente de negócios no país, incluindo o aprimoramento dos mecanismos de transparência e de combate à corrupção.

#### Setor cultural

52. Durante minha gestão, foi possível organizar eventos culturais, como apresentações musicais e de grupo de capoeira, no contexto das celebrações pela Data Nacional, nas dependências da Chancelaria. Sempre prestigiada por lideranças políticas, do meio acadêmico e jornalístico, a recepção pela Data Nacional brasileira passou a constar do calendário de eventos diplomáticos nesta capital.

#### Setor consular

53. Com a abertura do setor consular, em novembro de 2014, a embaixada passou a atender à reduzida comunidade brasileira residente neste país e a processar a emissão de vistos para cidadãos malawianos e estrangeiros residentes neste país. O início da emissão de vistos foi muito apreciado pelas autoridades locais, que até então tinham de enviar seus documentos de viagem à embaixada em Harare.

54. O setor consular tem igualmente sido procurado por cidadãos brasileiros residentes nas províncias

---

do norte de Moçambique, sobretudo em Tete, dada a maior proximidade e facilidade de acesso à capital malawiana, em comparação com a capital moçambicana. Além das rotinas consulares (passaportes, vistos, atestados, autenticações, procurações, entre outros serviços), vale mencionar o apoio prestado pela embaixada a casais de brasileiros interessados em adoção de crianças malawianas. Não há cidadãos brasileiros presos na jurisdição da Embaixada.

#### Aspectos administrativos

55. Desde o início de minha gestão na Embaixada em Lilongue, em junho de 2013, zelei pelas providências de abertura e início das atividades do posto, buscando assegurar adequadas condições de trabalho na Chancelaria e instalações condignas para as atividades de representação na Residência, em contexto de significativa restrição orçamentária.

56. Para instalação da Chancelaria e da Residência foi possível identificar, apesar dos constrangimentos de um mercado imobiliário bastante limitado, dois imóveis que garantem adequado nível de representatividade e funcionalidade, dignos de uma Missão Diplomática brasileira. Por força das restrições orçamentárias, muitas providências tiveram de ser adiadas ou ajustadas ao escalonamento de despesas

exigido pela efetiva disponibilidade de recursos. As necessárias adaptações nos imóveis, como a criação de área de atendimento para o Setor Consular, foram gradualmente financiadas com as dotações de custeio.

#### Dificuldades encontradas

57. De modo geral, não encontrei dificuldades em fazer avançar uma agenda bilateral positiva, em razão da abertura malawiana aos investimentos brasileiros no país e às iniciativas de cooperação técnica bilateral propostas.

58. Vale mencionar, entretanto, as limitações no diálogo com a chancelaria local. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional é uma burocracia modesta, com estrutura administrativa enxuta. Desde a abertura do posto, em 2013, raras foram as ocasiões em que foi possível obter reação formal aos pedidos de apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

59. No período de quatro anos e seis meses, houve ampla troca de funcionários locais e, de modo geral, há dificuldades de assegurar bons funcionários em razão da carência de pessoal qualificado com algum conhecimento de português.

#### Sugestões ao novo chefe do posto

60. No que respeita à agenda bilateral, considero que seria importante dar continuidade à agenda de visitas de autoridades diplomáticas brasileiras ao Malawi, o que favoreceria o aprofundamento de consultas sobre temas políticos e a reflexão mútua acerca de potenciais áreas de cooperação, demonstrando o compromisso brasileiro com a dinamização das relações bilaterais em suas distintas vertentes. Avalio igualmente que uma visita do chanceler malawiano ao Brasil seria ocasião propícia para aprofundar o diálogo sobre o relacionamento bilateral, bem como deslançar o mecanismo criado com a assinatura, em maio de 2017, do acordo bilateral de consultas políticas.

61. O projeto de cooperação na área do algodão seguirá demandando estreita atenção da embaixada. Seria igualmente recomendável que se desse seguimento, com o apoio da ABC, a outras iniciativas de cooperação técnica, como o programa de cooperação trilateral Brasil - FAO para o fortalecimento de programas de alimentação escolar na África e o Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África). Recordo ainda que o Centro de Excelência Contra a Fome, sediado em Brasília, e o escritório local do PMA colaboraram com o governo malawiano para a elaboração de uma política nacional de saúde e nutrição escolar.

62. Meu sucessor deverá encontrar, em sua chegada, um lado malawiano aberto a fazer avançar a agenda bilateral, disposto a identificar áreas de real convergência de interesses, com ganhos para ambos os países, não só no que toca à cooperação técnica, mas também na área de comércio e de investimentos.

63. Poderiam ser igualmente exploradas iniciativas de cooperação educacional e de promoção da língua portuguesa, como a possibilidade de ingresso do Malawi no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), bem como de abertura de um leitorado de português junto a alguma universidade malawiana.

#### CONCLUSÃO

64. Os avanços na agenda bilateral registrados em minha gestão, com a promoção de vínculos, a abertura de perspectivas e a defesa dos interesses brasileiros neste país, permitem-me corroborar o acerto da decisão de abrir embaixada residente no Malawi.

65. Além de palco de importantes investimentos brasileiros, o Malawi é terreno de atuação de agências internacionais dedicadas a contribuir para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento

humano e para a superação dos desafios da extrema pobreza, aspectos da agenda internacional prioritários para o Brasil. Isso faz do Malawi um relevante ponto de observação das condicionantes, dos contornos e da amplitude do impacto efetivo, no terreno, da ajuda internacional ao desenvolvimento, seja em modalidades tradicionais, seja no âmbito da cooperação Sul-Sul.

66. Cabe-me, finalmente, agradecer a confiança em mim depositada para desempenhar a honrosa missão de representar o Brasil junto ao Governo do Malawi.

67. Registro, com satisfação e gratidão, o apoio que sempre recebi do Ministro das Relações Exteriores e dos funcionários do Itamaraty, que não pouparam esforços para responder positivamente a todas as demandas do posto, em particular na área administrativa, bem como dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados na embaixada.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

## PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 38, de 2018 (Mensagem nº 255/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor Artur José Saraiva de Oliveira, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.*



SF/18003.60858-04

Relator: Senador **PEDRO CHAVES**

### I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA é filho de Marco Antonio Monteiro de Oliveira e Alvaceli Saraiva de Oliveira e nasceu em Salvador/BA, em 12 de maio de 1963.



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador PEDRO CHAVES**

Licenciou-se em Letras, Português-Inglês, pela Fundação Educacional D. André Arcoverde, no Rio de Janeiro, em 1990.

Foi nomeado Terceiro-Secretário da Carreira de Diplomata em 1996. Ascendeu a Segundo-Secretário em 2003; a Primeiro-Secretário em 2007 e a Conselheiro em 2014.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e em postos no Exterior destacam-se as de Chefe da Divisão da África 1, de 2014 a 2016 e Encarregado de Negócios na Embaixada em Lomé, em 2007 e na Embaixada em Uagadugu, em 2013. Serviu também na Embaixada em La Paz (2001-04), no Consulado-Geral em Miami (2004-2008) e na Embaixada em Assunção (2008-2011). A partir de 2016 passou a exercer funções na Divisão da África Central e Ocidental (DIACO).

Em 2012 o Senhor Artur José Saraiva de Oliveira publicou o livro “A Outra História de Itaipu”, *in Interesse Nacional*, São Paulo.

O Itamaraty encaminhou relatório executivo sobre a República do Malawi, do qual extraímos as informações que seguem.

Conta, o referido país, com população da ordem de 19,17 milhões de pessoas e PIB – Produto Interno Bruto de cerca de US\$ 6,26 bilhões (em dados de 2017, fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional – FMI). Seu PIB per capita, segundo o Banco Mundial (dados de 2015), é de US\$ 326 e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, segundo dados de 2017, fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, é de 0,476, ocupando o 170º lugar de 188 países. Seu território conta com área de 118.484 km².

O território que hoje constitui o Malawi era, anteriormente à conquista da independência (em 6 de julho de 1964), protetorado britânico, conhecido como Niassalândia. O principal produto do país é o tabaco, que responde por cerca de 67% de suas exportações. Segundo informa o relatório enviado pelo Itamaraty, as relações bilaterais entre o Brasil e o Malawi são ainda incipientes. A Embaixada do Malawi em Brasília foi aberta em 2010 e a do Brasil na capital, Lilongwe, data de 2013. Em 2009 foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países. Cooperação e investimento





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador PEDRO CHAVES**

constituem os principais focos de interesse do lado malawiano, constituindo-se nos principais pontos da agenda bilateral.

No campo da cooperação, é de se destacar o Projeto de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do baixo Shire e Zambeze, que conta com o apoio da EMBRAPA, responsável por sua implementação técnica. O projeto busca contribuir para a diversificação do setor agrícola do Malawi, ora fortemente dependente do fumo, por meio da expansão da cotonicultura no país. Ademais, o projeto constitui instrumento crucial para o aprofundamento do diálogo político com o Malawi, dado o seu potencial de atuar como catalisador de um salto tecnológico na área de pesquisa em cotonicultura no país, com a introdução de elementos inovadores à cadeia de produção de sementes certificadas de algodão, com garantia de sustentabilidade e apropriação de tecnologia.

Também se desenvolvem no Malawi projetos de cooperação sul-sul trilateral coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, com enfoque em segurança alimentar (alimentação escolar), e participação do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mais Alimentos – PMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Outro aspecto da cooperação foi o envio de missão brasileira ao Malawi para a capacitação de técnicos para atuar no combate à “lagarta do cartucho”, praga que já teria infestado cerca de 260 mil hectares de plantações no Malawi, estimando-se que 20% da safra de 2018 poderá ser perdida em razão do alastramento dessa praga.

No tocante a investimentos brasileiros no Malawi, a VALE é a única empresa brasileira com registro de atividades naquele país, com investimento total que ultrapassa US\$ 1 bilhão, equivalente a cerca de um sexto do PIB daquele país. A VALE é responsável pelo mais relevante investimento em infraestrutura no país: a expansão da infraestrutura ferroviária no contexto do Corredor de Nacala, sistema logístico incluindo ferrovia, terminal marítimo e porto, operado pela VALE e que oferece ao Malawi acesso ao mar. Em maio de 2017 o Congresso Nacional aprovou o Acordo de Cooperação e Promoção de Investimentos, vinculado aos investimentos brasileiros no projeto do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, em conjunto com a VALE.





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador PEDRO CHAVES**

No que diz respeito ao comércio bilateral, a corrente de comércio Brasil-Malawi é pequena e apresenta forte flutuação no fluxo em ambos os sentidos. O Brasil obteve superávit nas trocas em 2013 e 2014, passando a registrar déficits em 2015, 2016 e 2017.

Os produtos manufaturados respondem pela integralidade das exportações brasileiras para o Malawi, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento do fumo e implementos agrícolas. Já o Malawi exporta principalmente fumo para o Brasil, que constitui 80% de nossas importações.

O governo malawiano vem aprofundando parcerias com países emergentes, ganhando especial relevo os entendimentos com a China e a Índia, que envolvem doações ou mecanismos de créditos concessionais, destinados a projetos a serem conduzidos em coordenação com o governo do Malawi, sem condicionalidades.

No tocante às relações com os vizinhos Moçambique, Zâmbia e Tanzânia, estas são tensas com Moçambique em função de problemas quanto à navegabilidade dos rios Shire e Zambeze; porém são cordiais e produtivas com a Tanzânia e Zâmbia.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe serem aduzidas outras considerações a este Relatório.

Sala da Comissão,

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senador PEDRO CHAVES, Relator



# **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

**2**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 40, DE 2018

(nº 264/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

**AUTORIA:** Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 264

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Os méritos do Senhor Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.

EM nº 00097/2018 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão*

## I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

### MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ

CPF.: 18573576120

ID.: 9315 MRE

1959 Filho de Adalberto Tércio Lopes da Cruz e Martha Montenegro Lopes da Cruz, nasce em 8 de fevereiro, em Cochabamba/Bolívia

#### Dados Acadêmicos:

1979 Bacharel em relações Internacionais, Universidade de Brasília  
 1986/87 Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco  
 Mestre em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Tese: " A política externa como instrumento da autonomia e do desenvolvimento nacionais: um estudo de caso do Tratado de Cooperação Amazônica"  
 1989 Mestre em Ciência Política, The George Washington University, Washington, D.C.  
 2006 Curso de Altos Estudos IRBR. Tese: " O Brasil e a Sociedade da Informação: a construção de uma estratégia para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação"

#### Cargos:

1986 CPCD - IRBr  
 1987 Terceiro-secretário  
 1994 Segundo-secretário  
 2005 Primeiro-secretário  
 2009 Conselheiro  
 2016 Ministro de segunda classe

#### Funções:

1979/87 Editor, Editora Universidade de Brasília  
 1984/85 Chefe de Editoração, Editora Universidade de Brasília  
 1988/89 Assistente do Chefe da Divisão de Informação Comercial, MRE  
 1989/92 Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, MRE  
 1993 Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, MRE  
 1990/95 Secretário-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA  
 1997/99 Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministro, MCT  
 1999/2003 Coordenador-Geral de Programas Especiais, Assessoria Internacional do MCT  
 2003/2005 Subchefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, MRE  
 2005/2006 Coordenador-Geral de Bens Sensíveis, no exercício da Autoridade Nacional de Bens Sensíveis, MCT  
 2014/2015 Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, MRE  
 2015/2017 Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, MRE  
 2017 Subchefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores

#### Condecorações:

Ordem do Mérito da Defesa, Cavaleiro  
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância da Defesa e Aeronáutica, Embaixada em La Paz  
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância do exército, Embaixada em La Paz  
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância Naval na Bolívia

#### Obras publicadas

1987 "Política externa brasileira: três autores em questão". Contexto Internacional . Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais da PUC  
 1991 "Programa Paradigma: uma nova proposta de cooperação na América Latina e Caribe" (em co-autoria com Roberto Spolidoro e Carlos I.Z. Mammanna). Boletim de Diplomacia Econômica 13 (1992). Brasília: Ministério das Relações Exteriores..  
 1993 "A Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana e os desafios de desenvolvimento tecnológico nos anos 90". Boletim de Diplomacia Econômica

- 
- 2000 Política Externa e Cooperação Amazônica: a negociação do Tratado de Cooperação Amazônica". In: J. A. Guilhon de Albuquerque (Org.). 60 Anos de Política Externa Brasileira. Volume IV: "Prioridades, Atores e Políticas". São Paulo: USP-NUPRI
- 2013 "Securitización de aspectos societales en la Amazonía: aproximaciones desde Brasil y Bolivia". Col. Meira Mattos , set/dez 2013, v.7, n. 30, p.221-231 (co-autor: Sérgio R.R. Matos).
- 2013 "A temática da segurança sob o prisma das teorias de relações internacionais: um debate". (Co-autor: Matos, Sérgio). Revista da Escola de Guerra Naval , dezembro de 2013, volume 19 n. 2, p.411-434.

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

# AZERBAIJÃO



## INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018

<b>DADOS BÁSICOS</b>
----------------------

<b>NOME OFICIAL</b>	República do Azerbaijão
<b>GENTÍLICO</b>	Azerbaijano
<b>CAPITAL</b>	Baku
<b>ÁREA</b>	86.600 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	9,6 milhões
<b>LÍNGUA OFICIAL</b>	Azeri (90,3%) Obs: línguas não oficiais: lezgui (2,2%); russo (1,8%); armênio (1,5%).
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Muçulmanos (95%), cristãos ortodoxos russos (2,5%) e armênios (2,3%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República Presidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Unicameral, Assembleia Nacional ( <i>Milli Mejlis</i> )
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Ilham Aliyev (desde 31/10/2003)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro-Ministro Novruz Mammadov (desde 23/04/2018)
<b>CHANCELER</b>	Elmar Mammadyarov (desde 07/04/2004)
<b>PIB NOMINAL (2017)</b>	US\$ 37,2 bilhões
<b>PIB PPP (2017)</b>	US\$ 166,8 bilhões
<b>PIB "per capita" (BM 2017)</b>	US\$ 3.876
<b>PIB "per capita" PPP (2017)</b>	US\$ 17.400
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	-1% (2017); -3,1% (2016); 1,1% (2015)
<b>IDH</b>	0,751 (78ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	72,5 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO</b>	99,8%
<b>TAXA DE DESEMPREGO</b>	5,3%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Manat azerbaijano
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Elkhan Polukhov
<b>EMBAIXADOR EM BAKU</b>	Santiago Fernández Alcázar
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA</b>	Cerca de 100 pessoas, maioria esportistas

**Comércio Bilateral - Fonte: MDIC (US\$ Milhões)**

<b>BRASIL → AZERBAIJÃO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018 (abril)</b>
<i>Intercâmbio</i>	28,7	17,0	22,2	47,1	34,4	151,0	26,8	26,1	11,2	71,2	3,5
<i>Exportações</i>	28,5	16,9	22,0	47,0	34,2	150,7	26,6	25,9	11,1	71,0	3,2
<i>Importações</i>	0,19	0,1	0,19	0,04	0,17	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
<i>Saldo</i>	28,3	16,8	21,8	47,0	34,0	150,4	26,4	25,7	10,9	70,9	2,9

## APRESENTAÇÃO

O Azerbaijão comemora em 28 de maio de 2018 o centenário da criação da República Democrática do Azerbaijão.

Com uma área de 86.600 km<sup>2</sup>, a República do Azerbaijão tem o tamanho aproximado de Portugal e localiza-se na região transcaucasiana da Ásia Ocidental (a sudeste das Montanhas do Cáucaso), limitando-se no norte com a Rússia, a noroeste com a Geórgia, a leste com o Mar Cáspio, ao sul com o Irã e a oeste com a Armênia. É parte do Azerbaijão o enclave de Nakhchevan, entre o Irã e a Armênia, com pequena fronteira com a Turquia.

O Azerbaijão conta com amplos recursos energéticos na Bacia do Cáspio, onde o petróleo vem sendo explorado desde o final do século XIX. Desde a independência, o país abriu o setor às companhias petrolíferas estrangeiras por meio de acordos de compartilhamento de produção (PSAs) com a companhia estatal SOCAR, de modo a desenvolver a prospecção e a exploração “off-shore” em águas profundas, tendo sido encontrados ao menos dois campos de grande porte, o Azeri-Chirag-Guneshli (petróleo), bem como o Shah Deniz (gás).

A população é estimada em 9,6 milhões de habitantes. Possui o país grande número de refugiados (estimados em 800 mil), tanto internos, em decorrência do conflito na região do Nagorno-Karabakh, quanto os provenientes da comunidade azerbaijana que vivia na Armênia.

A religião predominante é o islã, sendo que, formalmente, dois terços da população são xiitas e os demais, sunitas. Entre as minorias étnicas – eslava, armênia e georgiana – pratica-se também o cristianismo russo ortodoxo (2,5%) e o armênio ortodoxo (2,3%). Apesar da grande maioria muçulmana, o país tem orgulho em apresentar-se como secular.

A área ocupada pelo Azerbaijão foi dominada, no século VII a.C. pelos medos (tribo que na Antiguidade ocupou parte do território do Irã), tornando-se posteriormente parte do Império Persa. No século VII, a região foi conquistada pelos árabes, que introduziram a cultura islâmica. Tribos turcas controlaram a região nos séculos XI e XII, mas o domínio persa foi restaurado no século XVI. Os Tratados de 1813 e de 1828 cederam à Rússia a região que constitui hoje o Azerbaijão. Com a Revolução Russa em 1918, o Azerbaijão tornou-se nação independente. Em 1920, com a proclamação da República Socialista Soviética, os atuais estados do Azerbaijão, Geórgia e Armênia uniram-se e formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana. Dissolvida a associação em 1936, o Azerbaijão tornou-se parte constitutiva da União Soviética. O Azerbaijão permaneceu na União Soviética até o colapso do comunismo em 1991, quando declarou independência. Imediatamente após a independência, irrompeu conflito com a Armênia, em razão da região autônoma (durante o regime soviético) de Nagorno-Karabakh, enclave habitado por maioria étnica armênia dentro do território azerbaijano. A Armênia ocupou militarmente Nagorno-Karabakh e outros sete distritos adjacentes, criando extensa zona-tampão com o Azerbaijão. O país ingressou na Organização das Nações Unidas em 1992.

## PERFIS BIOGRÁFICOS



**Ilham Aliyev, presidente:** Nasceu em 24/12/1961, em Baku. Filho do ex-presidente Heydar Aliyev, sucedeu-o no poder. Formou-se em Relações Internacionais na Universidade Estatal de Moscou (MGIMO) em 1982. É PhD em História e Ciência Política também pela MGIMO. Entre 1994 e 2003 foi vice-presidente da “State Oil Company of the Republic of Azerbaijan” (SOCAR), estatal que controla a exploração de petróleo no país. Em 1995 foi eleito para o parlamento e, em 1999, nomeado presidente adjunto do Partido do Novo Azerbaijão (YAP). Em 2003, foi nomeado primeiro-ministro e, posteriormente, eleito presidente da República, com 76% dos votos válidos, em eleição realizada após a morte do pai. Reeleito em 2008, 2013 e 2018.



**Novruz Mammadov, primeiro-ministro:** Nasceu em 15/03/1947 em Nakhchivan. Atuou como intérprete na Argélia (1967-1968), Guiné (1971-1973) e novamente na Argélia (1978-1981). De 1992 a 1993, foi reitor da faculdade preparatória do Instituto Pedagógico de Línguas Estrangeiras do Azerbaijão (APFLI). Entre 1995 a 1997, foi intérprete da Presidência da República. De 1997 a 2018, foi chefe do Departamento de Relações Exteriores da Administração do presidente da República do Azerbaijão. De 2003 a 2018, foi o presidente do Departamento de Lexicologia e Metodologia da Língua Francesa na Universidade de Idiomas Estrangeiros do Azerbaijão. Em 21 de abril de 2018, foi nomeado primeiro-ministro do Azerbaijão.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Azerbaijão comemoram, em 2018, 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Os dois países estabeleceram relações a 21 de outubro de 1993, no auge do conflito de Nagorno-Karabakh. O Brasil, naquele contexto, cumpria mandato de membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e votou pela adoção das quatro resoluções (aprovadas por unanimidade) que levaram as duas partes a um cessar-fogo. A posição brasileira é recordada, com gratidão, pelos azerbaijanos.

Em 1995, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com o ex-presidente Haydar Aliyev. Em abril de 2006, o chanceler Elmar Mammadyarov visitou o Brasil e reuniu-se com os titulares das pastas das Relações Exteriores, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Minas e Energia. Na ocasião, foram assinados o Acordo sobre Consultas Políticas e o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

As relações bilaterais ganharam impulso com a abertura recíproca de embaixadas. A Embaixada do Brasil em Baku foi instalada em maio de 2009. Em maio de 2012, chegou ao Brasil o primeiro embaixador residente azerbaijano no País.

Em fevereiro de 2013, o então ministro Antônio Patriota reuniu-se com Mammadyarov à margem da Cúpula de Segurança de Munique. O subsecretário-geral Hadil da Rocha Vianna, responsável pela área de promoção comercial do MRE, realizou exitosa missão comercial a Baku, em maio de 2013, com representantes de empresas dos setores de alimentação, infraestrutura e defesa. Ainda em 2013, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão, deputado Cláudio Cajado, visitaram Baku por ocasião do II Fórum Internacional de Diálogo Multicultural.

O então subsecretário-geral de Política I do Itamaraty, embaixador Carlos Paranhos, recebeu, em novembro de 2013, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Araz Azimov, para a realização da I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão ao abrigo do Protocolo de Consultas Políticas.

O ministro da Juventude e dos Esportes do Azerbaijão, Azad Rahimov, visitou o Brasil em abril de 2014, ocasião em que manteve encontros com o então ministro dos Esportes Aldo Rebelo e com o presidente da Autoridade Pública Olímpica Márcio Fortes e assinou acordo de cooperação bilateral na área esportiva. O então ministro dos Esportes Aldo Rebelo reciprocou a visita de Rahimov em novembro de 2014. Também no mês de abril de 2014, o major-general Ramiz Najafov, chefe do Departamento de Cooperação Internacional do

Ministério da Defesa azerbaijano, visitou o Brasil, ocasião em que sugeriu que Brasil e Azerbaijão celebrem Acordo-Quadro de cooperação em defesa.

O subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte (SGEAM) do Itamaraty, embaixador Fernando Simas Magalhães, realizou visita oficial a Baku em abril de 2016 para participar, como chefe da delegação brasileira, do VII Fórum Global da Aliança das Civilizações. Na ocasião, manteve reuniões de trabalho no Ministério dos Negócios Estrangeiros com os vices-ministros Khalaf Khalafov e Araz Azimov para tratar do relacionamento bilateral.

Em fins de outubro de 2016, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e os deputados federais José Carlos Aleluia (DEM-BA), Heráclito Fortes (PSB-PI), Rogério Rosso (PSD-DF) e Rubens Bueno (PPS-PA) realizaram visita oficial ao Azerbaijão.

Finalmente, em 14-15 de novembro último, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizou visita oficial a Baku. A visita revestiu-se de caráter histórico por ser a primeira de um chanceler brasileiro ao país e à região do Cáucaso. Na ocasião, encontrou-se com o presidente Ilham Aliyev, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Elmar Mammadyarov, e com o ministro da Economia, Shahin Mustafayev. Foi assinado Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Universidade ADA sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas.

### **Perfil do Comércio Bilateral**

Em 2017, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 71,2 milhões, e foi composta, em sua quase totalidade, de exportações brasileiras, no valor de US\$ 71,0 milhões. O crescimento vertiginoso em relação a 2016, quando as exportações alcançaram US\$ 11,1 milhões, foi impulsionado pela venda brasileira de aeronaves Embraer, que equivaleram a cerca de US\$ 60 milhões. O Azerbaijão anunciou a compra de oito aviões E-190, um dos quais já entregue, perfazendo transação estimada em US\$ 400 milhões. O pequeno montante exportado pelo Azerbaijão ao Brasil correspondeu a produtos químicos envolvendo mistura de ácidos.

### POLÍTICA INTERNA

O presidente Heydar Aliyev, ex-membro da KGB e próximo a Yuri Andropov, dominou a vida política azerbaijana nos anos 1970 e 1980 e voltou a governar o país após a "débâcle" que se seguiu à guerra do Nagorno-Karabakh. Ao longo de dez anos, construiu um regime verticalizado que não foi alterado, em sua essência, pelo seu filho e atual presidente, que exerce controle sobre as estruturas políticas e sociais do país.

O presidente Ilham Aliyev ocupa o cargo desde fins de 2003, quando substituiu seu pai, falecido em dezembro do mesmo ano. Foi reeleito em 2008, 2013 e 2018.

Na última eleição, em abril último, o presidente Aliyev assegurou sua terceira reeleição e seguirá no comando do Azerbaijão pelos próximos sete anos. Segundo informações oficiais, 3,9 milhões de eleitores, de um total de 5,3 milhões, compareceram às urnas, indicando índice de abstenção de pouco mais de 25%, conforme já se previa nas pesquisas eleitorais.

O presidente Aliyev obteve 86% dos votos, com o restante distribuído entre outros sete candidatos. Nos três pleitos anteriores, Aliyev conseguiu 76,7% (2003), 89% (2008, ano em que houve boicote da oposição) e 84,7% (2013). O resultado final está um pouco acima do que estimaram os institutos locais de pesquisa, que divulgaram amplamente nos dias anteriores vitória do atual presidente por cerca de 83% dos votos.

A Assembleia Nacional (*Milli Mejlis*) é constituída de 125 deputados, eleitos por voto direto. A maioria dos assentos é ocupada pelo Partido do Novo Azerbaijão, do presidente Ilham Aliyev. Referendo realizado em setembro de 2016 promoveu mudanças constitucionais para fortalecer o poder do presidente da República.

## POLÍTICA EXTERNA

Desde sua independência (1991), o principal tema de política externa azerbaijana é a questão de Nagorno-Karabakh, assim como a reincorporação das áreas adjacentes àquele território. O Azerbaijão tem dedicado grande prioridade às relações com a Turquia, como complementar aos vínculos estreitos que mantém com Moscou, aliado de primeira ordem da Armênia. A opção turca reflete também o reconhecimento ao apoio de Ancara no encaminhamento da questão de Nagorno-Karabakh.

Outro aspecto central da política exterior azerbaijana refere-se aos recursos energéticos do país – fator que levou o especialista em geopolítica Zbigniew Brzezinski a classificar o país como "pivô" na Eurásia, em seu livro "The Grand Chessboard". Baku, nesse contexto, equilibra-se entre a órbita russa e a europeia. O Ocidente incentiva o governo azerbaijano a participar de projetos energéticos que visam a transportar petróleo e gás para a Europa Ocidental, via Geórgia e Turquia, contornando o território russo.

Digno de destaque é o aumento expressivo dos gastos azerbaijanos com a defesa nacional. O reequipamento das Forças Armadas e uma retórica mais assertiva de Baku têm causado preocupação na Armênia. O novo contexto regional, que parece caracterizar-se por uma aliança entre Rússia, Irã e Turquia, em um novo eixo de poder é, do ponto de vista da política externa azerbaijana, dos mais favoráveis.

Nação de língua túrquica e que, embora de maioria xiita, tem na Turquia sunita seu principal "aliado estratégico", o Azerbaijão é, simultaneamente, herdeiro plurissecular da civilização e da cultura persa, preservando, por tal motivo, sinergias históricas com o grande vizinho iraniano, igualmente xiita. O país mantém vínculos extremamente estreitos e incontornáveis, como herança da extinta União Soviética e, antes do Império czarista, com a Federação da Rússia.

Baku sempre buscou manter, simultânea e concomitantemente, as melhores e mais distendidas relações com o Ocidente (Estados Unidos e União Europeia), resultado de sua política externa ostensivamente multifacetada e não alinhada.

Nos últimos anos, o Azerbaijão busca apresentar-se como nação multiétnica, laica, próspera e confiável. Realiza importante esforço para a atração de grandes eventos esportivos, culturais e políticos multilaterais, a fim de promover o país.

O Azerbaijão lançou a candidatura de Baku como sede para a Exposição Mundial de 2025 (EXPO 2025).

### Questão de Nagorno-Karabakh

A região de Nagorno-Karabakh tem cerca de 8.200 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 140 mil habitantes. Desde o início do século XX, a região, com população

majoritariamente armênia, é disputada pela Armênia e por etnias que vieram a compor o moderno Estado do Azerbaijão. Com a eclosão da revolução Bolchevique e a posterior consolidação da União Soviética, Josef Stalin, à época Comissário soviético para as Nacionalidades, decidiu, em 1923, manter o território como parte da República Socialista Soviética (RSS) do Azerbaijão, com o status de região autônoma. Em 1945, 1965 e 1977, houve petições para que Nagorno-Karabakh fosse anexado à RSS da Armênia, sem sucesso. Com o advento da “perestroika”, o território de Nagorno-Karabakh transformou-se na primeira região dissidente da União Soviética. Com a dissolução da URSS e o vácuo de poder que se seguiu, em dezembro de 1991 – após, portanto, a independência tanto do Azerbaijão quanto da Armênia -, em um referendo boicotado pelos azerbaijanos locais, os armênios de Nagorno-Karabakh aprovaram a criação de um Estado independente. O conflito que se seguiu, que opôs forças azerbaijanas aos armênios de Nagorno-Karabakh, gerou, segundo números do Azerbaijão, cerca de 30 mil mortos dos dois lados e mais de um milhão de refugiados de etnia azerbaijana, deslocados da Armênia, da própria região de Nagorno-Karabakh e de sete distritos adjacentes a Karabakh. Desde a guerra, a região está sob controle de tropas de etnia armênia. Os armênios étnicos ocupam, além do Karabakh propriamente dito, sete distritos azerbaijanos adjacentes.

Entre as dificuldades associadas ao conflito estão: a ação dos franco-atiradores de ambos os lados na chamada linha de contato de Nagorno-Karabakh; o pleito do Azerbaijão de ver reconhecido episódio de genocídio na localidade de Khojaly (Stepanakert para os armênios, em designação à capital do enclave de Nagorno-Karabakh) a oposição azerbaijana à abertura do aeroporto de Khojaly/Stepanakert; e o caso Ramil Safarov.

Desde 1992, negociações de paz tem sido conduzidas no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), pelo Grupo de Minsk, sob a co-presidência dos EUA, Rússia e França. Os principais elementos do processo de negociação de paz estão consubstanciados nos quatro princípios da Ata Final de Helsinque (não uso ou ameaça do uso da força; integridade territorial; autodeterminação dos povos; e igualdade de direitos) e nos seis elementos constantes da Declaração de l’Aquila (devolução dos distritos adjacentes a Nagorno-Karabakh ao controle do Azerbaijão; status interino de Nagorno-Karabakh com garantias de segurança e autogoverno; corredor de ligação entre Nagorno-Karabakh e a Armênia; direito dos refugiados e deslocados internos de regressar a seus locais de residência; e determinação final do status legal de Nagorno-Karabakh por meio de um plebiscito com resultados vinculantes). Todos esses aspectos, por sua vez, estão incorporados nos chamados “Princípios de Madri” de 2007. Armênia e Azerbaijão discordam, no entanto, quanto à sequencialidade, ou à ordem em que devem ser implementados. A Rússia mediou cessar-fogo, assinado em 1994, pelas partes, que, no entanto, jamais assinaram tratado de paz.

Os constantes incidentes na zona de contato entre os territórios ocupados e o Azerbaijão propriamente dito adquiriram contornos dramáticos em 2016, com a ocorrência

das piores conflagrações desde 1994. O lado armênio divulgou haver abatido um helicóptero e dois "drones" inimigos, bem como destruído dois tanques. O Azerbaijão alegou haver destruído seis tanques armênios. Os lados se acusam mutuamente pelo início das hostilidades. Pela primeira vez, desde o cessar-fogo de 1994, houve mudança da fronteira na linha de contato em favor do Azerbaijão. Após quatro dias de batalhas e 64 baixas estimadas entre militares e civis, as partes chegaram a um novo cessar fogo.

Os países que presidem o Grupo de Minsk (Rússia, Estados Unidos e França) conclamaram as partes à moderação e à manutenção do cessar fogo. A Turquia declarou solidariedade ao Azerbaijão, país do qual os turcos são bastante próximos. Como pano de fundo do conflito entre dois países pequenos do Cáucaso está a rivalidade histórica no Cáucaso Sul entre a Turquia (aliada do Azerbaijão) e a Rússia (aliada da Armênia e árbitro de última instância das conflagrações no espaço pós-soviético). Eventual escalada do conflito poderia levar a uma indesejada e perigosa intervenção, com grande potencial de desestabilização, das grandes potências regionais, cujo relacionamento está abalado pelos já conhecidos desencontros na Síria.

#### *Posição do Brasil*

O Brasil não reconhece a independência de Nagorno-Karabakh (nenhum país a reconhece, nem mesmo a Armênia), defende a solução pacífica do conflito por meio de negociações e apoia os esforços do Grupo de Minsk. Ademais, defende a plena implementação das quatro Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1993 sobre Nagorno-Karabakh (822, 853, 874, 884).

Cabe a menção de que a Câmara Municipal de Franco da Rocha propôs lei para "declarar o município em apreço como Cidade Irmã da capital do território de Nagorno-Karabakh, Stepanakert" (chamada pelo Azerbaijão de Khankendi), o que ensejou seguidas gestões e protestos do embaixador do Azerbaijão junto ao Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty transmitiu missiva em que conclamou as autoridades locais a tornar sem efeito o referido ato normativo, que poderia acarretar prejuízo nas relações bilaterais com o Azerbaijão. Na oportunidade, reiterou-se os termos do artigo 21, Inciso I, da Constituição Federal da República, segundo o qual compete à União manter relações com os Estados estrangeiros.

Projetos de lei similares foram propostos, em 2015, nas Câmaras Municipais de São Paulo e de Guarulhos. Ambos os projetos, no entanto, foram retirados pelos autores (o de Guarulhos, em 2016, e o de São Paulo, em setembro de 2017), após gestões do MRE.

O governo brasileiro assinala que tais iniciativas não favorecem a construção de ambiente propício para a solução do conflito e poderiam ser interpretados como reprovação brasileira ao processo de paz estabelecido pela comunidade internacional. Poderiam, ademais,

serem vistos como contrários ao bom relacionamento diplomático entre o Brasil e o Azerbaijão.

### **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Desde o início das atividades, em novembro de 1997, o Azerbaijão extraiu 454 milhões de toneladas de petróleo do maior bloco de exploração, Azeri-Chirag-Gunashli, no mar Cáspio. Foram retirados também 144 bilhões de metros cúbicos de gás associado. Cerca de 57% da produção se converte em receita para o governo azerbaijano (soma de taxas e impostos sobre a atividade de empresas estrangeiras e extração direta da estatal SOCAR) -, ou US\$ 132 bilhões de um total de US\$ 230 bilhões. Os principais exploradores de petróleo na região do mar Cáspio azerbaijano são a britânica BP (30,4%), a SOCAR (25%), a norte-americana Chevron (9,6%), a japonesa INPEX (9,3%) e a norueguesa Statoil (7,3%).

Os hidrocarbonetos, a despeito de alegados esforços do governo azerbaijano para diversificar a economia, permanecem como principal fonte econômica do país, com o petróleo sendo ainda responsável por aproximadamente 90% das exportações do Azerbaijão, segundo dados do Banco Mundial. A queda acentuada dos preços internacionais do produto, a partir de 2014, fez com que o PIB do país, em dólares, caísse praticamente à metade daquele ano a 2017, refletindo a preeminência do petróleo na economia local. O início da produção de novos campos de gás natural no mar Cáspio e, em especial, do funcionamento de gasodutos ligando o Azerbaijão à Europa Ocidental (previsto para até meados de 2019), além do aumento dos preços do petróleo, são a maior esperança para a recuperação econômica do país.

Os outros setores da economia, inclusive o financeiro e bancário, seguem dependentes de investimentos estatais e aportes do fundo soberano, que contam com recursos oriundos basicamente da exploração dos hidrocarbonetos. Outra preocupação do governo é a inflação, apesar da queda do índice de 15% para 8% de 2016 para 2017. A desvalorização do *manat* contribuiu para o aumento dos preços, o que tem levado o Banco Central a promover leilões regulares de títulos públicos para reduzir a liquidez. **Essa política monetária contracionista, por outro lado, dificulta o ambiente de negócios dentro do país e, conseqüentemente, a pretensa diversificação da economia.**

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1913</b> – Por tratado, a Pérsia cede à Rússia a região que hoje é o Azerbaijão.
<b>1918</b> – Após a Revolução Russa, o Azerbaijão torna-se independente.
<b>1920</b> – Com a proclamação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Azerbaijão e outros países do Cáucaso formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana.
<b>1936</b> – O Azerbaijão, como entidade autônoma, torna-se parte constitutiva da União Soviética.
<b>1991</b> – Com o colapso da União Soviética, o país torna-se independente.
<b>1991</b> – Guerra com a Armênia pela soberania sobre a região de Nagorno-Karabakh.
<b>1992</b> – O Azerbaijão ingressa na Organização das Nações Unidas.
<b>1994</b> – Cessar-fogo com a Armênia, sob mediação russa.
<b>2003</b> – Assume o presidente Ilham Aliyev, filho do ex-presidente Heydar Aliyev.
<b>2008</b> – Presidente Ilham Aliev é reeleito.
<b>2009</b> – Referendo elimina limites para a reeleição presidencial.
<b>2011</b> – O Azerbaijão assume assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato 2012-13.
<b>2013</b> – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela segunda vez.
<b>2016</b> – Conflagrações em Nagorno-Karabakh mudam fronteira na linha de contato em favor do Azerbaijão.
<b>2018</b> – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela terceira vez.
<b>2018</b> – O Azerbaijão comemora o centenário da criação da República Democrática do Azerbaijão (28 de maio).

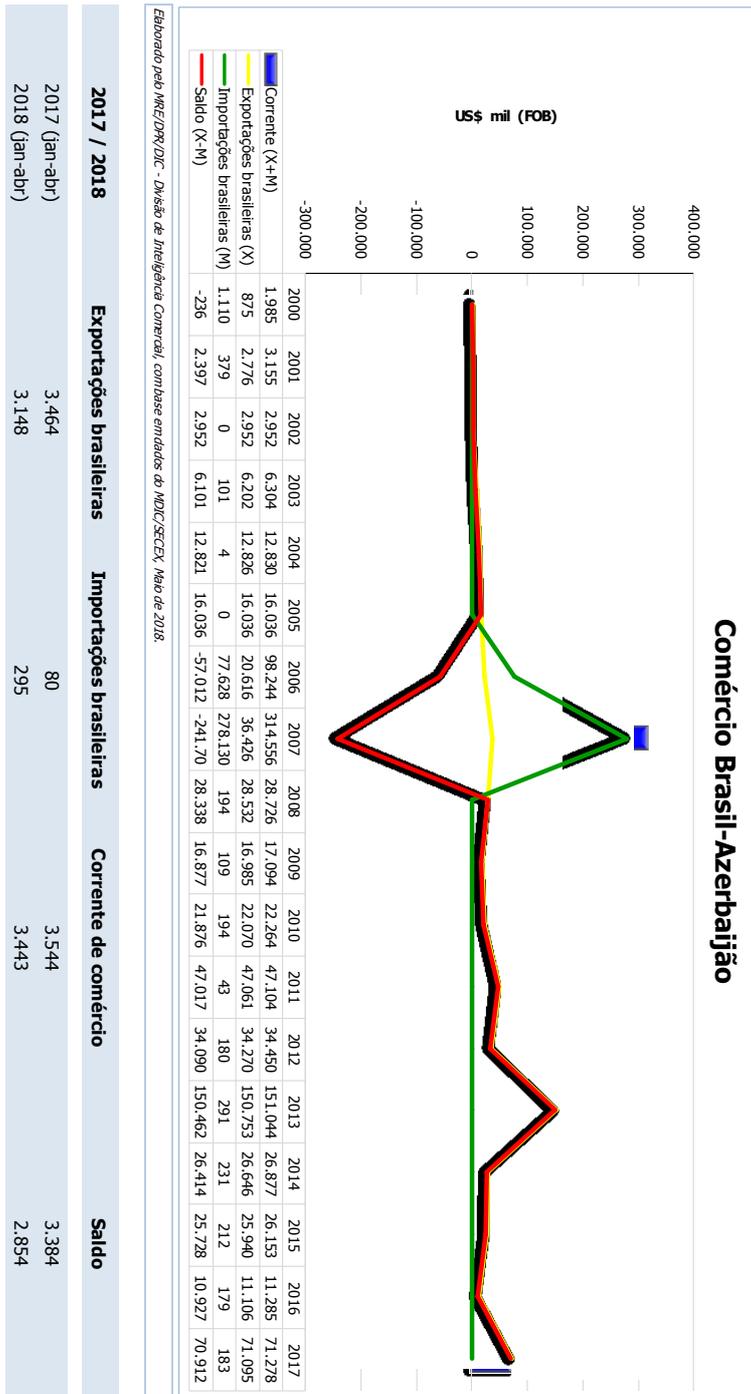
### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

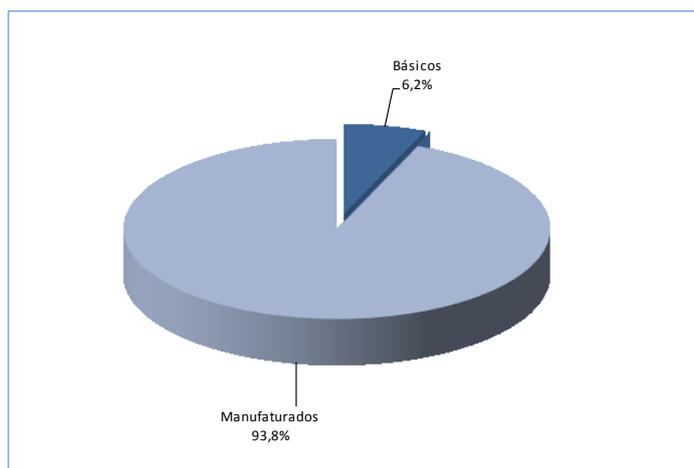
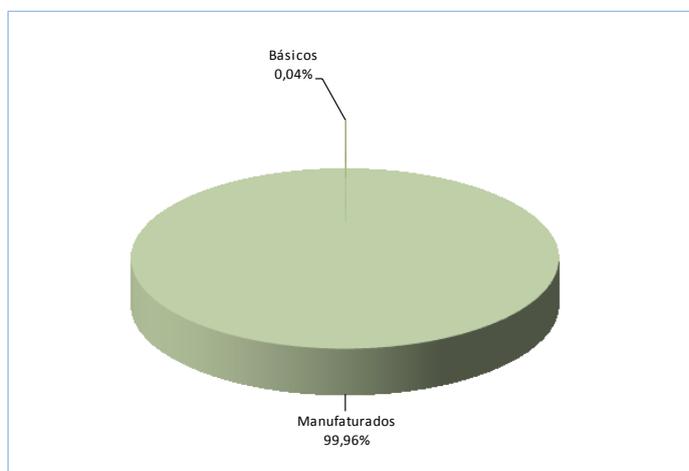
<b>1993</b> – No dia 21 de outubro, o Brasil e o Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas.
<b>1995</b> – Representante azerbaijano comparece à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
<b>1997</b> – Ex-presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão, Rasul Guliyev, visita o Brasil.
<b>2006</b> – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, visita o Brasil.
<b>2006</b> - Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.
<b>2009</b> – Brasil abre Embaixada residente em Baku.
<b>2010</b> – Acordo, por troca de Notas, sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.
<b>2012</b> – Azerbaijão abre Embaixada residente em Brasília.
<b>2013</b> – Encontro entre o ministro das Relações Exteriores e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, à margem da 49ª Conferência Internacional de Segurança de Munique.
<b>2013</b> – Visita do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão a Baku, deputado Cláudio Cajado.
<b>2013</b> - I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão, em Brasília.
<b>2013</b> – Missão comercial brasileira liderada pelo subsecretário-geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do Itamaraty.
<b>2014</b> – Visita ao Brasil do ministro dos Esportes do Azerbaijão, Araz Rahimov. Visita do ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, a Baku.
<b>2016</b> – Visita do embaixador Fernando Simas Magalhães a Baku para encontro com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Araz Azimov.
<b>14-15/11/2017</b> – Visita oficial a Baku do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a primeira de um chanceler brasileiro ao país e à região do Cáucaso.

**ACORDOS BILATERAIS**

<b>Título do Acordo</b>	<b>Data</b>	<b>Status da Tramitação</b>
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a ADA Universidade sob o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas.	15/11/2017	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Azerbaijão sobre Cooperação na Área de Comércio e Investimentos	14/12/2016	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	04/04/2006	Em Vigor
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão	04/04/2006	Em Vigor

## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

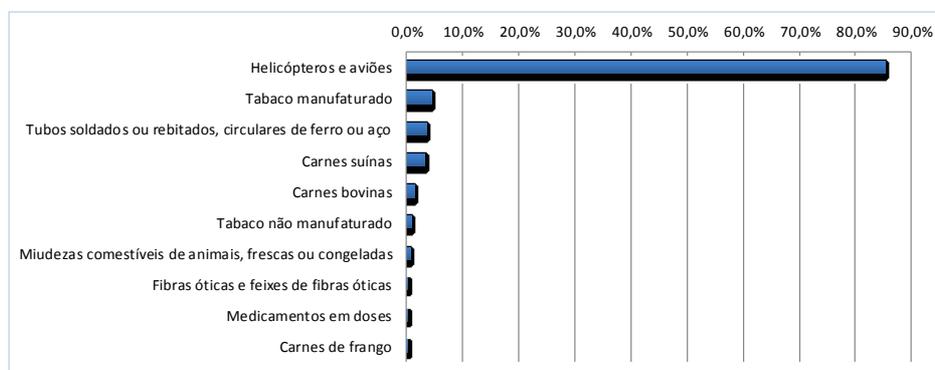
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.*

**Composição das exportações brasileiras para o Azerbaijão (SH4)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Helicópteros e aviões	0	0,0%	0	0,0%	60.569	85,2%
Tabaco manufaturado	0	0,0%	0	0,0%	2.999	4,2%
Tubos soldados ou rebitados, circulares de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	2.402	3,4%
Carnes suínas	9.179	35,4%	4.965	44,7%	2.337	3,3%
Carnes bovinas	2.281	8,8%	358	3,2%	914	1,3%
Tabaco não manufaturado	506	2,0%	97	0,9%	523	0,7%
Miudezas comestíveis de animais, frescas ou congeladas	1.933	7,5%	1.363	12,3%	459	0,6%
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	13	0,1%	156	1,4%	145	0,2%
Medicamentos em doses	215	0,8%	20	0,2%	121	0,2%
Carnes de frango	11.028	42,5%	3.466	31,2%	118	0,2%
<b>Subtotal</b>	<b>25.155</b>	<b>97,0%</b>	<b>10.425</b>	<b>93,9%</b>	<b>70.587</b>	<b>99,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>785</b>	<b>3,0%</b>	<b>680</b>	<b>6,1%</b>	<b>508</b>	<b>0,7%</b>
<b>Total</b>	<b>25.940</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.106</b>	<b>100,0%</b>	<b>71.095</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

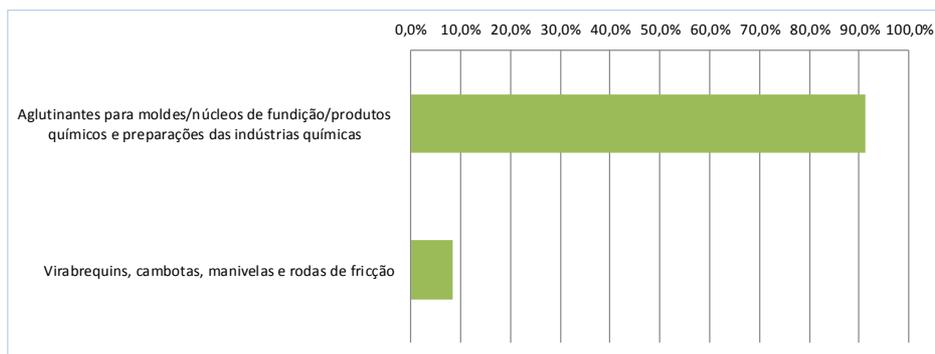


**Composição das importações brasileiras originárias do Azerbaijão (SH4)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aglutinantes para moldes/núcleos de fundição/produtos químicos e preparações das indústrias químicas	182	85,7%	179	100,0%	167	91,3%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	16	8,5%
Tecidos de fibras sintéticas, combinados com algodão	0	0,0%	0	0,0%	0	0,2%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	28	13,4%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>210</b>	<b>99,1%</b>	<b>179</b>	<b>100,0%</b>	<b>183</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>2</b>	<b>0,9%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>100,0%</b>	<b>179</b>	<b>100,0%</b>	<b>183</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



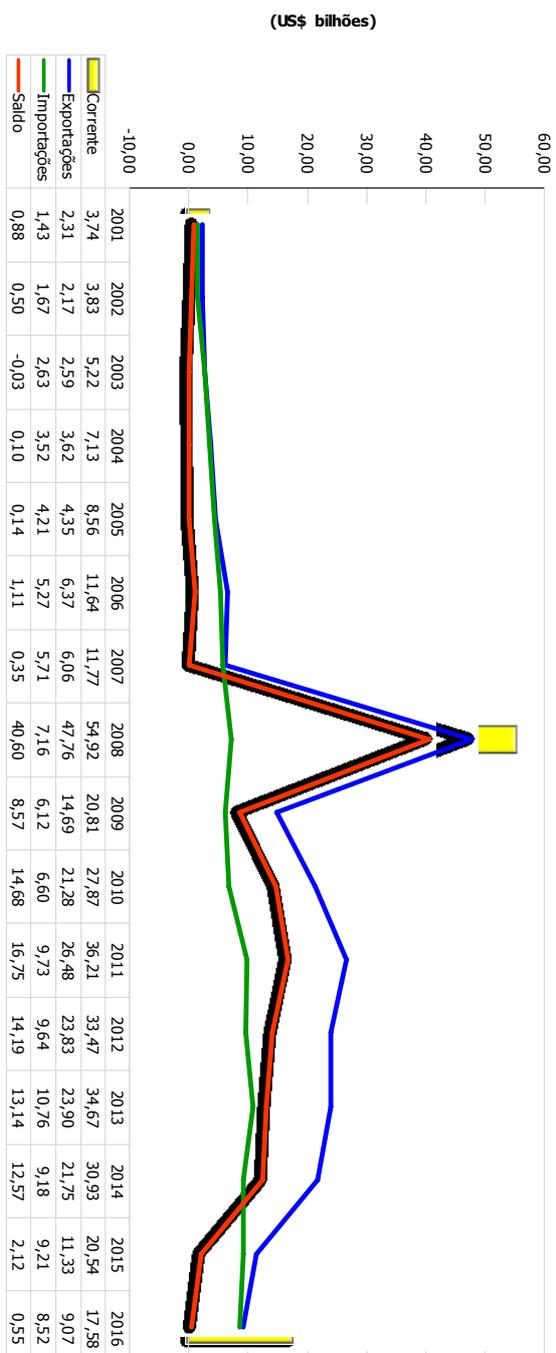
**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Tabaco manufaturado	260	7,5%	1.871	59,4%	Tabaco manufaturado 59,4%
Carnes suínas	1.975	57,0%	537	17,0%	Carnes suínas 17,0%
Carnes de frango	118	3,4%	232	7,4%	Carnes de frango 7,4%
Carnes e miudezas salgadas/salmoura, secas/defumadas	0	0,0%	112	3,6%	Carnes e miudezas salgadas/salmoura, secas/defumadas 3,6%
Máquinas e aparelhos com função própria	0	0,0%	98	3,1%	Máquinas e aparelhos com função própria 3,1%
Tabaco não manufaturado	96	2,8%	97	3,1%	Tabaco não manufaturado 3,1%
Amendoins	0	0,0%	61	1,9%	Amendoins 1,9%
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	46	1,3%	46	1,5%	Fibras óticas e feixes de fibras óticas 1,5%
<b>Subtotal</b>	<b>2.496</b>	<b>72,0%</b>	<b>3.054</b>	<b>97,0%</b>	
<b>Outros</b>	<b>968</b>	<b>28,0%</b>	<b>94</b>	<b>3,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>3.464</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.148</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Aglutinantes para moldes/núcleos de fundição/produtos químicos e preparações das indústrias químicas	80	100,0%	190	64,6%	Aglutinantes para moldes/núcleos de fundição/produtos químicos e preparações das indústrias químicas 64,6%
Frutas de casca rija	0	0,0%	104	35,3%	Frutas de casca rija 35,3%
<b>Subtotal</b>	<b>80</b>	<b>100,0%</b>	<b>294</b>	<b>99,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,0%</b>	<b>295</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Maio de 2018.

### Comércio Azerbaijão x Mundo

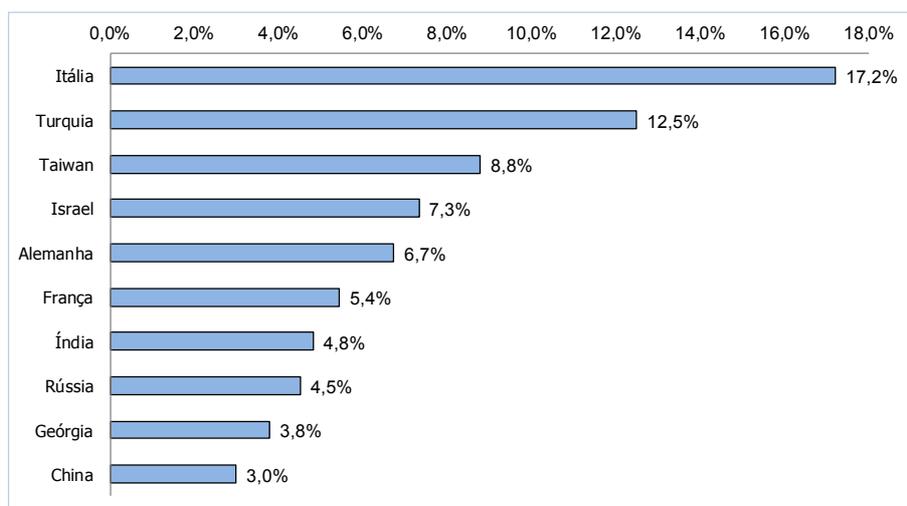


Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.

**Principais destinos das exportações do Azerbaijão**  
US\$ milhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
Itália	1.560	17,2%
Turquia	1.133	12,5%
Taiwan	797	8,8%
Israel	664	7,3%
Alemanha	611	6,7%
França	494	5,4%
Índia	437	4,8%
Rússia	409	4,5%
Geórgia	343	3,8%
China	272	3,0%
...		
<b>Brasil (48º lugar)</b>	<b>3</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>6.723</b>	<b>74,1%</b>
<b>Outros países</b>	<b>2.344</b>	<b>25,9%</b>
<b>Total</b>	<b>9.067</b>	<b>100,0%</b>

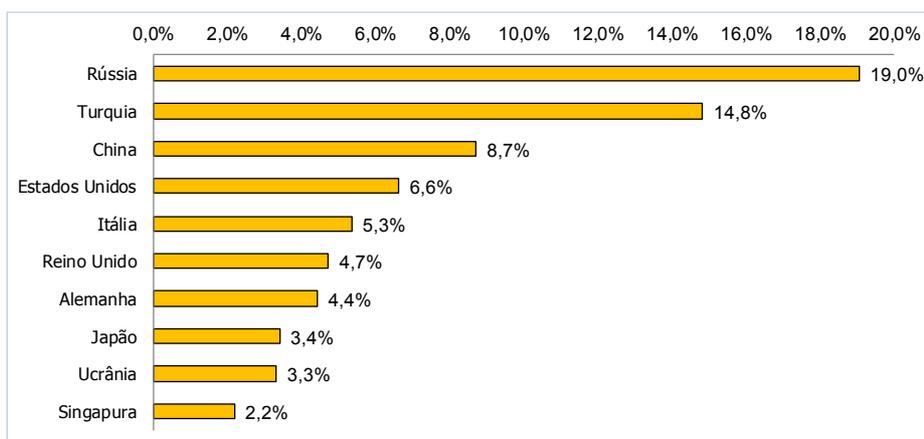
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*



**Principais origens das importações do Azerbaijão**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
Rússia	1.622	19,0%
Turquia	1.263	14,8%
China	741	8,7%
Estados Unidos	564	6,6%
Itália	456	5,3%
Reino Unido	402	4,7%
Alemanha	377	4,4%
Japão	290	3,4%
Ucrânia	283	3,3%
Singapura	186	2,2%
...		
<b>Brasil (12º lugar)</b>	<b>169</b>	<b>2,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>6.351</b>	<b>74,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>2.164</b>	<b>25,4%</b>
<b>Total</b>	<b>8.516</b>	<b>100,0%</b>

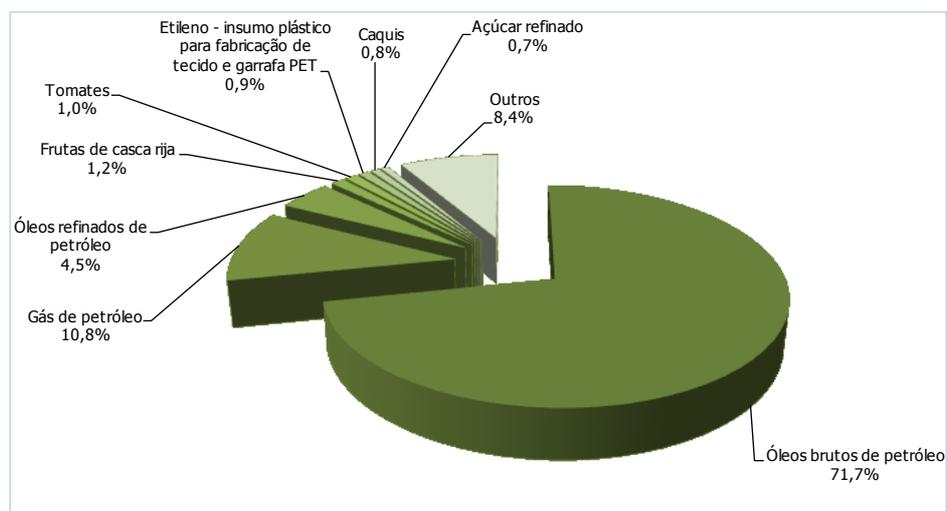
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.*



**Composição das exportações do Azerbaijão (SH4)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
Óleos brutos de petróleo	6.505	71,7%
Gás de petróleo	982	10,8%
Óleos refinados de petróleo	410	4,5%
Frutas de casca rija	105	1,2%
Tomates	94	1,0%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	81	0,9%
Caquis	69	0,8%
Açúcar refinado	62	0,7%
<b>Subtotal</b>	<b>8.307</b>	<b>91,6%</b>
<b>Outros</b>	<b>760</b>	<b>8,4%</b>
<b>Total</b>	<b>9.067</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

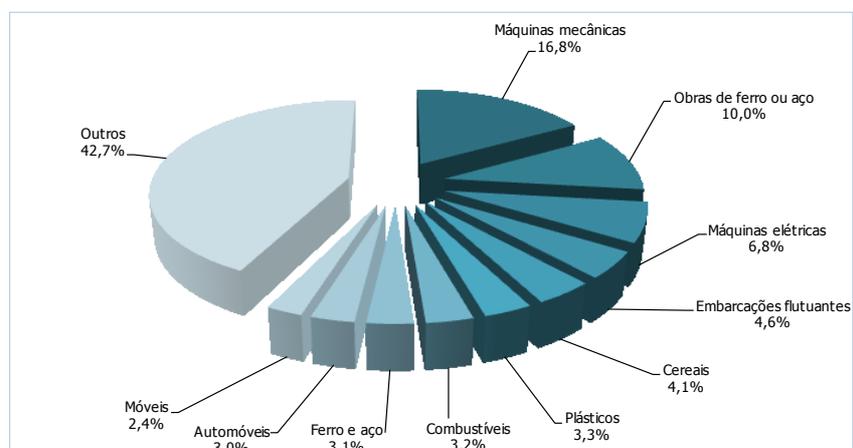


**Composição das importações do Azerbaijão (SH2)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	1.435	16,8%
Obras de ferro ou aço	852	10,0%
Máquinas elétricas	579	6,8%
Embarcações flutuantes	388	4,6%
Cereais	345	4,1%
Plásticos	282	3,3%
Combustíveis	273	3,2%
Ferro e aço	266	3,1%
Automóveis	252	3,0%
Móveis	207	2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>4.880</b>	<b>57,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>3.636</b>	<b>42,7%</b>
<b>Total</b>	<b>8.516</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



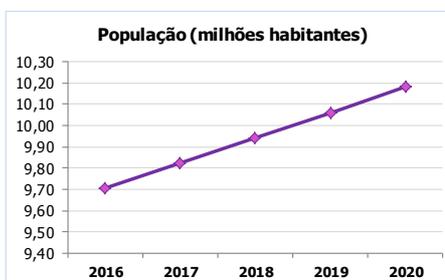
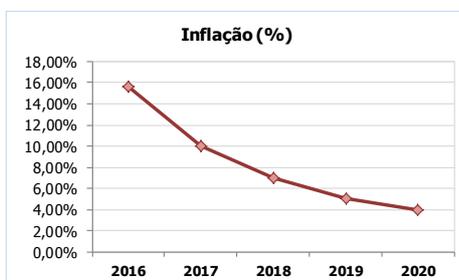
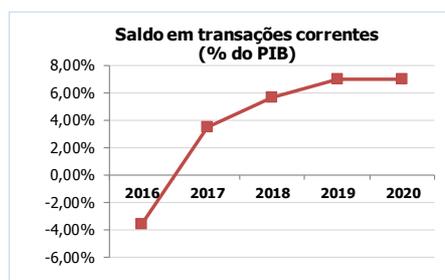
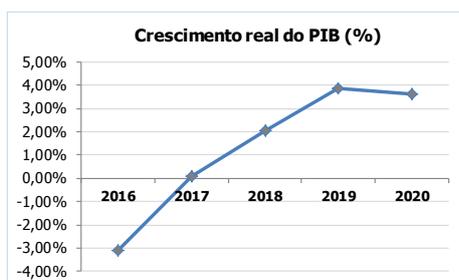
## Principais indicadores socioeconômicos do Azerbaijão

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	-3,10%	0,07%	2,03%	3,86%	3,62%
PIB nominal (US\$ bilhões)	37,81	40,67	45,48	47,93	50,48
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.896	4.141	4.576	4.764	4.959
PIB PPP (US\$ bilhões)	168,66	171,81	179,28	190,24	201,00
PIB PPP "per capita" (US\$)	17.378	17.492	18.036	18.912	19.745
População (milhões habitantes)	9,71	9,82	9,94	10,06	10,18
Desemprego (%)	5,04%	5,04%	5,02%	4,98%	4,95%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	15,65%	10,00%	7,00%	5,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,61%	3,47%	5,62%	6,96%	7,02%
Dívida externa (US\$ bilhões)	14,09	17,14	17,54	18,06	18,70
Câmbio (Manat / US\$) <sup>(2)</sup>	1,77	1,70	1,72	1,64	1,64
<b>Origem do PIB ( 2017 Estimativa )</b>					
Agricultura	6,2%				
Indústria	49,1%				
Serviços	44,7%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 241 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**EMBAIXADA DO BRASIL EM BAKU**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**EMBAIXADOR SANTIAGO ALCÁZAR**

O presente relatório aborda, de maneira resumida, todos os assuntos relevantes que demandaram a atenção desta Embaixada durante a minha gestão.

2. Seguem, nesse contexto, relatos sobre os temas: a) políticos; b) econômicos-comerciais; c) culturais; d) consulares; e e) administrativos.

3. A política, no Azerbaijão, ao menos durante o período a que se refere o presente relatório, foi permeada pela lógica do conflito em curso com a Armênia em torno da questão de Nagorno-Karabakh (NK) e da ocupação dos sete territórios adjacentes àquele enclave. Não é este o lugar para deter-se sobre a história do conflito. É preciso, no entanto, resgatar alguns aspectos que dão sentido àquela lógica e servem para estruturar a compreensão do contexto em que se desenvolvem as políticas interna e externa do Azerbaijão.

4. A Armênia e o Azerbaijão estiveram em guerra de fevereiro de 1988 a maio de 1994, quando foi assinado, em Bishkek, República Quirguiz, acordo provisório de cessar-fogo entre aqueles dois países, o enclave de NK e a Rússia, como representante do Grupo de Minsk. A vitória militar da Armênia na guerra resultou na morte de vinte a trinta mil azerbaijanos (cinco a seis mil armênios), cinquenta mil feridos (vinte mil armênios), setecentos cinquenta mil azerbaijanos deslocados internos (trezentos mil armênios deslocados). Não obstante a vigência do acordo de cessar-fogo, há violações diárias, de ambos os lados, na chamada linha de contato.

5. Em 1993, durante a Presidência do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), foram adotadas quatro resoluções relativas a NK que, em linhas gerais, solicitam a cessação das hostilidades, a desocupação dos territórios ocupados e o reinício das negociações para a solução do conflito no quadro do processo de paz do Grupo de Minsk da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Cabe registrar que as quatro resoluções do CSNU reclamam a desocupação dos seis territórios: Kalbayan, Qubadil, Jabrayil, Zungilan, Agdam, Fuzuli. Essas áreas abraçam o enclave de NK e o mantém isolado do Azerbaijão. Há ainda um sétimo território ocupado, Lachin, que é considerado pelas defensores de NK como fazendo parte do enclave. Trata-

se de território que serviria eventualmente para criação de “corredor” que permitiria tirar NK de seu total isolamento (ver mapa abaixo). As resoluções não exigem explicitamente a retirada das forças do enclave de NK, apenas solicitam à Armênia que utilize sua influência para que os armênios daquele enclave obedeçam às determinações do Conselho de Segurança.



6. As quatro resoluções do CSNU, ao singularizarem a devolução dos territórios militarmente ocupados, enfatizam o princípio de integridade territorial como único meio para a solução do conflito. Evidentemente, nesse contexto, qualquer intenção de criar eventual corredor pareceria fora de cogitação, tendo em conta a implicação lógica que se seguiria de ter de flexibilizar aquele princípio sagrado para o Azerbaijão, conforme as reiteradas garantias do Presidente Ilham Aliyev às autoridades internas de que jamais cederia sequer um centímetro de terra à inimiga Armênia.

7. A consequência imediata da sacralização do princípio de integridade territorial é a coibição prática do exercício negociador materializada na inoperância do Grupo de Minsk, paralizado em seus trabalhos, tal como o conflito “congelado” de que deve se ocupar.

8. É preciso entender nesse contexto que o princípio de integridade territorial constitui a força que aglutina a noção de “azerbaidjanibilidade”, criada a partir da independência do país. Por essa razão, toda a concepção das políticas interna e externa repousa naquele princípio sagrado que lhes dá sentido e estrutura.

9. O Presidente Ilham Aliyev elegeu-se pela terceira vez em outubro de 2013. Anteriormente, havia sido eleito em outubro de 2003 e reeleito em outubro de 2008. Pouco antes das eleições de 2013 foi adotada emenda Constitucional, pela qual elimina-se o limite de mandatos. Na prática o Presidente do Azerbaijão poderá concorrer a eleições futuras, e ser reeleito, quantas vezes seja necessário. A necessidade nesse contexto não é uma expressão retórica, mas a condição essencial para a manutenção da sacralidade do princípio de integridade territorial.

10. Em setembro de 2016, realizou-se referendo para decidir sobre nova reforma da Constituição. Cabe registrar que, tanto a adoção da emenda constitucional de 2013 acima quanto a de 2016 não foram objeto de debate. A decisão foi tomada e a sociedade foi devidamente informada sobre a necessidade das emendas. Entre as emendas, finalmente aprovadas de 2016, sublinho as seguintes cinco:

i) mandato presidencial estendido de cinco para sete anos;

ii) direito concedido ao Presidente para chamar a eleições antes do prazo fixado. Este dispositivo foi utilizado pela primeira vez em 2018, antecipando as eleições para Presidente para abril em vez de outubro, conforme o calendário normal;

iii) direito concedido ao Presidente de eliminar eleições para Presidente ou para o Legislativo em razão de estado de guerra – recorde-se que o Azerbaijão está em estado de guerra com a Armênia;

iv) eliminação da idade mínima para habilitação ao cargo de Presidente - o filho mais moço do Presidente terá 28 anos em 2025). Não é clara a razão para a adoção desta emenda, uma vez que

existem rumores de que o caçula parece ter problemas que afetariam negativamente o seu aprendizado; e

v) criação do cargo de Primeira vice-Presidente, ocupado atualmente pela Primeira Dama. Esta emenda é significativa na medida em que sugere possibilidade de mudança no tabuleiro do poder. Na estrutura de Governo do Azerbaijão existia, até 11 de abril de 2018, um Primeiro Ministro e seis vice-Primeiros Ministros. Após a reeleição de 2018, o Presidente Aliyev mudou o Primeiro Ministro, manteve dois vice-Ministros antigos e nomeou mais dois novos, reduzindo assim o número de seis para quatro. Com as mudanças, a Primeira vice-Presidente e o grupo que representa, Pascha, terão horizonte de atuação mais ampliado.

11. Para entender o alcance da ampliação desses novos atores no quadro de poder no Azerbaijão é preciso fazer pequena regressão histórica. Recentemente, o Chanceler Elmar Mammadyarov tem agregado em suas declarações às quatro resoluções do CSNU os princípios inscritos na Ata Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, que se realizou em Helsinque, em 1975, em plena Guerra Fria. Como se recordará, até então, a União Soviética nunca teve reconhecidas as suas fronteiras como estabelecidas com o fim da Segunda Guerra. A Conferência de Helsinque, promovida pelos soviéticos seria uma oportunidade para tanto. A Ata Final da Conferência, verdadeira obra de relojoaria da diplomacia soviética, reuniu os princípios que deveriam nortear o reconhecimento das fronteiras por meio de conceitos de segurança e cooperação na Europa. Originalmente, eram seis os princípios a serem incluídos na Ata Final: i) igualdade soberana entre os Estados; ii) abstenção de recorrer a ameaças ou ao uso da força; iii) inviolabilidade das fronteiras; iv) integridade territorial dos Estados; v) solução de controvérsias por meios pacíficos; e vi) não intervenção nos assuntos internos. Tais princípios claramente favoreceriam a União Soviética. Os EUA, cientes de que aqueles princípios apenas favoreciam a União Soviética, condicionaram seu apoio à Ata Final mediante a inclusão dos seguintes dois princípios: vii) respeito aos direitos humanos e aos direitos fundamentais da pessoa humana; e viii) igualdade de direitos e autodeterminação dos povos.

12. As emendas norte-americanas terão parecido inofensivas para os delegados soviéticos. O princípio de respeito aos direitos humanos não produziria efeitos práticos tendo em conta que princípio anterior garante a não intromissão nos assuntos internos, reforçado pelo princípio de não

ameaça ou uso da força. De maneira semelhante, o princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos ver-se-ia anulado pelos princípios de igualdade soberana, inviolabilidade de fronteiras e integridade territorial. Haveria, ademais, a possibilidade de que os princípios obedecessem a uma ordem hierárquica, tornando ainda mais complicada a aplicação dos dois últimos princípios.

13. Foi preciso o final da Guerra Fria para que o houvesse reviravolta das prioridades e o princípio de autodeterminação dos povos ganhasse prioridade sobre os de igualdade soberana, inviolabilidade de fronteiras e integridade territorial, como atestado pelo caso do Kosovo. O caso da Criméia, entretanto, parece ter restabelecido a velha hierarquia, pelo menos do ponto de vista da Rússia.

14. A menção dos princípios da Ata Final de Helsinque como possível quadro de referência para a solução do conflito em torno a NK pode ser uma tentativa de destravar o impasse e dar início a uma negociação, com a aceitação, limitada, do princípio de autodeterminação e a consequente flexibilização do princípio de integridade territorial. É possível, nesse contexto, que esteja a ganhar adeptos cada vez mais importantes nos segmentos de poder do país a tese, segundo a qual, os gastos militares não somente são excessivos, mas inúteis ante o consenso na comunidade internacional de que a solução para o conflito terá de ser negociada e assegurada por meios diplomáticos.

15. Haveria, assim, percepção de que eventual intervenção militar para retomar os territórios ocupados não viria automaticamente coroada de êxito e arriscaria, ademais, a condenação por parte da comunidade de países amigos, pacientemente construída pela diplomacia azeri. Todo o trabalho para isolar a Armênia seria desperdiçado e provavelmente desaguaria em isolamento do Azerbaijão, numa curiosa e irônica inversão de papéis.

16. O grupo Pascha, associado à Primeira vice-Presidente, é possivelmente a força econômica mais dinâmica no Azerbaijão, com presença marcante em praticamente todos os setores. Esse grupo, de tendência pragmática, é responsável por transformar Baku em cidade com ares ocidentais, ou ao menos não-caucasianos. Não interessaria a esse grupo aventuras que possam vir a comprometer os importantes investimentos vertidos na reinvenção da cidade e na significativa mudança de hábitos e costumes, com reflexos na vida cultural, menos islâmica e mais

---

internacional. Para o grupo conservador, aquele atrelado à linha traçada pelo Presidente Heydar Aliyev, o fundador, os interesses dos Pachas devem ser “controlados” e não se deve permitir que tenham liberdades desimpedidas para avançar em seus projetos na medida em que possam por em risco o princípio sagrado de integridade territorial.

17. O Azerbaijão, nesse contexto, parece uma realidade de disputas clânicas em grande medida divididas entre, de um lado, os “pragmáticos”, que aceitariam flexibilizar, em tese, o princípio de integridade territorial por meio da criação de corredor que permita oxigenar o enclave de NK, que por sua vez ganharia certo grau de autonomia e, por outro, os “conservadores” de que o Azerbaijão é terra antiga pertencente aos azerbaijaneses, que não pode ser transferida a outra nação. Entre os “pragmáticos” e os “conservadores” há realidades históricas, mitos e projeção de desejos, de tal maneira enredados entre si que não parece possível saber o que é verdade e o que é narrativa.

18. Em grandes linhas, é esse o pano de fundo contra o qual se realizam as políticas interna e externa do país.

19. No plano interno, a política é dominada pelo grupo pertencente aos “conservadores”. Os “pragmáticos”, ao contrário dos “conservadores”, são jovens e ocidentalizados. Estes, estão começando a ocupar cargos do Executivo, antes reservado aos “conservadores”, sobretudo a partir da reforma que seguiu à terceira reeleição do Presidente Ilham Aliyev, em abril de 2018. Ainda não representam, no entanto, ameaça ao status quo.

20. Existem no país dezessete diários, quinze em azeri e dois em russo, bem como dois semanários, um em russo e o outro em inglês, todos com pequena tiragem. Sem exceção repetem a linha traçada pelo Governo, que é a mesma dos “conservadores”. Não há debates, nem crítica. Os críticos são processados por crimes de contrabando, evasão fiscal, tráfico de drogas. Existem vinte e oito partidos políticos, alguns apenas nominalmente da oposição, mas ainda assim sem relevância. A ausência de crítica ao Governo se pôde observar também nos meios religiosos, durante a última campanha presidencial. Com efeito, as lideranças das principais confissões religiosas (islâmicas, ortodoxas, judias e católicas) lançaram, naquela ocasião, apelo para apoiar o único candidato que, segundo eles, seria capaz de garantir a realização dos valores e dos princípios de todas as gentes. O que poderia parecer exagero é, em verdade, parte essencial da política interna orientada a promover uma concepção do país assentada em mistura de realidades e mitos que tem

por fim sacralizar a integralidade territorial para além do que poderia recomendar uma historiografia independente. Paralelamente à promoção da integralidade territorial há ainda um vetor dirigido a demonizar a Armênia, porque esta ameaça a integridade territorial. Aquele vetor funciona quase como uma operação de lavagem cerebral para a população.

21. No plano externo, o Azerbaijão procura nos foros de que faz parte, a Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE, nas siglas em inglês), por exemplo, projetar imagem positiva do país mediante aplicação da chamada “diplomacia caviar”. São constantes as acusações feitas aos parlamentares do Conselho de receber favores em troca da produção de relatórios e votos favoráveis ao Azerbaijão em todos os setores, inclusive nas questões de democracia e de direitos humanos.

22. Existem cinquenta e um embaixadores residentes, onze embaixadas representadas em nível de encarregado de negócios, dezesseis organismos internacionais e três consulados-gerais. Da América Latina, ademais de Brasil estão presentes Argentina, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México e Venezuela. De 2013 para a presente data, sete países abriram representação em Baku (Espanha, Portugal, Colômbia, México, Sudão, Peru, Costa Rica e Venezuela). A diplomacia azerbaijanesa procura atrelar, não sempre com êxito, o reconhecimento do “genocídio” de Khojaly (em verdade um massacre perpetrado pela soldadesca armênia durante a guerra dentro da lógica “olho por olho”) à instalação de novas embaixadas em Baku. Assim, por exemplo, a adoção de resoluções por parte de comissões parlamentares de alguns países latino americanos é traduzida internamente como reconhecimento oficial daqueles governos e ventilada pela imprensa local como mais uma vitória contra a Armênia.

23. O ativismo da diplomacia azeri pode ser vista pela realização de importantes eventos culturais, esportivos e políticos. Esses eventos procuram dar ao país grande visibilidade naquelas áreas. Assim, por exemplo, a realização da Eurovisão 2012 foi oportunidade para transmitir as imagens da nova Baku. A realização dos Primeiros Jogos Europeus, em 2015, seguidos da primeira corrida de Fórmula 1 nas ruas de Baku, em 2016 e dos Jogos da Solidariedade Islâmica, em 2017, contribuíram certamente para projetar as belas imagens de país e de cidade, ambas as duas idealizadas pelo grupo “pragmático”.

24. Os eventos de natureza política, de que são exemplo, as reuniões ao abrigo da Organização para a Cooperação Islâmica e o Conselho da Europa, iniciadas em 2008, resultaram, para grande

satisfação das autoridades azerbaijanesas na conformação do chamado “Processo de Baku”, que consolida a ideia de sociedade tolerante, multifacetada e aberta para o multiculturalismo. O Foro Humanitário Internacional, que se realizou em 2014, foi oportunidade para que o Senhor SGEC, Embaixador Hadil da Rocha Vianna, participasse do evento e realizasse visitas bilaterais. O Foro realizou-se novamente em 2016 e 2018. Em 2016 realizou-se sessão da Aliança das Civilizações, que contou com a participação do Senhor SGAP-I, Embaixador Fernando Simas, também foi oportunidade para encontros de natureza bilateral. Em 2018, realizou-se em Baku, reunião ministerial do Movimento dos Não-Alinhados, preparatória para a reunião de Cúpula que deverá realizar-se nesta Capital em 2019. Em 2017, realizaram-se dois eventos marcantes para a consolidação da imagem positiva do país: o Foro Mundial de Líderes Religiosos e a visita do Papa Francisco. Ambos os eventos contribuíram para realçar a convivência possível entre as religiões e para desfazer a narrativa de que o mundo islâmico seria menos tolerante do que o mundo cristão.

25. Todos os eventos acima foram oportunidade para que o Presidente, por um lado, condenasse a Armênia e, por outro, insistisse, como num contraponto, em projetar imagem do Azerbaijão como país de tolerância, aberto às oportunidades do mundo moderno, tolerante, livre e democrático, multicultural, multiconfessional, mas preparado, se preciso for, para retomar o que lhe pertence por direito.

26. Em 2017, realizou-se a visita ao Cáucaso do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, a primeira e por essa razão, histórica. Com vistas a evitar a utilização da visita para gerar percepção desequilibrada das relações diplomáticas no Cáucaso, a Embaixada fez questão de obter garantia da Chancelaria local de que os temas que seriam tratados não incluiriam qualquer referência a assuntos polêmicos ou que pudessem ser eventualmente utilizados para tornar desequilibradas as excelentes relações bilaterais entre os dois países.

27. O encontro do Ministro Aloysio Nunes com o Presidente Ilham Aliyev, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Elmar Mammadyarov e com o Ministro da Economia Shahim Mustafayev foram positivos e decisivos para estreitar ainda mais as relações bilaterais, servindo ademais para confirmar a correção da nossa diplomacia, “sempre apoiada na valorização de uma posição equilibrada”, como disse o Presidente Aliyev, ou no elogio do MNE Mammadyarov ao Ministro Aloysio Nunes com relação a posição brasileira de sempre guiar-se pela solução pacífica das controvérsias, custe o que custar. Essas duas referências são importantes e demonstram

cabalmente o reconhecimento da capacidade de nossa diplomacia em aglutinar, influir e liderar, qualidades essenciais para destravar situações complexas e incertas como a da região do Cáucaso em geral e a de Nagorno-Karabakh de modo específico. Nesse contexto, caberia recordar carta enviada, em outubro de 2003, pelo então MNE, Vilyat Guliyev ao então Chanceler Celso Amorim, por ocasião da celebração dos dez anos do estabelecimento das relações diplomáticas, em 2003. Naquela missiva, Guliyev “propôs o adensamento das relações bilaterais e solicitou apoio do Brasil a uma solução pacífica para o conflito envolvendo Nagorno-Karabakh, o que propiciaria a integração do Sul do Cáucaso na comunidade internacional”.

28. Entre as visitas de alto nível, cabe mencionar, em novembro de 2014, a do então Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, que realizou a primeira visita de um Ministro de Estado brasileiro ao Azerbaijão. O Ministro Rebelo manteve encontro com o Ministro da Juventude e Esporte do Azerbaijão, Azad Rahimov. O primeiro Senador da República a visitar o Azerbaijão foi o Senador Cristovam Buarque que veio a Baku, em março de 2016, a convite do Parlamento local. O Senador Buarque manteve encontros, ademais daquele com o Presidente do Parlamento, Ostay Osadov, com o Chanceler Elmar Mammadyarov, com o então Ministro da Educação Mikayil Sabbarov, com o Ministro da Cultura e do Turismo, Abulfas Garayev, além de outras autoridades.

29. Entre os assuntos de natureza política que estão a merecer atenção caberia destacar que o Brasil acolhe com simpatia a pretensão do Azerbaijão de tornar-se membro da OMC, ainda que por razões diversas aquela pretensão não tenha sido realizada. Registre-se que na região do Cáucaso a Geórgia e a Armênia tornaram-se membros da Organização em 2000 e em 2003, respectivamente. Com vistas a estruturar o desenvolvimento de atividades comerciais e de investimentos, o Brasil e o Azerbaijão acordaram implementar o Memorando de Entendimento na Área de Comércio e Investimentos, assinado em 14 de dezembro de 2016, por meio da realização de primeira reunião do Grupo de Trabalho ad hoc. O lado azerbaijano teve, até o presente, dificuldade em definir as áreas de interesse que poderiam dinamizar as relações de comércio e de investimentos. É certo que aquela dificuldade decorre da escassa exposição da economia azerbaijanesa ao comércio exterior, à exceção do setor de energia. É possível que a escassa exposição ao comércio exterior, e as consequências que daí decorrem, tenha frustrado até agora a pretensão do país a ingressar na OMC. Tema igualmente importante é a estruturação do Protocolo de Consultas Políticas por meio de agenda temática e de reuniões periódicas. A ideia seria utilizar

---

o mecanismo para, por meio da visão diplomática azerbaijanesa, ampliar nosso horizonte de percepção e compreensão da região do Cáucaso e de suas relações com o Oriente Médio (Azerbaijão tem relações estratégicas com Israel e mantém excelentes relações com Palestina), Irã (existiriam cerca de trinta milhões de azeris naquele país), bem como com todos os países da Ásia Central (a conclusão da ferrovia Baku-Tibilisi-Kars, que acaba de ser inaugurada estreita ainda mais os laços do Azerbaijão com aqueles países).

30. Finalmente, na área política caberia fazer menção de atos e visitas de parlamentares brasileiros a Baku. Em junho de 2013, visitaram esta cidade os Deputados Néelson Pelegrini, Urzeni Rocha e Cláudio Cajado, respectivamente, Presidente, vice-Presidente e membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em setembro do mesmo ano foi criada, pela Câmara de Deputados, do Grupo de Amizade Brasil-Azerbaijão. Em novembro daquele ano, os Deputados Cláudio Cajado, Rodrigo Maia, Antônio Imbassahy, Leonardo Gadelha e o vereador César Maia participam como convidados do III Foro Internacional Humanitário e aproveitaram para realização de encontros com autoridades locais. Em novembro de 2016, o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, acompanhado dos Deputados José Carlos Aleluia, Heráclito Fortes, Rogério Rosso e Rubens Bueno, realizam visita a Baku. Na ocasião o Deputado Rodrigo Maia recebeu honrarias do Presidente Ilham Aliyev e do Presidente da Assembléia Nacional, Ogtay Osadov.

31. O petróleo é a principal riqueza do Azerbaijão. A descoberta e produção de petróleo no século XIX transformaram Baku em centro industrial importante no Cáucaso. Mas foi somente após a segunda independência, em 1991, com a conclusão de acordos de produção com as multinacionais (“production sharing agreements” ou PSA), que os royalties do petróleo permitiram o rápido desenvolvimento do país. O chamado “Contrato do Século”, concluído em 1994, pelo qual ficavam estabelecidas as condições para produção e partilha das reservas estimadas em 6 bilhões de barris, e a decisão, tomada em 1998, de construir o oleoduto Baku-Tibilisi-Ceyhan (BTC) de 1.760 quilômetros, o segundo maior do mundo, tornariam operacional aquele contrato. O BTC seria inaugurado em 2006, data que marca o início do período de prosperidade do Azerbaijão. Estimam-se em US\$ 60 bilhões os investimentos no país decorrentes dos PSA.

32. Mais de 50% da economia depende diretamente do petróleo. Os setores de construção civil e de transporte dependem do setor de petróleo na medida em que são financiados com recursos daquele setor. Somados ao primeiro, os três setores respondem por aproximadamente 75% do PIB. Agricultura, 5% e Serviços 20% perfazem o restante.

33. A acentuada queda do preço do barril de petróleo (de US\$ 105 em 2013 para menos de US\$ 40 em 2016) produziu severa depressão na economia do Azerbaijão. Preocupado com as perspectivas futuras sombrias, o Governo adotou estratégia que consta do documento “Azerbaijan 2020 -Look into the Future – Concept of Development”, pelo qual procura liberar a economia de sua dependência quase exclusiva do petróleo.

34. A ideia do novo conceito de desenvolvimento, segundo aquela estratégia, seria a de utilizar os recursos provenientes do petróleo para financiamento de infraestrutura (construção civil e transporte) e tecnologias da informação, bem como apoio a setores autossustentáveis, de que seria exemplo o setor de turismo. À luz de suas limitadas reservas de petróleo, o Azerbaijão teria um tempo muito curto para redirecionar a economia e garantir o seu desenvolvimento em bases diferentes. Com efeito, segundo dados da BP, a taxa reserva/produção (*reserve-production ratio*), correspondente ao ano de 2012, seria de 21.9, o que significaria exaustão das reservas de petróleo após 2034. Ainda que essas estimativas possam ser revistas, há limite para a capacidade de alavancar o desenvolvimento a partir da exploração do petróleo. Ademais da limitação das reservas, é preciso ter em mente que o país assumiu, em decorrência da ratificação interna do Acordo Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, compromisso de reduzir, até 2030, a emissão de gases de efeito estufa aos níveis de 1990.

35. O setor de petróleo e gás emprega apenas 1% da força laboral, ainda que o setor responda por mais de 50% do PIB do país. Por outro lado, a agricultura emprega pouco mais de 38% da força laboral, tendo em conta que aquele setor responde por apenas 5% da economia. O salário médio na agricultura era de, aproximadamente US\$ 140, em 2009, enquanto no setor do petróleo era de US\$ 1.000.

36. O setor bancário vive grande turbulência desde 2015. Dos 42 bancos, 10 fecharam e os que continuam operando não parecem merecedores de elogios. Apenas três bancos, International Bank

---

of Azerbaijan (IBA), Kapital e Pasha, detêm mais da metade do ativos do país. Os três são vinculados e operados por próximos à família Aliyev. O IBA, o maior dos três, passa por séria turbulência, que poderá ser avaliada pela classificação “F” conferida pela agência de risco Fitch, após vazamento de notícia de que o Governo teria transferido quase US\$ 6 bilhões para tentar salvar a instituição. A situação do IBA é tão séria que não se descarta a possibilidade de colapso do sistema bancário.

37. Recentemente realizaram-se mudanças nas equipes econômica e financeira com vistas a desfazer, paulatinamente, os compromissos que terá assumido o então jovem Ilham Aliyev para garantir a aprovação de seu nome para presidir o país, em 2003. Hoje, o Governo do Azerbaijão mantém na liderança de ministérios figuras que não se renovaram, os “conservadores”, e cujo principal mérito, segundo dizem alguns, residiria nas relações cuidadosamente entrelaçadas pelo velho Heydar Aliyev.

38. Com relação ao comércio, combustíveis representam aproximadamente 93%, das exportações totais do Azerbaijão. Frutas e hortaliças juntas representaram 1,5%, aproximadamente. Maquinárias, instrumentos de precisão, ferro, aço, tabaco e cereais representam, aproximadamente 66,6% das importações do Azerbaijão.

39. A balança comercial com o Brasil é deficitária para o Azerbaijão. Com efeito, desde 2008, a balança vem acumulando superávits que, em 2014, somavam quase US\$ 351 milhões. A aquisição, no segundo semestre de 2017, de seis E190 pela empresa aérea Buta, filiada à Azerbaijan Airlines irá acentuar ainda mais o saldo superavitário do Brasil na balança comercial com o Azerbaijão. Com efeito, ao preço de tabela de US\$ 49,8 milhões a unidade, a aquisição das seis aeronaves iria situar o nosso superavit comercial em mais de meio bilhão de dólares norte-americanos. Há interesse na compra de aviões executivos da classe Legacy para autoridades do Governo que deve ser levado em conta.

40. Produtos químicos e plásticos representam mais de 97% das exportações do Azerbaijão para o Brasil, cujo valor, em 2014, alcançou US\$ 231 mil. É de se notar que, em 2014, as exportações para o Brasil de preparados de triglicéridos dos ácidos caprílicos e cáprico, utilizados na indústria de cosméticos, somaram US\$ 228.542.000.

41. Na área cultural, a Embaixada em Baku não pode contar com recursos para a promoção de eventos. Embaixada nova, é compreensível que a prioridade seja dada a Postos que tenham estabelecidas comunidades simpáticas à cultura brasileira e às quais é natural responder e alimentar com projetos de vulto.

42. No Azerbaijão, país novíssimo, o que se pode observar é um encantamento com a descoberta própria identidade que, de certa maneira, ofusca a busca por outros horizontes. O azerbaijanês, de modo geral, não dá mostras de interessar-se por outras culturas, que ignora solenemente. A realização de eventos culturais por parte de Embaixadas que contam para tanto com recursos generosos não gera público notável. A queixa geral das embaixadas é que Baku não conta com suficiente público com interesses culturais.

43. Existem festivais de jazz e de cinema, ambos os dois promovidos por embaixadas. A principal crítica que se poderia fazer é, ademais da falta de público local, a repercussão quase nula nos meios de comunicação, que se limitam a noticiar a ocorrência do evento, sem ensaios críticos ou analíticos.

44. Evidentemente, a crítica, a análise nos diversos campos da cultura decorrem naturalmente de uma incapacidade crítica e analítica na área política, com repercussões em todas as áreas, de que são exemplo as artes, a história e os acontecimentos globais. É possível que o encantamento com a própria realidade, essencial para a promoção dos princípios e valores da “azerbaijanidade”, tal como promovida pelo Governo, atue como um freio para a experiência de outras realidades e outras culturas. É significativo, nesse contexto, a pobreza do mundo editorial, com ausência de livrarias e de vida intelectual.

45. Com escassos recursos, a Embaixada realizou uma semana de filmes brasileiros e participou, por duas vezes, de festival de cinema sobre o tema da tolerância, promovida por diversas embaixadas, bem como de festival de cinema latino-americano.

46. Na área Consular, cabe mencionar que a comunidade brasileira em Baku limita-se aos funcionários do quadro do serviço exterior e suas famílias e a aproximadamente vinte jogadores de futebol com suas famílias, três casais que trabalham na BP, um funcionário da Cruz Vermelha e a um Chef de cozinha de restaurante que serve rodízio de carnes ao estili brasileiro.

47. No tempo a que se refere o presente relatório foram celebrados na Embaixada seis casamentos. A média da renda consular situa-se em cerca de US\$ seiscentos dólares norte-americanos.

48. O número de brasileiros que visitam Baku vem aumentando a cada ano. Em 2015 foram aproximadamente 900. Em 2016, o número alcançou mais de 1.000. Os números para 2017 não estão disponíveis, mas é bem provável que sejam superiores aos do ano anterior.

49. Com relação à administração, registre-se a mudança da Residência Oficial, em novembro de 2013, para cobertura de aproximadamente quatrocentos metros quadrados, situada em bairro nobre. À época, a mudança justificou-se pelas melhores e mais dignas condições da Residência em comparação à anterior, bem como pela significativa redução no valor do aluguel, com significativa economia para os cofres públicos. É importante mencionar, no entanto, que a oferta de residências para embaixada mudou muito. Em 2013, eram pouquíssimas e muito caras. Hoje, as possibilidades são maiores, com a entrada no mercado imobiliário de prédios de alto padrão a preços razoáveis. Não seria descabido, nesse contexto, eventual mudança da Residência para novo endereço.

50. Em janeiro de 2017, a Chancelaria mudou-se para prédio de escritórios, mais representativo, maior espaço e com significativa redução no valor de aluguel de vinte e cinco por cento. A nova Chancelaria oferece melhores condições de trabalho e mais conforto para o conjunto dos funcionários, ademais de garantir melhores condições de segurança, bem como a instalação do Setor Consular em área independente do resto da Chancelaria.

51. Em abril do corrente ano, substituímos o veículo de serviço, um Toyota Rav4, ano 2009, por uma Hyundai Santa Fé. O veículo de representação, um BMW 528, ano 2009, deverá ser substituído este ano. A Embaixada já iniciou o processo de tomada de preços para repassar à SERE.

52. Todas as contas da Embaixada foram aprovadas pelo Escritório Financeiro, sem reparos. Não existem pendências financeiras ou laborais.

53. Ao finalizar o meu relatório de gestão quero deixar constância do alto grau de profissionalismo de todos os colegas do Serviço Exterior Brasileiro que aqui serviram, legítimos representantes da Casa de Rio Branco. A todos expresseo gratidão pela disponibilidade e a lealdade demonstradas ao longo de todo o período em que tive a honra de servir nesta Embaixada.

54. Ao finalizar este relatório de gestão, não posso deixar de agradecer à ex-Presidente Dilma Rousseff e ao ex-Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, a indicação de meu nome para exercer o cargo que venho ocupando, e que muito me honra, no transcurso destes últimos anos.

55. Ressalto que a experiência no Azerbaijão foi altamente enriquecedora, do ponto de vista político e diplomático, na medida em que Baku é Posto de excepcional relevância de observação geopolítica, não apenas regional como internacional, por situar-se no ponto de intersecção dos três espaços determinantes da mundialidade contemporânea, a saber, o mundo ex-soviético, o mundo islâmico e, de certo modo o mundo ocidental (Turquia/OTAN).”

**PARECER Nº      , DE 2018**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 40, de 2018 (Mensagem nº 264/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.*



Relator: Senador **HÉLIO JOSÉ**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ nasceu em Cochabamba (Bolívia) em 1959, filho de Adalberto Tércio Lopes da Cruz e Martha Montenegro Lopes da Cruz, porém sendo brasileiro nato pelo critério de filho de pais a serviço do Brasil no exterior.

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília em 1979, iniciou sua carreira diplomática em 1986. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política pela *The George Washington University*, concluiu seu Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “O Brasil e a Sociedade da Informação: a construção de uma estratégia para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação”, em 2006.

Na carreira diplomática, cumpriu com várias funções, tais como a de Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (1993); Secretário-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (1990/95); Subchefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (2003/2005); Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (2014/2015); Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (2015/2017); Subchefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2017).

No Ministério de Ciência e Tecnologia, foi Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministro (1997/99); Coordenador-Geral de Programas Especiais, na Assessoria Internacional (1999/2003); Coordenador-Geral de Bens Sensíveis, no exercício da Autoridade Nacional de Bens Sensíveis (2005/2006).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Azerbaijão, sua política interna e externa, bem como acerca de suas relações com o Brasil, do qual extraímos uma síntese.

Na sua grande maioria fiéis ao islã, dois terços da população do Azerbaijão são xiitas e o restante são sunitas, restando pequeno percentual de cristãos russos ortodoxos ou armênios ortodoxos. Apesar dessa característica, o País é secular, laico, sendo o seu Presidente, Ilham Aliyev, substituto de seu pai e cumprindo seu quarto mandato consecutivo. Distintamente, o atual Primeiro-Ministro, Novruz Mammadov, está no posto desde o dia 21 de abril deste ano. De língua túrquica, possui justamente na Turquia sunita grande aliado, a considerar que ambos possuem relação conflituosa com a Armênia. O Azerbaijão, no caso, em relação ao conflito de Nagorno-Karabakh, disputa o domínio de região homônima com a Armênia.



O Azerbaijão é um País do tamanho aproximado de Portugal, vizinho da Rússia, Geórgia, Irã e Armênia. Economicamente, depende em grande parte de suas vastas reservas petrolíferas e de gás no mar Cáspio.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Azerbaijão em 1993, tendo aberto sua Embaixada em Baku somente em 2009, enquanto o Azerbaijão abriu a sua em Brasília em 2012. Portanto, o convívio é recente e bastante inexplorado. A corrente de comércio bilateral com o Brasil é bastante limitada, tendo sido destaque no ano passado a venda de aeronaves da Embraer, equivalentes a US\$ 60 milhões, mas que atingirão a soma de US\$ 400 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18502.17202-81

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

# **1**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 39, DE 2018

(nº 263/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

**AUTORIA:** Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 263

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Os méritos do Senhor Paulo Estivallet de Mesquita que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.

EM nº 00096/2018 MRE

Brasília, 14 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão*

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA

CPF.: 349.807.170-04

ID.: 9015255831 SSP/RS

1959 Filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, nasce em 17 de dezembro, em Porto Alegre/RS

#### Dados Acadêmicos:

1983 Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
 1984 CPCD - IRBr  
 1986 Pós-graduação em Administração, École Nationale d'Administration, Paris/FR  
 2004 CAD, IRBr - Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC

#### Cargos:

1985 Terceiro-secretário  
 1989 Segundo-secretário  
 1997 Primeiro-secretário, por merecimento  
 2001 Conselheiro, por merecimento  
 2006 Ministro de segunda classe, por merecimento  
 2013 Ministro de primeira classe, por merecimento

#### Funções:

1986-89 Divisão de Política Comercial, Assistente  
 1989-93 Embaixada em Roma/FAO, terceiro e segundo-secretário  
 1993-95 Embaixada em Santiago, segundo-secretário  
 1995-96 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor  
 1996-2000 Divisão de Política Comercial, assessor e subchefe  
 2000-01 Divisão da Ásia e Oceania II, chefe, substituto  
 2001-03 Gabinete do Ministro de Estado, assessor  
 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos Oficiais à Exportação (IWG), 1ª. – 6ª. reuniões, – chefe de delegação;  
 2012-2014 Grupo Consultivo sobre Temas Econômicos e Comerciais dos BRICS (CGETI), 1ª.-9ª reuniões, chefe de delegação;  
 2014 Conferência Ministerial da OCDE, 2014 – chefe de delegação;  
 2015 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Assunção, 2015 – Coordenador Nacional para o Mercosul;  
 2003-08 Delegação Permanente em Genebra, conselheiro e ministro-conselheiro  
 2008-11 Delegação do Brasil junto à OMC, ministro-conselheiro  
 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos Oficiais à Exportação (IWG), 1ª. – 6ª. reuniões, – chefe de delegação;  
 2012-2014 Grupo Consultivo sobre Temas Econômicos e Comerciais dos BRICS (CGETI), 1ª.-9ª reuniões, chefe de delegação;  
 2014 Conferência Ministerial da OCDE, 2014 – chefe de delegação;  
 2015 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Assunção, 2015 – Coordenador Nacional para o Mercosul;  
 2011-15 Departamento Econômico  
 2011 XXXVI Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, chefe de delegação

- 2012 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação, chefe de delegação
- 2013 Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, Reunião de Altos Funcionários, chefe de delegação
- 2013 Acordo-Quadro Brasil-EUA que estabelece bases para solução mutuamente satisfatória no contencioso do algodão, chefe de delegação
- 2013 VI Revisão da Política Comercial do Brasil, chefe de delegação
- 2011-15 Diretor do Departamento Econômico
- 2015 Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe
- 2016 Reunião de Coordenadores Nacionais e Reunião de Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), Quito, 2016 – Coordenador Nacional;
- 2016 Reunião de Coordenadores Nacionais e reunião de Chanceleres da CELAC, São Domingos, 2016 - Chefe de delegação.
- 2016 Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cuba, Havana, chefe de delegação;
- 2016 Reuniões do Grupo Mercado Comum, Montevidéu, chefe de delegação;
- 2016 Cerimônias de posse presidencial da República Dominicana, Santo Domingo, representante do Senhor Presidente da República;
- 2016 Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC, Nova York, chefe de delegação;
- 2016 Reunião de Chanceleres CELAC-UE, Santo Domingo, chefe de delegação;
- 2016 Reunião de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pelo comércio da ALADI, Montevidéu, chefe de delegação.
- 2017 Reunião de Cúpula da CELAC, Punta Cana, chefe de delegação;
- 2017 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Brasília, Coordenador Nacional para o Mercosul;
- 2017 Reunião Extraordinária de Chanceleres da UNASUL, Quito, chefe de delegação;
- 2017 Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Santiago, chefe de delegação;
- 2017 Reunião do Conselho de Chanceleres do Sistema de Integração Centro-americano (SICA) com representantes de países observadores e XLIX Cúpula do SICA, São José da Costa Rica, chefe de delegação;
- 2017 Reunião GMC-Mercosul/Grupo de Alto Nível da Aliança do Pacífico, Montevidéu, chefe de delegação;
- 2017 Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC, Nova York, chefe de delegação.
- 2016-18. Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional

#### Condecorações:

- 1986 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata
- 1996 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 2001 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
- 2002 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

#### Obras Publicadas:

- 2006 "Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
- 2009 "Taxation and Representation in the WTO". In Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law.
- 2013 "A Organização Mundial do Comércio". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- 2013 "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". In Benjamim, Daniela Arruda (org.). "O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**  
**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR**

**SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁSIA E DO PACÍFICO (SGASP)**  
**Departamento da Ásia do Leste (DAL)**  
**Divisão da China e da Mongólia (DCM)**

**REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Maio de 2018**

<b>DADOS BÁSICOS</b>	
<b>NOME OFICIAL</b>	República Popular da China
<b>GENTÍLICO</b>	Chinês
<b>CAPITAL</b>	Pequim
<b>ÁREA</b>	9.561.000 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	1,37 bilhão
<b>LÍNGUA OFICIAL</b>	Mandarim
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Ateísmo/agnosticismo (61%); budismo (18%); taoísmo (13%); cristianismo (4%); islamismo (2%); outras religiões (2%).
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Assembleia Nacional Popular; Parlamento unicameral, composto por 2.987 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Xi Jinping (desde 14 de março de 2013)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro-ministro Li Keqiang (desde 14 de março de 2013)
<b>CHANCELER</b>	Wang Yi (desde 14 de março de 2013)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)</b>	US\$ 12,01 trilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017)</b>	US\$ 23,16 trilhões
<b>PIB PER CAPITA (2017)</b>	US\$ 8.643
<b>PIB PPP PER CAPITA (2017)</b>	US\$ 16.600
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	6,86% (2017); 6,72% (2016); 6,9% (2015); 7,3% (2014); 7,7% (2013); e 7,7% (2012).
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016)</b>	0,738 (90ª posição entre 188 países)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)</b>	3,90%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Renminbi (ou yuan)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Li Jinzhang (23/01/2012)
<b>EMBAIXADOR EM PEQUIM</b>	Marcos Caramuru de Paiva (25/08/2016)
<b>BRASILEIROS NO PAÍS</b>	Há registro de 16.700 brasileiros residentes.

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CHINA (em US\$ milhões, fonte: MDIC)</b>										
<b>Brasil → China</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	36.557	36.915	56.381	77.105	75.479	83.330	77.961	66.327	58.498	74.810
<b>Exportações</b>	16.523	21.004	30.786	44.315	41.228	46.026	40.616	35.608	35.134	47.488
<b>Importações</b>	20.044	15.911	25.595	32.791	34.251	37.304	37.345	30.719	23.364	27.321
<b>Saldo</b>	-3.522	5.093	5.190	11.524	6.976	8.722	3.271	4.888	11.770	20.167

## APRESENTAÇÃO

A República Popular da China (RPC), localizada na Ásia do Leste, é o país mais populoso – 1,37 bilhão de habitantes – e com o terceiro maior território – 9.596.961 km<sup>2</sup> – do mundo. Apresenta vasta e diversa paisagem geográfica, desde estepes e desertos ao norte até florestas subtropicais ao sul. Também é variada a composição humana, com 56 etnias, sendo a Han a mais numerosa – correspondente a mais de 90% da população.

A China tem sua história iniciada na Antiguidade, na bacia do Rio Amarelo, que corre na Planície Setentrional do país. Durante milênios, seu sistema político baseou-se em monarquias hereditárias. A República da China, fundada em 1912, encerrou o período monárquico. Em 1949, o Partido Comunista Chinês (PCC) venceu a guerra civil, e foi proclamada, em outubro, por Mao Tsé-Tung, a República Popular da China.

Com capital em Pequim, a RPC adota sistema de governo republicano parlamentarista, sob liderança do PCC. O país divide-se, administrativamente, em 22 províncias, 5 regiões autônomas – Xinjiang, Mongólia Interior, Tibete, Ningxia e Guangxi –, 4 municipalidades ligadas diretamente ao governo central – Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing – e duas Regiões Administrativas Especiais com forte autonomia – Hong Kong e Macau.

Durante os últimos dois mil anos de história, a China foi, por longo tempo, a maior economia do mundo. É, desde a introdução de reformas econômicas, em 1979, um dos países de mais forte crescimento do planeta. Desde 2014, detém o maior produto interno bruto por paridade de poder de compra.

## PERFIL BIOGRÁFICOS

### **XI JINPING** *Presidente da República*



Nasceu em 1953, em Fuping (província de Shaanxi). Graduou-se em engenharia química pela Universidade Tsinghua (1975-79), em Pequim. Mais tarde, obteve, pela mesma universidade, doutorado em Direito, com especialização em teoria marxista e educação política e ideológica. De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo, na Brigada Liangjiahe, na província de Shaanxi. Exerceu cargos em nível provincial, com destaque para sua longa passagem por Fujian, de 1985 a 2002, e por Zhejiang, entre 2002 e 2007, província de que foi governador e diretor-local do PCC. Em 2008, tornou-se vice-presidente da China. Em novembro de 2012, sucedeu Hu Jintao como Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da Comissão Militar Central e, em março de 2013, como Presidente da República. Visitou o Brasil em fevereiro de 2009 (ainda no cargo de vice-presidente) e em julho de 2014 (visita de Estado). Seu pai é o ex-vice-primeiro-ministro reformista Xi Zhongxun (1913-2002).

### **LI KEQIANG** *Primeiro-Ministro do Conselho de Estado*



Nasceu em 1955. Ingressou, em 1976, no Partido Comunista Chinês (PCC) e graduou-se, em 1982, pela Faculdade de Direito da Universidade de Pequim, onde viria a obter doutorado em economia. Atuou, entre 1993 e 1998, como secretário, membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de toda a China.

Foi eleito, em 1998, Vice-Secretário do Comitê Provincial de Henan do PCC e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem governador provincial, cargo exercido até 2003. Foi, entre 2003 e 2004, Presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da província de Henan. Exerceu, entre 2004 e 2007, a função de Secretário do Comitê Provincial de Liaoning do PCC. É, desde 2007,

membro do Comitê Permanente do Politburo. Foi, entre 2008 e 2013, vice-primeiro-ministro executivo do Conselho de Estado e vice-presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central e, entre 2010 e 2013, diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar. Foi escolhido, em março de 2013, por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, primeiro-ministro do Conselho de Estado da RPC, cargo a que foi reconduzido em 2018. Ocupa a segunda posição na hierarquia do Comitê Permanente do PCC.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa, e ganharam densidade. Em 1988, os dois países iniciaram o Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*/Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica, e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mais alta instância permanente do diálogo político entre os dois países.

A COSBAN é chefiada, do lado brasileiro, pelo vice-presidente da República, mas, em razão da atual vacância desse cargo, o governo brasileiro designou para exercer temporariamente as funções de co-presidente da Comissão o chanceler Aloysio Nunes Ferreira. Do lado chinês, é liderada pelo vice-presidente Wang Qishan. A COSBAN reuniu-se quatro vezes: em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília), 2013 (Cantão) e 2015 (Brasília).

A Secretaria Executiva é exercida, pelo lado brasileiro, pelo secretário-geral das Relações Exteriores e, pelo chinês, pelo vice-ministro do Comércio responsável por Américas.

A Comissão é o principal órgão decisório do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC).

A estrutura atual da COSBAN contempla doze Subcomissões temáticas: (1) Política, (2) Econômico-Comercial — com Grupos de Trabalho de Comércio, Investimentos, Propriedade Intelectual, Harmonização Estatística, Assuntos Aduaneiros e Comércio de Serviços —, (3) Econômico-Financeira, (4) de Inspeção e Quarentena, (5) de Agricultura — com Grupo de Trabalho de Biotecnologia Agrícola e Biossegurança —, (6) de Ciência, Tecnologia e Inovação, (7) de Indústria e Tecnologia da Informação, (8) de Cooperação Espacial, (9) de Energia e Mineração, (10) Educacional, (11) Cultural — com Grupo de Trabalho de Esportes — e (12) de Saúde.

Em 2012, foi estabelecida Parceria Estratégica Global entre os dois países, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de chanceleres, para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral. A primeira reunião do Diálogo realizou-se em Brasília, em abril de 2014, e a segunda em Pequim, em junho de 2017.

O DEG compreende dez diálogos setoriais: (1) Desarmamento e Não-Proliferação; (2) Direitos Humanos; (3) Temas Asiáticos; (4) Temas relativos aos Estados Unidos; (5) Planejamento Diplomático; (6) Temas de Oriente Médio; (7) Temas de Direito Internacional e Cooperação Jurídica; (8) Temas Migratórios e Consulares; (9) Temas Latino-Americanos e Caribenhos; e (10) Temas Africanos.

Em setembro de 2017, a visita de Estado do presidente Michel Temer à China deu seguimento ao ciclo de nove visitas bilaterais no mais alto nível: do lado brasileiro, duas visitas do presidente Lula, em 2004 e em 2009, e uma da presidente Dilma Rousseff, em 2011; do lado chinês, duas visitas do presidente Hu Jintao, em 2004 e 2010, uma do primeiro-ministro Wen Jiabao, em 2012, uma do presidente Xi Jinping, em 2014, e uma do primeiro-ministro Li Keqiang, em maio de 2015.

Durante a visita do presidente Michel Temer, foram mantidos encontros, entre outras autoridades, com o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Li Keqiang, e assinados 22 atos, 6 dos quais governamentais — nas áreas de turismo, consular, cinema, comércio eletrônico, saúde e supervisão de produtos de consumo — e 16 privados.

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará, de 14 a 16 de maio corrente, visita a Pequim, onde manterá encontros com autoridades chinesas.

### *Cooperação parlamentar*

Os grupos parlamentares de amizade Brasil-China constituem instância de diálogo e aproximação. Na Câmara dos Deputados, o grupo, criado em 1993, é presidido pelo deputado Federal Herculano Passos (PMDB-SP). No Senado Federal, o grupo, criado em 2004, é presidido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

### *Assuntos consulares*

Além da Embaixada em Pequim, o Brasil mantém na China três Consulados-Gerais – em Cantão, em Hong Kong e em Xangai.

A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais. Segundo dados de 2015, há 6.500 brasileiros residentes na jurisdição do Consulado-Geral em Cantão, 760 na jurisdição do Consulado-Geral em Hong Kong, 8.000 na jurisdição do Consulado-Geral em Xangai e 900 na jurisdição da Embaixada do Brasil em Pequim.

A China foi pioneira, no fim de 2015, no recebimento de *Visa Centers* do Brasil — em Pequim, em Xangai e em Cantão — que contribui para acelerar tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo.

## **POLÍTICA INTERNA**

O Estado chinês é composto por três grandes instituições paralelas: (1) Partido Comunista da China (PCC); (2) Assembleia Nacional Popular – ANP (ou Congresso Nacional Popular); e (3) Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). Segundo a Constituição, o PCC ocupa posição de preeminência em relação à ANP e à CCPPC, instituições de governo. Observa-se, na prática, forte entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

A Assembleia é formalmente a instância máxima de governo, com cerca de 3 mil deputados, com mandato de 5 anos. A ela estão submetidos o Poder Executivo, com o Conselho de Estado e os Ministérios, e o Poder Judiciário. O Presidente da Suprema Corte possui mandato

igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez. A totalidade da ANP reúne-se apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No restante do ano, os trabalhos são conduzidos por cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP.

A CCPPC apresenta-se como órgão de assessoramento da cúpula partidária e governamental. Nela estão representados o PCC, os demais partidos chineses, políticos sem filiação partidária, organizações populares, grupos étnicos compatriotas de Taiwan, Macau e Hong Kong, chineses que retornaram do exterior e indivíduos especialmente convidados.

O PCC divide-se em três esferas concêntricas de poder: (1) Comitê Permanente, com 7 integrantes; (2) Politburo: composto por 25 membros; e (3) Comitê Central, com 205 integrantes. A atual composição do Comitê Permanente do PCC, núcleo máximo de poder político na China, é a seguinte: Xi Jinping (secretário-geral do PCC e presidente da China), Li Keqiang (primeiro-ministro), Li Zhanshu (presidente do Congresso Nacional do Povo), Wang Yang (presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês), Wang Huning (chefe do Secretariado do Comitê Central), Zhao Leji (chefe da Comissão Central de Inspeção Disciplinar) e Han Zheng (vice-primeiro-ministro).

O principal cargo político da China é o de Secretário-Geral do PCC, ocupado por Xi Jinping, que, a exemplo de seus antecessores Hu Jintao e Jiang Zemin, acumula também a Presidência da República. É considerado o líder mais forte desde Mao Tsé-Tung.

Em outubro de 2017, o XIX Congresso do PCC, além de confirmar a continuidade de Xi Jinping como Secretário-Geral do Partido, estabeleceu três objetivos nacionais: até 2020, a China deverá tornar-se "sociedade moderadamente próspera", da qual será erradicada a pobreza absoluta; de 2020 a 2035, deverá ser iniciada etapa final da modernização da sociedade chinesa, durante a qual a China deverá ascender à posição de líder global em inovação, com aprimoramento do estado de direito "com características chinesas" e fortalecimento do *soft power* chinês; e de 2035 a 2050, deverá ser completada modernização da sociedade chinesa, quando serão atingidos elevados índices de avanço material, político, social e cultural, e a China deverá passar, então, a ser líder global.

Em 20 de abril de 2018, nas reuniões anuais da ANP e da CCPPC, foram aprovadas as seguintes medidas: mudança constitucional que retirou limite de dois mandatos consecutivos para presidente e vice-presidente da República, reforma da estrutura do governo e criação da Comissão Nacional de Supervisão, órgão que ampliará a campanha anticorrupção.

### *Taiwan*

A questão de Taiwan é de extrema importância política para a China. No preâmbulo da Constituição da República Popular da China (RPC) está consignado que "Taiwan é parte inalienável do território chinês, e a completa reunificação de Taiwan com a China continental é tarefa de todo o povo chinês, incluídos os taiwaneses".

Desde a eleição, em Taiwan, da líder Tsai Ing-wen, integrante do Partido Progressista Democrático (DPP), verificou-se aumento da tensão no relacionamento entre os dois lados do estreito, agravado pela decisão dos Estados Unidos, de março de 2018, de aprovar o "Taiwan Travel Act", que encoraja troca de visitas entre autoridades norte-americanas e taiwanesas.

O governo da RPC reagiu de maneira assertiva à vitória do DPP, enfatizando que a nova administração taiwanesa deve aderir ao Consenso de 1992, que contempla o princípio de "uma só China".

O Brasil não mantém relações diplomáticas com Taiwan desde agosto de 1974, quando foi emitido o Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China (RPC).

### *Tibete*

No século XVIII, o Tibete foi conquistado pela dinastia Qin (Manchu). Com a dissolução do Império Chinês, em 1911, os tibetanos proclamaram sua independência.

Em 1951, o Tibete foi integrado à China como região autônoma. Embora tenha suscitado protestos no âmbito da ONU, o processo foi tacitamente aceito pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (dentre os quais, naquela época, Taiwan) e pela comunidade internacional.

Desde 1971, quando a República Popular da China substituiu Taiwan na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o assunto não foi mais levantado naquele foro.

A China enfatiza a posição de que o Tibete é parte inalienável do território chinês e assunto interno da China.

## **POLÍTICA EXTERNA**

A realização do XIX Congresso do PCC, em outubro de 2017, oficializou a narrativa atual da política externa da China. O relatório do presidente Xi Jinping ao Congresso trouxe numerosas mensagens ao exterior, que sinalizam maior assertividade do país no cenário internacional. Essas mensagens encerram ainda ideias de cooperação, sobretudo em comércio e em investimentos em infraestrutura.

Parte importante desse novo perfil expressa-se na prioridade atribuída por Pequim à iniciativa *Belt and Road* (ou “Cinturão e Rota”), de investimentos em conectividade e infraestrutura. Trata-se de ambiciosa iniciativa do governo Xi Jinping, transversal à atuação internacional da China em diferentes frentes.

De forma esquemática, cinco eixos orientam a política externa chinesa. O primeiro é definido como "relação entre grandes países", entre os quais os Estados Unidos, a Rússia e a União Europeia.

Quanto aos Estados Unidos, busca-se consolidar a ideia de que a região da Ásia-Pacífico comporta presença tanto da China quanto daquele país. Esse posicionamento contrapõe-se à teoria da "ameaça chinesa", segundo a qual a China é percebida como principal ameaça, a médio e a longo prazo, à primazia econômica e militar dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, Pequim e Moscou articulam-se na tentativa de estabelecimento de arcabouço de segurança na Ásia. Segundo declarado pelo chanceler Wang Yi em abril de 2014, a "parceria-estratégica de coordenação" sino-russa é a mais substancial e de maior importância estratégica nas relações entre grandes potências.

No caso da União Europeia, verificam-se convergências na defesa do multilateralismo, porém divergências relacionadas a acesso ao mercado chinês.

O segundo eixo é a relação com países vizinhos, à qual a China dedica especial atenção. Pequim tem mantido posições firmes sobre questões de disputas territoriais, ao mesmo tempo empenhando esforços para evitar conflitos.

Pequim investe na normalização das relações com Japão e Índia. A China confere, ainda, especial atenção à condução da questão coreana, em razão de seu forte potencial desestabilizador regional e global.

O terceiro eixo relaciona-se ao fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento como base da diplomacia econômica chinesa. Nesse âmbito, inserem-se as relações com a América Latina e Caribe (ALC) e com a África. Em 2014, foi formalizada a criação do Foro CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)-China. Na África, Pequim apresenta-se como parceiro para o desenvolvimento, a despeito de críticas sobre reforço da relação de dependência dos países daquele continente.

O quarto eixo concerne à progressiva atenção que Pequim atribui a organismos e foros multilaterais e plurilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), G20, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai (OCX), APEC e outros, estabelecidos em diferentes regiões. Esse adensamento de participação reflete a afirmação, pela China, no cenário internacional, de seu protagonismo e de sua identidade de país emergente e em desenvolvimento.

O quinto eixo ressalta a importância da diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

### *BRICS*

Brasil e China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, de modo a ampliar os espaços de concertação política dos dois países em escala global, e já lograram importantes resultados, entre os quais destaca-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. O BRICS oferece, ademais, oportunidades de cooperação em áreas-chave para o enfrentamento dos desafios comuns dos países de renda média. Há grande potencial para cooperação nas áreas de saúde, inovação, infraestrutura e energia. Em saúde, é significativo o estabelecimento da Rede de Pesquisa em Tuberculose, voltada ao desenvolvimento de diagnóstico, vacinas e tratamentos inovadores para a doença.

#### *Fórum de Macau*

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa – Fórum de Macau – foi criado, em 2003, por iniciativa do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) com o objetivo declarado de promover o comércio e os investimentos entre os países de língua oficial portuguesa e a China.

O Secretariado Permanente do Fórum, com sede em Macau, é composto por um secretário-geral, indicado pela China. Além da China, são membros do Fórum Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

No âmbito do Fórum, foi criado, em 2013, o Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, administrado pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB).

A cada três anos realizam-se conferências ministeriais das pastas, em princípio, de comércio. Na última dessas reuniões, em 2016, foi adotado o Plano de Ação 2017-2019, bem como o Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau.

#### *Foro CELAC-China*

A criação do Foro resultou de uma proposta chinesa, apresentada pelo então primeiro-ministro Wen Jiabao, em visita à região em 2012, e aprovada pelos chefes de estado e de governo da CELAC na Cúpula de Havana, em janeiro de 2014. O Foro foi lançado simbolicamente em Brasília, em julho de 2014, quando o governo brasileiro organizou, a pedido da China, a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe.

Foram realizadas duas reuniões ministeriais do Foro, a primeira em Pequim, em 2015, e a segunda em janeiro deste ano, em Santiago. Nesta última, foi adotado o Plano de Ação 2019-2021, que prevê ações para promoção do desenvolvimento sustentável e incremento das relações entre a China e os países da América Latina e do Caribe.

#### *BASIC*

O Brasil e a China atuam em coordenação por meio do BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, estabelecido em 2007, no contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. Esse grupo desempenha papel de liderança na busca de convergências no regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A economia chinesa encontra-se em fase de transição entre modelo de investimentos públicos e maior participação do consumo privado. A estratégia econômica estabelecida por Deng Xiaoping, alicerçada em elevados investimentos em infraestrutura e exportações de produtos intensivos em mão de obra – ainda que tenha assumido nova configuração, com o atual predomínio de produtos de alto valor agregado na pauta exportadora da China –, mostra sinais de esgotamento.

Um dos subprodutos do processo de transição é a relativa redução, nas últimas duas décadas, do nível de crescimento médio do PIB chinês. Apesar dessa desaceleração, a China tornou-se, em 2014, a maior economia do mundo em termos de PIB/PPP, de acordo com dados do FMI. O processo é descrito, no jargão oficial, como passagem do desenvolvimento "de alta velocidade" para o "de alta qualidade".

Nesse contexto, em novembro de 2013, o Comunicado Final do Terceiro Pleno do 18º Comitê Central do Partido Comunista anunciou o mais ambicioso programa de reformas desde o início da "reforma e abertura". A base das reformas é a avaliação de que o mercado deve exercer "papel decisivo" na alocação de recursos na China. Entre os principais objetivos contemplados, destacam-se a redução do papel das estatais; a reforma agrária com vistas a criar mercado de propriedades rurais; a reforma financeira, por meio da flexibilização do câmbio e gradual liberalização dos juros; a reforma fiscal, por meio de sistema orçamentário transparente e definição de competências para províncias e cidades; as reformas política e administrativa, por intermédio do aperfeiçoamento do sistema de justiça e do combate à corrupção; e a abertura de mercados a investimentos estrangeiros.

Em outubro de 2017, no discurso de abertura do XIX Congresso do PCC, Xi Jinping afirmou que a China "apoiará o capital estatal para se tornar mais forte, mais eficiente e maior, tornando as empresas chinesas competitivas globalmente". Defendeu também, como principal meta para a economia chinesa, a implementação de "reforma do lado da oferta", por meio de incremento na eficiência produtiva, mantendo a China aberta ao mundo.

### *Conjuntura atual*

Ao longo de 2017, a China manteve crescimento a taxas de 6,9%, superando a meta do governo e expectativas do mercado. No primeiro trimestre de 2018, o PIB cresceu 6,8% em comparação com igual período do ano passado. O consumo das famílias e o investimento privado foram os principais fatores da expansão.

O consumo interno foi responsável por 77,8% do crescimento. A renda das famílias registrou crescimento superior ao da média da economia, indicando que o consumo, em substituição ao investimento, pode sustentar-se como principal motor da atividade chinesa.

A alta dos investimentos das empresas estatais foi a menor da séria histórica, como reflexo da política do governo central de acentuada redução dos níveis de endividamento das companhias públicas e das esferas subnacionais de governo.

Os serviços contribuíram com 61,6% do PIB, superando em 25 pontos percentuais a participação da indústria e da construção civil. O setor apresentou crescimento trimestral de 8,1% em relação ao ano passado. Os melhores desempenhos foram obtidos por empresas de informação (tecnologia e transmissão) e inovação tecnológica, aluguéis e "business services".

Os números da balança comercial também reforçam o crescente peso da economia interna. As importações chinesas registraram, no primeiro trimestre, aumento de 11,7%, em comparação com 7,4% das exportações. O saldo comercial caiu um quinto em relação ao ano passado.

### *Comércio e investimentos bilaterais*

No campo do comércio, a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US\$ 74,8 bilhões no ano passado — exportações de US\$ 47,4 bilhões e importações de US\$ 27,3 bilhões —, com superávit brasileiro de US\$ 20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em

contrapartida, o Brasil é o nono maior parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

Os três principais produtos de exportação para a China (soja, minério de ferro e petróleo, em ordem decrescente) representam 79,8% do total das vendas brasileiras para aquele país.

Por sua vez, os vinte primeiros produtos da pauta de importação brasileira da China — quase todos componentes eletroeletrônicos — representam 21% das importações totais oriundas da China.

No domínio dos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. O estoque de inversões, que, até 2009, era pouco superior a US\$ 300 milhões, em 2014, superava US\$ 12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Em termos de distribuição setorial, os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de TI, infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

Em 2016, foi criado o Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, no montante de US\$ 20 bilhões (dos quais US\$ 15 bilhões oriundos da parte chinesa e US\$ 5 bilhões da parte brasileira), destinado ao financiamento de projetos de infraestrutura.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>221 a 210 a.C.</b>	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
<b>206 a 220 d.C.</b>	Dinastia Han.
<b>618 a 907</b>	Dinastia Tang.
<b>960 a 1279</b>	Dinastia Song.
<b>1368 a 1644</b>	Dinastia Ming.
<b>1644</b>	Início da Dinastia Qing (ou Manchu).
<b>1839 a 1842</b>	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
<b>1842</b>	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
<b>1856 a 1860</b>	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
<b>1894 a 1895</b>	Primeira Guerra Sino-Japonesa.
<b>1900</b>	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
<b>1912</b>	Proclamação da República da China.
<b>1921</b>	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCC).
<b>1934 a 1935</b>	“Longa Marcha” das forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung.
<b>1937</b>	Japão invade a China.
<b>1949</b>	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Tsé-Tung
<b>1958</b>	Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura.
<b>1962</b>	Disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
<b>1966</b>	Início da Revolução Cultural.
<b>1969</b>	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
<b>1971</b>	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.
<b>1972</b>	Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
<b>1976</b>	Morte de Mao Tsé-Tung. Fim da Revolução Cultural.
<b>1978</b>	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
<b>1989</b>	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
<b>1993</b>	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
<b>1994</b>	China adota política de câmbio flutuante para o renminbi (yuan).
<b>1997</b>	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
<b>1999</b>	Macau é devolvida à China por Portugal.
<b>2001</b>	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
<b>2003</b>	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a um acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
<b>2004</b>	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
<b>2005</b>	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Presidente Bush visita a China.
<b>2006</b>	Visita do Presidente Hu Jintao a Washington.
<b>2007</b>	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de secretário-geral do PCC.
<b>2008</b>	Terremoto em Sichuan. Jogos Olímpicos de Pequim.
<b>2009</b>	Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC.
<b>2010</b>	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCC – vice-presidente Xi Jinping nomeado vice-presidente da Comissão Militar Central.
<b>2011</b>	Visita de Hu Jintao a Washington.
<b>2012</b>	18º Congresso Nacional do PCC: Xi Jinping é alçado ao posto de Secretário-Geral do PCC, sucedendo a Hu Jintao.
<b>2013</b>	Confirmação de Xi Jinping no cargo de presidente da República Popular da China. Criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China (novembro).
<b>2014</b>	Protestos na Região Administrativa Especial de Hong Kong. Assinatura de Memorando de Entendimento para criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Visita do presidente Barack Obama à China. Encontro entre o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, à margem das reuniões da APEC.

---

<b>2015</b>	O presidente da China, Xi Jinping, e representante de Taiwan, Ma Ying-jeou encontram-se em Singapura (foi o primeiro encontro de altas autoridades desde a Guerra Civil Chinesa)
<b>2016</b>	Crescimento econômico chinês cai a sua taxa mais baixa em 25 anos (6,9%)
<b>2017</b>	19º Congresso do Partido Comunista da China aprova inclusão do nome e ideologia de Xi Jinping na Constituição do país.
<b>2018</b>	Congresso Nacional do Povo vota pela remoção do limite de dois mandatos presidenciais.

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	O Brasil e a China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	Presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – <i>China-Brasil Earth Resource Satellite</i> ).
1993	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; Presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; Presidente Lula visita a China em maio; Presidente Hu Jintao visita o Brasil em novembro; Criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.
2008	Visitas ao Brasil do Ministro do Comércio da China ao Brasil;
2009	Visitas ao Brasil do vice-presidente da China, Xi Jinping (fevereiro) e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro); Visita de Estado do presidente Lula à China (maio). Visita à China do ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro);
2010	Visita de Estado do presidente Hu Jintao ao Brasil (abril). Lançamento do Plano de Ação Conjunta – PAC 2010-2014 (abril). Visita do ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).
2011	Visita de Estado da presidenta Dilma Rousseff à China (abril). Visita do ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil (maio).
2012	II Reunião da COSBAN, presidida do lado brasileiro pelo vice-presidente Michel Temer, em Brasília (fevereiro) e, pelo lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Qishan. Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio). Visita do primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho). Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho). Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro).
2013	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente chinês Xi Jinping à margem da V Cúpula do BRICS em Durban (março). Missão da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Pequim (agosto). Visita da ministra da Cultura, Marta Suplicy, à China (setembro). III Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo vice-presidente Michel Temer e, do lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Yang, em Cantão (novembro).
2014	Visita oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril). I Reunião do Diálogo Estratégico Global (abril). Visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil (Brasília, julho). Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, à China (novembro). Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20, em Brisbane (novembro). Visita do Secretário do Partido Comunista da China na Província de Jiangsu, Luo Zhijun, ao Brasil (novembro).

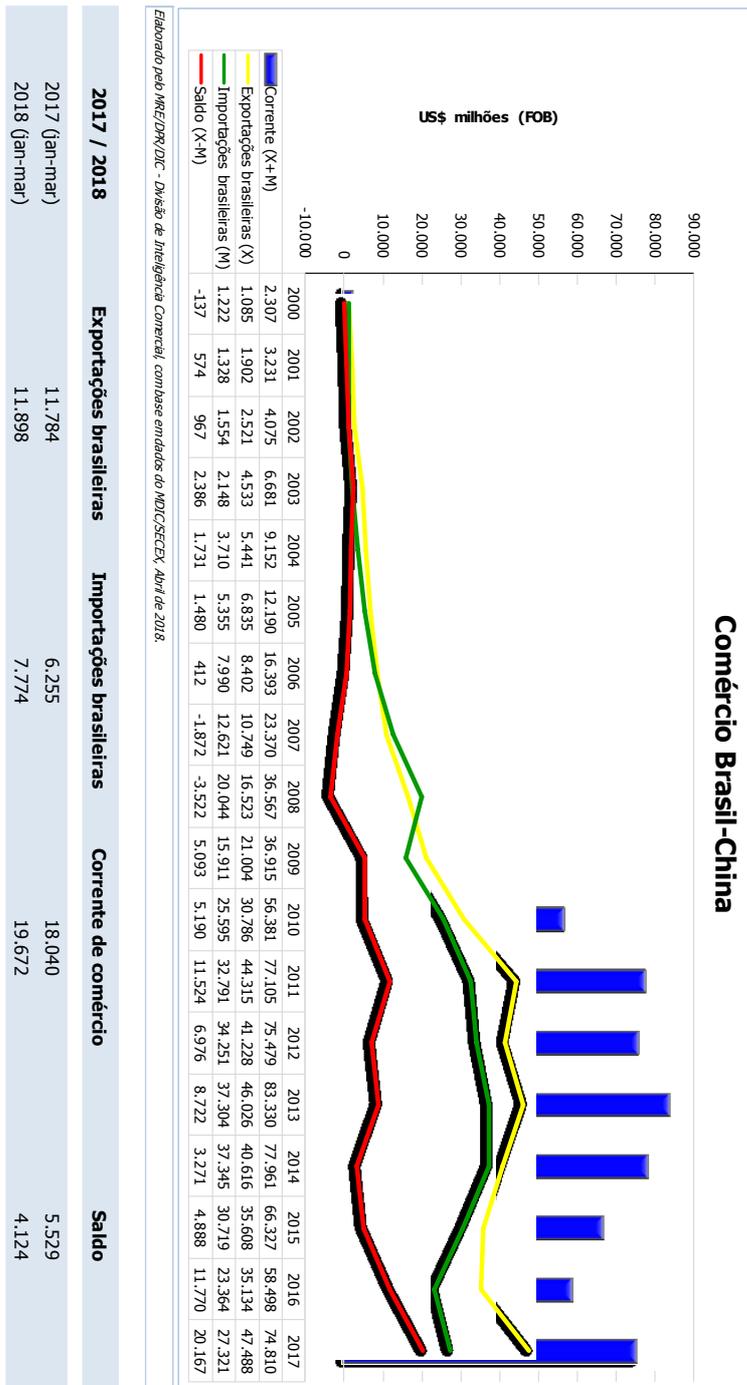
	Lançamento do satélite CBERS-04, em Taiyuan (dezembro).
<b>2015</b>	<p>Visita do vice-presidente Li Yuanchao para as cerimônias de posse da presidente da República, Dilma Rousseff (janeiro).</p> <p>I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, em Pequim (janeiro).</p> <p>Brasil adere ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) como membro fundador (abril).</p> <p>Visita do primeiro-ministro da China, Li Keqiang, ao Brasil (maio).</p> <p>IV Sessão Plenária da COSBAN (presidiram a Sessão, do lado brasileiro, o vice-presidente da República, Michel Temer, e, do lado chinês, o vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, Wang Yang).</p> <p>Encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS (julho).</p> <p>Encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da COP 21 (novembro).</p>
<b>2016</b>	O presidente da República, Michel Temer, realiza viagem a Xangai para participar do Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China (setembro)
<b>2017</b>	<p>Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à China (junho)</p> <p>Visita de Estado do presidente Michel Temer (setembro)</p>
<b>2018</b>	<p>Realização da II Reunião do Fórum CELAC-China, em Santiago.</p> <p>Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, à China (maio)</p>

## ACORDOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais	05/08/1991	04/09/1991	16/09/1991
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004	10/08/2004

Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	10/04/2015	10/04/2015
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	10/04/2015	10/04/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	21/06/2012	-	30/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Facilitação da Concessão de Vistos para Homens de Negócios	16/07/2014	15/08/2014	13/08/2014
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	19/05/2015	19/05/2015	-
Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Sobre Facilitação de Vistos para Homens de Negócios	01/09/2017	01/10/2017	-
Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	01/09/2017	-	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a facilitação de vistos de turista	01/09/2017	01/10/2017	11/09/2017

## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

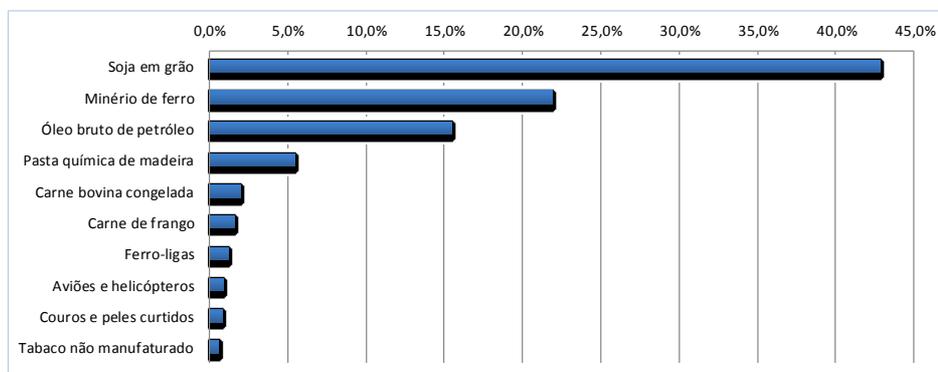


**Composição das exportações brasileiras para a China (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grão	15.788	44,3%	14.386	40,9%	20.310	42,8%
Minério de ferro	6.452	18,1%	7.315	20,8%	10.393	21,9%
Óleo bruto de petróleo	4.139	11,6%	3.908	11,1%	7.351	15,5%
Pasta química de madeira	1.862	5,2%	2.166	6,2%	2.573	5,4%
Carne bovina congelada	476	1,3%	703	2,0%	929	2,0%
Carne de frango	608	1,7%	859	2,4%	761	1,6%
Ferro-ligas	571	1,6%	475	1,4%	564	1,2%
Aviões e helicópteros	165	0,5%	332	0,9%	403	0,8%
Couros e peles curtidos	426	1,2%	389	1,1%	398	0,8%
Tabaco não manufaturado	264	0,7%	279	0,8%	276	0,6%
<b>Subtotal</b>	<b>30.751</b>	<b>86,4%</b>	<b>30.812</b>	<b>87,7%</b>	<b>43.957</b>	<b>92,6%</b>
<b>Outros</b>	<b>4.856</b>	<b>13,6%</b>	<b>4.322</b>	<b>12,3%</b>	<b>3.531</b>	<b>7,4%</b>
<b>Total</b>	<b>35.608</b>	<b>100,0%</b>	<b>35.134</b>	<b>100,0%</b>	<b>47.488</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

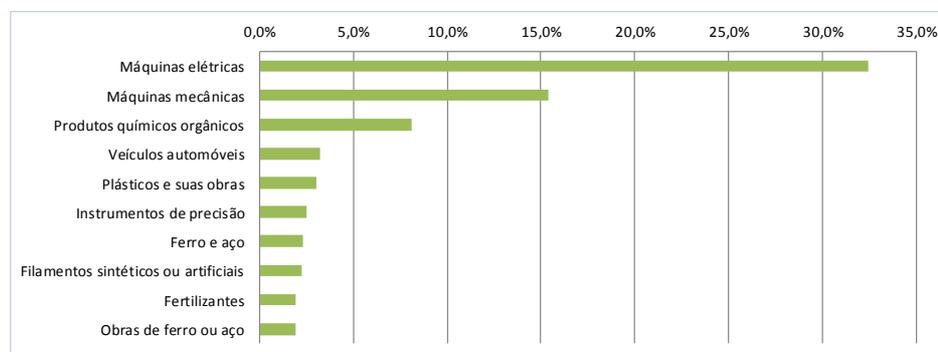


**Composição das importações brasileiras originárias para a China (SH2)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	8.471	27,6%	6.954	29,8%	8.859	32,4%
Máquinas mecânicas	5.230	17,0%	4.013	17,2%	4.210	15,4%
Produtos químicos orgânicos	1.960	6,4%	1.989	8,5%	2.212	8,1%
Veículos automóveis	744	2,4%	582	2,5%	874	3,2%
Plásticos e suas obras	928	3,0%	730	3,1%	825	3,0%
Instrumentos de precisão	671	2,2%	575	2,5%	692	2,5%
Ferro e aço	934	3,0%	427	1,8%	633	2,3%
Filamentos sintéticos ou artificiais	557	1,8%	531	2,3%	612	2,2%
Fertilizantes	635	2,1%	404	1,7%	523	1,9%
Obras de ferro ou aço	820	2,7%	437	1,9%	522	1,9%
<b>Subtotal</b>	<b>20.950</b>	<b>68,2%</b>	<b>16.642</b>	<b>71,2%</b>	<b>19.962</b>	<b>73,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>9.769</b>	<b>31,8%</b>	<b>6.722</b>	<b>28,8%</b>	<b>7.359</b>	<b>26,9%</b>
<b>Total</b>	<b>30.719</b>	<b>100,0%</b>	<b>23.364</b>	<b>100,0%</b>	<b>27.321</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



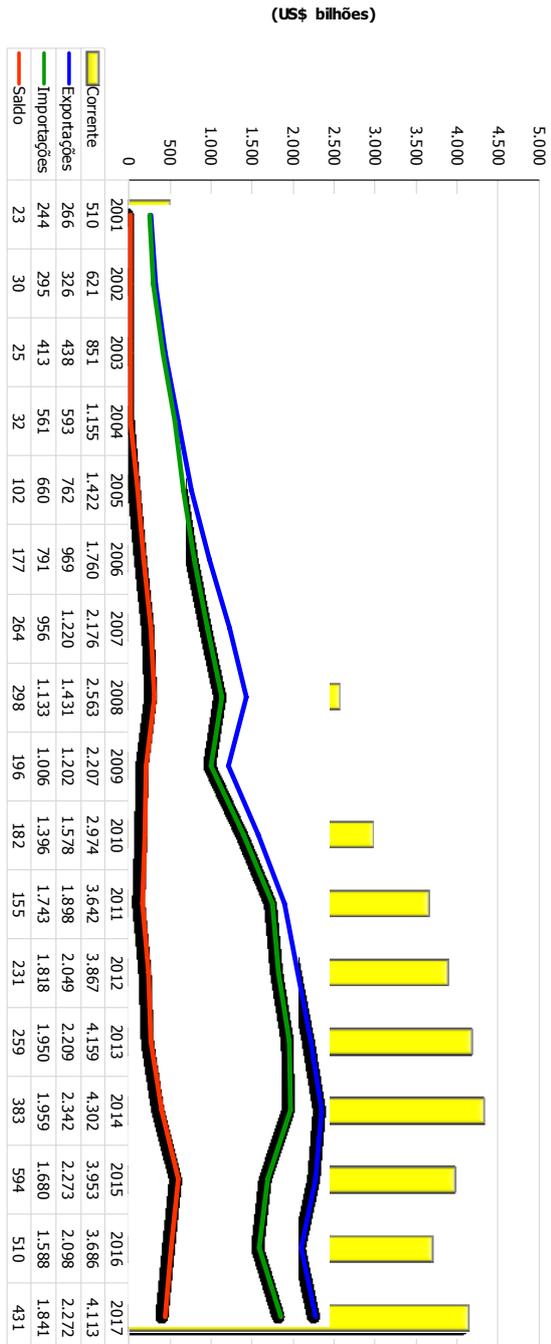
**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Soja	4.289	36,4%	4.035	33,9%	Soja 33,9%
Óleos brutos de petróleo	2.300	19,5%	2.793	23,5%	Óleos brutos de petróleo 23,5%
Minérios de ferro	2.923	24,8%	2.489	20,9%	Minérios de ferro 20,9%
Pastas químicas de madeira	515	4,4%	763	6,4%	Pastas químicas de madeira 6,4%
Carnes bovinas	219	1,9%	314	2,6%	Carnes bovinas 2,6%
Carnes de frango	187	1,6%	205	1,7%	Carnes de frango 1,7%
Ferro-ligas	151	1,3%	161	1,4%	Ferro-ligas 1,4%
Pastas químicas de madeira, para dissolução	103	0,9%	105	0,9%	Pastas químicas de madeira, para dissolução 0,9%
Couros bovinos curtidos ou em crosta	103	0,9%	98	0,8%	Couros bovinos curtidos ou em crosta 0,8%
Bombas de ar ou de vácuo	4	0,0%	89	0,8%	Bombas de ar ou de vácuo 0,8%
<b>Subtotal</b>	<b>10.794</b>	<b>91,6%</b>	<b>11.052</b>	<b>92,9%</b>	
<b>Outros</b>	<b>991</b>	<b>8,4%</b>	<b>846</b>	<b>7,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>11.784</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.898</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Aparelhos elétricos para telefonia	551	8,8%	555	7,1%	Aparelhos elétricos para telefonia 7,1%
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores	231	3,7%	363	4,7%	Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores 4,7%
Circuitos integrados eletrônicos	202	3,2%	218	2,8%	Circuitos integrados eletrônicos 2,8%
Díodos e transistores	194	3,1%	199	2,6%	Díodos e transistores 2,6%
Partes e acessórios de computadores, máquinas de escrever ou calcular	145	2,3%	198	2,6%	Partes e acessórios de computadores, máquinas de escrever ou calcular 2,6%
Partes e acessórios de veículos automóveis	117	1,9%	166	2,1%	Partes e acessórios de veículos automóveis 2,1%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	86	1,4%	164	2,1%	Insumos para medicamentos contendo nitrogênio 2,1%
Tecidos de fios sintéticos	98	1,6%	114	1,5%	Tecidos de fios sintéticos 1,5%
Aquecedores elétricos de água/ambientes/solo/cabelos	86	1,4%	110	1,4%	Aquecedores elétricos de água/ambientes/solo/cabelos 1,4%
Computadores e suas unidades	82	1,3%	102	1,3%	Computadores e suas unidades 1,3%
<b>Subtotal</b>	<b>1.790</b>	<b>28,6%</b>	<b>2.189</b>	<b>28,2%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>4.465</b>	<b>71,4%</b>	<b>5.585</b>	<b>71,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>6.255</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.774</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

### Comércio China x Mundo

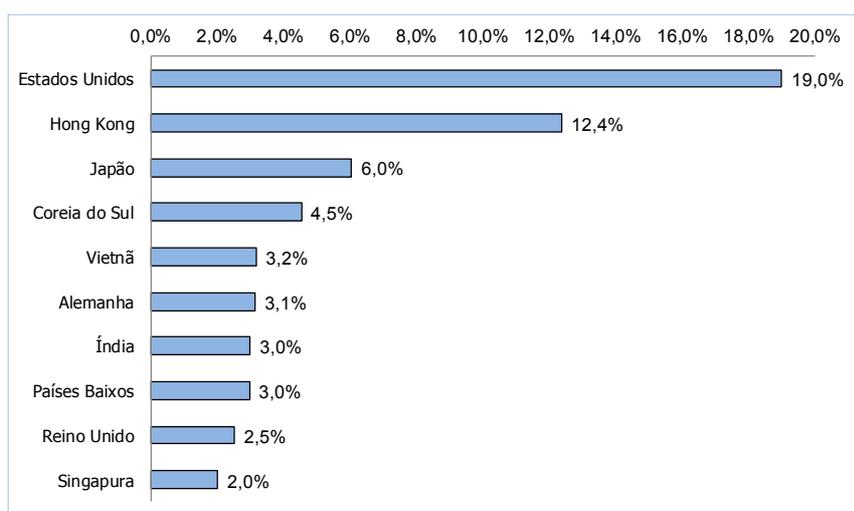


Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.

**Principais destinos das exportações da China**  
US\$ bilhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Estados Unidos	432	19,0%
Hong Kong	281	12,4%
Japão	137	6,0%
Coreia do Sul	103	4,5%
Vietnã	72	3,2%
Alemanha	71	3,1%
Índia	68	3,0%
Países Baixos	67	3,0%
Reino Unido	57	2,5%
Singapura	46	2,0%
...		
<b>Brasil (21º lugar)</b>	<b>29</b>	<b>1,3%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.363</b>	<b>60,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>909</b>	<b>40,0%</b>
<b>Total</b>	<b>2.272</b>	<b>100,0%</b>

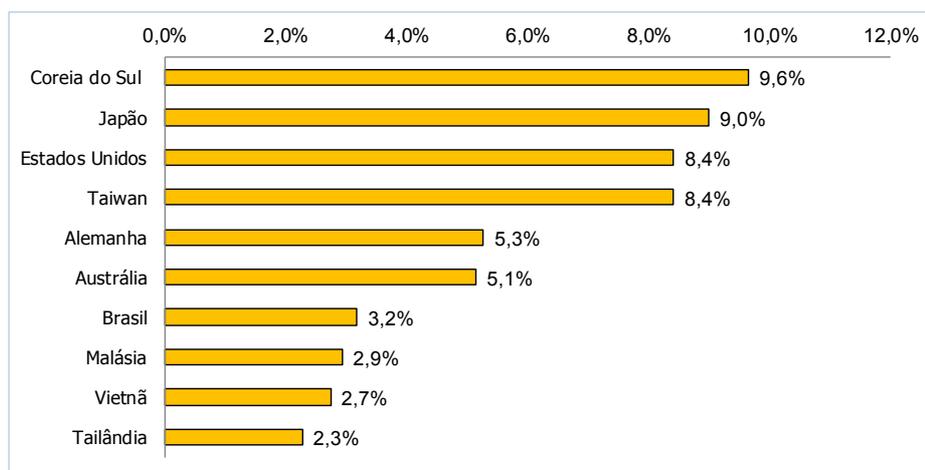
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.*



**Principais origens das importações da China**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
Coreia do Sul	178	9,6%
Japão	165	9,0%
Estados Unidos	155	8,4%
Taiwan	155	8,4%
Alemanha	97	5,3%
Austrália	95	5,1%
<b>Brasil</b>	<b>58</b>	<b>3,2%</b>
Malásia	54	2,9%
Vietnã	50	2,7%
Tailândia	42	2,3%
<b>Subtotal</b>	<b>1.049</b>	<b>57,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>792</b>	<b>43,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.841</b>	<b>100,0%</b>

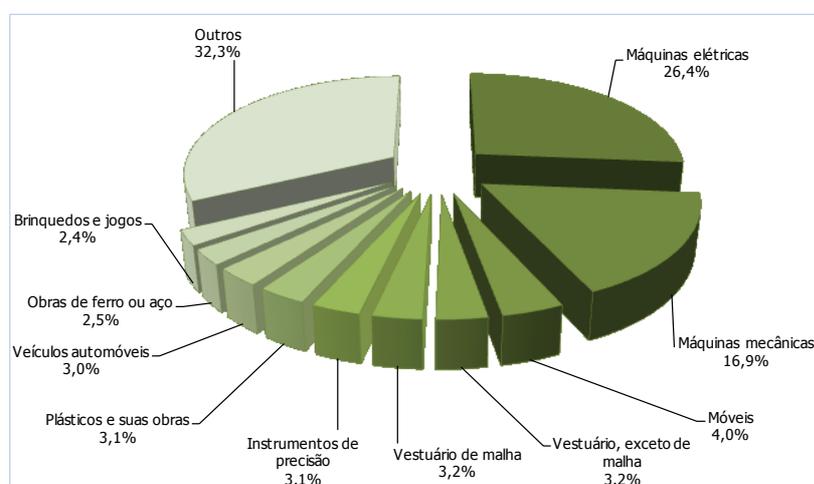
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*



**Composição das exportações da China (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas elétricas	599	26,4%
Máquinas mecânicas	383	16,9%
Móveis	90	4,0%
Vestuário, exceto de malha	74	3,2%
Vestuário de malha	72	3,2%
Instrumentos de precisão	71	3,1%
Plásticos e suas obras	71	3,1%
Veículos automóveis	67	3,0%
Obras de ferro ou aço	57	2,5%
Brinquedos e jogos	55	2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>1.538</b>	<b>67,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>733</b>	<b>32,3%</b>
<b>Total</b>	<b>2.272</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

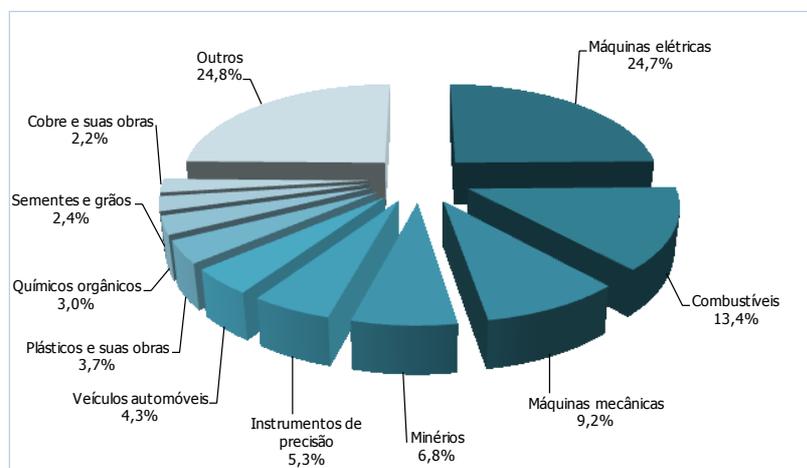


**Composição das importações da China (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
Máquinas elétricas	455	24,7%
Combustíveis	248	13,4%
Máquinas mecânicas	170	9,2%
Minérios	125	6,8%
Instrumentos de precisão	97	5,3%
Veículos automóveis	79	4,3%
Plásticos e suas obras	69	3,7%
Químicos orgânicos	56	3,0%
Sementes e grãos	44	2,4%
Cobre e suas obras	41	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>1.385</b>	<b>75,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>456</b>	<b>24,8%</b>
<b>Total</b>	<b>1.841</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos da China

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	6,72%	6,86%	6,56%	6,41%	6,25%
PIB nominal (US\$ trilhões)	11,22	12,01	14,09	15,54	16,95
PIB nominal "per capita" (US\$)	8.116	8.643	10.088	11.076	12.029
PIB PPP (US\$ trilhões)	21,29	23,16	25,24	27,44	29,73
PIB PPP "per capita" (US\$)	15.397	16.660	18.066	19.551	21.093
População (milhões habitantes)	1.382,7	1.390,1	1.397,0	1.403,4	1.409,3
Desemprego (%)	4,02%	3,90%	4,00%	4,00%	4,00%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	2,10%	1,80%	2,83%	2,64%	2,70%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,80%	1,37%	1,18%	1,15%	1,14%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1.429,5	1.543,5	1.684,3	1.770,2	1.854,7
Câmbio ( Rmb / US\$) <sup>(2)</sup>	6,95	6,51	6,55	6,66	6,62

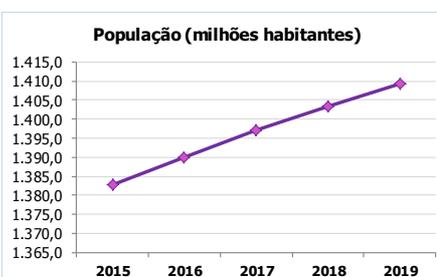
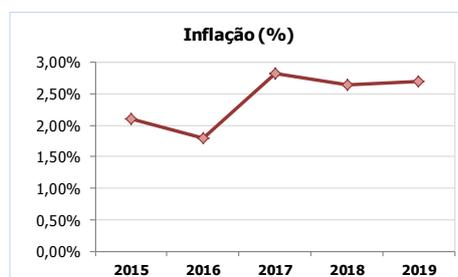
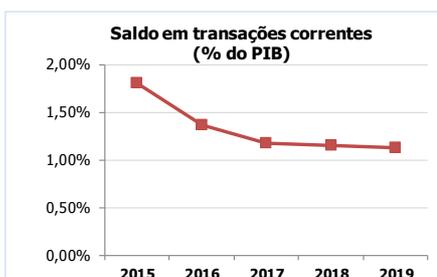
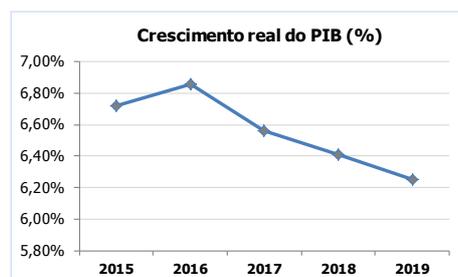
#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

Agricultura	8,2%
Indústria	39,5%
Serviços	52,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e The World Factbook ([www.cia.gov](http://www.cia.gov)).

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico  
Departamento da Ásia do Leste  
Divisão da China e da Mongólia

**MONGÓLIA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

**2018**

<b>DADOS BÁSICOS</b>
----------------------

<b>NOME OFICIAL</b>	Mongólia
<b>GENTÍLICO</b>	Mongol, mongólico
<b>CAPITAL</b>	Ulan Bator
<b>ÁREA</b>	1.566.500 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2013)</b>	3,06 milhões
<b>IDIOMAS</b>	Mongol
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Budismo (53%), Islamismo (3%), Xamanismo (2,9%), Cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%).
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República semipresidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Parlamento unicameral (Grande Hural)
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Khaltmaagiin Battulga
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Ukhnaagiin Khürelsükh
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO EXTERIOR</b>	Tsogtbaatar Damdin
<b>PIB nominal (2016)</b>	US\$ 11,1 bilhões
<b>PIB PPP</b>	US\$ 39,7 bilhões
<b>PIB nominal <i>per capita</i></b>	US\$ 3.640
<b>PIB PPP <i>per capita</i></b>	US\$ 12.979
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	6,3 % (2010); 17,5% (2011); 12,28% (2012); 11,74% (2013); 9,6% (2014); 1,24% (2016); 5,15% (2017)
<b>IDH</b>	0,675 (108º lugar no ranking)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	68,8 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO</b>	97,4% (2013)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO</b>	7,9%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Togrog/Tugrik (US\$ 1,00 = ₮2,427 – câmbio flutuante)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	(ainda não indicado pelo governo mongol / será Embaixador não residente)
<b>EMBAIXADOR EM ULAN BATOR</b>	Marcos Caramuru de Paiva (25/08/2016) – Embaixador não residente (Pequim)
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA</b>	10

Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (em mil US\$)</b>									
Brasil - Mongólia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
<b>Intercâmbio</b>	14	129	1.869	2.468	2.878	5.562	949	1.267	5.601
<b>Exportações</b>	14	104	1.869	2.467	2.878	5.546	814	1.195	5.516
<b>Importações</b>	0	25	0	1	0	15	135	72	85
<b>Saldo</b>	14	79	1.869	2.465	2.878	5.531	680	1.122	5.432

## APRESENTAÇÃO

A Mongólia é país de pequena população – 3 milhões de habitantes – e com a 18ª maior extensão geográfica – de 1,56 milhão de km<sup>2</sup> – do mundo. Em consequência, apresenta uma das menores densidades demográficas do planeta.

Trata-se de país mediterrâneo, entre a Rússia e a China, com a maior parte de sua superfície coberta por estepes, com montanhas ao norte e a oeste, e o deserto de Gobi ao sul.

A área hoje ocupada pela Mongólia foi governada por diversos impérios nômades. Foi berço do império mongol, dominante nos séculos XIII e XIV e considerado o maior da história em área contígua. Seu fundador, Genghis Khan, é figura venerada na cultura popular do país.

Em 1925, foi instaurado, na Mongólia, um regime comunista. O país experimenta, desde 1990, regime semipresidencialista, pluripartidário, com eleições diretas.

Circundada por grandes potências — China e Rússia —, a Mongólia mantém relações ténues com países extrarregionais e tem interesses econômicos fortemente concentrados no setor mineral.

## PERFIL BIOGRÁFICO

### **KHALTMAAGIIN BATTULGA**

*Presidente da República*



Nasceu em Ulan Bator, em 1963. Tem formação em artes (1982-1986) e foi membro, entre 1992 e 1997, da seleção de luta livre da Mongólia. Foi campeão mundial de sambo, arte marcial moderna desenvolvida na União Soviética. Em 1993, fundou a Genco, holding que atua em diversos setores da economia mongol. Em 2004, elegeu-se deputado parlamentar, cargo que ocupou até 2016. Em 2006, assumiu a Federação Mongol de Judô. Ocupou, entre 2008 e 2012, o cargo de ministro das Estradas, Transportes, Construção e Urbanismo. Em 2012, foi ministro da Agricultura. Foi, nas eleições de julho de 2017, candidato pelo Partido Democrático, pelo qual se elegeu com 50,6% dos votos.

**UKHNAAGIIN KHÜRELSÜKH***Primeiro-Ministro*

Nasceu em 1968. Ex-coronel do Exército, é formado em ciência política na Universidade de Defesa da Mongólia e em administração pública pela Universidade Nacional da Mongólia. Em 1990, iniciou carreira política. Em 2000, foi eleito ao Parlamento, para o qual foi reeleito em 2004 e em 2012. Entre 2008 e 2012, foi Secretário-Geral do Partido Popular Mongol.

Foi um dos principais responsáveis pela negociação da dívida externa e obtenção do pacote de US\$ 5 bilhões de dólares junto ao FMI, no início de 2017. Sucedeu ao primeiro-ministro Jargaltulgiin Erdenabat, removido do cargo em setembro de 2017, após receber moção de desconfiança do Parlamento.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores, intitulada "terceiros vizinhos". Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, promove a consolidação de regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

Para a Mongólia, o Brasil é um país em desenvolvimento com projeção nos planos regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos avançados, sendo visto como potencial parceiro econômico, especialmente no setor de mineração.

Em junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. A Embaixada foi fechada em junho de 2017. A Embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulan Bator.

Em maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, Embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo Regular de Consultas Políticas.

A primeira reunião desse mecanismo ocorreu em Brasília, em maio de 2007. As três sessões seguintes se realizaram em Ulan Bator, em 2010, e em Brasília, em 2012 e em 2014. Esses encontros evidenciaram a possibilidade de cooperação nas seguintes áreas: energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

Em seguimento às reuniões de consultas políticas, foram assinados, em 2015, quatro acordos nas áreas educacional, consular, esportiva e entre academias diplomáticas.

A Mongólia dispõe de reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas em sua maioria por empresas estrangeiras, principalmente chinesas. O país conta, ainda, com grandes reservas de ferro e carvão. O setor de mineração é responsável por cerca de 80% das exportações mongóis.

O país possui uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo, situada ao sul do país, cujas reservas chegariam a 6,5 bilhões de toneladas. Em 2011, o país promoveu licitação internacional para a concessão de licenças de exploração da mina, da qual a Vale participou, em associação com empresas indianas e sul-coreanas, sem sucesso. Em 2012, a Vale fechou o escritório que mantinha, desde 2004, na Mongólia.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 5,6 milhões em 2017, máximo histórico. Nesse ano, a Mongólia foi o 28º parceiro do Brasil no continente asiático, com participação de 0,04% no comércio exterior do Brasil com a Ásia.

Nos últimos três anos, verificou-se acentuado aumento das exportações brasileiras. Os produtos manufaturados predominaram nas vendas brasileiras (99%) e, também, assumiram participação majoritária nas compras provenientes do mercado mongol (98%). O saldo comercial é favorável ao Brasil.

Apesar das condições climáticas bastante variadas, a Mongólia apresenta elevado potencial para desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil. Em outubro de 2011, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia. O Memorando prevê a criação de Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) para aprofundar a cooperação.

#### *Empréstimos e financiamentos oficiais*

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Mongólia.

#### *Assuntos Consulares*

A comunidade brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de uma dezena de pessoas e está sob jurisdição do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Pequim, que conta com o apoio do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (Cônsul Honorário Battulga Tumurdash, designado em 2018).

## **POLÍTICA INTERNA**

Antes do fim da União Soviética, o sistema político mongol emulava, em grande medida, o do vizinho do norte. Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a Mongólia iniciou transição para sistema multipartidário e com economia de mercado. Em 1986, as tropas da URSS deixaram o país, e, em 1990, os partidos políticos foram legalizados, realizando-se eleições para o Grande Hural (parlamento mongol). Em geral,

caracteriza-se o ano de 1990 como o da "revolução democrática" no país. Em 1992, foi promulgada a Constituição da Mongólia (em vigor), que estabelece direitos e liberdades civis.

A cena política mongol é composta atualmente pelos seguintes partidos políticos principais:

(i) Partido Democrata da Mongólia (PD): o PD foi formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa na chamada revolução democrática de 1990, que pôs fim ao comunismo no país. O atual PD foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. De vertente liberal, é o principal partido do país atualmente. É a agremiação vencedora das eleições presidenciais desde 2009.

(ii) Partido Popular Mongol (PPM): em sua atual versão, o PPM foi criado em 2010 como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. O PPM adotou ideário assimilável à social-democracia.

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): em sua versão atual, disputou apenas as eleições presidenciais de 2013, quando a Ministra da Saúde Natsagiin Udval, figura próxima ao ex-presidente Nambaryn Enkhbayar, recebeu apenas 6,5% dos votos.

Embora de relevância decrescente, a clivagem capital-interior ainda repercute na política partidária mongol. O país tem 62% da população vivendo nas cidades. O maior centro urbano, a capital Ulan Bator, conta com 950 mil habitantes. Enquanto o PPM mantém bases fortes no interior, inclusive junto à população nômade, o PD concentra sua base de apoio na capital do país.

A 7.<sup>a</sup> eleição presidencial foi concluída em julho de 2017, tendo como vencedor o candidato do PD, Khaltmaa Battulga, que derrotou o candidato situacionista, Miyegombyn Enkhbold. Battulga obteve 50,61% dos votos, contra 41,16% de Enkhbold, do PPM, tornando-se o quinto presidente da Mongólia e o primeiro a ser eleito em segundo turno.

A vitória de Battulga ocorreu um ano após o MPP ter conquistado maioria nas eleições parlamentares. Um dos principais desafios do presidente, que tomou posse em julho de 2017, tem sido manter relação produtiva com o parlamento. As próximas eleições parlamentares se realizarão em 2020.

## POLÍTICA EXTERNA

Com seu território encrustado entre a Rússia e a China, a situação geográfica da Mongólia condicionou historicamente as relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, a parceria com a União Soviética era aspecto preponderante das relações exteriores, desde a abertura do país a China tornou-se seu parceiro preferencial. Das exportações mongóis, mais de 60% destinam-se à China, e 15% à Rússia.

Analistas interpretaram a vitória do presidente Battulga, nas eleições de 2017, como sinal de aproximação da Rússia e de tentativa de distanciamento de Pequim. Na campanha eleitoral, Battulga buscou associar sua imagem à do presidente russo, Vladimir Putin, utilizando fotos em que aparece ao lado do chefe de estado russo.

Nas duas últimas décadas, a Mongólia busca diversificar parcerias, explorando inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos, em especial nas relações com as duas Coreias, com a Ásia Central (aderiu à Organização para Cooperação de Xangai, como membro

observador em 2004) e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático).

Também procura ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da política de "terceiros vizinhos", além de participar mais ativamente em organismos multilaterais.

Desde 2011, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com mais de quinze países, elevando para mais de 160 o número de países-membros da ONU com os quais mantém relações diplomáticas.

Em 2012, tornou-se membro pleno da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE). Naquele ano, o presidente mongol visitou Alemanha, Quirguistão, Noruega, Brasil (visita particular) e Suécia, e compareceu aos encontros do Movimento dos Não-Alinhados, da Cúpula Ásia-Europa e da Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

Em 2013, o país sediou, em Ulan Bator, o Fórum Internacional sobre a Liderança da Mulher e a VII Reunião Ministerial da Comunidade das Democracias (CD).

A presença chinesa amplia-se significativamente na Mongólia. Em 2011, os dois países estabeleceram Parceria Estratégica.

A Rússia, principal fornecedor de energia para a Mongólia, também continua a ser prioridade da política externa mongol.

A Mongólia é detentora de amplas reservas minerais e de grande potencial pecuário, dois setores muito valorizados pela demanda chinesa. O país recebeu extensivos investimentos chineses na área de mineração.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos constituiu importante vetor da política externa mongol. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o país se ofereceu como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão.

A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque. Em sua região, o país integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) — fórum para assuntos de defesa —, como membro pleno.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, a Mongólia busca também contribuir para a resolução da questão da Península Coreana, tendo sediado duas reuniões intercoreanas e encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana.

A Mongólia se declarou "Estado livre de armas nucleares", fato de relevância para o contexto do Nordeste Asiático. No plano extrarregional, a Mongólia é, desde 2010, país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Ademais, apresentou candidatura a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2023- 2024.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Impulsionada por abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do *boom* das *commodities*.

Apesar do aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da Mongólia caiu de 11%, em 2013, para apenas 1% em 2016.

Com a queda, particularmente a partir de 2016, dos preços internacionais das *commodities*, a Mongólia enfrenta dificuldades, sobretudo em razão de sua forte dependência das rendas geradas pela mineração.

Em fevereiro de 2017, o país assinou acordo de três anos com o FMI, que inclui empréstimo de US\$ 440 milhões e compromisso com adoção de medidas de estabilização fiscal e financeira.

A mina de Oyu Tolgoi (cobre e ouro), desenvolvida em *joint venture* pela australiana Rio Tinto e pelo governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história da Mongólia. Espera-se que, em seu pico de produção, responda por até 30% do PIB do país, o que poderá ajudar a recuperar o crescimento econômico dos últimos anos, ainda que suscetível à variação do preço das *commodities* minerais.

A despeito do crescimento da produção mineral, a previsão para os próximos anos é a de desaquecimento moderado do ritmo do crescimento da economia mongol, em consequência dos ajustes de políticas fiscal e monetária para contenção da inflação.

Representantes do FMI, após visita para avaliar a implementação do acordo, declararam que a economia mongol está em recuperação. A estimativa de crescimento do PIB em 2018 está projetada em 5%.

Nos últimos dez anos, as exportações mongóis de bens cresceram de US\$ 950 milhões, em 2005, para US\$ 5 bilhões, em 2016. A China é o principal mercado para produtos mongóis, especialmente em razão do elevado grau de complementaridade das respectivas pautas e da proximidade geográfica. Dessa forma, em 2016, a China absorveu 80% do total das vendas externas da Mongólia.

Entre 2005 e 2017, as importações mongóis aumentaram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 3,3 bilhões. Os principais fornecedores da Mongólia em 2016 foram China, Rússia e Japão. Após mostrar resultados deficitários por sete anos consecutivos, o saldo da balança em transações comerciais de bens alcançou superávit em 2014, mantido em 2015 e em 2016. O superávit obtido pelo país é reflexo tanto do fortalecimento da oferta mongol, com aumento da produção mineral exportadora, quanto do decréscimo registrado pela demanda de importações da Mongólia.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1206</b>	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
<b>1206 a 1263</b>	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
<b>1267-1368</b>	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu, atual Pequim.
<b>1636</b>	O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior ( <i>Inner Mongolia</i> )
<b>1691</b>	O império Qing oferece proteção para os mongóis do Norte, criando a Mongólia Exterior ( <i>Outer Mongolia</i> )
<b>1727</b>	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e os impérios Manchu, confirmando o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
<b>1911</b>	A dinastia Qing cai, e a Mongólia Externa declara independência. A Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
<b>1919</b>	O exército chinês ocupa a Mongólia Externa.
<b>1920</b>	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com bolcheviques na Sibéria.
<b>1921</b>	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol".
<b>1924</b>	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido de Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongólia é proclamada.
<b>1937</b>	O primeiro-ministro Genden, da Mongólia, é preso na União Soviética (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O ministro da Guerra Marshal Demid é envenenado a bordo de trem Trans-Siberiano.
<b>1939</b>	As tropas soviéticas e mongóis comandadas pelo general Zhukov derrotam invasão por forças japonesas na Batalha de Khalkhyn Gol.
<b>1945 e 1946</b>	A Conferência de Yalta preserva o controle soviético da Mongólia. Mongóis votam pela independência em plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
<b>1949 a 1955</b>	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Ferrovia que liga a Rússia e a China é construída na Mongólia.
<b>1961</b>	Conselho de Segurança da ONU aprova adesão da Mongólia à ONU.
<b>1966</b>	O secretário-geral do Partido Comunista Soviético assina tratado de amizade em Ulan Bator permitindo permanência de tropas soviéticas na Mongólia.
<b>1984</b>	O secretário-geral do partido Tsedenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a renunciar.
<b>1986</b>	Discurso de Gorbachev em Vladivostok abre caminho para <i>détente</i> com a China e retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
<b>1990</b>	Protestos forçam renúncia do Politburo PRPM. Partidos políticos são legalizados. Eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM.
<b>1992</b>	Nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova unicameral Grande Hural.
<b>1993</b>	Primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
<b>1997</b>	O candidato Bagabandi, do PRPM, vence a eleição presidencial.
<b>2001</b>	Reeleição do presidente Bagabandi
<b>2002</b>	Visita do Dalai Lama à Mongólia.
<b>2003</b>	200 soldados mongóis foram enviados ao Iraque para contribuir para manutenção da paz.
<b>2004</b>	Tsakhagiin Elbegdorj é nomeado Primeiro-Ministro.
<b>2005</b>	O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. Presidente George W. Bush se torna o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.

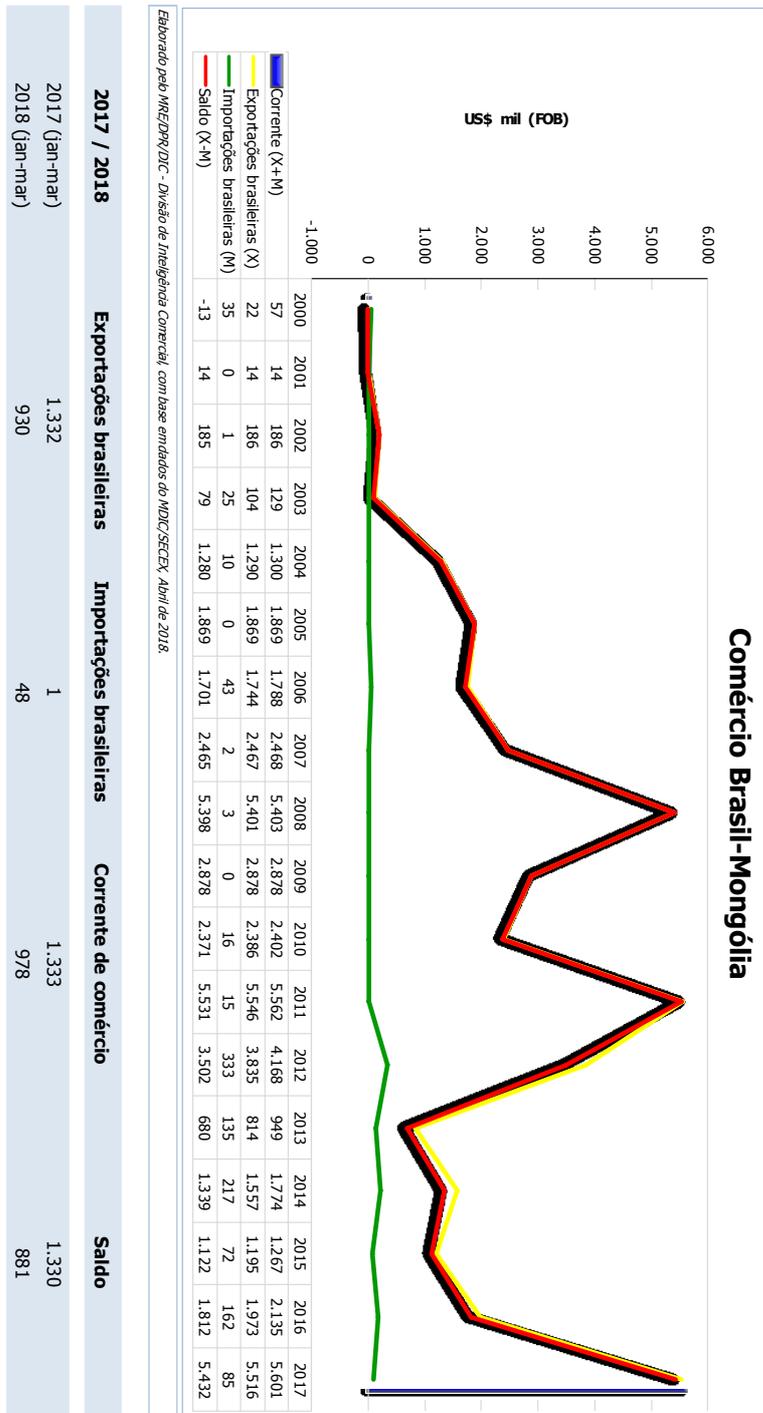
<b>2006</b>	Parlamento escolhe Miyegombo Enkhbold, do PRPM, como primeiro-ministro.
<b>2007</b>	Em novembro, o primeiro-ministro Miyegombo Enkhbold renuncia e é substituído por Sanjagiin Bayar.
<b>2008</b>	O presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter protestos na capital.
<b>2009</b>	O candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, é eleito presidente. O primeiro-ministro Sanjagiin Bayar, do PRPM, renuncia por motivos de saúde. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
<b>2010</b>	Primeiro-ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar funda o Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
<b>2012</b>	Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue maioria. O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção.
<b>2013</b>	Candidato do Partido Democrático e Presidente da República, Tsakhiagiin Elbegdorj, é reeleito presidente.
<b>2014</b>	Nomeação de novo Chefe de Governo: primeiro-ministro Chimed Saikhanbileg (dezembro). Nomeação do ministro dos Negócios Estrangeiros Lundeg Purevsuren (dezembro).
<b>2016</b>	PRPM vence eleições parlamentares e ocupa 65 das 76 cadeiras do Parlamento.
<b>2017</b>	Acordo com o FMI. Khaltmaa Battulga eleito presidente.

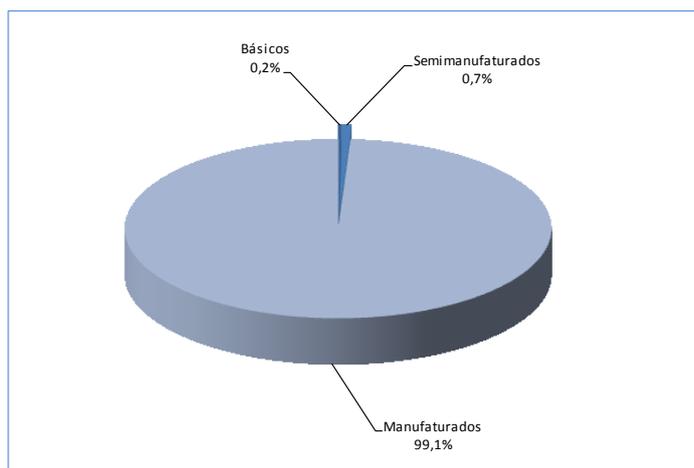
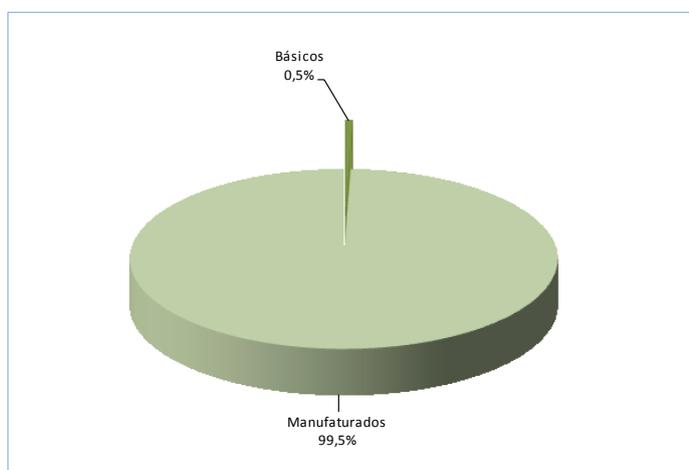
<b>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</b>
---

<b>1987</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
<b>2003</b>	Visita do primeiro-ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
<b>2005</b>	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
<b>2007</b>	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
<b>2008</b>	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
<b>2010</b>	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
<b>2011</b>	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
<b>2012</b>	Visita privada do presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhishig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
<b>2013</b>	Visita a Ulan Bator do embaixador do Brasil como Representante da presidente Dilma Rousseff para cerimônias de posse do presidente Tsakhiagiin Elbegdorj.
<b>2014</b>	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).
<b>2017</b>	Fechamento da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).

<b>ATOS BILATERAIS</b>			
Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.)
Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	03/05/2007	03/07/2007	15/02/2008
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	03/05/2007	03/05/2007	10/05/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia na Área do Esporte	09/06/2015	09/06/2015	06/08/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia	21/09/2015	21/09/2015	-
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	21/09/2015	21/01/2016	17/01/2018
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Mongólia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	21/09/2015	-	21/10/2015

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

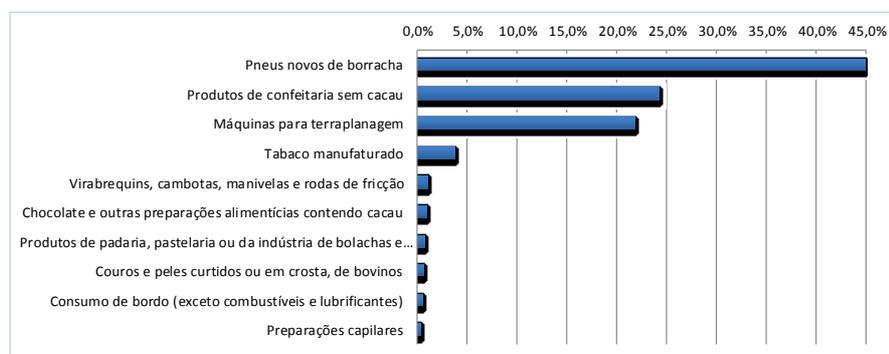
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

**Composição das exportações brasileiras para a Mongólia (SH4)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos de borracha	52	4,3%	222	11,3%	2.474	44,8%
Produtos de confeitaria sem cacau	668	55,9%	1.236	62,6%	1.334	24,2%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	1.198	21,7%
Tabaco manufaturado	0	0,0%	72	3,7%	207	3,8%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	57	1,0%
Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	15	1,2%	9	0,4%	47	0,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	40	0,7%
Couros e peles curtidos ou em crosta, de bovinos	26	2,2%	0	0,0%	29	0,5%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	18	1,5%	15	0,7%	24	0,4%
Preparações capilares	0	0,0%	0	0,0%	21	0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>778</b>	<b>65,1%</b>	<b>1.554</b>	<b>78,8%</b>	<b>5.431</b>	<b>98,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>416</b>	<b>34,9%</b>	<b>419</b>	<b>21,2%</b>	<b>85</b>	<b>1,5%</b>
<b>Total</b>	<b>1.195</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.973</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.516</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

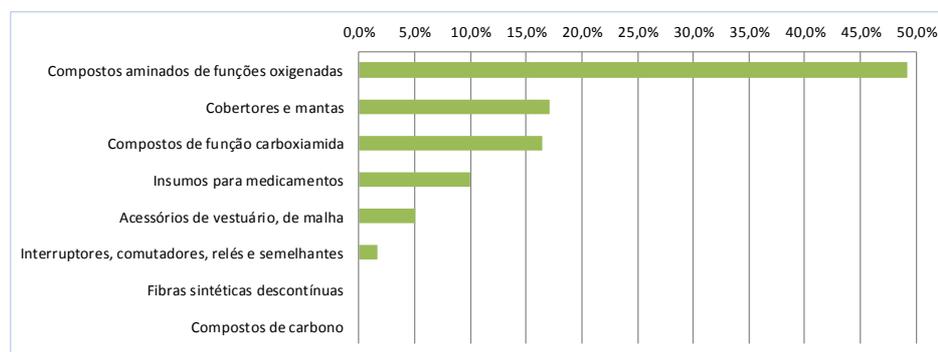


**Composição das importações brasileiras originárias da Mongólia (SH4)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Compostos aminados de funções oxigenadas	0	0,0%	0	0,0%	42	49,2%
Cobertores e mantas	0	0,0%	0	0,0%	14	17,1%
Compostos de função carboxiamida	0	0,0%	0	0,0%	14	16,4%
Insumos para medicamentos	0	0,0%	0	0,0%	8	10,0%
Acessórios de vestuário, de malha	0	0,0%	3	1,7%	4	5,0%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	0	0,0%	1	1,7%
Fibras sintéticas descontínuas	62	85,4%	118	73,2%	0	0,0%
Compostos de carbono	0	0,0%	25	15,6%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>62</b>	<b>85,4%</b>	<b>146</b>	<b>90,4%</b>	<b>84</b>	<b>99,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>11</b>	<b>14,6%</b>	<b>15</b>	<b>9,6%</b>	<b>1</b>	<b>0,7%</b>
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100,0%</b>	<b>162</b>	<b>100,0%</b>	<b>85</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



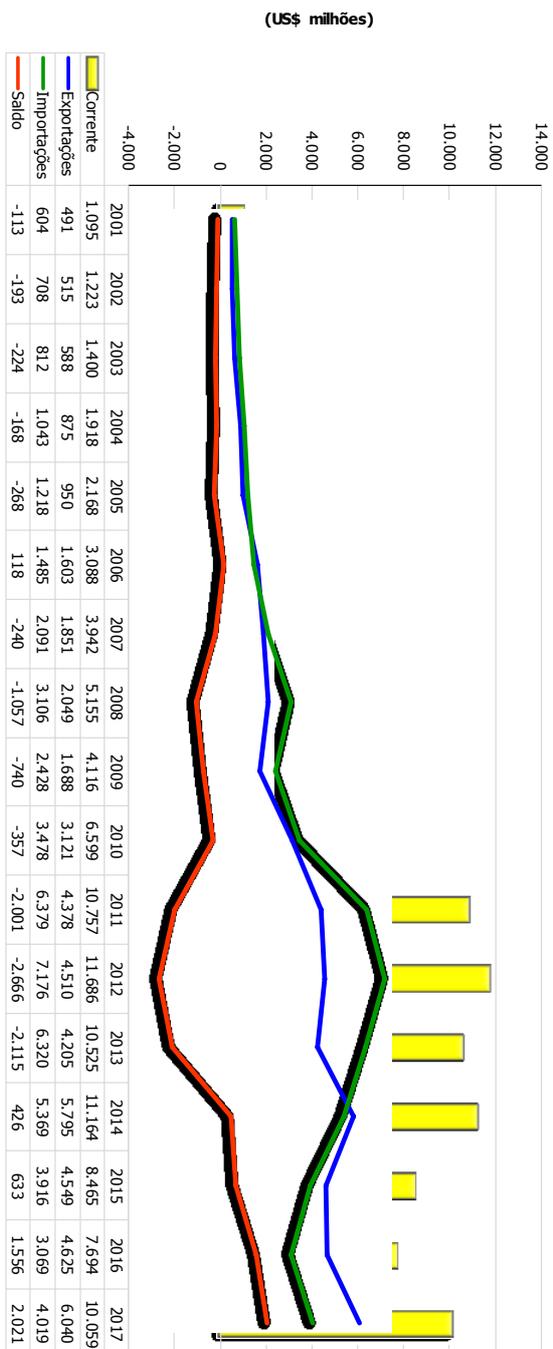
**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Pneus novos de borracha	1.014	76,1%	513	55,2%	Pneus novos de borracha 55,2%
Tabaco manufaturado	48	3,6%	180	19,3%	Tabaco manufaturado 19,3%
Sucos de frutas	0	0,0%	99	10,7%	Sucos de frutas 10,7%
Produtos de confeitaria sem cacau	235	17,7%	71	7,7%	Produtos de confeitaria sem cacau 7,7%
Produtos de padaria, pasteleria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	40	4,3%	Produtos de padaria, pasteleria ou da indústria de bolachas e biscoitos 4,3%
Máquinas para peneirar minérios	0	0,0%	22	2,4%	Máquinas para peneirar minérios 2,4%
Medicamentos em doses	0	0,0%	2	0,3%	Medicamentos em doses 0,3%
Preparações para higiene bucal ou dentária	0	0,0%	2	0,2%	Preparações para higiene bucal ou dentária 0,2%
Sais complexos de flúor	0	0,0%	0	0,0%	Sais complexos de flúor 0,0%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	24	1,8%	0	0,0%	Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes) 0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1.321</b>	<b>99,2%</b>	<b>930</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros</b>	<b>10</b>	<b>0,8%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>1.332</b>	<b>100,0%</b>	<b>930</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Compostos de função carboxiamida	0	0,0%	21	44,2%	Compostos de função carboxiamida 44,2%
Compostos derivados de amoníacos	0	0,0%	14	29,7%	Compostos derivados de amoníacos 29,7%
Xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus	0	0,0%	12	25,0%	Xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus 25,0%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	0	0,0%	1	1,1%	Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas 1,1%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	1	100,0%	0	0,0%	Interruptores, comutadores, relés e semelhantes 0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>48</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>48</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

### Comércio Mongólia x Mundo



Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Tradeimp, Abril 2018.

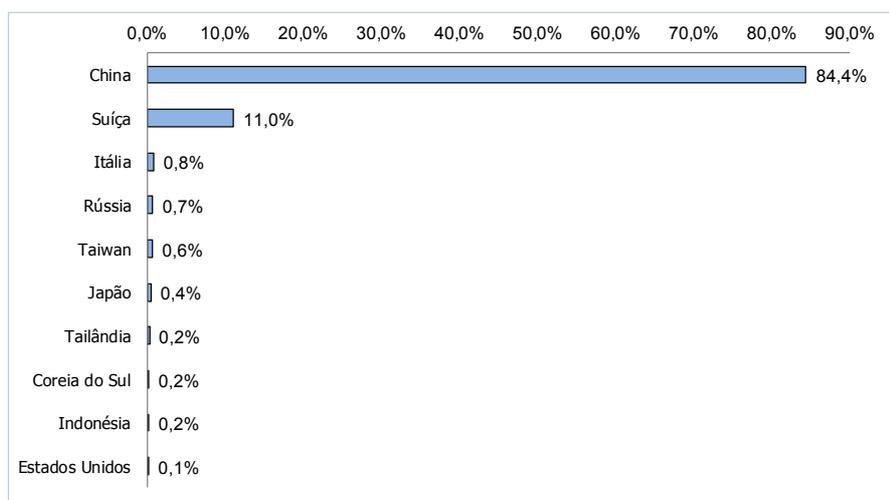
A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.

**Principais destinos das exportações da Mongólia**  
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part. % no total
China	5.097	84,4%
Suíça	666	11,0%
Itália	50	0,8%
Rússia	41	0,7%
Taiwan	38	0,6%
Japão	25	0,4%
Tailândia	14	0,2%
Coreia do Sul	10	0,2%
Indonésia	9	0,2%
Estados Unidos	9	0,1%
...		
<b>Brasil (36º lugar)</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>5.959</b>	<b>98,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>81</b>	<b>1,3%</b>
<b>Total</b>	<b>6.040</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.*

*A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.*

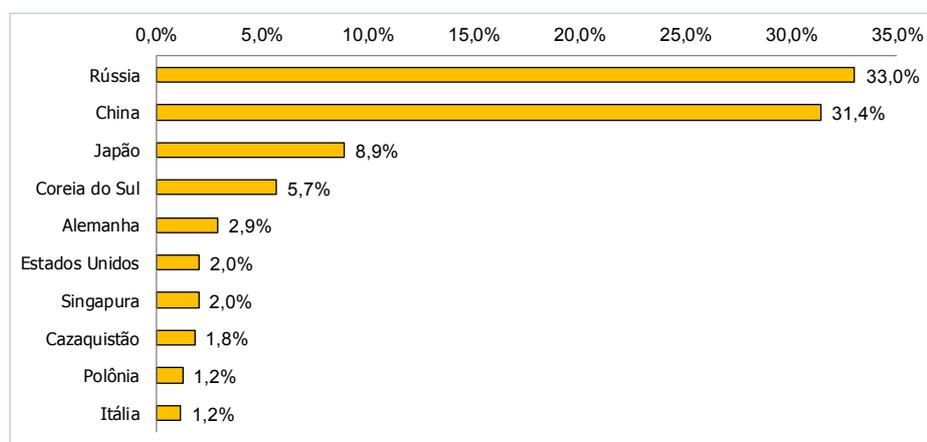


**Principais origens das importações da Mongólia**  
US\$ milhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Rússia	1.327	33,0%
China	1.261	31,4%
Japão	357	8,9%
Coreia do Sul	228	5,7%
Alemanha	117	2,9%
Estados Unidos	81	2,0%
Singapura	80	2,0%
Cazaquistão	72	1,8%
Polônia	50	1,2%
Itália	47	1,2%
...		
<b>Brasil (33º lugar)</b>	<b>6</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>3.626</b>	<b>90,2%</b>
<b>Outros países</b>	<b>393</b>	<b>9,8%</b>
<b>Total</b>	<b>4.019</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.*

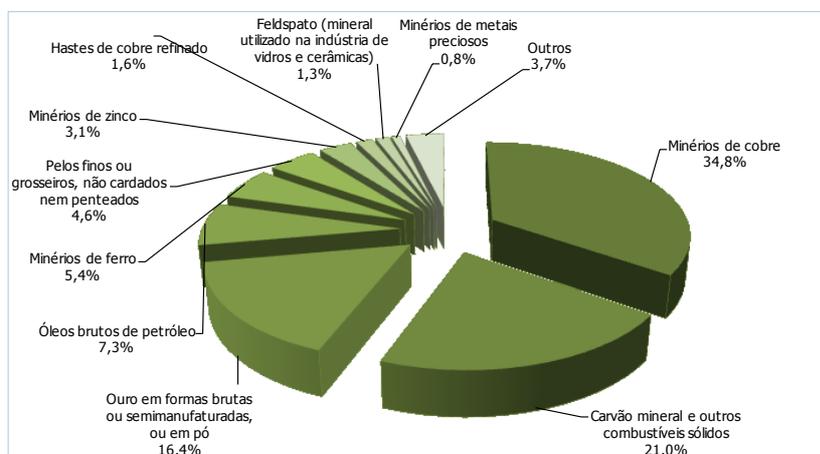


**Composição das exportações da Mongólia (SH4)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part.% no total</b>
Minérios de cobre	1.608	34,8%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	972	21,0%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	758	16,4%
Óleos brutos de petróleo	337	7,3%
Minérios de ferro	250	5,4%
Pelos finos ou grosseiros, não cardados nem penteados	212	4,6%
Minérios de zinco	145	3,1%
Hastes de cobre refinado	74	1,6%
Feldspato (mineral utilizado na indústria de vidros e cerâmicas)	59	1,3%
Minérios de metais preciosos	38	0,8%
<b>Subtotal</b>	<b>4.454</b>	<b>96,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>171</b>	<b>3,7%</b>
<b>Total</b>	<b>4.625</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*(1) Última atualização disponível para composição das exportações do país.*



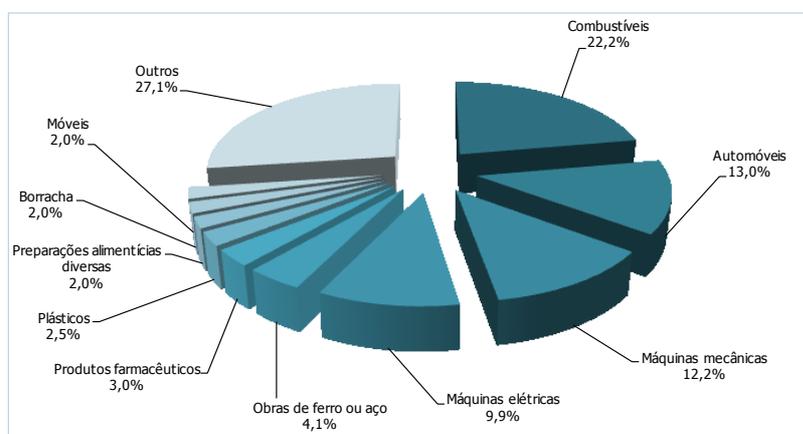
**Composição das importações da Mongólia (SH2)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part. % no total</b>
Combustíveis	681	22,2%
Automóveis	398	13,0%
Máquinas mecânicas	375	12,2%
Máquinas elétricas	305	9,9%
Obras de ferro ou aço	126	4,1%
Produtos farmacêuticos	91	3,0%
Plásticos	76	2,5%
Preparações alimentícias diversas	62	2,0%
Borracha	61	2,0%
Móveis	61	2,0%
<b>Subtotal</b>	<b>2.236</b>	<b>72,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>833</b>	<b>27,1%</b>
<b>Total</b>	<b>3.069</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.*

*(1) Última atualização disponível para composição das exportações do país.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos da Mongólia

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	1,24%	5,15%	5,02%	6,32%	5,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	11,05	11,14	12,51	13,79	15,05
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.667	3.640	4.029	4.374	4.704
PIB PPP (US\$ bilhões)	37,09	39,70	42,65	46,32	49,60
PIB PPP "per capita" (US\$)	12.307	12.979	13.734	14.698	15.504
População (milhões habitantes)	3,01	3,06	3,11	3,15	3,20
Desemprego (%)	7,95%	7,96%	7,96%	7,96%	7,96%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	0,90%	7,23%	7,80%	6,86%	6,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-6,33%	-8,80%	-6,42%	-8,30%	-5,98%
Câmbio ( Tg / US\$) <sup>(2)</sup>	2,490	2,427	2,339	2,276	n.d.

#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

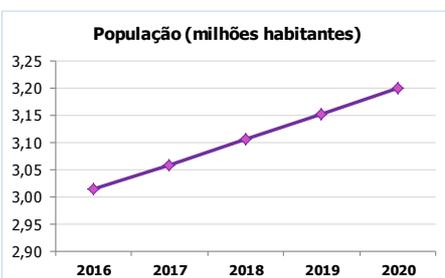
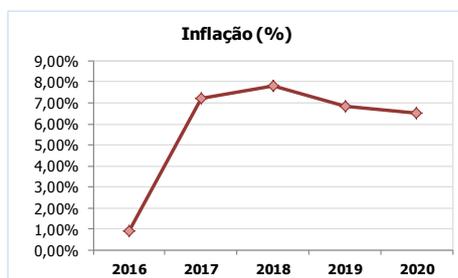
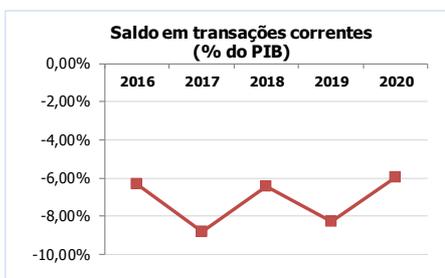
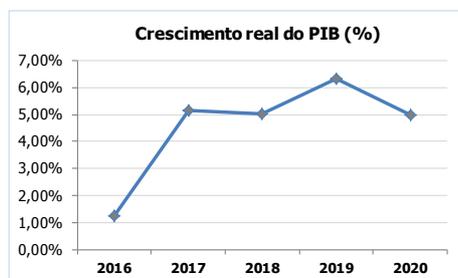
Agricultura	13,2%
Indústria	36,1%
Serviços	50,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



Aviso nº 240 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR MARCOS CARAMURU DE PAIVA**

Alguém já disse que a função da diplomacia é construir pontes entre as nações. A gestão iniciada em 25 de agosto de 2016 na Embaixada do Brasil em Pequim (China) elegeu como missão principal ampliar os canais de comunicação entre os dois países nas mais variadas vertentes: governos, agentes econômicos, investimentos, comércio, manifestações artísticas e culturais.

02. O Posto adotou método de trabalho baseado, tanto quanto possível, na definição de projetos com objetivos claros e fases detalhadas de implementação, seguida da avaliação precisa das metas alcançadas. Em uma palavra, foco no resultado. Não em processos burocráticos auto-referentes que nem sempre garantem o melhor emprego de recursos públicos escassos (humanos e financeiros). Este relatório apresenta um resumo dos resultados obtidos.

Diálogo político

03. Durante os 21 meses desta gestão, o presidente Michel Temer fez duas viagens à China. Participou da reunião do G20 (Hangzhou, em setembro de 2016) e realizou visita de estado a Pequim, que antecedeu sua presença na IX Cúpula do BRICS (setembro de 2017).

04. Na cúpula do G20, os líderes presentes expressaram sua preocupação com o crescente questionamento político e social à globalização, em particular o livre comércio, e a necessidade de defendê-la por meio (i) da recusa à retórica do isolacionismo econômico e do protecionismo comercial; e (ii) da adoção de medidas que assegurem que

---

a globalização beneficie a todos e ampare aqueles que por ela serão necessariamente prejudicados.

05. A visita de estado foi o evento de maior importância para a agenda política sino-brasileira ao longo do período. A iniciativa contribuiu para a solidez e a diversificação da relação Brasil-China em todas as suas dimensões. Durante a visita, 22 acordos e outros atos foram assinados, abrangendo áreas como finanças, portos, ferrovias, energia elétrica, carnes, siderurgia, coprodução cinematográfica, comércio eletrônico, vistos de turismo e negócios, saúde e esporte.

06. Ainda no âmbito político, merece destaque a retomada, após três anos de interrupção, do Diálogo Estratégico bilateral com a visita do chanceler Aloysio Nunes Ferreira a Pequim (16.06.2017) por ocasião da reunião de ministros das Relações Exteriores do BRICS. As conversas entre o chanceler brasileiro e seu interlocutor chinês, o ministro Wang Yi, permitiram a ampliação e o aprofundamento do relacionamento bilateral em todos os seus aspectos.

07. A gestão coincidiu com a presidência chinesa do BRICS. Nesse grupo, a Embaixada, em cooperação com o Itamaraty e demais ministérios brasileiros, coordenou a participação brasileira em mais de oitenta reuniões (65 delas em território chinês), nos mais diferentes setores: finanças, comércio, ciência e tecnologia, agricultura, educação, saúde, trabalho, segurança, meio ambiente e energia. Ao longo de 2017 ocorreram também cinco reuniões de sherpas do BRICS. No nível ministerial, a principal inovação da presidência chinesa foi a realização da primeira reunião dos ministros das Relações Exteriores do Grupo.

08. Paralelamente à cúpula do BRICS, realizou-se reunião do Diálogo de Economias Emergentes e Países em

Desenvolvimento, com a participação dos líderes do México, Egito, Guiné, Tailândia e Tajiquistão.

09. Nesta gestão, o Posto registrou mais de 15 visitas ministeriais, em média de quase um encontro a cada mês. Além do chanceler (com três visitas, aí incluída a prevista para maio de 2018), destacam-se, entre outras, missões dos ministros da Agricultura (com igual número de viagens), Minas e Energia (duas vezes), Planejamento e Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior.

#### Setor agrícola

10. O agronegócio brasileiro concentrou esforços permanentes da Embaixada, especialmente os setores de grãos e de proteínas animais. O contexto é conhecido. Em 2017, as exportações de soja a este mercado tiveram aumento anual de 41%, chegando a US\$ 20 bilhões. O montante representa 42,7% da pauta de exportações para a China e quase 80% das exportações brasileiras totais desse produto. No mesmo período, as exportações de pasta química de madeira elevaram-se em 18,6% (para US\$ 2 bilhões) e as de carne bovina aumentaram 32% (para US\$ 928 milhões). As vendas de carne de frango, apesar de relativo declínio (de 11,5%, para US\$ 760 milhões), continuaram a dominar o mercado de importados, tendo representado 84,9% das importações chinesas. Em 2017, 54,5% das exportações brasileiras para a China foram de produtos do agronegócio, em um total de US\$ 25,9 bilhões.

11. O Posto registrou crescimento considerável das demandas relacionadas a temas agrícolas. De um lado, aumentou a procura de produtores brasileiros que tencionam acessar o mercado chinês, especialmente no setor de proteínas animais. Atualmente, há 39 estabelecimentos de carne de aves, 15 de carne bovina e 10 de carne suína

habilitados a exportar a este mercado, o que coloca o Brasil na posição de país com maior número de estabelecimentos habilitados (64). A Embaixada encaminhou questionários de acreditação de outros 65 estabelecimentos às autoridades sanitárias locais.

12. De outro lado, cresceu a demanda das autoridades chinesas por informações e garantias relativas à segurança alimentar e inocuidade dos alimentos. A deflagração da operação "Carne Fraca", em março de 2017, demandou comunicação intensa com as autoridades sanitárias locais. No âmbito bilateral a crise foi superada em uma semana. No mesmo sentido, a divulgação da terceira fase da operação "Trapaça" em março de 2018 resultou na suspensão de apenas um estabelecimento brasileiro.

13. Entre os eventos realizados com o apoio do Posto, destacam-se a 5ª reunião da Subcomissão de Agricultura e a reunião de Ministros de Agricultura do BRICS (junho de 2017), a reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-China sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança (Brasília, fevereiro de 2018) e a organização de visita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a ter lugar nos dias 14 a 18 do mês corrente.

#### Acesso a mercados

14. Além da agricultura, o comércio bilateral foi objeto constante da atenção do Posto. A China, como se sabe, é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. A corrente de comércio entre os dois países alcançou US\$ 74,8 bilhões em 2017 (exportações de US\$ 47,4 bilhões e importações de US\$ 27,3 bilhões). Somos o nono maior parceiro comercial chinês, responsáveis por cerca de 2,1% da corrente chinesa de comércio.

15. Nesse cenário, a Embaixada acompanhou com atenção as medidas de defesa comercial que atingiram nossas exportações, como no caso da salvaguarda de açúcar e a investigação antidumping de frangos. O Posto manteve estreito contato com as associações do setor, as empresas brasileiras e os demais órgãos do governo federal e prestou auxílio para apresentação de manifestações técnicas junto à autoridade investigadora chinesa. Em diversas ocasiões, o Chefe do Posto realizou gestões nos mais altos níveis do governo chinês para expressar a preocupação do governo brasileiro com medidas que reduziriam a pauta exportadora do Brasil para a China.

16. Paralelamente, a Embaixada acompanhou a evolução da normativa comercial chinesa, com o foco no eventual surgimento de regras que pudessem constituir barreira às exportações brasileiras ou que fomentassem a concorrência desleal para nossos produtores. Nesse sentido, foi elaborada avaliação, à luz das regras da OMC, da legislação tributária de VAT para produtos agrícolas e das regras aplicadas para conteúdo local em compras governamentais. Adicionalmente, a Embaixada monitorou as tentativas do governo chinês em lidar com o excesso de capacidade produtiva que afeta principalmente o setor siderúrgico, com potenciais reflexos sobre nossas exportações de minério de ferro e sobre a competitividade de empresas que operam no Brasil como Gerdau, Usiminas, CSN e Arcelor Mittal.

17. Na esfera dos encontros plurilaterais, o Posto participou ativamente das reuniões técnicas preparatórias e forneceu auxílio nas negociações ocorridas nos diversos encontros de alto nível que foram sediados na China, dentre os quais destacam-se: (i) a VII Reunião de Ministros do Comércio dos BRICS, em que foram negociadas decisões nas áreas de facilitação de investimentos, cooperação em comércio de serviços, comércio eletrônico, propriedade

intelectual, cooperação econômica e uma declaração sobre o sistema multilateral de comércio; (ii) a VI Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN, quando ocorreram discussões bilaterais na área de comércio de serviços, investimentos, defesa comercial, propriedade intelectual, harmonização estatística e cooperação aduaneira; e (iii) a 14ª Reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (IWG), quando foram debatidas possíveis regras para a concessão de financiamento e garantias à exportação.

18. No âmbito das negociações bilaterais, a Embaixada participou das negociações do Plano de Ação para a Implementação do Memorando de Entendimento MDIC/MOFCOM sobre Comércio de Serviços. Colaborou também com a redação de minuta de Memorando de Entendimento do Ministério dos Transportes sobre Cooperação Marítima e com a reunião para a execução do memorando de entendimento sobre segurança de produtos para consumo entre o INMETRO e a AQSIQ ("General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine").

#### Investimentos

19. O Posto manteve contatos diretos com representantes de empresas e instituições financeiras chinesas sobre as oportunidades de investimento no Brasil. Muitos projetos já se encontram em avançado processo de definição. Em parceria com representantes governamentais e empresariais brasileiros, os contatos frequentes do Posto com potenciais investidores contribuíram e certamente continuarão a contribuir para a expansão dos investimentos chineses no Brasil, que totalizaram cerca de US\$ 10 bilhões em 2016, de acordo com dados do Banco Central.

20. No setor de energia, o Posto acompanhou a Reunião de Ministros de Energia dos BRICS e a 2ª edição do "Clean Energy Ministerial", ambos em 2017. Além disso, apoiou a organização de "road show" liderado pela ANP, em maio de 2017, que promoveu as rodadas de leilões de óleo e gás realizadas no ano passado. O ministro de Minas e Energia realizou duas missões a Pequim, em setembro de 2017 e em janeiro de 2018, a fim de encontrar-se com as principais empresas que investem no setor de energia e de óleo e gás do Brasil. Em seus encontros, apresentou dados específicos sobre as oportunidades de cooperação bilateral e de investimento no país.

21. No segmento de petróleo e gás, companhias chinesas como CNPC e CNOOC, em consórcio com Petrobras, Shell e Total, venceram o primeiro leilão do pré-sal realizado sob o regime de partilha de produção, em outubro de 2013. Cada uma possui participação de 10% no consórcio, cujo bônus de assinatura é de R\$ 15 bilhões. Além disso, companhias como CNPC e Sinopec também participaram das rodadas de leilões de blocos de óleo e gás, realizadas em 2017, e estudam a possibilidade de realizar novos investimentos na área de refino, no Rio de Janeiro e na região nordeste.

22. Na geração e transmissão de eletricidade, empresas como State Grid, China Three Gorges, SPIC e Shanghai Electric adquiriram importantes ativos no Brasil e investem na ampliação e modernização da rede elétrica brasileira. Para além dos altos valores de capital investidos, alguns empreendimentos contam com tecnologia avançada, como é o caso das linhas de ultra-alta voltagem (UHV) utilizadas pela State Grid em Belo Monte.

23. Em termos de cooperação internacional em energia, a China tem sido parceira em iniciativa plurilateral liderada pelo Brasil, a "Plataforma para o Biofuturo". Além de

participar do evento de lançamento do exercício, na Conferência das Partes da ONU, em Marraquesh (2016), a China acompanhou a série de encontros promovidos nos últimos dois anos. Segundo interlocutores na Administração Nacional de Energia (NEA), responsável pelo tema no governo chinês, existe grande interesse em utilizar o canal criado pela "Plataforma" para promover cooperação na área de biocombustíveis, tendo em vista recente meta nacional de aplicar padrão de 10% de etanol na mistura da gasolina, até 2020.

24. Nesta gestão, o Posto manteve estreito contato com a administração do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). O Brasil mantém o compromisso de ser membro fundador do banco e comunicou, em novembro de 2016, a intenção de subscrever 50 ações da instituição. Em 2017, obtivemos, com atuação decisiva da Embaixada, a extensão até 31 de dezembro de 2018 do prazo para a ratificação do acordo constitutivo. Nos termos do entendimento alcançado, o Brasil, na qualidade de membro fundador, deve realizar depósito de sua subscrição em cinco vezes, sendo a parcela devida até 31/12/2018 de US\$ 4 milhões, assim discriminada: primeira parcela do "paid in capital" referente a 2015 (US\$ 1 milhão); depósito anual referente a 2016 (US\$ 1 milhão), depósito anual referente a 2017 (US\$ 1 milhão) e depósito anual referente a 2018 (US\$ 1 milhão). O Acordo Constitutivo está sob análise do Congresso desde março passado.

#### Promoção comercial

25. Em relação à promoção comercial, a Embaixada organizou nos últimos 21 meses mais de quarenta eventos com o intuito de promover o potencial das exportações, do turismo brasileiro e das oportunidades de investimentos no Brasil.

Entre suas atividades de inteligência comercial, o Posto concluiu a atualização e publicação de nova edição do "Guia Como Exportar para China".

26. Empresas e entidades chinesas recorreram à Embaixada, em base diária, para colher informações e solicitar apoio na identificação de potenciais fornecedores brasileiros e na realização de missões compradoras ao Brasil. A Embaixada prestou informações a empresas chinesas com desejo de investir no mercado brasileiro. Também foram feitos contatos com representantes de governos provinciais e municipais chineses interessados em estreitar laços com contrapartes em nosso país. No período analisado, o SECOM respondeu a cerca de 120 consultas mensais de empresas em busca de novos negócios nos dois países.

27. A Embaixada apoiou e contribuiu para as discussões no âmbito do Foro Brasil-China, grupo informal constituído por pessoas jurídicas brasileiras com investimentos diretos ou escritórios de representação na China. Integram o Foro as seguintes empresas e instituições brasileiras: ALA Holding Group, Apex-Brasil, B3SA, Ciser, CNT, Embraer, Fras-le, Gnatus, Intelbras, ITB S.A, LATAM, Marcopolo, Noronha Advogados, Odebrecht, Oxiteno, Petrobras, Queiroz Galvão, Schulz Machinery, Simerx, Weg, e Yafela.

28. Foi mantida estreita coordenação com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e com o escritório da APEX-Brasil em Pequim. O trabalho integrado entre o SECOM e o Escritório da ApexBrasil nesta cidade propiciou o compartilhamento de informações, a definição conjunta de projetos prioritários e um atendimento mais eficiente às demandas do empresariado brasileiro.

29. Na assistência a missões brasileiras de promoção de exportações e atração de investimentos, a Embaixada apoiou

---

a elaboração da agenda a missões governamentais e empresariais que passaram por Pequim:

i) Missões organizadas por Estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso e Rio Grande do Sul;

ii) Missões organizadas por Municípios: Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo;

iii) Missões de órgãos federais: Ministério da Agricultura, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Serviços, Agência Nacional do Petróleo, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos (ApexBrasil), Embratur;

iv) Missões organizadas por associações empresariais: Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Associação Brasileiras das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA).

30. No primeiro semestre de 2018 a Embaixada engajou-se na organização da participação brasileira na "China International Fair for Trade and Services" (CIFTIS) - a maior feira de serviços da China, a ser realizada entre 28 e 31 de maio. A presente edição do evento tem o Brasil como "país convidado de honra". Além de significativa delegação empresarial, a feira deverá contar com as participações dos ministros do MDIC e do Turismo.

31. Em setembro de 2017, por ocasião da visita de estado do presidente Temer, a Embaixada e a ApexBrasil organizaram, em cooperação com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), o seminário "Investment Opportunities in Brazil", do qual participaram 320 representantes de alto nível de empresas chinesas dos setores de transporte, energia, finanças e alimentos, bem como representantes dos

Ministérios do Comércio (MOFCOM), da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros da China.

32. Com vistas à promoção dos alimentos brasileiros, a atuação dos SECOMs de Pequim e de Xangai viabilizou a participação brasileira na campanha do principal portal de comércio eletrônico de alimentos da China (Tmall Fresh, vinculado ao grupo Alibaba), no contexto do "Singles' Day" (11/11), conhecido como a "Black Friday" deste país. O evento, realizado na Embaixada, contou com cobertura de mídias chinesas e foi transmitido ao vivo pela Internet ("livestream"). Segundo dados do Tmall, mais de 14 milhões de pessoas assistiram à transmissão ao vivo e cerca de 200 mil clientes adquiriram carne bovina brasileira somente no dia 11/11. O êxito da iniciativa, que deve se estender este ano a novos produtos, justifica a prioridade conferida pela Embaixada à exploração do enorme potencial das plataformas de "e-commerce" como canais de distribuição e de exposição de produtos brasileiros (inclusive alimentícios).

33. O Posto dedicou-se à promoção do turismo entre Brasil e China. Entre outros projetos, empregou a mídia digital, com a divulgação de produtos e de destinos turísticos brasileiros na principal mídia social chinesa (WeChat, que conta com mais de 700 milhões de usuários) e no perfil oficial da Embaixada.

34. Em junho de 2017, o Posto garantiu a participação do Brasil na "14th Beijing International Tourism Exhibition" (BITE), a maior feira chinesa do setor de turismo. A parceria entre o SECOM e a LATAM possibilitou a participação brasileira sem custos para o erário. Dois meses antes, a Embaixada apoiou a realização, em Pequim, do seminário Brasil-Argentina de promoção do turismo, coorganizado pela Embratur e pela INPROTUR, sua homóloga argentina.

---

### Difusão cultural e imagem do Brasil

35. A difusão da cultura brasileira ocupou parte considerável do trabalho da Embaixada brasileira. Memorandos de entendimento assinados com o Museu Minsheng e com a China Film Group viabilizaram duas ações culturais de notável visibilidade: a exposição "Troposphere" e a importação do filme "Nise, o coração da loucura".

36. Em seus dois mil metros quadrados, a "Troposphere" exibiu, de dezembro de 2017 a março do corrente, obras de 21 artistas contemporâneos brasileiros e 21 homólogos chineses. Entre os brasileiros, apresentaram-se Vik Muniz, Adriana Varejão e Tunga. Tanto a escala do projeto quanto a qualidade dos trabalhos exibidos, que evidenciaram uma insuspeita convergência entre artistas tão distantes em termos geográficos, transformaram a "Troposphere" em um dos principais eventos da agenda cultural da capital chinesa. A exibição mereceu vasta cobertura da imprensa local e brasileira.

37. "Nise", filme vencedor do prêmio de melhor filme no festival de cinema do BRICS, abriu a mostra de cinema brasileiro em Pequim. Sua estreia representou um momento histórico: trata-se do primeiro filme brasileiro a ser exibido comercialmente na China. Além de "Nise", outros sete filmes foram projetados durante o festival.

38. Ainda no campo cultural, a Embaixada organizou ou apoiou outros eventos de destaque. A título de exemplo, podem ser mencionados recitais do violonista Nelson Latif e do pianista Pablo Rossi no National Center of Performing Arts (uma das mais importantes casas de música erudita da China), shows do cantor e guitarrista Vinicius Cantuária na casa de jazz Blue Note e a apresentação "Bossa Nova - Traditional Brazilian Music Concert", também no NCPA. Vale

citar ainda a exposição de fotografias sobre a Olimpíada do Rio de Janeiro e a exibição de filme da rede de televisão chinesa CCTV com os melhores momentos dos Jogos, no ensejo das comemorações do 7 de setembro do ano passado. Finalmente, a participação no lançamento do livro "100 fotógrafos foram ao Brasil", editado pelo China Daily.

39. A Embaixada empreendeu considerável esforço de diplomacia pública a fim de reforçar a percepção predominantemente positiva do Brasil junto ao público chinês. A página oficial da Embaixada e as contas no Wechat e no Weibo (equivalentes, na China, ao Facebook/Whatsapp e ao Twitter) são importantes ferramentas de divulgação da imagem do Brasil. Atualmente cerca de 500 mil chineses acompanham as redes sociais do Posto. Além de conteúdos próprios, a Embaixada divulga material elaborado por outras áreas do governo brasileiro, como a Presidência da República e os ministérios. A PR conta com perfil próprio no Weibo, com publicações em chinês feitas em colaboração com o Posto.

40. Estabelecemos boa interlocução com a agência oficial de notícias Xinhua, o que permitiu a divulgação de matérias e artigos assinados por autoridades brasileiras. Por ser a principal agência de notícias da China, a Xinhua tem as suas publicações reproduzidas em dezenas de outros veículos de imprensa deste país.

41. É oportuno mencionar também a colaboração entre a Embaixada e a Apex-Brasil iniciada em 2018 para, com o apoio de empresa de relações públicas local contratada para esse fim, divulgar os produtos agrícolas brasileiros junto ao consumidor chinês. A primeira atividade ocorreu em abril de 2018, quando cerca de 15 jornalistas chineses participaram de apresentação sobre economia e agronegócio

---

no Brasil. A iniciativa gerou mais de 60 inserções na mídia chinesa, atingindo milhões de leitores.

42. Esta gestão criou canal de transmissão de informações a um público externo qualificado, composto por profissionais dos mais diversos setores no Brasil - governo, empresários, 'think tanks' e mídia, entre outros - , com interesse ou atuação de relevo no contexto das relações com a China. O objetivo, ao compartilhar análises produzidas no Posto, é o de ampliar o conhecimento e a conscientização da sociedade civil brasileira sobre os principais aspectos da relação bilateral e a importância do trabalho da Embaixada. O Boletim Informativo da Embaixada em Pequim conta atualmente com mais de 50 destinatários qualificados.

43. Atenção especial foi dedicada à divulgação da língua portuguesa. O Chefe do Posto participou da 5ª reunião Ministerial do Fórum de Macau, realizada em outubro passado, responsável por aprovar o plano de ação 2017-2019 para aquele mecanismo de cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. Em março deste ano, esteve em Macau para participar dos eventos de celebração dos 15 anos do Fórum de Macau, que passaram em revista o caminho percorrido pela iniciativa. Em 2017, durante a presidência brasileira da CPLP, o Posto liderou a organização de cerimônia de comemoração do dia da língua portuguesa, como forma de homenagear profissionais e estudantes que se dedicam à promoção de nossa língua em Pequim.

44. A Embaixada divulgou oportunidades de estudo para brasileiros em universidades chinesas e para chineses nas instituições de ensino superior do Brasil. Prestou de forma regular atendimento aos estudantes brasileiros que se encontram neste país.

45. Na área de promoção da variante brasileira do idioma português, o programa de leitorado foi renovado por período adicional de dois anos junto à Universidade de Pequim – uma das principais instituições de ensino superior da China. Em 2017, foram realizadas duas aplicações do Exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, em coordenação com a Universidade de Comunicação de Pequim.

46. Na área de cooperação educacional, a Embaixada prestou apoio a missões de universidades brasileiras à China. Acompanhou os encontros em Pequim da delegação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e realizou reuniões com estudantes da Unilassale e com educadores da delegação do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Também contribuiu para que representantes do Conselho de Bolsas da China (CSC) fossem ao Brasil para estabelecer contato com universidades brasileiras. O Chefe do Posto representou o Brasil na Reunião de Ministros da Educação dos BRICS, ocorrida em Pequim, em 5 de julho passado.

47. Em cooperação com as adidâncias militares, a Embaixada apoiou as atividades dos treze militares brasileiros que participam de cursos de intercâmbio oferecidos pelas forças armadas chinesas.

#### Cooperação científica e inovação

48. As principais áreas da cooperação científica sino-brasileira são: nanotecnologia e nanociência; biotecnologia; ciências agrárias; meteorologia, prevenção e mitigação de desastres naturais; energias renováveis; tecnologias do bambu e do ratã; e inovação em parques tecnológicos. Na área de pesquisa em energias renováveis, o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, criado em 2009 com base pela

---

Universidade Tsinghua e pela Coppe/UFRJ, é um modelo bem sucedido. Atualmente, o Centro vem expandindo seu escopo para incluir a cooperação com o setor privado, fomentando investimentos em usinas de biocombustíveis no Brasil.

49. Na área espacial, o programa mais emblemático é o de satélites de observação de recursos terrestres (CBERS). Em 5 de dezembro de 2016 o Embaixador participou da IV Reunião da Subcomissão de Cooperação Espacial. O encontro analisou a situação atual da órbita do satélite CBERS 4 e discutiu a importância do lançamento do satélite CBERS 4A. Com relação às pesquisas em clima espacial, houve consenso em finalizar a construção de laboratório conjunto.

50. A IV Reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia teve lugar em Brasília, em 5 de setembro de 2017. Os principais temas de discussão foram a expansão das parcerias em: (i) Pesquisa em biotecnologia e Ciências Agrárias; (ii) Novos laboratórios e plataformas conjuntas; (iii) Nanotecnologia; e (iv) Cooperação em Parques Tecnológicos. A reunião deixou transparecer a prioridade chinesa para cooperação em temas agrícolas.

51. Durante esta gestão, a Embaixada do Brasil atuou como ponto de contato entre instituições brasileiras e chinesas com vistas a promover a cooperação bilateral em parques tecnológicos. Foi concluída a parceria para cooperação entre a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores do Brasil (Anprotech) e o Centro Torch de Desenvolvimento de Alta Tecnologia e Industrialização da China (Torch Center). Em agosto de 2018, a ANPROTEC tenciona realizar missão à China para avançar a cooperação.

52. O Posto procurou fomentar o diálogo entre empresas inovadoras de nossos países com a realização de dois eventos voltados para o tema. Nesse campo, vale destacar a

compra por US\$ 1 bilhão da companhia brasileira de transporte 99 pela chinesa DiDi. O Posto centrou esforços na criação de mecanismos de diálogo constante entre a iniciativa privada e os laboratórios de pesquisa de ambos os países, em especial iniciativas de "match-making".

53. Em outubro de 2017, o Brasil depositou instrumento de acesso à Rede Internacional do Bambu e do Ratã (INBAR), organismo internacional baseado em Pequim para a promoção do uso sustentável desses recursos vegetais. O país pode se beneficiar enormemente com a adesão ao INBAR, tendo em vista que possui a segunda maior floresta de bambus do planeta e conta com grande potencial para desenvolvimento de indústrias nesse setor.

54. A Fiocruz iniciou cooperação na China no ano passado, estabelecendo parcerias com instituições nas regiões de Shenzhen ("The Third People's Hospital of Shenzhen", "BGI" e "ZTEICT Technology Company") e Pequim ("China's Centre for Diseases Control" e "Sinopharm").

55. Na área ambiental, eventos importantes foram realizados na China durante esta gestão. Em primeiro lugar, a 24ª reunião do BASIC (Pequim, abril/2017), que permitiu aos quatro países reiterarem o comprometimento com a implementação do acordo de Paris. Em segundo lugar, a reunião consultiva do Tratado da Antártida (Pequim, maio/2017). Por fim, a reunião dos ministros do Meio Ambiente do BRICS (Tianjin, junho/2017).

#### Política interna e relações internacionais

56. Além dos projetos acima descritos, a Embaixada ocupou-se em analisar e informar o governo brasileiro sobre a evolução das políticas internas e externas da China.

57. No âmbito interno, o período da gestão foi marcado por importantes processos. Em março de 2017, ocorreram as Sessões Gêmeas da Conferência Consultiva do Povo Chinês (CCPPC) e do Congresso Nacional do Povo (CNP). No segundo semestre, teve lugar o XIX Congresso do Partido Comunista Chinês, o mais importante evento da política local. Em março deste ano, realizaram-se novas Sessões Gêmeas, em que foi aprovado o fim da limitação temporal para o mandato presidencial.

58. Paralelamente ao seu crescente peso econômico, a China vem buscando ampliar sua projeção política no mundo. O posicionamento chinês pode ser observado no lançamento de iniciativas de grande ambição, como o "Belt and Road", e na participação mais ativa nos debates sobre temas globais. A crescente assertividade da China nas suas relações exteriores tem-se demonstrado com maior evidência nas instâncias multilaterais em que o país desempenha papel preponderante, como, por exemplo, a Organização de Cooperação de Xangai e os mecanismos de diálogo externo da Associação de Nações do Sudeste Asiático. No contexto "Belt and Road", por exemplo, foi realizado em maio de 2017 evento de alto nível que contou com a presença de 29 chefes de Estado ou governo e representantes de mais de 130 países.

59. As relações entre a China e os Estados Unidos foram objeto de acompanhamento detalhado pela Embaixada, em especial após a escalada do contencioso comercial entre os dois países no primeiro semestre deste ano. Mereceram atenção as reações chinesas aos acontecimentos da península coreana. Também foi analisado o relacionamento de Pequim com países como Rússia, Japão e Índia, além da presença chinesa na América Latina.

*Pequim, 10 de maio de 2018.*



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## RELATÓRIO Nº           , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 39, de 2018 (nº 263/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.*



SF/18830.65071-60

**RELATOR: Senador ANTONIO ANASTASIA**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da China e, cumulativamente na Mongólia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, tendo nascido em 17 de dezembro de 1959, em Porto Alegre/RS. Graduou-se em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1984. Em 1986 completou a Pós-graduação em Administração na École Nationale



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

d'Administration em Paris, França, e foi aprovado, em 2004, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco (CAD) com a tese “Multifuncionalidade e preocupações não comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1985, Segundo-Secretário em 1989 e Primeiro-Secretário em 1997. Foi promovido a Conselheiro, em 2001, a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe em 2013, todos por merecimento.

Na Secretaria de Estado exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania II (2000-01); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2001-2003); Coordenador Nacional para o Mercosul (2015 e 2017); Diretor do Departamento Econômico (2011-2015) e Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe (2015). Chefiou a delegação brasileira a inúmeras reuniões internacionais.

Em missões no Exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (2003-08) e na Delegação do Brasil junto à OMC (2008-11), entre outros postos. Entre 2016 e 2018 foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Entre as obras que publicou destacam-se: “Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC”. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006; “Taxation and Representation in the WTO”, *in* Stewart, Terence P. (ed.) “Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy”. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law; “O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC” *in* Benjamim, Daniela Arruda (org.) *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador); Ordem do Mérito Militar (Brasil, Cavaleiro), Ordem do Mérito Naval (Brasil, Oficial); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Recebeu, também o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, do Instituto Rio Branco.



SF/18830.65071-60



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Popular da China. O documento apresentado dá notícia da localização geográfica daquele país, bem como oferece amplo leque de outras informações.

Segundo o documento, a China conta com uma população de cerca de 1,37 bilhão de pessoas e uma área total de 9.561.000 km<sup>2</sup>. Seu Produto Interno Bruto (PIB) somou US\$ 12 trilhões e o PIB *per capita* foi de US\$ 8.643, em dados de 2017. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,738, ocupando a 90<sup>a</sup> posição entre 188 países. Trata-se do país mais populoso do mundo e com o terceiro maior território.

As relações bilaterais iniciaram-se em 1974, tendo sido elevadas à condição de Parceria Estratégica em 1993, passando a contar com arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Conversação e Cooperação (COSBAN). É o principal órgão decisório do plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC). Em 2012, foi estabelecida Parceria Estratégica Global entre os dois países, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de chanceleres, para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral.

Com três Consulados-Gerais na China, em Cantão, Hong Kong e Shanghai, o Brasil instalou, em 2015, *Visa Centers* em Pequim, Xangai e Cantão, que contribuem para acelerar a tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo. A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais.

No que diz respeito à política externa chinesa, cinco eixos a orientam: a relação com Estados Unidos, Rússia e União Europeia; relação com países vizinhos; fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento; relações com organismos e foros multilaterais e a diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

O Brasil e a China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, onde se destaca a criação do novo banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Outros âmbitos de cooperação são o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa – Fórum de Macau; o Foro CELAC-China e o BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, criado no



SF/18830.65071-60



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto.

No campo do comércio a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US\$ 74,8 bilhões no ano passado, com superávit brasileiro de US\$ 20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, o Brasil é o nono parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

O Brasil exporta para a China principalmente soja, minério de ferro e petróleo e os componentes eletroeletrônicos representam 21% das importações totais oriundas da China.

No tocante aos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. De pouco mais de US\$ 300 milhões, em 2014, o estoque de investimentos superava, em 2014, US\$ 12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. Os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de TI, infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

A Mongólia conta com população de 3,06 milhões de habitantes e tem área de 1.566.500 km<sup>2</sup>. Seu PIB é de US\$ 11,1 bilhões e o IDH é de 0,675 (108º lugar no ranking). O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores.

A Mongólia dispõe de reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas principalmente por empresas chinesas. Possui, ademais, uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 5,6 milhões em 2017, ano em que a Mongólia foi o 28º parceiro do Brasil no continente asiático. Nos últimos três anos, os produtos manufaturados predominaram nas vendas brasileiras e também assumiram participação majoritária nas compras provenientes do mercado mongol.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Mongólia são pneus novos, máquinas para terraplanagem, produtos de confeitaria sem



SF/18830.65071-60



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

cacau, tabaco manufaturado. E importa compostos aminados de funções oxigenadas, cobertores e mantas, compostos de função carboxiamida e insumos para medicamentos.

A população brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de apenas dez habitantes.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**2**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 41, DE 2018

(nº 265/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 265

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente na República do Uzbequistão.

Os méritos do Senhor Tovar da Silva Nunes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.

EM nº 00100/2018 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **TOVAR DA SILVA NUNES**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **TOVAR DA SILVA NUNES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão*

**INFORMAÇÃO**  
**CURRICULUM VITAE**

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE TOVAR DA SILVA NUNES**

CPF.: 029.431.398-23

ID.: 8616 MRE

1959 Filho de Viriato da Silva Nunes e Hebe Maroni Nunes, nasce em 6 de fevereiro, em Birigüi/SP

**Dados Acadêmicos**

1981	International Relations, Comparative Foreign Policy e International Economics pela Harvard University/EUA
1982	Direito pela Universidade de São Paulo
1983	CPCD - IRBr
1986	Ciclo Longo Completo, Ecole Nationale d'Administration/Paris (ENA)
1992	CAD - IRBr
1999	Mestrado em Economia Política Internacional pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
2000	Especialização em Diplomacia Pública pelo Institut de Sciences Politiques, Paris/FR
2004	CAE - IRBr, O Impacto da Trade Promotion Authority nas Negociações da ALCA, à Luz dos Interesses Comerciais Brasileiros

**Cargos:**

1984	Terceiro-secretário
1988	Segundo-secretário
1995	Primeiro-secretário, por merecimento
2001	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de segunda classe, por merecimento
2011	Ministro de primeira classe, por merecimento

**Funções:**

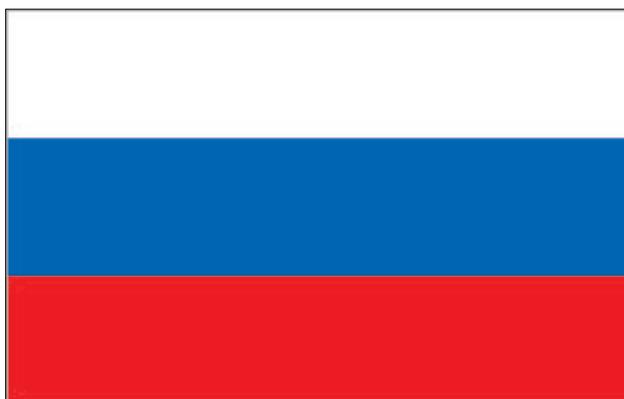
1985-86	Divisão das Nações Unidas, assistente
1986-88	Divisão de Política Comercial, assistente
1988-91	Missão Permanente em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1991-94	Embaixada em Quito, Segundo-Secretário
1994-95	Divisão do Meio Ambiente, assistente
1995	Presidência da República, Assessor Especial
1995-97	Presidência da República, Chefe de Gabinete do Secretário de Comunicação Social
1995	Conselho de Administração da Radiobrás, Presidente
1997-2001	Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2001-03	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Chefe de Gabinete
2003	Coordenação-Geral para as Negociações da ALCA, Chefe
2003-06	Divisão da Área de Livre Comércio das Américas, Chefe
2006-11	Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro
2011-13	Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial
2013-15	Gabinete do Ministro de Estado, Chefe do Gabinete
2015	Embaixada em Nova Délhi, cumulativa com a Embaixada junto ao Reino do Butão, Embaixado

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

# RÚSSIA



## INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018

<b>DADOS BÁSICOS</b>
----------------------

<b>NOME OFICIAL</b>	Federação da Rússia
<b>GENTÍLICO</b>	Russo, Russa
<b>CAPITAL</b>	Moscou
<b>ÁREA</b>	17.098.242 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	143,1 milhões de habitantes
<b>LÍNGUA OFICIAL</b>	Russo (oficial) e outras 27 línguas cooficiais
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Cristãos ortodoxos (63%); ateus (16%); cristãos não praticantes (12%); muçulmanos (6%); outros (1%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República Federativa semipresidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Bicameral; Assembleia Federal: Duma de Estado (450 membros) [Câmara Baixa] e Conselho da Federação (166 membros) [Câmara Alta]
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Vladimir Vladimirovich Putin (desde 2012)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro-ministro Dmitri Anatolyevich Medvedev (desde 2012)
<b>CHANCELER</b>	Sergey Lavrov (desde 2004)
<b>PIB NOMINAL (2017)</b>	US\$ 1,469 trilhão
<b>PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (2017)</b>	US\$ 4 trilhões
<b>PIB PER CAPITA (2016)</b>	US\$ 8.748,36
<b>PIB PPP PER CAPITA (2017)</b>	US\$ 27,900
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	1,8% (2017); -0,2% (2016), -3,8% (2015.), 0,6% (2014), 1,3% (2013), 3,4% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)</b>	0.798 - 50.º lugar (PNUD)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	70,1 anos (PNUD)
<b>ALFABETIZAÇÃO</b>	99,7% (UNESCO)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO</b>	5,3%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Rublo
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Serguey Akopov
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA</b>	800 (estimado)

**INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)**

<b>BRASIL - RÚSSIA</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018 (abril)</b>
Intercâmbio	5.451	7.985	4.280	6.062	7.160	5.931	5.650	6.769	4.685	4.320	5.381	1.477
Exportações	3.741	4.653	2.868	4.152	4.216	3.140	2.974	3.829	2.464	2.300	2.736	564
Importações	1.710	3.332	1.412	1.910	2.944	2.790	2.676	2.940	2.221	2.021	2.644	912
<i>Saldo</i>	2.031	1.321	1.456	2.241	1.272	350	298	888	243	279	91	-347

## APRESENTAÇÃO

A Rússia é o maior país em extensão territorial, com 17.075.200 km<sup>2</sup>. Seu território estende-se através de toda a área nordeste da Ásia e da Europa até o Mar de Bering.

O Império Russo nasceu a partir das vitórias do Principado de Moscou contra os mongóis. Ivan, o Terrível (reinou de 1547 a 1584), primeiro governante a adotar o título de czar, impulsionou a unificação dos Eslavos do Leste – presentemente Ucrânia, Belarus e regiões do rio Volga –, e gradualmente expandiu seus domínios através da Ásia. Pedro, o Grande (reino: 1682-1725), redirecionou a política russa em direção ao Ocidente, anexou a região do Báltico, fundou São Petersburgo e introduziu o ensino obrigatório para os filhos da nobreza, mas impôs um regime de a servidão, que foi finalmente abolido em 1861. Catarina, a Grande (reino: 1762-1796), depôs seu marido, Pedro III, expandiu a frota russa do Mar Negro, obtendo seguidas vitórias sobre o combalido Império Otomano, e cultivou o Iluminismo na corte, ao mesmo tempo em que esmagava revolta contra a servidão, liderada por Pugachov, em 1773. Sob o domínio dos czares, entres os séculos XVII e XIX, o Império Russo tornou-se importante potência europeia, tendo sido capaz de derrotar as forças de Napoleão. Uma tentativa de modernização do país (Alexandre II, 1855 a 1881) foi seguida de uma reação conservadora (Alexandre III, 1881 a 1894) e malsucedida economicamente, que contribuiu para solapar as bases do regime. O czarismo, contudo, só seria derrubado pelas revoluções de 1917, a segunda das quais culminaria no estabelecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O ano de 1905 é considerado o prólogo da Revolução Russa, após a derrota da Rússia czarista contra o Japão. A derrota abalou a popularidade do czar Nicolau II, e a revolta interna que se seguiu serviria de precedente para a revolução de 1917. Um parlamento, a Duma, foi estabelecido em 1906, porém a agitação política e social continuou e foi agravada, durante a Primeira Guerra Mundial, pelas derrotas militares e pela escassez de alimentos. Dá-se o nome de Revolução Russa ao conjunto de duas revoluções que levaram à derrocada do regime czarista na Rússia e, em seguida, à instalação de um regime comunista. Nicolau II foi forçado a abdicar em março de 1917, sendo instaurada então uma república cuja estrutura de poder desde cedo se dividiu entre um parlamento convencional e soviets (conselhos) populares, que não se reconheciam mutuamente. As tensões assim geradas desembocaram na Revolução de Outubro de 1917.

A Revolução Russa foi seguida por período de guerra civil, ao final da qual se consolidou o domínio comunista liderado pelos bolcheviques de Lênin. A então União Soviética era integrada ainda pela Ucrânia, Belarus e três repúblicas do Cáucaso.

Joseph Stálin tomou o poder em 1927, tornando-se Secretário-Geral do Partido Comunista. Stálin rejeitou o “capitalismo de estado” da NEP (Nova Economia Política) de Lênin. A partir de 1928, forçou a industrialização do país e

a “coletivização” da agricultura, que levou a deterioração da situação social. Também ocorreu aumento da repressão política, especialmente no período de 1934 a 1937.

Apesar do Pacto de Não-Agressão (“Molotov-Ribentrop”) assinado em agosto de 1939, a Alemanha nazista atacou a URSS, que havia se transformado em potência industrial e logrou se impor no conflito, mas ao custo de um imenso sacrifício (segundo alguns cálculos, morreram até 27 milhões de cidadãos soviéticos). A expansão iniciada antes e continuada durante a Segunda Guerra Mundial resultou na criação de quinze repúblicas alinhadas com Moscou. Assim, Letônia, Lituânia, Estônia e Moldova foram incorporadas ao país soviético. O Transcaucasus foi subdividido em Armênia, Geórgia, Azerbaijão, e Repúblicas Casaque e Quirguiz. Stálin logrou ainda que o Ocidente reconhecesse uma ampla zona de influência soviética na Europa do Leste, onde Moscou instalou regimes títeres.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a vitoriosa União Soviética emergiu como uma das duas superpotências mundiais, dando início quase imediatamente à rivalidade com os EUA. O bloqueio de Berlim oriental (1948-49) e a detonação de um artefato nuclear em agosto de 1949, provocaram a escalada da Guerra Fria.

A morte de Stálin, em 1953, desencadeou uma acirrada disputa pelo poder. Venceu Nikita Krushev (Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, de 1953-64), identificado com a burocracia dirigente do PCUS. Sob essa nova liderança, a União Soviética passou por um processo de liberalização do regime. Internamente, Krushev deu início a um processo de abertura que recebeu os nomes de “degelo” e “desestalinização”. Contudo, foi também partidário da construção do muro de Berlim (1961). As relações com a China deterioraram-se, devido a divergências ideológicas e à distensão com o Ocidente. A crise dos mísseis de Cuba (1962) levou as superpotências à beira do confronto nuclear. Em 1964, Krushev foi afastado do poder e sucedido por Brezhnev (1964-1982).

Em meados da década de 1980, Mikhail Gorbatchov concebeu as chamadas “glasnost” (abertura) e “perestroika” (reestruturação). E por meio de encontros de cúpula EUA-URSS, promoveu o fim da Guerra Fria e a redução dos armamentos nucleares de ambos os países. A “perestroika” foi planejada para introduzir um novo dinamismo na economia soviética. A “glasnost” libertou dissidentes políticos e permitiu maior liberdade de imprensa. Gorbatchov enfrentou, no entanto, grandes resistências dos burocratas partidários e acabou destituído quando as repúblicas se rebelaram contra o governo central, resultando no fim da URSS, em 1991.

A Federação da Rússia surgiria então como principal herdeira da dissolução pacífica da União Soviética em diversas repúblicas. O governo de Boris Iéltsin seria marcado por instabilidade econômica, pela crise de 1998 e pela guerrilha no Cáucaso. O sucessor designado de Iéltsin, Vladimir Putin, teve como missão combater a instabilidade do período anterior. Em 1999, já era o principal

ministro da Rússia e com a renúncia de Iéltsin, em 31 de dezembro do mesmo ano, assumia como presidente interino, sendo eleito como presidente da Federação da Rússia em março de 2000. Putin tem buscado a modernização do país, aliando maior integração econômica com o resto do mundo (obteve junto à OMC, em 2002, o status de economia de mercado) com fortalecimento do poder central. Foi reeleito em 2004. Em 2008, o candidato ao Kremlin, Dmitri Medvedev, venceu com larga vantagem a eleição presidencial russa. Vladimir Putin foi reeleito para um terceiro e um quarto mandatos em 2012 e 2018, respectivamente, e deverá ficar no cargo até 2024.

## PERFIS BIOGRÁFICOS



**Vladimir Putin, presidente:** Nasceu em 7/10/1952, em Leningrado (hoje São Petersburgo). Graduiu-se em Direito, pela Universidade Estatal de Leningrado, em 1975. No mesmo ano, ingressou na KGB (Comitê para a Segurança do Estado), órgão ao qual serviu, entre 1985 e 1990, em Dresden, na República Democrática Alemã - RDA. Após o colapso da RDA, retornou a Leningrado, onde trabalhou na Universidade Estatal. Entre 1991-1996, foi chefe da Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo. Entre 1996-1998, passou a trabalhar como vice-diretor do Departamento de Administração das Propriedades da Presidência e, em seguida, como vice-chefe de Gabinete da Presidência. Em julho de 1998, o presidente Iéltsin nomeou-o diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB) e, em agosto de 1999, primeiro-ministro. Com a renúncia de Iéltsin em 31/12/1999, tornou-se presidente em exercício e, em março de 2000, venceu as eleições presidenciais, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país e pelo fortalecimento do poder central. Impedido constitucionalmente de disputar um 3º mandato em 2008, Putin lançou a candidatura de Dmitri Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Durante o mandato de Medvedev, Putin voltou a ocupar o cargo de primeiro-ministro. Voltou a eleger-se presidente em 2012, com 63% dos votos, e, em 2018, com 76% dos votos.



**Dmitri Medvedev, primeiro-ministro:** Nasceu em 14/12/1965, em São Petersburgo, e graduou-se em Direito pela Universidade de Leningrado, em 1987. Iniciou sua atividade política na primeira metade dos anos 90 como assessor da Prefeitura de São Petersburgo. Tornou-se assessor direto de Vladimir Putin na Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo. Em 1999, após a renúncia de Boris Iéltsin e a assunção de Putin como presidente provisório, Medvedev foi alçado ao Gabinete presidencial. Em 2000, foi diretor da primeira campanha presidencial de Putin e tornou-se membro do Conselho Executivo da Gazprom (em 2002, assumiria a direção-geral da companhia). Em 2005, foi designado vice-primeiro-ministro. Em 2008, com o apoio de Putin, elegeu-se presidente pelo partido governista, com 71% dos votos. Levou o país à recuperação econômica após a crise financeira de 2008-2009. Foi com o Brasil um dos protagonistas na criação e consolidação dos BRICS e logrou concluir o processo de acesso da Rússia à OMC em 2011. Com a eleição de Vladimir Putin à Presidência, foi nomeado, em 2012, primeiro-ministro. Após a reeleição de Putin, em 2018, foi reconduzido ao cargo. É o principal articulador das tratativas com o Parlamento sobre reformas de modernização da economia e do aparato estatal.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (entre 1918-1945 e entre 1947-1961).

Em 1961, no governo parlamentarista de Hermes Lima, as relações diplomáticas foram restabelecidas. Nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações vão se desenvolver, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começa a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da URSS, com a perestroika de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então presidente José Sarney à URSS – a primeira de um chefe de estado brasileiro –, em outubro de 1988. Com a derrocada do comunismo e o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo.

Em janeiro de 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o presidente Putin realizou a primeira visita de um chefe de estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitri Medvedev esteve no Brasil, como presidente, em dezembro de 2008. O ex-presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010. A ex-presidente Dilma Rousseff realizou visita de Estado a Moscou em dezembro de 2011, ocasião em que manteve reuniões com o presidente do Governo, Dmitri Medvedev, e com o presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, e participou do II Fórum Empresarial Brasil-Rússia. O presidente Vladimir Putin e a ex-presidente Dilma Rousseff realizaram visitas recíprocas, em 2014 e 2015, por ocasião das Cúpulas do BRICS em 2014 (Fortaleza) e 2015 (Ufá).

O presidente Michel Temer realizou visita a Moscou em 20-22 de junho de 2017. Durante a visita, houve a assinatura dos seguintes acordos: Declaração Conjunta sobre Diálogo Estratégico em Política Externa; Plano de Consultas

Políticas para 2018-2021; Memorando de Entendimento na Área de Cooperação Econômica e de Investimentos; Memorando de Entendimento sobre intercâmbio de informações a respeito do fluxo de mercadorias e veículos; e Protocolo sobre Cooperação, Informação, Intercâmbio e Assistência Mútua no Sistema Uniforme de Preferências Tarifárias da União Aduaneira Eurasiática.

O presidente Temer já havia visitado Moscou em 2011 e 2015, na condição de co-presidente da Comissão de Alto-Nível (CAN), órgão superior de coordenação das relações bilaterais, presidido pelo vice-presidente da República e pelo primeiro-ministro russo. O presidente Michel Temer manteve também encontro com o presidente Vladimir Putin à margem da IX Cúpula BRICS em Xiamen, China, em setembro de 2017. Os mandatários brasileiro e russo já haviam se encontrado na Cúpula do BRICS de Goa, em 2016.

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, manteve reunião com o chanceler russo Sergey Lavrov à margem do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em outubro de 2017. Na ocasião, foi assinado Acordo para o Estabelecimento de Centros Culturais entre o Brasil e a Rússia.

Realizaram-se, ainda, em 2017, a X Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC, Brasília, 22-23/5/2017), presidida pelo secretário-geral das Relações Exteriores e pelo vice-ministro do Desenvolvimento Econômico da Rússia, Alexey Gruzdev, bem como a Comissão Política (Moscou, 4/5/2017), mecanismo que consiste em consultas entre as autoridades das duas chancelarias a cargo de assuntos multilaterais.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como “potência emergente” intensificou sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel protagônico na criação do agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também defendeu maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os então presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS. O então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Alves, realizou visita a Moscou e São Petersburgo em 2013.

O Brasil manteve postura positiva nas negociações para o acesso à OMC da Rússia. As duas partes têm reiterado o objetivo, anunciado originalmente por

ocasião da visita do presidente Putin ao Brasil, em 2004, de elevar o comércio bilateral a US\$ 10 bilhões (o máximo a que se chegou foram US\$ 7,9 bilhões em 2008).

### **Assuntos consulares**

O setor consular da Embaixada do Brasil em Moscou presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, juntamente com um Consulado Honorário, sediado em São Petersburgo.

Estima-se haver cerca de 800 brasileiros estabelecidos na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, detentos brasileiros na Rússia.

O número de brasileiros residentes na Rússia tem crescido nos últimos quatro anos, devido à maior presença de estudantes brasileiros em universidades russas, especialmente nas cidades de Kursk e de Belgorod, próximas à fronteira com a Ucrânia.

## POLÍTICA INTERNA

No plano da política interna, o fim da URSS deu lugar a grandes distúrbios durante a década de 1990. Os principais marcos desse período foram a tentativa de golpe de Estado em 1993, a guerra civil na Chechênia e a grave crise econômica de 1998. Em resposta à tentativa de golpe, o então presidente Iéltsin fez aprovar, ainda em 1993, nova Constituição que fortaleceu consideravelmente os poderes da Presidência (incluindo a prerrogativa de dissolver a Câmara Baixa do Parlamento).

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, no qual vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu “povo multinacional”. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas cooficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, "ad referendum" do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que dispõe de 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

Com a renúncia de Iéltsin, em 31 de dezembro de 1999, Vladimir Putin tornou-se presidente em exercício, vencendo as eleições presidenciais de março de 2000, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Em contraposição à instabilidade política e socioeconômica dos anos 1990, seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pelo fortalecimento do poder central.

Diante da proibição constitucional a sua candidatura a um terceiro mandato consecutivo, Putin favoreceu a escolha de Dmitri Medvedev como candidato presidencial do partido governante, o Rússia Unida, em 2008. Medvedev elegeu-se com 71% dos votos. Em sua gestão, buscou desenvolver projetos de cunho mais liberal, dando prioridade a programa de modernização da economia russa, de modo a reduzir sua dependência das exportações de petróleo e gás. Medvedev conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, em 2008, e levou o país à recuperação econômica após a eclosão da crise financeira internacional.

Em maio de 2012, Vladimir Putin assumiu a Presidência pela terceira vez, com 63,6% dos votos. A eleição deu-se em meio a protestos expressivos contra o sistema político vigente. Liderança incontestável na Rússia, Putin goza de popularidade, sobretudo, entre os eleitores mais pobres, os habitantes das regiões industriais e produtoras de recursos minerais, e as populações muçulmanas e do extremo oriente. Em todos esses setores persiste o apelo de sua plataforma nacionalista, que, apesar das críticas de setores mais liberais, logrou estancar a instabilidade dos anos 1990. O ex-presidente Dmitri Medvedev foi nomeado primeiro-ministro. Desde então, arrefeceram os grandes protestos do inverno setentrional. Paralelamente, o Governo fez aprovar leis que impõem maiores restrições à realização de grandes atos públicos e aumentam o controle sobre ONGs que recebem recursos do exterior.

Em março de 2018, Vladimir Putin, foi reeleito para um quarto mandato, que se estenderá até 2024. Putin venceu com 76,6% dos votos válidos. Em números absolutos, recebeu 56.202.497 votos, recorde histórico. O índice de comparecimento às urnas foi de 67,5%, ligeiramente abaixo da meta de 70% desejada pelo Kremlin. A campanha de boicote da eleição empreendida pelo líder opositor Alexei Navalny não surtiu efeito. Putin venceu, com larga margem, inclusive nos bastiões da oposição liberal, Moscou e São Petersburgo. O resultado foi uma dupla vitória para Putin, em razão do alto comparecimento às urnas e do amplo apoio logrado. Em evento de comemoração da vitória na Praça Vermelha, após a reeleição, Putin evocou o orgulho patriótico. No calor das celebrações, afirmou que, sem descuidar das questões de segurança, o foco do seu novo mandato será a agenda doméstica, com o intuito de acelerar o crescimento econômico e melhorar o padrão de vida da população. O primeiro-ministro Dmitri Medvedev foi reconduzido ao cargo.

## POLÍTICA EXTERNA

Desde a posse de Vladimir Putin como presidente, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu status de grande potência. A política externa russa então caracterizou-se (1) pela busca da preservação da influência de Moscou no espaço pós-soviético e regional; (2) pela retomada de relacionamento mais harmônico com a Europa Ocidental; (3) pelo equacionamento das diferenças que persistem com os EUA; (4) pela aproximação da Ásia como alternativa ao espaço europeu; (5) pela defesa do papel central do Conselho de Segurança das Nações Unidas em temas de paz e segurança internacionais, onde mantém estreita coordenação com a China; e (6) pela promoção de mecanismos que fortaleçam a voz das grandes potências emergentes, como o BRICS e o G-20.

Após o 11 de setembro de 2001, verificou-se período de cooperação com o Ocidente no combate ao terrorismo islâmico. Nessa época, a Rússia exerceu influência sobre os países pós-soviéticos da Ásia Central para que permitissem a instalação de bases e soldados norte-americanos e sobre a aproximação da Aliança do Norte afegã aos norte-americanos, com o objetivo comum de derrocar os Talibãs, bem como permitiu o trânsito de suprimentos militares por espaço aéreo russo.

O diálogo Washington-Moscou foi, no entanto, gradualmente esfriando-se nos anos seguintes, especialmente com a invasão do Iraque, os planos do Governo Bush de instalar escudo antimísseis na Europa Central, a presença norte-americana na Ásia Central, as "revoluções coloridas" que derrubaram regimes afins a Moscou e a incorporação à OTAN dos três países bálticos. A Rússia passou, então, a assumir postura mais assertiva de sua posição especial no seu exterior próximo e de denúncia do unilateralismo. Antes da crise ucraniana que eclodiu em novembro de 2013, o relacionamento com o Ocidente passou por momentos de tensão durante a guerra da Geórgia (2008).

No governo Obama, EUA e Rússia realizaram esforço de equacionar suas diferenças. Muito embora tenha havido êxitos nesse âmbito (assinatura de novo acordo bilateral de desarmamento e controle nuclear, o START-III), ainda persistem muitas diferenças, agravadas com os conflitos na Síria e na Ucrânia, e com as sanções ocidentais aplicadas após este conflito.

Na esteira do conflito ucraniano, consolidou-se na Rússia a noção de que chegou ao fim a era pós-Guerra Fria. A política externa russa depara-se com enormes desafios: (i) evitar o isolamento internacional; (ii) abrir ao país novos

mercados exportadores; e (iii) garantir o influxo de capitais e tecnologias. A liderança russa confere especial valor à aproximação com a Ásia, especialmente com a China.

Em vigor desde 1º de janeiro de 2015, a União Econômica Eurasiática (integrada por Rússia, Cazaquistão, Belarus, Armênia e Quirguistão) é considerada prioridade. A liderança russa vislumbra seu projeto de integração como parte de um movimento mais amplo de reorientação do desenvolvimento do país em direção à Ásia, também chamado de "*pivot* para o leste". O país também aposta na Organização de Cooperação de Xangai, formada por Rússia, China e países da Ásia Central, à qual aderiram, em 2017, Índia e Paquistão, abrindo o caminho para se tornar o principal foro de desenvolvimento e segurança para a Ásia continental.

No contexto da crise com o Ocidente e das dificuldades econômicas que enfrenta o país, a associação com os parceiros do BRICS tem sido crescentemente valorizada pelo lado russo. A Rússia classifica o BRICS não só como um símbolo da tendência global rumo à multipolaridade, mas também como "o principal vetor" dessa tendência. A Rússia deseja transformar o BRICS em mecanismo mais robusto para tratar da agenda política e econômica mundial.

A Rússia enxerga a América Latina como um dos polos emergentes em uma ordem global policêntrica. O país demonstra especial interesse no campo da cooperação militar e venda de material de defesa (Venezuela) e dos investimentos em produção de energia (Argentina), bem como infraestrutura (Nicarágua). No contexto das sanções econômicas sofridas e impostas pela Rússia, países como o Brasil e a Argentina se mostram como opções para o fornecimento de commodities ao mercado russo. No campo político, tem-se reforçado as tradicionais relações com Cuba, Venezuela e Nicarágua.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

### Panorama econômico

Após registrar significativo crescimento econômico ao longo de dez anos consecutivos (1999 a 2008), a economia russa sofreu forte retração em 2009, em função, sobretudo, dos efeitos recessivos da crise financeira mundial. No biênio 2010-2011, a economia do país voltou a crescer a uma média em torno de 4,4% ao ano, tendo fechado 2012 com expansão do PIB russo de 3,4%. Em 2013, todavia, a economia da Rússia perdeu dinamismo, crescendo apenas 1,3% em razão, particularmente, do fraco desempenho da demanda agregada. Em 2014, a economia russa continuou perdendo dinamismo, ficando o crescimento de seu PIB limitado a apenas 0,6%. Em 2015, houve forte decréscimo no nível de atividades, que resultou em retração do PIB de 3,8%. Em 2016, ocorreu crescimento real negativo do PIB da ordem de 0,2%.

O ano de 2017, no entanto, foi caracterizado pela recuperação do preço do petróleo no mercado internacional e pela conseqüente recuperação no nível de atividades, o que ficou evidenciado pelo comportamento do PIB, que cresceu 1,55%. Nessas condições, o PIB nominal da Rússia alcançou US\$ 1,53 trilhão. O PIB per capita, por sua vez, acompanhou o desempenho positivo da economia russa alcançando US\$ 10.608. A mais recente estimativa do FMI sugere que o país continuará sua marcha de crescimento nos próximos anos. Em 2018, estima-se o crescimento do PIB russo em 1,72%, em 2019, em 1,75% e, em 2020, em 1,79%.

Na visão de alguns analistas, o crescimento econômico pouco consistente da Rússia advém das deficiências de um modelo baseado em atividades extrativistas que é, portanto, suscetível às variações do preço dos hidrocarbonetos e às turbulências da economia internacional, fato que pôde ser verificado na crise de 2009. Nessa linha, apontam para a conveniência de implantação de reformas profundas, que alarguem e diversifiquem a base da economia; criem segurança jurídica à inclusão de novos pequenos e médios empresários; elevem o volume total de investimentos e permitam o surgimento de inovações tecnológicas que gerem empregos de maior renda. De todo modo, é senso comum entre analistas a percepção de que, em médio prazo, a recuperação do preço do petróleo constitui fator fundamental para melhor equacionamento da economia russa.

### Comércio exterior total

As exportações russas de bens cresceram de US\$ 100 bilhões, em 2001, para US\$ 357 bilhões, em 2017. O pico foi atingido entre os anos 2011-13, quando as vendas externas alcançaram US\$ 517, US\$ 525 e US\$ 527 bilhões, respectivamente. Desde 2015, mostraram acentuada retração, em sintonia com o gradativo desaquecimento nas cotações internacionais de petróleo e gás. Em 2017, no entanto, as exportações tiveram forte acréscimo de 24,7%. Em termos geográficos, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas globais da Rússia: China (10,9%), Países Baixos (10,0%), Alemanha (7,2%), Belarus (5,2%) e Turquia (5,1%). O Brasil foi o 35º país de destino para a oferta russa, com participação de 0,6%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global da Rússia: óleo bruto de petróleo (26,1%), óleo refinado de petróleo (16,3%), carvão mineral e outros combustíveis sólidos (3,8%). Conforme salientado, a forte predominância dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) nas vendas externas do país torna a economia vulnerável às oscilações dos preços internacionais das "commodities" energéticas. Em 2017, registrou-se crescimento de 93,3% nas vendas externas de óleo bruto e de 58,2% de óleo refinado.

As importações russas de bens cresceram de US\$ 42 bilhões, em 2001, para US\$ 227 bilhões, em 2017. Em 2017, as importações russas cresceram igualmente 24,7%. O comportamento recente das aquisições externas guarda estreita relação com o atual quadro de reaquecimento da economia. O exame da matriz comercial mostra, ainda, que foram os seguintes os principais países fornecedores da demanda externa russa: China (21,3%), Alemanha (10,7%), Estados Unidos (5,6%) e Belarus (5,2%). O Brasil, com 1,4% de participação, foi o 18º fornecedor de bens à Rússia. Em relação à estrutura da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos da importação global da Rússia: máquinas mecânicas (18,1%); máquinas elétricas (10,7%); veículos automotores (8,5%); produtos farmacêuticos (4,3%). Na pauta importadora da Rússia predominam bens de maior intensidade tecnológica, a exemplo de instrumentos médicos e produtos farmacêuticos.

O resultado da balança comercial da Rússia é estruturalmente superavitário, em razão, sobretudo, das volumosas exportações de petróleo e gás natural. Em 2017, o superávit russo em transações comerciais de bens alcançou US\$ 130 bilhões, frente aos US\$ 103 bilhões obtidos no ano anterior.

### **Comércio exterior bilateral**

Entre 2000 e 2017 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia passou de US\$ 994 milhões para US\$ 5,3 bilhões. O pico foi alcançado em 2008 e 2011, com US\$ 7,9 e US\$ 7,1 bilhões, respectivamente. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil, mas os dados até abril de 2018 revelam déficit brasileiro de US\$ 348 milhões.

As exportações brasileiras para o mercado russo passaram de US\$ 423 milhões, em 2000, para US\$ 2,7 bilhões, em 2017. Os principais grupos de produtos brasileiros destinados ao mercado russo foram: i) carne suína (25,1%); ii) carne bovina congelada (16,4%); iii) soja em grão (15,2%); iv) açúcar em bruto (7,1%). Salienta-se que o Brasil foi o principal fornecedor de carnes ao mercado russo, detendo participação de 49%. Segundo o MDIC, os produtos básicos representaram 71,6% do total das exportações, seguidos dos manufaturados, com 19,9%. Os dados do MDIC mostram, ainda, que cerca de 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo.

As importações brasileiras originárias da Rússia passaram de US\$ 571 milhões, em 2000, para US\$ 2,6 bilhões em 2017. Os principais produtos russos adquiridos pelo Brasil foram: i) adubos potássicos (18,2%); ii) adubos nitrogenados (17,3%); iii) adubos azotados (16,4%); iv) óleo refinado de petróleo (12,6%), e v) combustíveis sólidos (10,6%). A pauta apresentou a seguinte estrutura, quanto ao fator agregado das mercadorias: produtos manufaturados (52,4%); semimanufaturados (35,3%); básicos (12,3%). A base importadora compreendeu 533 empresas brasileiras que efetivaram compras do mercado russo.

### **Cruzamento estatístico entre as pautas de exportação e importação**

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Rússia mapeou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local, em princípio, foram os seguintes: i) automóveis e autopeças; ii) óxidos de alumínio; iii) pneus; iv) soja em grãos; v) fumo não manufaturado; vi) torneiras, para canalizações; vii) medicamentos; viii) carnes de bovino; ix) preparações alimentícias diversas; x) minérios de ferro.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1894</b> - Morte de Alexandre III. Ascensão ao trono de Nicolau II.
<b>1904</b> - Guerra russo-japonesa.
<b>1905</b> - Início da Revolução Russa
<b>1914</b> - Primeira Guerra Mundial. A Rússia combate ao lado da França e do Reino Unido em defesa de sua aliada Sérvia.
<b>1917</b> - Revolução de Outubro. Fim da monarquia e implantação do socialismo. Armistício com a Alemanha. Início da guerra civil entre o Exército Vermelho e as forças contrarrevolucionárias.
<b>1921</b> - Fim da Guerra Civil, com vitória do Exército Vermelho.
<b>1922</b> - Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
<b>1923</b> - Adoção de nova Constituição.
<b>1924</b> - Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski.
<b>1936</b> - Nova constituição outorgada por Stálin.
<b>1939</b> - Assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov de não-agressão com a Alemanha. Início da Segunda Guerra Mundial.
<b>1941</b> - Invasão da URSS pela Alemanha.
<b>1945</b> - Vitória na Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Stálin participa das conferências de Yalta e Potsdam, que dividem a Europa em zonas de influência ocidental e soviética.
<b>1949</b> - A União Soviética cria o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) juntamente com países de orientação socialista.
<b>1953</b> - Morte de Stálin e ascensão de Khrushchev.
<b>1955</b> - Assinatura do Pacto de Varsóvia, aliança militar que congregava a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
<b>1956</b> - 20º Congresso do Partido Comunista da URSS. Início da coexistência pacífica com o Ocidente.
<b>1957</b> - Lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik.
<b>1962</b> - Crise dos mísseis de Cuba.
<b>1964</b> - Ascensão de Leonid Brezhnev.
<b>1979</b> - Invasão do Afeganistão pela URSS.
<b>1982</b> - Morte de Brezhnev.
<b>1985</b> - Assume Mikhail Gorbachev.
<b>1988</b> - Gorbachev é eleito presidente da República.
<b>1986</b> - Gorbachev lança a glasnost e a perestroika.
<b>1989</b> - Eleições para a escolha do Congresso dos Deputados do Povo.
<b>1991</b> - Golpe de Estado malogrado contra Gorbachev. Em 26 de

dezembro, a URSS é dissolvida. A Rússia ressurgiu como Estado independente.

**1994** - Primeira Guerra da Chechênia

**1999** - Vladimir Putin assume o cargo de primeiro-ministro. Segunda Guerra da Chechênia.

**2000** - Putin assume a presidência da Federação da Rússia.

**2004** - Putin é reeleito a presidente da Federação da Rússia.

**2008** - Eleição à presidência de Dmitri Medvedev. Conflito com a Geórgia. Reconhecimento, pela Rússia, da independência das regiões georgianas separatistas da Ossétia do Sul e Abcázia.

**2012** – Terceiro mandato de Vladimir Putin como presidente da Federação da Rússia.

**2018** – Quarto mandato de Vladimir Putin como presidente da Federação da Rússia.

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>1828</b> - Estabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1917</b> - Rompimento de relações diplomáticas, em decorrência do não reconhecimento do governo de Vladimir Lênin.
<b>1945</b> - Restabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1947</b> - Novo rompimento de relações diplomáticas.
<b>1961</b> - Restabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1985</b> - Visita do presidente José Sarney à URSS, a primeira visita oficial de chefe de estado brasileiro à Rússia.
<b>1997</b> - Constituição da Comissão Mista Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação.
<b>2002</b> - Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Criação da Parceira Estratégica.
<b>2004</b> - Visita do vice-presidente da República José Alencar Gomes da Silva à Rússia.
<b>2004</b> - Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil. Primeira visita de um chefe de estado da Federação da Rússia ao país.
<b>2005</b> - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia.
<b>2006</b> - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov
<b>2008</b> - Visita do presidente Dmitri Medvedev ao Brasil
<b>2010</b> - Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Rússia
<b>2010</b> - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia
<b>2011</b> - Visita do vice-presidente da República Michel Temer à Rússia
<b>2011</b> - Visita do ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, à Rússia
<b>2012</b> - Visita da presidente da República Dilma Rousseff à Rússia.
<b>2013</b> - Visita do primeiro-ministro da Rússia Dmitri Medvedev ao Brasil.
<b>2013</b> - Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov, ao Brasil
<b>2013</b> - Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à Rússia.
<b>2013</b> - Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Rússia.
<b>2014</b> - Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil.
<b>2015</b> - Visita do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, à Rússia.
<b>2015</b> - Visita do vice-presidente da República Michel Temer à Rússia.
<b>2015</b> - Visita da presidente da República Dilma Rousseff à Rússia, Ufá.
<b>2017</b> - Visita do presidente da República Michel Temer a Moscou.

### ACORDOS BILATERAIS

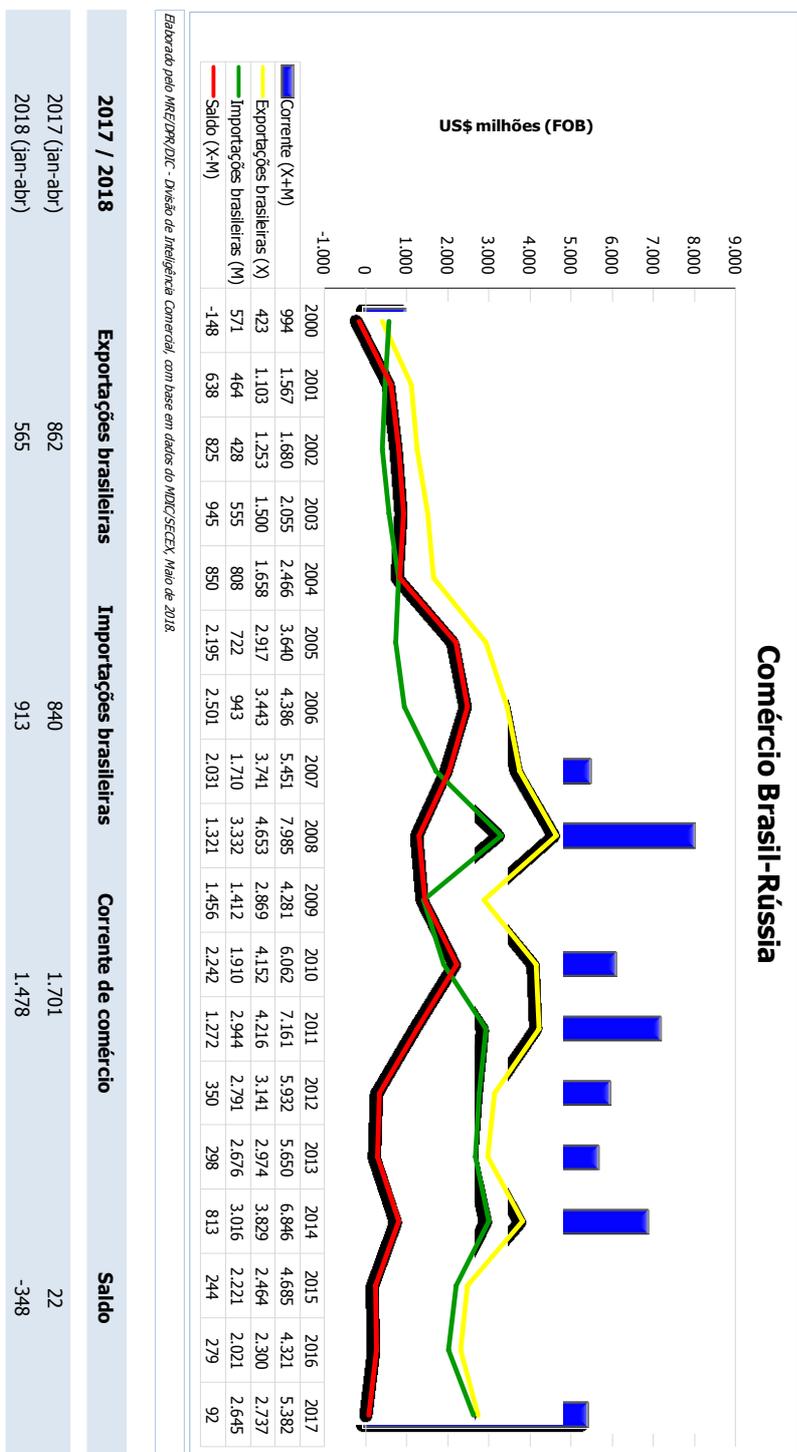
Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	21/09/2017	Tramitação MRE
Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre Diálogo Estratégico em Política Externa.	21/06/2017	Em Vigor
Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2018-2021	21/06/2017	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Federação da Rússia na Área da Cooperação Econômica e de Investimentos.	21/06/2017	Em Vigor
Declaração Conjunta - VI Reunião da missão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação - Brasília, 20 de fevereiro de 2013.	20/02/2013	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa	14/12/2012	Em Promulgação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Matéria de Governança e Legados Relativos à Organização de Jogos Olímpicos e Paralímpicos e Copas do Mundo FIFA	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Consultas Políticas entre Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para o período 2013-2015	14/12/2012	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Federação da Rússia para Cooperação na Área de Modernização da Economia	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia: Próximos Passos	14/12/2012	Em Vigor
Comunicado Conjunto da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Vladimirovich Putin.	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	14/05/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação	14/05/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral	14/05/2010	Situação especial

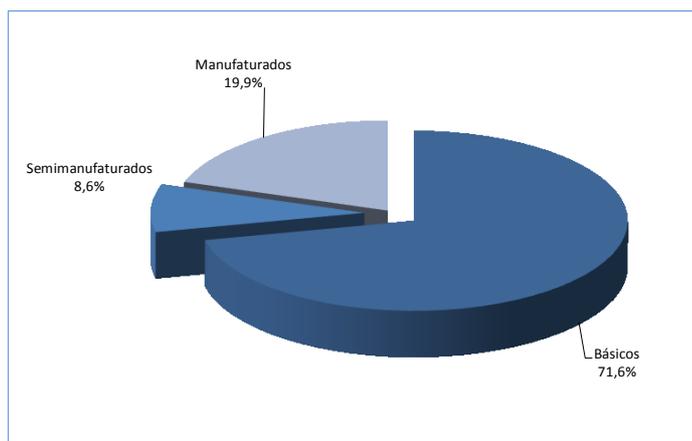
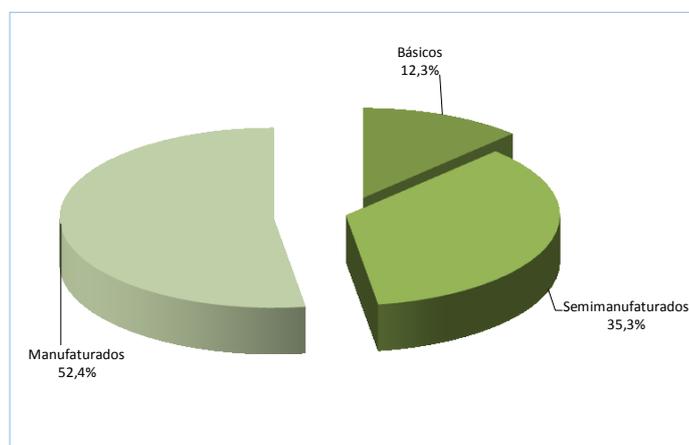
Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2010-2012	14/05/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Corporação Estatal de Energia Atômica “ROSATOM” sobre Cooperação no Campo do Uso da Energia Nuclear para Fins Pacíficos	21/07/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Agência Federal para Pesca (da Federação Russa)	20/07/2009	Em Vigor
Declaração Conjunta – Visita Oficial à República Federativa do Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dmitry Medvedev	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas	13/08/2008	Em Promulgação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	14/12/2006	Situação especial
Declaração Conjunta - IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação	04/04/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	04/04/2006	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Metrologia entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial da República Federativa do Brasil e a Agência Federal de Regulamentação Técnica e Metrologia da Federação Russa	04/04/2006	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Pútín	18/10/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Agência Federal Espacial a respeito do Programa de Cooperação sobre Atividades Espaciais	22/11/2004	Em Vigor
Memorando de Entendimento de Cooperação na Área de Telecomunicações entre a Agência Nacional de Telecomunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de tecnologias de Informação e Comunicações da Federação da Rússia	22/11/2004	Em Vigor
Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Esportivo entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o Período de 2005 a 2007	22/11/2004	Expirado
Programa de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o período de 2004 a 2006	22/11/2004	Expirado
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e Agência Federal de Cultura Física e Esporte	22/11/2004	Em Vigor

Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente do Brasil e o Presidente da Rússia	22/11/2004	Em Vigor
Declaração Conjunta dos Ministros dos Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	19/12/2003	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo	09/04/2002	Em Vigor
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia	14/01/2002	Em Vigor
Protocolo de Cooperação entre o MRE e a Universidade Estatal de Moscou - Lomonossov na Área de Preparação de Especialistas em Língua Portuguesa e Cultural Brasileira	14/01/2002	Em Vigor
Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Desportivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o Período de 2002 a 2003	14/01/2002	Expirado
Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin.	14/01/2002	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	Em Vigor
Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção, Investigação e Combate as Infrações Aduaneiras	12/12/2001	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência	12/12/2001	Em Vigor
Declaração da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre o Combate ao Terrorismo	12/12/2001	Em Vigor
Entendimento, ptn, sobre a Alienação Única de Veículos de Propriedade das Embaixadas e de seus Funcionários no Território da Outra Parte sem a Cobrança de Taxas Alfandegárias e de Impostos	04/07/2001	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal	22/06/2000	Em Vigor
Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	22/06/2000	Em Vigor
Plano de Ações Conjuntas "Brasil - Rússia" do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Federação da Rússia	22/06/2000	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde Animal	23/04/1999	Expirado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	21/11/1997	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Rússia	21/11/1997	Em Vigor

Declaração Conjunta sobre os Princípios de Interação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia com Vistas ao Século XXI.	21/11/1997	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Princípios de Interação entre o Brasil e a Rússia com Vistas ao Século XXI.	21/11/1997	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia sobre a Instalação de Consulado-Geral na Cidade de São Paulo.	14/07/1995	Em Vigor
Protocolo sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	11/10/1994	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	11/10/1994	Expirado
Memorando de Intenções sobre o Desenvolvimento da Cooperação no Domínio da Defesa do Meio Ambiente entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	11/10/1994	Em Vigor
Acordo, por troca de notas, sobre a Revogação das Quotas do Pessoal das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Escritórios Comerciais da Federação da Rússia	07/10/1994	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	15/09/1994	Expirado
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Pessoal das Respektivas Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações Comerciais.	27/07/1994	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Criação de Adidâncias Militares entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	06/06/1994	Em Vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômico-Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	03/12/1993	Expirado
Programa de Intercâmbio entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia nas Áreas de Cultura, Educação e Desportes para o Período de 1993/1995.	22/10/1993	Expirado
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	22/01/1993	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Consulados-Gerais	20/11/1992	Em Vigor

## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

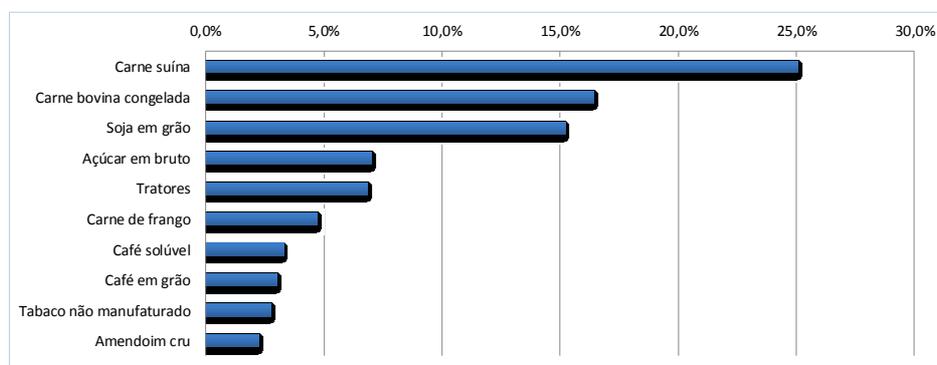
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

**Composição das exportações brasileiras para a Rússia (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne suína	642	26,1%	513	22,3%	686	25,1%
Carne bovina congelada	547	22,2%	389	16,9%	450	16,4%
Soja em grão	232	9,4%	411	17,9%	416	15,2%
Açúcar em bruto	327	13,3%	269	11,7%	193	7,1%
Tratores	3	0,1%	21	0,9%	188	6,9%
Carne de frango	123	5,0%	113	4,9%	129	4,7%
Café solúvel	67	2,7%	84	3,7%	90	3,3%
Café em grão	67	2,7%	71	3,1%	83	3,0%
Tabaco não manufaturado	131	5,3%	96	4,2%	76	2,8%
Amendoim cru	17	0,7%	34	1,5%	62	2,3%
<b>Subtotal</b>	<b>2.156</b>	<b>87,5%</b>	<b>2.001</b>	<b>87,0%</b>	<b>2.373</b>	<b>86,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>308</b>	<b>12,5%</b>	<b>299</b>	<b>13,0%</b>	<b>364</b>	<b>13,3%</b>
<b>Total</b>	<b>2.464</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.300</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.737</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

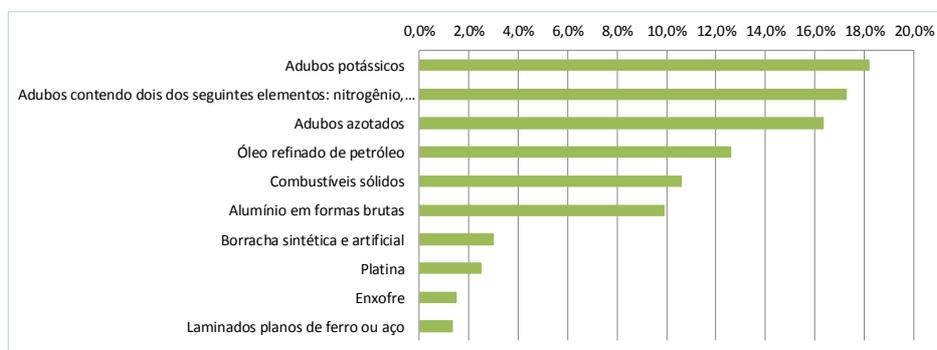


**Composição das importações brasileiras originárias da Rússia (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aubos potássicos	435	19,6%	322	15,9%	482	18,2%
Aubos contendo dois dos seguintes elementos: nitrogênio, fósforo ou potássio	397	17,9%	341	16,9%	457	17,3%
Aubos azotados	394	17,7%	323	16,0%	433	16,4%
Óleo refinado de petróleo	64	2,9%	246	12,2%	334	12,6%
Combustíveis sólidos	159	7,2%	164	8,1%	281	10,6%
Alumínio em formas brutas	358	16,1%	292	14,4%	262	9,9%
Borracha sintética e artificial	74	3,3%	60	3,0%	80	3,0%
Platina	68	3,1%	57	2,8%	67	2,5%
Enxofre	63	2,8%	33	1,6%	40	1,5%
Laminados planos de ferro ou aço	10	0,5%	0	0,0%	36	1,4%
<b>Subtotal</b>	<b>2.022</b>	<b>91,0%</b>	<b>1.838</b>	<b>90,9%</b>	<b>2.472</b>	<b>93,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>199</b>	<b>9,0%</b>	<b>183</b>	<b>9,1%</b>	<b>173</b>	<b>6,5%</b>
<b>Total</b>	<b>2.221</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.021</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.645</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**

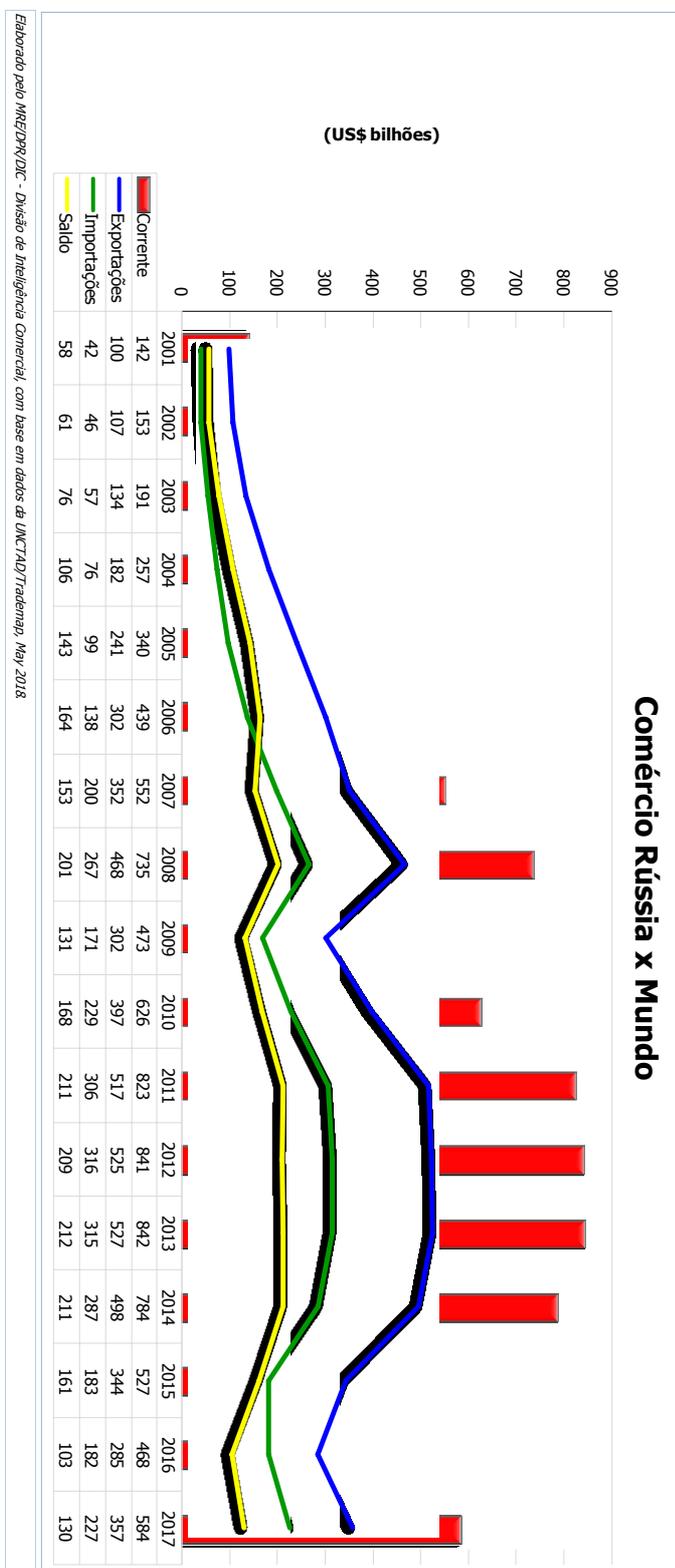


**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Soja em grão	141	16,4%	152	26,9%	Soja em grão 26,9%
Tratores	17	2,0%	89	15,7%	Tratores 15,7%
Hidróxido de alumínio	17	2,0%	42	7,4%	Hidróxido de alumínio 7,4%
Açúcar	53	6,2%	35	6,2%	Açúcar 6,2%
Carne de frango	47	5,5%	35	6,2%	Carne de frango 6,2%
Tabaco não manufaturado	24	2,8%	29	5,1%	Tabaco não manufaturado 5,1%
Café em grão	25	2,9%	24	4,2%	Café em grão 4,2%
Amendoim	8	0,9%	23	4,1%	Amendoim 4,1%
Café solúvel	34	3,9%	22	3,9%	Café solúvel 3,9%
Veículos automóveis para transporte de mercadorias	0	0,0%	18	3,2%	Veículos automóveis para transporte de mercadorias 3,2%
<b>Subtotal</b>	<b>366</b>	<b>42,5%</b>	<b>469</b>	<b>83,0%</b>	
<b>Outros</b>	<b>496</b>	<b>57,5%</b>	<b>96</b>	<b>17,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>862</b>	<b>100,0%</b>	<b>565</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Adbos contendo 2 dos 3 elementos: nitrogênio, fósforo e potássio	154	18,3%	170	18,6%	Adbos contendo 2 dos 3 elementos: nitrogênio, fósforo e potássio 18,6%
Adbos potássicos	135	16,1%	151	16,5%	Adbos potássicos 16,5%
Adbos azotados	135	16,1%	139	15,2%	Adbos azotados 15,2%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	84	10,0%	124	13,6%	Carvão mineral e outros combustíveis sólidos 13,6%
Óleo bruto de petróleo	96	11,4%	113	12,4%	Óleo bruto de petróleo 12,4%
Alumínio	105	12,5%	105	11,5%	Alumínio 11,5%
Borracha sintética	22	2,6%	27	3,0%	Borracha sintética 3,0%
Enxofre	7	0,8%	24	2,6%	Enxofre 2,6%
Níquel	6	0,7%	7	0,8%	Níquel 0,8%
Laminados planos de ferro ou aço	11	1,3%	6	0,7%	Laminados planos de ferro ou aço 0,7%
<b>Subtotal</b>	<b>755</b>	<b>89,9%</b>	<b>866</b>	<b>94,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>85</b>	<b>10,1%</b>	<b>47</b>	<b>5,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>100,0%</b>	<b>913</b>	<b>100,0%</b>	

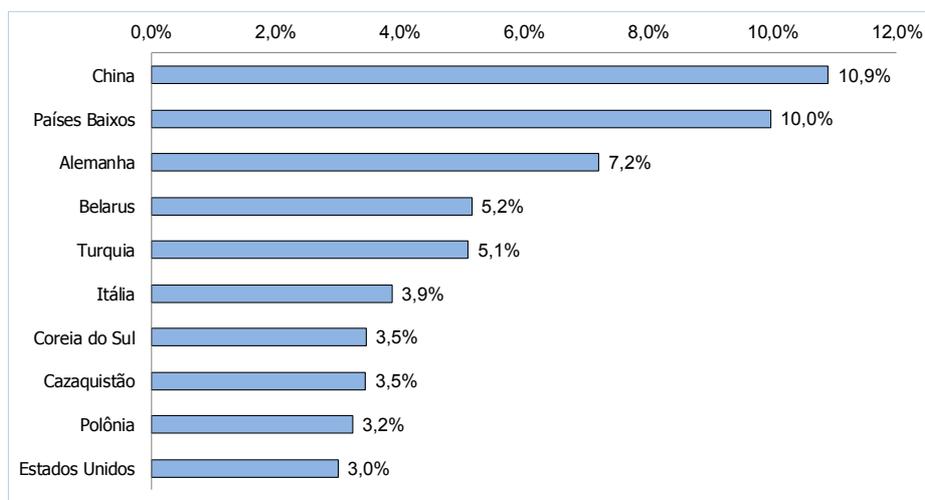
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECDEX/Aliceweb, Maio de 2018.



**Principais destinos das exportações da Rússia**  
US\$ bilhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
China	38,92	10,9%
Países Baixos	35,61	10,0%
Alemanha	25,75	7,2%
Belarus	18,43	5,2%
Turquia	18,22	5,1%
Itália	13,84	3,9%
Coreia do Sul	12,35	3,5%
Cazaquistão	12,32	3,5%
Polônia	11,58	3,2%
Estados Unidos	10,74	3,0%
...		
<b>Brasil (35º lugar)</b>	<b>2,03</b>	<b>0,6%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>199,78</b>	<b>55,9%</b>
<b>Outros países</b>	<b>157,30</b>	<b>44,1%</b>
<b>Total</b>	<b>357,08</b>	<b>100,0%</b>

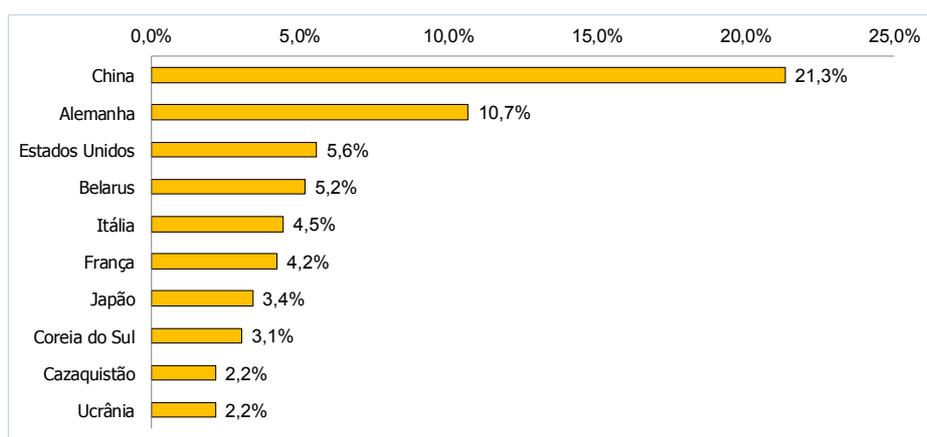
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*



**Principais origens das importações da Rússia**  
US\$ bilhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
China	48,42	21,3%
Alemanha	24,23	10,7%
Estados Unidos	12,66	5,6%
Belarus	11,77	5,2%
Itália	10,11	4,5%
França	9,63	4,2%
Japão	7,76	3,4%
Coreia do Sul	6,93	3,1%
Cazaquistão	4,92	2,2%
Ucrânia	4,91	2,2%
...		
<b>Brasil (18º lugar)</b>	<b>3,20</b>	<b>1,4%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>144,54</b>	<b>63,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>82,42</b>	<b>36,3%</b>
<b>Total</b>	<b>226,97</b>	<b>100,0%</b>

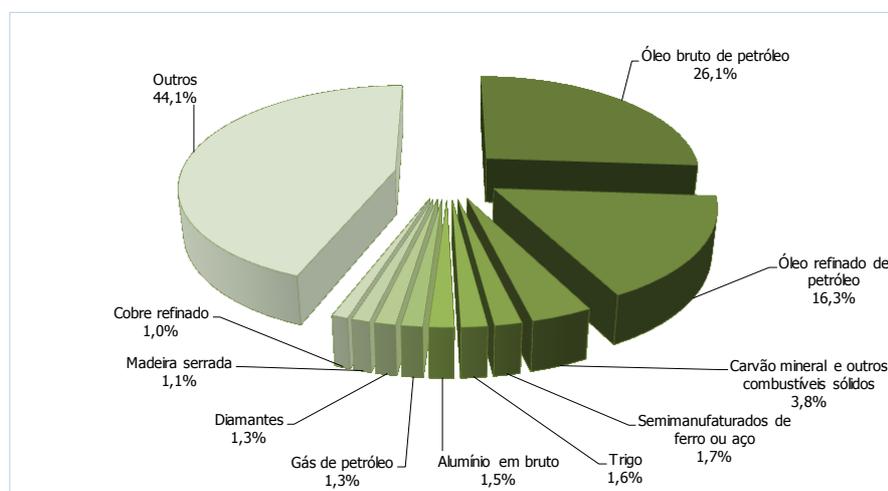
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*



**Composição das exportações da Rússia (SH4)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Óleo bruto de petróleo	93,31	26,1%
Óleo refinado de petróleo	58,24	16,3%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	13,53	3,8%
Semimanufaturados de ferro ou aço	6,03	1,7%
Trigo	5,79	1,6%
Alumínio em bruto	5,46	1,5%
Gás de petróleo	4,72	1,3%
Diamantes	4,70	1,3%
Madeira serrada	4,00	1,1%
Cobre refinado	3,65	1,0%
<b>Subtotal</b>	<b>199,43</b>	<b>55,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>157,65</b>	<b>44,1%</b>
<b>Total</b>	<b>357,08</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

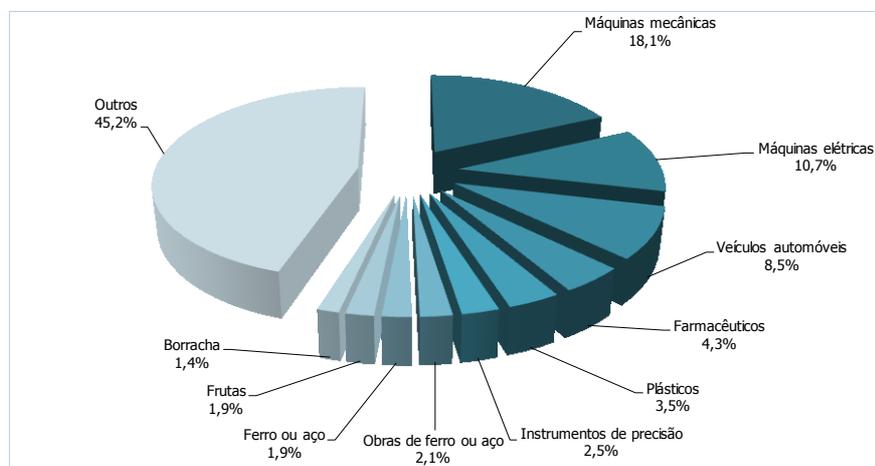


**Composição das importações da Rússia (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	45,29	18,1%
Máquinas elétricas	26,73	10,7%
Veículos automóveis	21,38	8,5%
Farmacêuticos	10,84	4,3%
Plásticos	8,77	3,5%
Instrumentos de precisão	6,19	2,5%
Obras de ferro ou aço	5,31	2,1%
Ferro ou aço	4,83	1,9%
Frutas	4,68	1,9%
Borracha	3,59	1,4%
<b>Subtotal</b>	<b>137,59</b>	<b>54,8%</b>
<b>Outros</b>	<b>113,30</b>	<b>45,2%</b>
<b>Total</b>	<b>250,89</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



## Principais indicadores socioeconômicos da Rússia

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	-0,20%	1,55%	1,71%	1,49%	1,50%
PIB nominal (US\$ triilhões)	1,28	1,53	1,72	1,75	1,79
PIB nominal "per capita" (US\$)	8.900	10.608	11.947	12.191	12.426
PIB PPP (US\$ bilhões)	3,88	4,01	4,17	4,32	4,47
PIB PPP "per capita" (US\$)	26.930	27.834	28.958	30.040	31.113
População (milhões habitantes)	143,97	143,99	143,97	143,90	143,79
Desemprego (%)	5,53%	5,21%	5,50%	5,50%	5,50%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	5,37%	2,52%	3,50%	4,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,99%	2,64%	4,47%	3,84%	3,42%
Dívida externa (US\$ bilhões)	524,69	539,64	561,39	582,04	605,00
Câmbio ( Rb / US\$) <sup>(2)</sup>	60,66	57,60	62,53	58,89	60,90

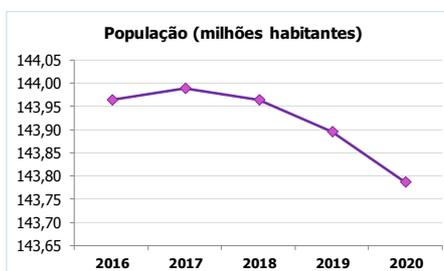
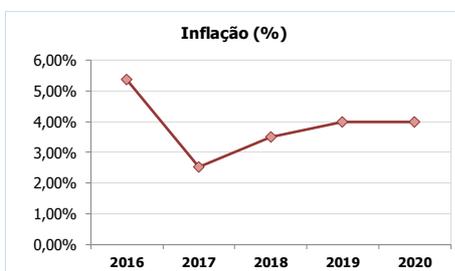
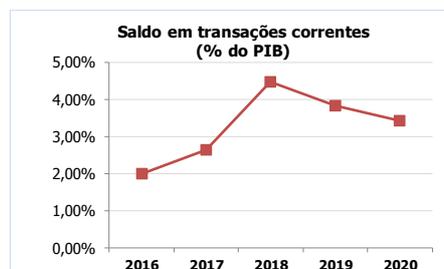
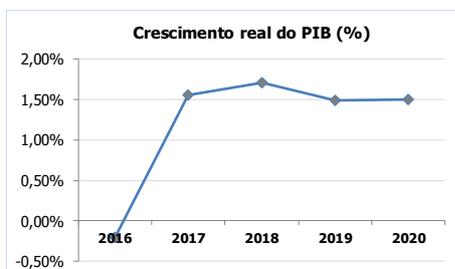
## Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

Agricultura	4,7%
Indústria	32,4%
Serviços	62,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e da cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Maio de 2018**

<b>DADOS BÁSICOS SOBRE O UZBEQUISTÃO</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	República do Uzbequistão
<b>GENTÍLICO:</b>	uzbeque
<b>CAPITAL:</b>	Tashkent
<b>ÁREA:</b>	447.400 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	31,72 milhões (2017)
<b>LÍNGUA OFICIAL:</b>	uzbeque (língua oficial)
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	islamismo sunita (88%); cristã ortodoxa (9%) e outras (3%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	presidencialismo
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	parlamento bicameral composto por Senado e Assembleia Legislativa
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Shavkat Mirziyoyev (desde 4 de dezembro de 2016)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Abdulla Aripov (desde 14 de dezembro de 2016)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):</b>	US\$ 67,51 bilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):</b>	US\$ 221,72 bilhões
<b>PIB PER CAPITA (2017):</b>	US\$ 2.128
<b>PIB PPP PER CAPITA (2017):</b>	US\$ 6.990
<b>VARIAÇÃO DO PIB:</b>	5,97% (2017); 7,80% (2016); 8% (2015); 8,10% (2014)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2016):</b>	0,701 (105ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2017):</b>	73,8 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2017):</b>	99,6%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):</b>	10,1%
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	som uzbeque
<b>EMBAIXADOR EM TASHKENT:</b>	Antonio Luis Espinola Salgado (não residente)
<b>EMBAIXADOR NO BRASIL:</b>	Said Rustamov (encarregado de negócios, <i>ad interim</i> , não residente)
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Há registro de um brasileiro residente no Uzbequistão

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UZBEQUISTÃO (US\$ mil – FOB / Fonte: MDIC)</b>										
<b>Brasil →Uzbequistão</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2018 jan-abr</b>
<b>Intercâmbio</b>	3.519	2.712	9.178	8.012	13.771	10.891	46.968	12.425	6.017	2.498
<b>Exportações</b>	18	2.712	7.817	6.753	11.708	8.358	46.607	9.963	5.292	2.367
<b>Importações</b>	3.501	0	1.361	1.259	2.063	2.533	361	2.462	725	130
<b>Saldo</b>	-3.484	2.711	6.457	5.494	9.645	5.825	46.246	7.501	4.567	2.236

## APRESENTAÇÃO

O Uzbequistão encontra-se no coração da Ásia Central e faz fronteira com Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Afeganistão.

O país, mediterrâneo, possui território de 447.400 km<sup>2</sup>, caracterizado pela escassa disponibilidade de água, decorrente do desastre ecológico ocorrido no Mar de Aral. No período soviético, foi ali implementado sofisticado sistema de irrigação intensiva, para cultivo de algodão, o qual drenou as águas desse mar — que chegou a ser o quarto maior lago de água salgada do mundo — reduzindo drasticamente seu volume.

Devido à escassez de água e à sua localização, há presença de desertos e de vegetação semiárida no Uzbequistão, sendo seu clima caracterizado por verões longos e quentes, temperados por invernos suaves.

Sua população de 31,72 milhões tem a seguinte composição aproximada: 80% uzbeques e 20% russos, tadjiques e cazaques. A maior parte da população concentra-se na parte oriental do país, devido à presença de terras férteis.

Na atualidade, e em decorrência de históricas invasões árabes, a maior parte da população uzbeque professa a fé islâmica, em sua vertente sunita (oitenta e oito por cento).

O Uzbequistão é um país rico em recursos naturais, que conta com grandes reservas exploráveis de gás natural, petróleo e ouro. Também tem potencial no campo da agricultura, pois 62% de suas terras são produtivas, com histórico destacado no cultivo do algodão.

**PERFIS BIOGRÁFICOS****SHAVKAT MIRZIYOYEV***presidente*

Shavkat Miromonovich Mirziyoyev nasceu em julho de 1957, em Zaamin. Em 1981, graduou-se em engenharia mecânica pelo Instituto de Engenheiros de Irrigação e Mecanização da Agricultura de Tashkent, onde também obteve o título de doutor em ciências técnicas.

Em 1990, foi eleito deputado do Soviete Supremo do Uzbequistão. Em 1992, foi designado governador do distrito de Mirzo Ulugbek, onde se localiza a cidade de Tashkent. Em 1996, tornou-se governador da região de Jizzakh e, em 2001, da região de Samarcanda, cujo cargo manteve até ser nomeado primeiro-ministro da República do Uzbequistão, em 2003. Foi novamente designado primeiro-ministro em 2005, 2010 e 2015.

Em setembro de 2016, após o falecimento de Islam Karimov, primeiro mandatário uzbeque, a Câmara Legislativa e o Senado reuniram-se em sessão conjunta e indicaram Shavkat Mirziyoyev como presidente interino do país. Em dezembro de 2016, foi eleito presidente.

## ABDULLA ARIPOV

*primeiro-ministro*



Nascido em Tashkent. Em 1983,

em maio de 1961, em formou-se em engenharia

de comunicações no Instituto de Eletrotécnica e de Comunicações uzbeque, obtendo, posteriormente, o título de doutor em economia.

Aripov trabalhou na Agência de Telefonia e Telégrafos de Tashkent, de 1983 a 1992, razão pela qual manteve relações próximas com as instituições e entidades de comunicações do governo.

Em dezembro de 2016, foi nomeado primeiro-ministro, em substituição a Shavkat Mirziyoyev, que foi eleito presidente.

## SÍNTESE HISTÓRICA

Uma das regiões do globo com o mais antigo registro de presença humana, o território correspondente ao atual Uzbequistão é habitado desde o período paleolítico, tendo sido palco do surgimento de técnicas de domesticação de animais, de antigas formulações teológicas e do desenvolvimento de armas rudimentares.

A partir da conquista e da ocupação pelo império persa, no século VI a.C., surgiram as primeiras cidades da região, como Bucara e Samarcanda. Com a conquista do império persa por Alexandre, o Grande, em 328 a.C., essas cidades tornaram-se importantes centros de trocas comerciais e de promoção de contatos interculturais, bem como do florescimento de diversas religiões.

Boa parte da área foi anexada ao Califado Árabe, entre os anos 709 e 712, quando o islã tornou-se a religião dominante.

No século XIII, o imperador mongol Genghis Khan invadiu a região, provocando grande destruição. Sob seu domínio, migrantes turcos começaram a ocupar o território, dando origem à etnia uzbeque, resultante da miscigenação entre mongóis, turcos e persas.

Após a morte de Genghis Khan, com o enfraquecimento de sua dinastia, líderes tribais passaram a estabelecer controle sobre o antigo canato mongol. A partir de então, iniciou-se progressiva consolidação política, com a conquista da região pelas tribos uzbeques, provenientes do norte.

Estabeleceram-se, assim, três canatos independentes: Bucara, Khiva e Kokand, que vigoraram até meados do século XIX, quando forças russas os

anexaram, sob a forma de protetorados, em decorrência de interesses comerciais. A região passou então a ser administrada por um governador-geral indicado por Moscou, que investiu no setor agrícola, com o objetivo prioritário de suprir as necessidades da indústria russa de algodão e tecidos.

No início do século XX, descendentes de comerciantes uzbeques educados em universidades russas e turcas, conhecidos como *jadadists*, deram início a um movimento político que ganhou força, ao advogar pela modernização e independência do Uzbequistão.

Com o início da Revolução Russa, em 1917, sucederam-se diversos conflitos entre o Exército Vermelho e guerrilhas uzbeques, as quais nutriam esperanças de reconquistar a independência. A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), porém, ensejou a criação, em 1924, da República Socialista Soviética do Uzbequistão.

Durante a Segunda Guerra Mundial, testemunhou-se o crescimento da economia uzbeque, impulsionada pela instalação, no território daquele país, de fábricas de lâmpadas e de unidades de indústria pesada. Surgiram, à época, novas cidades, no entorno de empreendimentos agrícolas estatais diversos. O Uzbequistão recebeu, ademais, grande fluxo de refugiados, provenientes de toda a União Soviética. No mesmo período, muitos cidadãos e lideranças uzbeques foram submetidos à forte repressão do regime de Stalin, especialmente figuras políticas e do universo cultural.

Em 1970, o líder do Partido Comunista do Uzbequistão, Sharof Rashidov, promoveu reformas que enfraqueceram o domínio soviético. Após sua morte, em 1982, Moscou decidiu indicar Islam Karimov como seu sucessor na liderança do partido, com o propósito de reestabelecer a força política da URSS na área. Karimov tornou-se primeiro-secretário da República do Uzbequistão, em 1989, e foi eleito presidente, em 1990, pelo Soviete Supremo do país.

Com a abertura do regime da União Soviética, a partir do governo e das reformas de Mikhail Gorbachev, Islam Karimov introduziu mudanças que ensejaram maior autonomia em sua região, incorporando políticas mais conciliatórias com o islã, ao passo que era reconhecido maior *status* à língua e à cultura uzbeques.

Em 1º de setembro de 1991, após uma tentativa de golpe de estado, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu apoio popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, a população elegeu Islam Karimov como presidente da República do Uzbequistão.

Durante seu governo, Karimov procurou promover a autossuficiência do país. Permaneceu no poder até sua morte, em setembro de 2016. O parlamento, na ocasião, nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como líder interino do governo, bem como determinou a realização de eleições. Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão.

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Uzbequistão foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve aprofundamento do diálogo bilateral, com intercâmbio de visitas de autoridades, que culminou com a viagem ao Brasil do presidente Islam Karimov, em 2009.

A 1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Uzbequistão realizou-se em Tashkent, em setembro de 2008. Na ocasião, o governo uzbeque manifestou o desejo de que o Brasil instalasse embaixada residente em Tashkent.

Em 2016, o ministro da Agricultura do Uzbequistão visitou o Brasil, ocasião em que reconheceu o potencial de cooperação entre os dois países e manifestou o interesse uzbeque de lançar iniciativas em áreas como agricultura, mineração e energia.

Quanto às relações comerciais, o Uzbequistão, em 2017, foi, para o Brasil, o 137º no ranking de importações e o 161º no ranking de exportações. A balança comercial teve saldo de US\$ 4,56 milhões, menor do que o saldo de 2016, de US\$ 13,07 milhões. As exportações brasileiras concentraram-se basicamente em açúcar.

A embaixada em Moscou, em cooperação com a Apex Brasil, está organizando missão empresarial e comercial ao Uzbequistão, em 2018. A expectativa é a de atrair empresas brasileiras, de distintos setores, a participar de rodadas de negociação com contrapartes uzbeques. Empresas brasileiras como EMBRAER, JBS e Minerva Foods deverão participar do evento. Ademais, foram contatadas entidades governamentais e privadas no Uzbequistão para a realização de um seminário em Tashkent, ao longo de 2018, sobre negócios com o Brasil.

### *Assuntos consulares*

Existe registro de um brasileiro residente no Uzbequistão.

## POLÍTICA INTERNA

O sistema de governo uzbeque diferencia as chefias de estado e de governo. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, assim como os governadores das províncias. O primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro são indicados pelo próprio presidente. O executivo detém grande parte do poder e o sistema pode ser classificado como centralizado.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado, há 100 cadeiras, com mandato de 5 anos, 84 das quais são eleitas pelos conselhos regionais e 16 são indicadas pelo presidente da república. Na Câmara Legislativa, há 150 cadeiras, também com mandato de 5 anos, das quais 135 são eleitas por voto popular e 15 são reservadas para o Partido do Movimento Ecológico do Uzbequistão.

No Poder Judiciário, de três instâncias, os juízes são designados pelo presidente para mandato de cinco anos.

Em fevereiro de 2017, o recém-eleito presidente Mirziyoyev anunciou uma estratégia de desenvolvimento para 2017-2021, que reúne cinco áreas prioritárias: melhorar a administração pública e a construção do estado; garantir a supremacia da lei; manter o crescimento econômico e liberalizar a economia; aprimorar a segurança social; e garantir a segurança.

Algumas iniciativas dentro da estratégia defrontaram-se com considerável resistência da população uzbeque, organizada em clãs e tribos tradicionais e conservadores. Dentre estas, destaca-se o plano de liberalização da política de vistos, anunciado pelo presidente Mirziyoyev, em dezembro de 2016. A iniciativa facilitaria a entrada de cidadãos de mais de 27 países (inclusive Estados Unidos e países europeus), com o objetivo de atrair investimento externo e fortalecer o turismo. Diante da contrariedade de parcelas significativas da sociedade uzbeque, decidiu-se que o plano não será executado, pelo menos até 2021.

O governo Mirziyoyev, vem, de qualquer forma, adotando reformas liberalizantes na economia, a fim de melhorar o ambiente de negócios no país e atrair maior fluxo de capital estrangeiro.

Quanto aos direitos humanos, o atual presidente realiza esforços para erradicar o trabalho infantil.

## POLÍTICA EXTERNA

O Uzbequistão é considerado alvo de embate geopolítico entre diversas potências, no contexto do denominado "Novo Grande Jogo", a disputa por poder e influência na região centro-asiática, sobretudo no tocante às ricas reservas energéticas daquela área. Esse processo envolve potências tanto globais quanto regionais, como Rússia, China, Estados Unidos, Irã, Paquistão e Índia.

A importância do Uzbequistão, nesse contexto, baseia-se em sua posição geográfica central e estratégica, que, em decorrência de questões de fronteira, especialmente com Quirquistão e Tadjiquistão, carrega o potencial de colocar em risco a segurança, a estabilidade e a prosperidade regionais. Em junho de 2010, houve episódio na zona de fronteira com o Quirquistão, no qual a violência étnica entre quirguizes e uzbeques resultou em centenas de vítimas fatais.

O virtual desaparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais, acentuando a disputa uzbeque com seus vizinhos acerca do uso compartilhado dos recursos hídricos locais. Tais questões, somadas às ameaças relacionadas ao terrorismo e ao tráfico de narcóticos provenientes do Afeganistão, motivou corrida armamentista na região.

A gestão do presidente Mirziyoyev tem-se destacado por enfatizar as relações regionais, no contexto de iniciativa voltada à melhoria das relações com os vizinhos. Um objetivo importante é o de promover avanços nas negociações acerca de fronteiras com Quirquistão, Tadjiquistão e Cazaquistão, o que poderá ensejar o correto encaminhamento de questões fronteiriças e migratórias pendentes, bem como entendimentos acerca de temas relacionados a minorias étnicas. A nova gestão tem promovido o diálogo sobre o compartilhamento dos recursos hídricos, de acordo com propostas da ONU.

No que concerne ao Cazaquistão, há sinais de mudanças no relacionamento entre os dois países. O mandatário cazaque, Nursultan Nazarbayev, vê na nova liderança uzbeque um parceiro estratégico. Com efeito, a atual gestão uzbeque tem cultivado a reputação de "bom vizinho" e aberto oportunidades para o comércio mútuo. Nos três primeiros meses de 2017, houve crescimento de 37% do comércio bilateral com o Cazaquistão. Desde o início da gestão de Mirziyoyev, os dois países assinaram uma série de acordos bilaterais, inclusive nas áreas de cooperação militar e de infraestrutura. Há, ademais, previsão de liberação da passagem de veículos pela fronteira.

Quanto à Rússia, a abertura econômica uzbeque tem beneficiado Moscou. Há esforços de aproximação com a nova gestão, marcados pela visita do presidente Vladimir Putin a Tashkent em 2016, para parabenizar Mirziyoyev por sua eleição. A cooperação bilateral tem-se fortalecido nas esferas política, comercial e econômica, "pelo bem da paz regional e da segurança na Ásia Central", nas palavras de Putin. Em abril de 2017, os dois países assinaram acordos de investimentos mútuos da ordem de US\$ 12 bilhões e contratos de comércio no valor estimado de US\$ 3,8 bilhões.

A China está cada vez mais presente nos projetos de desenvolvimento uzbeques, em virtude da iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR), a Nova Rota da Seda. A inclusão do Uzbequistão na empreitada é uma prioridade para o governo daquele país, pois poderá melhorar sua infraestrutura logística.

A diminuição das importações de gás pela Rússia tem sido compensada pelo aumento das vendas para a China, em decorrência da inclusão do Uzbequistão no gasoduto Ásia Central-China, em 2012, no âmbito da OBOR. Na

ocasião, as estimativas de exportações de gás do Uzbequistão para Pequim saltaram de 14 bilhões de metros cúbicos para cerca de 22 bilhões. Há, também no contexto da OBOR, o projeto do gasoduto "*Line D*", idealizado para atravessar Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão, chegando finalmente à China.

No que se refere ao Afeganistão, é importante ressaltar o constante interesse uzbeque na estabilização do país, devido às preocupações relativas à infiltração do extremismo islâmico, através da porosa fronteira entre os dois países. Entre 2001 e 2005, o Uzbequistão permitiu o uso, pelos Estados Unidos e pela OTAN, de base militar em Karshi-Kanabad, para apoiar operações militares no Afeganistão. Mesmo tendo sido recentemente ameaçado por militantes do autodenominado Estado Islâmico e temendo o retorno do talibã, o Uzbequistão atualmente não participa de nenhuma forma de cooperação militar com as autoridades afegãs.

O atual presidente, Shavkat Mirziyoyev, tem investido no relacionamento com organizações internacionais e em iniciativas multilaterais. Nessas circunstâncias, o Uzbequistão fez-se representar, em fevereiro de 2017, na primeira Reunião da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da qual participa desde 1992. Ademais, recebeu visita do Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU, Príncipe Zeid Ra'ad Al Hussein, que resultou na adoção de plano de ação nessa área, bem como no anúncio do governo uzbeque de que permitiria a instalação de representante do Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos em Tashkent, bem como do presidente do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

Como Tashkent deseja uma participação mais efetiva nos temas relacionados à Ásia Central, o país foi o anfitrião de um grande evento internacional, em novembro de 2017, apoiado por órgãos das Nações Unidas: a conferência "Ásia Central: Passado Compartilhado e Futuro Comum, Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e Prosperidade Mútua", realizada na cidade de Samarcanda. Foram ali discutidas iniciativas para fortalecer a cooperação entre países centro-asiáticos, nas seguintes áreas: política, investimentos, transportes, comunicação, recursos hídricos, energia, ambiental e humanitária. Também foi debatido durante a conferência o papel das organizações internacionais na implementação e desenvolvimento de projetos de capacitação nos países daquela área.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Tadjiquistão, do Uzbequistão, do Quirguistão e Turcomenistão, juntamente com a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança e o Comissário Europeu para Cooperação Internacional e Desenvolvimento, realizaram, em novembro de 2017, a 13ª Reunião Ministerial UE-Ásia Central, em Samarcanda. Durante a reunião conjunta, foi assinado o documento "A UE e a Ásia Central: trabalhando para um futuro mais seguro e mais próspero juntos".

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Ásia Central enfrentou um importante desafio, o maior da história da região na era pós-URSS, representado pela recessão na economia russa, somada à queda dos preços internacionais do petróleo e do gás e à desaceleração da economia chinesa. A economia uzbeque, nesse contexto, registrou arrefecimento dos índices de expansão econômica que vinha experimentado há quase duas décadas.

A desaceleração da economia russa reduziu as exportações do Uzbequistão para aquele país e as remessas financeiras dos trabalhadores uzbeques que vivem na Rússia (em média 3 milhões). A crise russa foi responsável por guindar a China à condição de principal parceiro comercial do Uzbequistão, em 2014.

O Uzbequistão entregou candidatura a membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, tendo procurado envidar esforços, desde então, no sentido de adequar-se aos padrões vigentes naquela entidade, especialmente quanto à liberalização do intercâmbio comercial e à criação de condições favoráveis ao comércio internacional. O presidente Mirziyoyev, com o intuito de atrair investimentos, anunciou a intenção uzbeque de instaurar um complexo industrial-militar para reequipar o exército e modernizar o setor de defesa do país, empreendimento entendido como necessário, à luz da instabilidade nas regiões de fronteira.

No ranking de países com melhor ambiente de negócios no ano de 2017, segundo o Banco Mundial, o Uzbequistão subiu 13 posições, de 87º para 74º lugar. No quesito "facilidade para abrir empresas", o país está em 11º lugar.

O setor agrícola no Uzbequistão emprega 30% da mão de obra do país e responde por quase 20% do PIB. A agricultura permanece em grande parte concentrada no setor de cultura do algodão. O país é o quinto maior exportador de algodão do mundo e o sexto maior produtor.

O presidente Mirziyoyev tem adotado reformas econômicas liberalizantes, com vistas à atração de investimentos diretos estrangeiros e melhoria das condições para negócios no país. Seu objetivo é diversificar a base produtiva, ainda fortemente concentrada na monocultura do algodão e na exploração de petróleo e gás.

Em 2017, o crescimento econômico caiu a 5,3% e a inflação subiu para 14,4%, ambos refletindo a acentuada desvalorização da moeda local, que levou a ajustes em toda a economia. O superávit em conta corrente representou 2,8% do PIB.

Espera-se que a melhora das perspectivas externas venha a ensejar o aumento das exportações, impulsionando o crescimento para 5,5% em 2018 e 5,6% em 2019, já que a inflação permanece alta, com esperados aumentos de salários e aposentadorias. A agricultura deverá crescer 4,5% em 2018.

### Principais indicadores socioeconômicos do Uzbequistão

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	7,80%	5,97%	6,04%	6,00%	6,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	66,85	67,51	68,00	72,20	76,65
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.133	2.128	2.118	2.222	2.332
PIB PPP (US\$ bilhões)	205,64	221,72	239,66	259,47	280,82
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.561	6.990	7.466	7.987	8.542
População (milhões habitantes)	31,34	31,72	32,10	32,49	32,88
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	7,89%	15,67%	10,65%	10,00%	10,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,75%	0,94%	0,26%	-0,26%	-0,83%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,28	16,89	16,41	15,71	15,10
Câmbio (Som / US\$) <sup>(2)</sup>	3.205	8.101	8.307	8.078	7.871

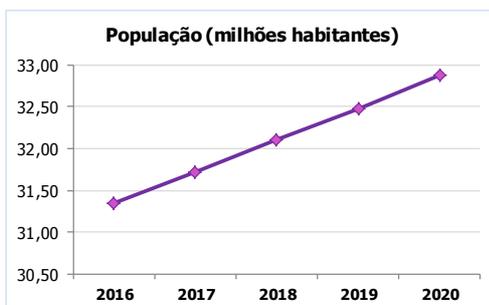
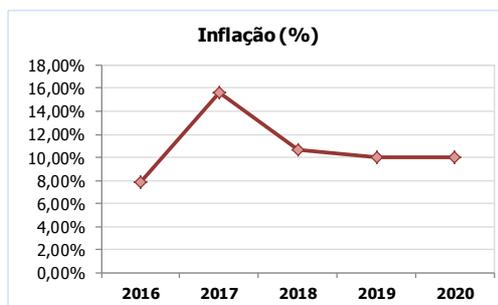
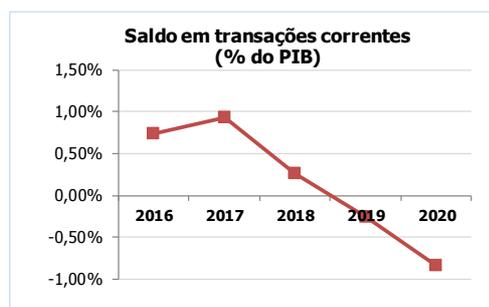
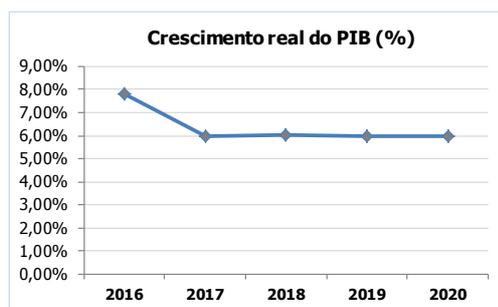
#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

Agricultura	18,5%
Indústria	34,4%
Serviços	47,0%

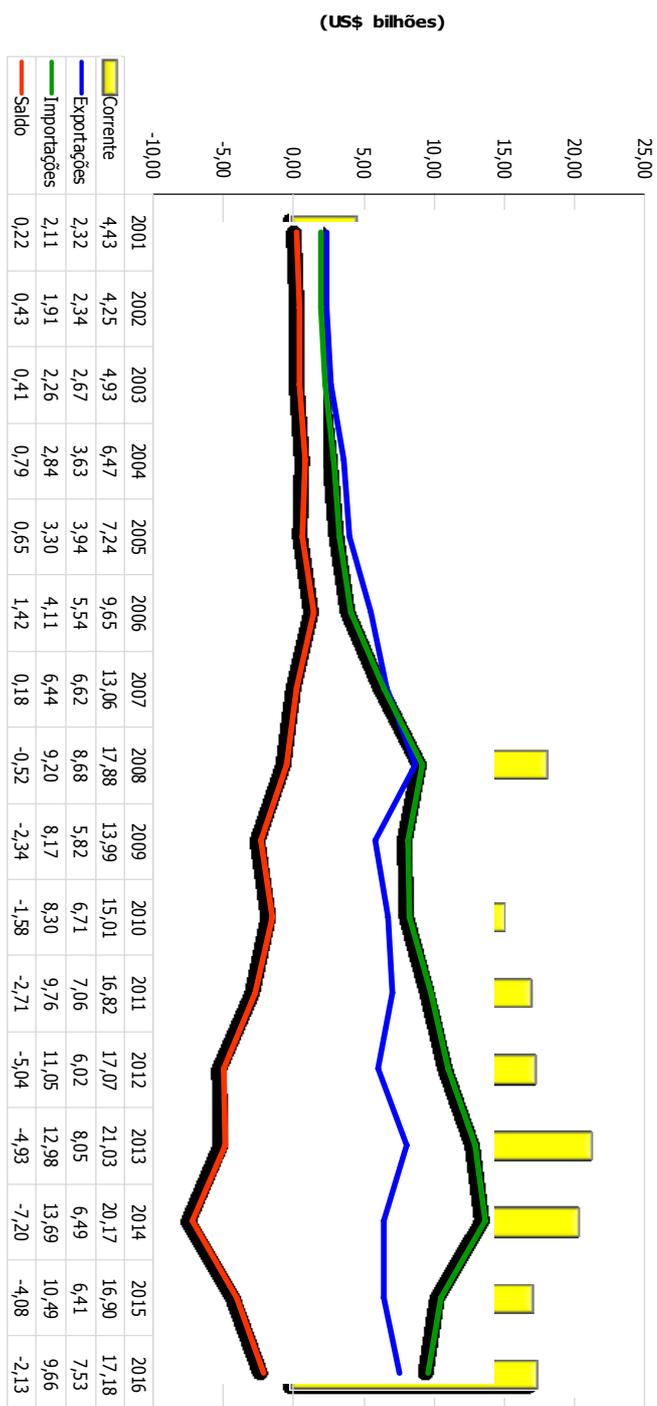
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



## Comércio Uzbequistão x Mundo



Elaborado pelo MEF/DR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril/2018.

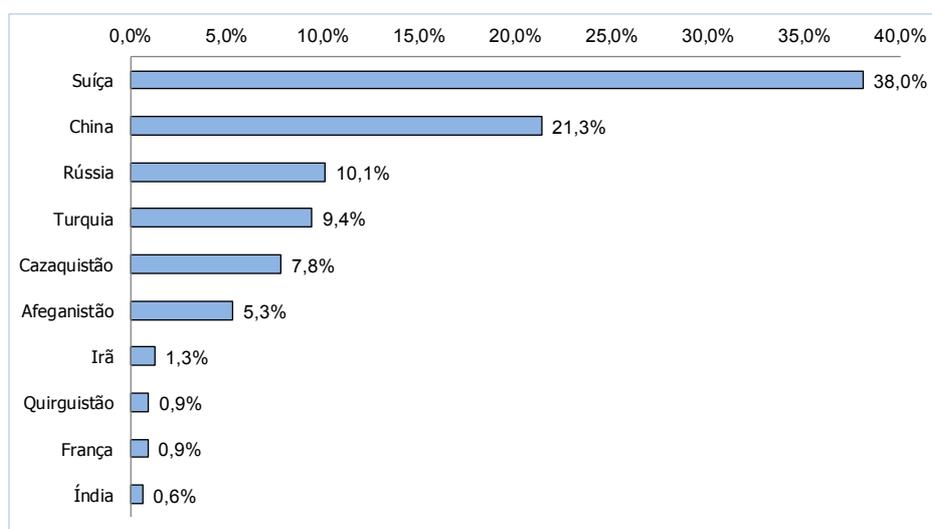
O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

**Principais destinos das exportações do Uzbequistão**  
US\$ milhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
Suíça	2.864	38,0%
China	1.607	21,3%
Rússia	761	10,1%
Turquia	709	9,4%
Cazaquistão	588	7,8%
Afeganistão	399	5,3%
Irã	94	1,3%
Quirguistão	70	0,9%
França	66	0,9%
Índia	46	0,6%
...		
<b>Brasil (58º lugar)</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>7.205</b>	<b>95,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>323</b>	<b>4,3%</b>
<b>Total</b>	<b>7.528</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

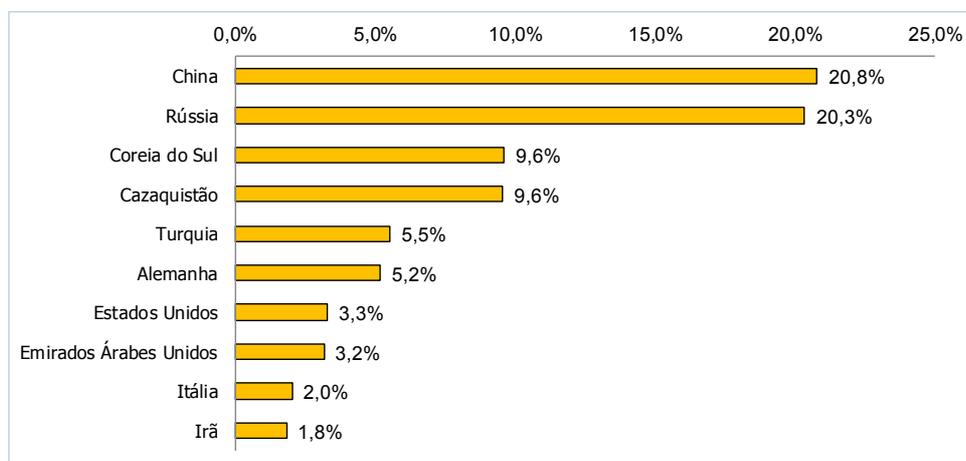


**Principais origens das importações do Uzbequistão**  
US\$ milhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
China	2.007	20,8%
Rússia	1.965	20,3%
Coreia do Sul	928	9,6%
Cazaquistão	923	9,6%
Turquia	533	5,5%
Alemanha	500	5,2%
Estados Unidos	318	3,3%
Emirados Árabes Unidos	305	3,2%
Itália	195	2,0%
Irã	176	1,8%
...		
<b>Brasil (38º lugar)</b>	<b>14</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>7.863</b>	<b>81,4%</b>
<b>Outros países</b>	<b>1.793</b>	<b>18,6%</b>
<b>Total</b>	<b>9.657</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

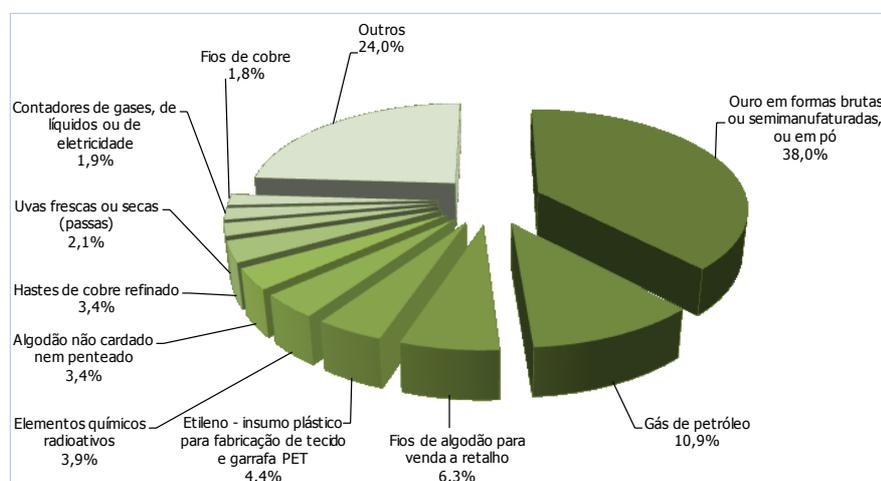


**Composição das exportações do Uzbequistão (SH4)**  
US\$ milhões

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	2.861	38,0%
Gás de petróleo	820	10,9%
Fios de algodão para venda a retalho	475	6,3%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	331	4,4%
Elementos químicos radioativos	291	3,9%
Algodão não cardado nem penteado	257	3,4%
Hastes de cobre refinado	256	3,4%
Uvas frescas ou secas (passas)	155	2,1%
Contadores de gases, de líquidos ou de eletricidade	142	1,9%
Fios de cobre	133	1,8%
<b>Subtotal</b>	<b>5.720</b>	<b>76,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>1.808</b>	<b>24,0%</b>
<b>Total</b>	<b>7.528</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



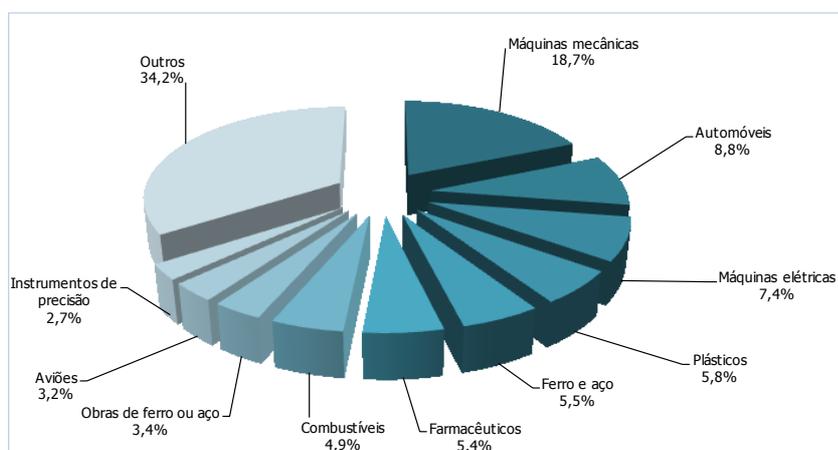
**Composição das importações do Uzbequistão (SH2)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 6</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	1.803	18,7%
Automóveis	850	8,8%
Máquinas elétricas	717	7,4%
Plásticos	559	5,8%
Ferro e aço	529	5,5%
Farmacêuticos	523	5,4%
Combustíveis	477	4,9%
Obras de ferro ou aço	331	3,4%
Aviões	308	3,2%
Instrumentos de precisão	257	2,7%
<b>Subtotal</b>	<b>6.352</b>	<b>65,8%</b>
<b>Outros</b>	<b>3.305</b>	<b>34,2%</b>
<b>Total</b>	<b>9.657</b>	<b>100,0%</b>

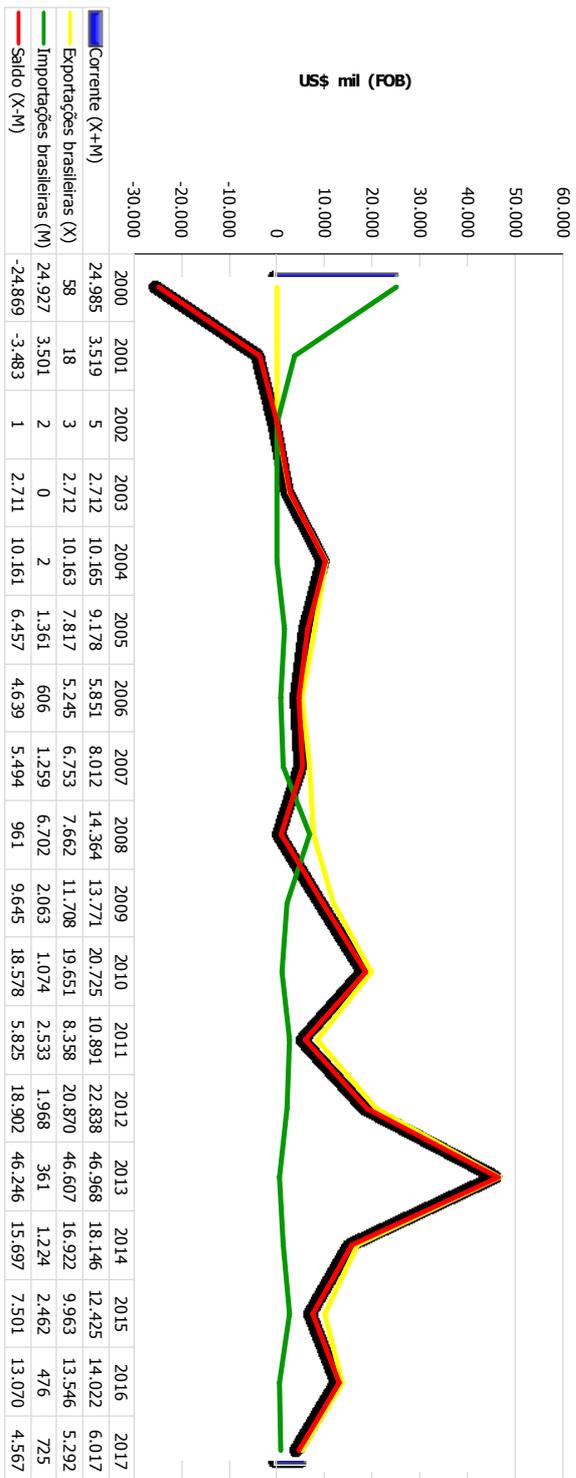
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

**10 principais grupos de produtos importados**

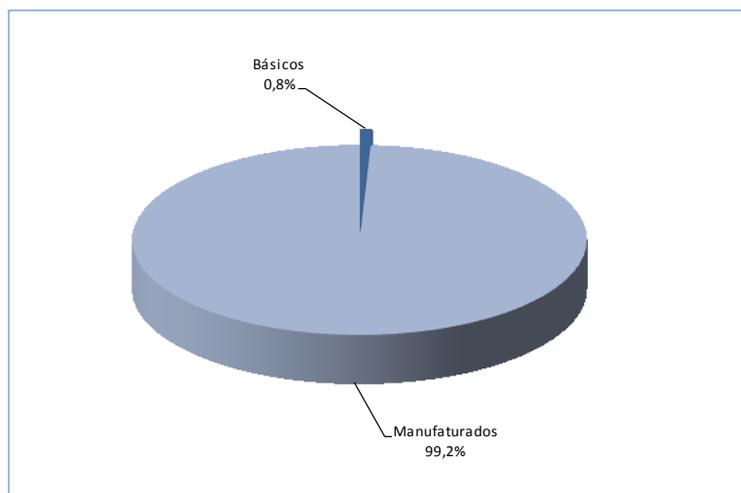
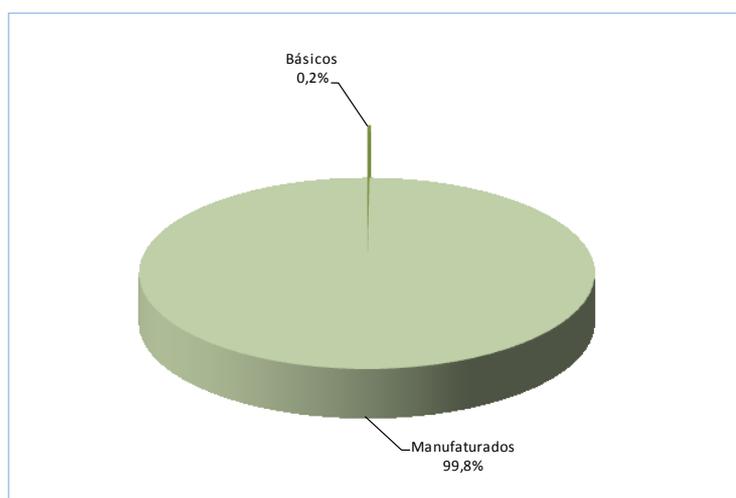


## Comércio Brasil-Uzbequistão



Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

	2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	747	53	800	694	
2018 (jan-mar)	1.852	129	1.982	1.723	

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

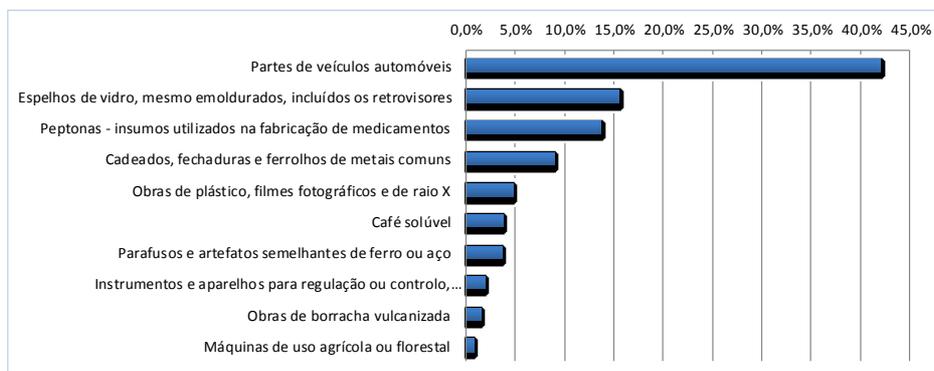
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.*

**Composição das exportações brasileiras para o Uzbequistão (SH4)**  
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Partes de veículos automóveis	2.010	20,2%	141	1,0%	2.223	42,0%
Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os retrovisores	0	0,0%	0	0,0%	819	15,5%
Peptonas - insumos utilizados na fabricação de medicamentos	1.575	15,8%	287	2,1%	723	13,7%
Cadeados, fechaduras e ferrolhos de metais comuns	238	2,4%	10	0,1%	476	9,0%
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	266	2,7%	13	0,1%	250	4,7%
Café solúvel	329	3,3%	312	2,3%	202	3,8%
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	153	1,5%	56	0,4%	193	3,6%
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controlo, automáticos	0	0,0%	177	1,3%	100	1,9%
Obras de borracha vulcanizada	63	0,6%	4	0,0%	78	1,5%
Máquinas de uso agrícola ou florestal	0	0,0%	16	0,1%	43	0,8%
<b>Subtotal</b>	<b>4.633</b>	<b>46,5%</b>	<b>1.015</b>	<b>7,5%</b>	<b>5.106</b>	<b>96,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>5.330</b>	<b>53,5%</b>	<b>12.531</b>	<b>92,5%</b>	<b>185</b>	<b>3,5%</b>
<b>Total</b>	<b>9.963</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.546</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.292</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

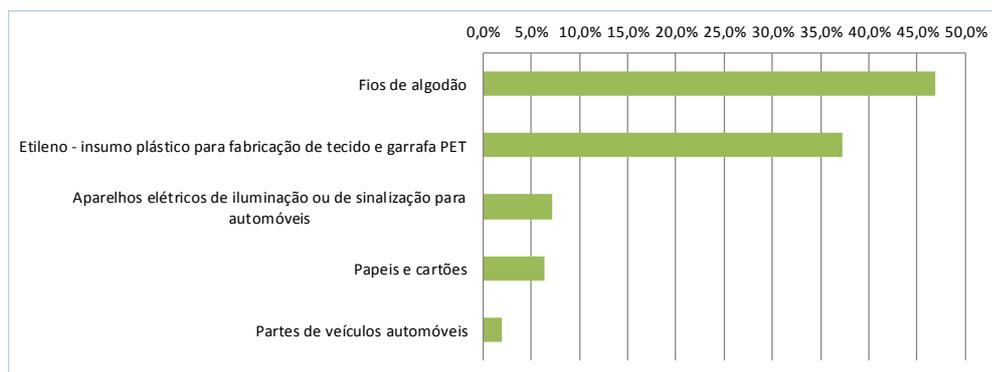


**Composição das importações brasileiras originárias do Uzbequistão (SH4)**  
**US\$ mil**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Fios de algodão	1.325	53,8%	164	34,3%	340	47,0%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	0	0,0%	310	65,1%	270	37,3%
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	476	19,3%	0	0,0%	52	7,2%
Papeis e cartões	0	0,0%	0	0,0%	46	6,4%
Partes de veículos automóveis	297	12,0%	0	0,0%	14	1,9%
Máquinas com função própria	358	14,5%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>2.455</b>	<b>99,7%</b>	<b>473</b>	<b>99,4%</b>	<b>723</b>	<b>99,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>7</b>	<b>0,3%</b>	<b>3</b>	<b>0,6%</b>	<b>2</b>	<b>0,3%</b>
<b>Total</b>	<b>2.462</b>	<b>100,0%</b>	<b>476</b>	<b>100,0%</b>	<b>725</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



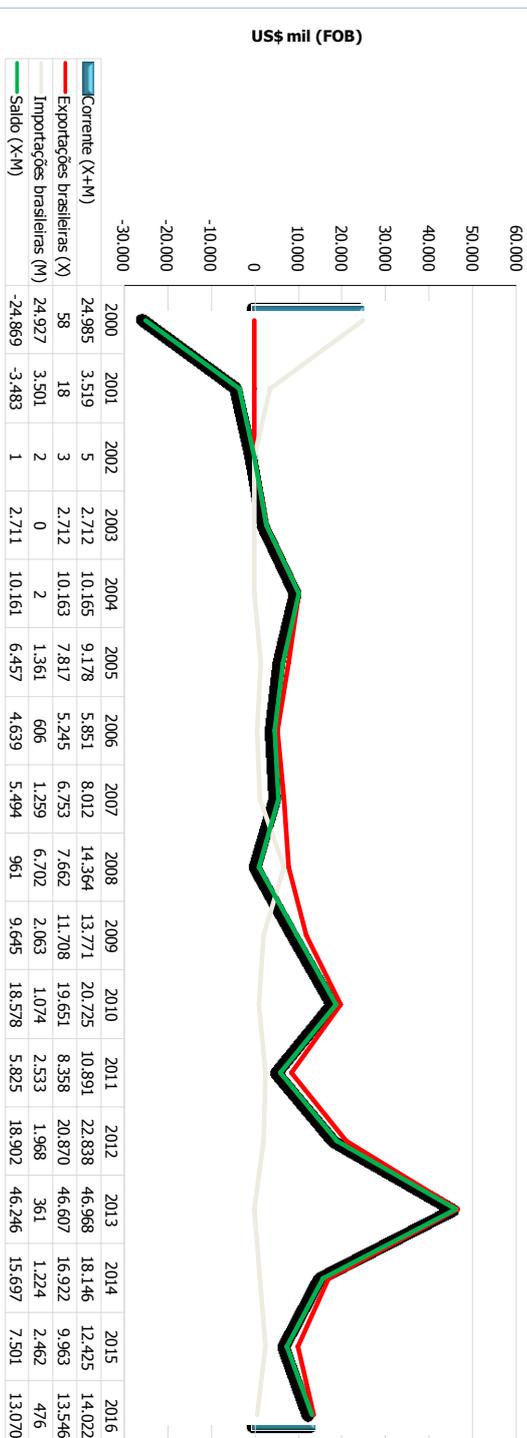
**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ mil**

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Partes de veículos automóveis	319	42,7%	994	53,7%	
Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os retrovisores	230	30,8%	300	16,2%	
Café solúvel	0	0,0%	111	6,0%	
Obras de plástico	15	2,1%	95	5,1%	
Cadeados, fechaduras e ferrolhos de metais comuns	49	6,6%	82	4,4%	
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	81	4,4%	
Obras de borracha vulcanizada	0	0,0%	74	4,0%	
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	39	2,1%	
Carnes de frango	0	0,0%	29	1,6%	
Resina (mástique) de vidraceiro, cimentos de resina	0	0,0%	16	0,8%	
<b>Subtotal</b>	<b>614</b>	<b>82,1%</b>	<b>1.820</b>	<b>98,2%</b>	
<b>Outros</b>	<b>134</b>	<b>17,9%</b>	<b>33</b>	<b>1,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>747</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.852</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	0	100,0%	127	98,2%	
Partes de veículos automóveis	0	0,0%	2	1,7%	
Alcalóides vegetais, naturais ou sintéticos	0	0,0%	0,2	0,1%	
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	52	98,0%	0	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>52</b>	<b>100,0%</b>	<b>129</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>1</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0%</b>	<b>129</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

## Comércio Brasil-Uzbequistão



## CRONOLOGIA HISTÓRICA

2017 / 2016	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-abr)	12.290	0,0	12.290	12.290
2017 (jan-abr)	1.343	53,1	1.396	1.289

<b>2300 a.C.</b>	Civilizações conhecidas como Khorezm e Bactria Margiana habitam a região onde, atualmente, encontra-se o Uzbequistão.
<b>500 a.C.</b>	O Império Persa ocupa a região e faz com que as primeiras cidades, Bucara e Samarcanda, surjam e participem da Rota da Seda.
<b>600 a.C.</b>	O zoroastrismo surge em território uzbeque e seu livro sagrado, Avesta, passa a ser considerado como uma das principais heranças religiosas do povo uzbeque.
<b>328 a.C.</b>	Alexandre, o Grande, assume o controle Samarcanda.
<b>Séc. VII</b>	Os árabes iniciam a invasão da Ásia Central e chegam ao Uzbequistão por volta do ano 700. Durante esse processo de dominação, os habitantes locais são convertidos ao Islamismo.
<b>Séc. IX</b>	Dinastia turca assume o poder na Transoxania (antiga denominação geográfica para o território onde encontram-se atualmente o Uzbequistão, Turcomenistão e Tajiquistão). A cidade de Bucara torna-se um grande centro islâmico.
<b>1258</b>	O Império Mongol, liderado por Genghis Khan, conquista uma grande área da Ásia Central, inclusive o território do Uzbequistão.
<b>Séc. XIV</b>	Tamerlane, um governante turco-mongol, estabelece império sob seu domínio, com capital em Samarcanda.
<b>1865</b>	Os russos incorporam o Uzbequistão em sua área de influência.
<b>1921</b>	A reorganização do território da Ásia Central, que a Rússia havia dominado, resulta na criação de vários Estados, sendo o Uzbequistão um deles.
<b>1922</b>	É criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da qual o Uzbequistão é parte.
<b>1950</b>	O Uzbequistão desenvolve expressiva produção de algodão através de um grande sistema de irrigação, que utiliza as águas do Mar de Aral. Esse sistema de irrigação contribui para a devastação da área.
<b>1990</b>	O Uzbequistão se declara independente, tendo Islam Karimov como seu presidente.
<b>1994</b>	O Uzbequistão assina tratado de integração econômica com a Rússia.
<b>1994</b>	Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão assinam um acordo de cooperação econômica, social e militar.
<b>1995</b>	O Partido Popular Democrático ganha as eleições gerais e Islam Karimov tem seu mandato estendido por mais 5 anos.
<b>2000</b>	Islam Karimov é reeleito para um mandato de 5 anos.
<b>2001</b>	Uzbequistão, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão

	formam a Organização para Cooperação de Xangai (OSC).
<b>2001</b>	Uzbequistão permite a utilização de sua base aérea pelos Estados Unidos para operações no Afeganistão.
<b>2001</b>	O presidente Karimov ganha um referendo aumentando seu mandato de 5 para 7 anos.
<b>2002</b>	Uzbequistão e Cazaquistão iniciam uma disputa de fronteira.
<b>2004</b>	Os presidentes de Uzbequistão e Turcomenistão assinam um acordo para dividir recursos hídricos.
<b>2005</b>	O Parlamento uzbeque vota pela retirada das tropas norte-americanas de sua base aérea em Khanabad.
<b>2007</b>	Islam Karimov é reeleito presidente.
<b>2008</b>	Uzbequistão permite de forma limitada o retorno das tropas norte-americanas a sua base aérea para a retomada de sua operação no Afeganistão.
<b>2009</b>	As tropas norte-americanas são autorizadas a levar suprimentos para seus acampamentos no Afeganistão através do Uzbequistão.
<b>2015</b>	Islam Karimov é eleito pela quarta vez consecutiva para a presidência do Uzbequistão.
<b>2016</b>	O presidente Karimov falece após 27 anos no poder.
<b>2016</b>	Shavkat Mirziyoyev é eleito novo presidente do Uzbequistão.

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>1993</b>	Estabelecimento das relações comerciais entre o Brasil e o Uzbequistão.
<b>2008</b>	Visita ao Brasil do ministro de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio, Elyor Ganiev.
<b>2009</b>	Visita ao Brasil do presidente Islam Karimov.

### ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Situação
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	10/08/2007	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor

Aviso nº 242 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente na República do Uzbequistão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**EMBAIXADA DO BRASIL EM MOSCOU****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**

Durante minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Moscou, busquei contribuir para a intensificação das relações bilaterais, em suas variadas dimensões. Foi possível, ao longo do último ano e meio, avançar na ampliação da base jurídica, apoiar a retomada do comércio bilateral, explorar a possibilidade de atração de investimentos russos e de desenvolvimento da cooperação nos setores de ciência, tecnologia e espacial, assim como na área cultural e educacional, entre outras. O grande momento da relação bilateral, nesse período, foi a visita do presidente Michel Temer a Moscou, em junho de 2017. Em sua reunião com o presidente Putin, logrou-se alavancar sinergias e interesses convergentes para impulsionar a construção da Parceria Estratégica com a Rússia, inclusive por meio da ampliação do diálogo político.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

2. As relações diplomáticas entre Brasil e Rússia, estabelecidas em 3 de outubro de 1828, foram alçadas ao patamar de "Parceria Estratégica" em 2002. Em 2010, os dois países adotaram o "Plano de Ação da Parceria Estratégica", que contempla conjunto de metas e objetivos. Desde então, verifica-se importante adensamento do diálogo nas mais diversas instâncias, seja no âmbito bilateral, no BRICS e em nível multilateral.

3. Percepções e aspirações comuns favorecem a aproximação entre os dois países, que compartilham visões semelhantes no que diz respeito à construção de um sistema internacional multipolar, ao papel central das Nações Unidas, à supremacia do direito internacional e ao repúdio a medidas de força de caráter unilateral. Ambos países mantêm, também, parceria de primeira ordem no âmbito do BRICS e relação construtiva no G-20. Defendemos a reforma das estruturas de governança multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o FMI e o Banco Mundial.

4. Brasil e Rússia possuem importantes características em comum - ambos possuem dimensão continental, população

numerosa, multiétnica e multirreligiosa. São duas grandes economias, dotadas de enormes recursos, de grande e diversificada capacidade produtiva, detentoras de tecnologia de ponta em inúmeras áreas, mas que ainda mantêm relações econômicas aquém do seu potencial. Há desafios a superar a fim de que o adensamento do diálogo político seja acompanhado de maior cooperação nas mais diversas áreas. Para tanto, é importante aumentar a interação e o conhecimento mútuo entre nossas sociedades.

5. No primeiro semestre de 2017, foram realizados importantes eventos que precederam a visita presidencial de junho do mesmo ano. Ocorreram, assim, a reunião de consultas políticas (Moscou, 04 de maio) e a X Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (Brasília, 22 e 23 de maio).

6. Durante a visita presidencial, de 20 a 22 de junho, o presidente Michel Temer reuniu-se com o presidente Vladimir Putin, o primeiro ministro Dmitri Medvedev, além dos presidentes do Conselho da Federação e da Duma de Estado. Foi muito produtiva a reunião entre os dois presidentes, ocasião em que puderam repassar os grandes temas da agenda bilateral e lançar as bases para o aprofundamento da parceria estratégica. Foi realizado, ainda no contexto da visita, no dia 20 de junho, "Seminário de captação de investimentos da Rússia no Brasil", que atraiu cerca de 250 participantes, entre executivos, jornalistas, empresários e representantes governamentais.

7. Cinco documentos foram firmados durante a visita presidencial: (i) Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre o Diálogo Estratégico em Política Externa; (ii) Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2018-2021; (iii) Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia na Área de Cooperação Econômica e de Investimentos; (iv) Memorando de Entendimento entre a Receita Federal do Brasil e o Serviço Federal de Alfândega da Rússia sobre o Intercâmbio de Informações a Respeito do Fluxo de Mercadorias e Veículos entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia; e (v) Protocolo entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o Serviço Federal de Alfândega da Federação da Rússia sobre Cooperação, Informação, Intercâmbio e Assistência Mútua no Sistema Uniforme de Preferências Tarifárias da União Econômica Euroasiática.

8. Em 21 de setembro passado, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira Filho, e o chanceler Sergei Lavrov assinaram o "Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais". Dois importantes documentos entraram em vigor: (i) Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinada em 2004 (tel 982/2017); e (ii) Acordo sobre Cooperação em Defesa, assinado em 2012. Outros instrumentos seguem em análise.

9. O Posto prestou, ademais, entre outros, apoio à participação de autoridades brasileiras nos seguintes eventos internacionais realizados neste país: visita do Prefeito Marcelo Crivella, no período de 21 a 24 de maio; 137ª Assembleia da União Interparlamentar (São Petersburgo, 11-18 de outubro); III Foro Parlamentar do BRICS (São Petersburgo, 14 de outubro); Reunião Ministerial Internacional sobre Juventude (Moscou, 12-13/outubro); 2ª reunião da Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS (Moscou, 13 de novembro); I Conferência Ministerial Global sobre Tuberculose (Moscou, 16-17 de novembro); e Conferência Internacional "Parlamentares contra as Drogas" (Moscou, 3-5 de dezembro).

#### POLÍTICA INTERNA

10. O principal acontecimento da política interna russa ao longo de 2017 e 2018 foi a eleição presidencial de 18 de março último, vencida pelo presidente Vladimir Putin, com 76,7% dos votos e mais de 56 milhões de votos. Em 07 de maio, o presidente Putin tomou posse, iniciando seu quarto mandato presidencial, que se estenderá até 2024. Ressalto que de 2008 a 2012 Putin ocupou o cargo de primeiro ministro. Um dia após a posse, no dia 8 de maio, a Duma de Estado (câmara baixa do legislativo russo) aprovou a recondução, por indicação de Putin, de Dmitri Medvedev ao cargo de primeiro-ministro.

11. Os discursos de campanha e de posse de Putin reafirmaram a importância de a Rússia dispor de forças armadas capazes de garantir a segurança do território e da população e indicaram renovada ênfase na agenda econômica e social doméstica, com o intuito de modernizar a economia, reduzir o atraso tecnológico e elevar o padrão de vida da população.

12. Putin tem conseguido mostrar-se, ao povo russo, como arquiteto da recondução da Rússia ao centro do palco internacional, após a profunda crise que experimentou nos anos noventa, na sequência do colapso do comunismo e da União Soviética. A imagem de Putin é a de um líder que logrou

---

evitar a ulterior fragmentação territorial da Rússia e que reúne as condições de superar os desafios que se apresentam na área econômica e social.

#### POLÍTICA EXTERNA

13. Da mesma forma, o Posto acompanhou a intensa e diversificada agenda de política externa russa, com destaque para as relações da Rússia com os EUA, os países da Europa, a OTAN, os países do Oriente Médio, os da África, a China, o Japão e os países da América Latina. O conflito sírio, a Questão Palestina, a crise nos países do golfo e a questão da península coreana também mereceram acompanhamento detido.

14. O conflito sírio angariou particular atenção, à luz do alto perfil de atuação da Rússia no tema e dos inúmeros processos bilaterais, regionais e multilaterais concomitantes, com destaque para as discussões no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Organização para a Proibição de Armas Químicas e do Conselho de Direitos Humanos. Em termos militares, as operações na Síria demonstraram o alto preparo e as novas capacidades das Forças Armadas russas. Para viabilizar o encaminhamento político da questão síria, a Rússia tem se empenhado no desenvolvimento do denominado "Processo de Astana", onde atua como país garante juntamente com Irã e Turquia. A Rússia organizou, em Sochi, em 31 de janeiro de 2018, o "Congresso de Diálogo Nacional Sírio", que teve por intuito dar novo ímpeto ao diálogo intra-sírio e, por meio da criação do Comitê Constitucional, buscou oferecer contribuição positiva para o Processo de Genebra sob a égide da ONU. A velocidade dos acontecimentos no terreno, os interesses díspares dos diversos atores, e as tensões entre as potências regionais e extra-regionais, contudo, trazem novas incertezas ao delicado tabuleiro do Oriente Médio, aumentando, assim, as possibilidades de prolongamento do conflito naquele país, que já vitimou milhares de pessoas e produziu milhões de refugiados.

15. A Embaixada acompanhou os dois conflitos congelados no Cáucaso - envolvendo Armênia e Azerbaijão em torno da disputa pela região de Nagorno-Karabakh; e Geórgia e Rússia em torno da Abcásia e da Ossétia do Sul.

16. As relações entre a Rússia e a maioria dos países ocidentais, por sua vez, continuaram a enfrentar significativos desafios, com a manutenção da trajetória negativa vigente desde a crise ucraniana e a incorporação da Crimeia, em 2014. Foram renovadas, e em alguns casos expandidas, as sanções e contrassanções econômicas que dificultam a normalização dos fluxos de comércio e

investimentos entre a Rússia e atores como Estados Unidos, União Europeia e Canadá.

17. Permaneceram suspensas, nos últimos dois anos, a participação russa no G8, o processo de acesso de Moscou à OCDE e o mecanismo de cúpulas entre a Rússia e a União Europeia. As tensões foram exacerbadas pelo reforço da presença militar da OTAN no leste europeu, sobretudo na faixa territorial situada entre os mares Negro e Báltico, e pelo fornecimento de armamentos de potências extra-regionais à Ucrânia. O confronto de narrativas acerca do chamado caso Skripal, no Reino Unido, representou obstáculo adicional aos laços entre a Rússia e boa parte dos países ocidentais.

18. Tampouco se concretizou a expectativa de reconciliação bilateral russo-americana após a transição de governo nos EUA. Os dois países continuaram a manter posicionamentos distintos acerca das questões mais sensíveis da agenda internacional, como o dossiê nuclear iraniano e as crises síria, ucraniana, afegã e iemenita. Não houve acordo sobre a possível renovação do regime bilateral de desarmamento nuclear, cristalizado no acordo Novo START.

19. O déficit de diálogo e confiança entre Moscou e Washington foi agravado por acusações mútuas de interferência em processos políticos de outros países, bem como por movimentos recíprocos de expulsões de diplomatas e fechamentos de representações consulares. Esse contexto pouco favorável impediu que houvesse avanços rumo à resolução de problemas mais profundos, como a divergência de interpretações entre Moscou e Washington acerca da natureza da ordem internacional do pós-Guerra Fria.

#### ECONÔMICO

20. A Rússia vem mantendo trajetória de recuperação econômica após os choques recessivos de 2014 e 2015. Com efeito, foi praticamente concluído o processo de normalização dos principais indicadores econômicos - que retornaram a médias históricas observadas antes da crise -, após sensíveis desequilíbrios e ajustes anticíclicos.

21. Em 2017, o PIB expandiu-se em 1,5%, em linha com o que alguns analistas consideram ser o PIB potencial do país, dentro dos limites da política econômica vigente, mas ainda aquém da meta de 3% determinada pelo presidente Putin. Em 2016, registre-se, houve retração de -0,2%. Ao longo do período logrou-se estabilizar a cotação do rublo (em patamar cerca de 60% desvalorizado ante a média pré-crise), manter estável a taxa de desemprego (em torno de 5% ao longo de 2017), reduzir a inflação (de 5% no início de 2017 a 2,4% em

abril de 2018) e a taxa de juros (de 10% em 2016 para 7,25% em meados de 2018). A dinâmica de normalização foi observada em praticamente todos os principais indicadores macroeconômicos.

22. Mantive interlocução com variados órgãos de governo, empresas e centros de pesquisa de perfil econômico, e também com o escritório do FMI na Rússia. Destaco a interlocução com a União Econômica Euroasiática (UEEA), que vem examinando a possibilidade de assinar memorando de entendimento com o Mercosul, tema retomado durante a presidência brasileira no segundo semestre de 2017.

23. O posto esteve representado em importantes fóruns econômicos da Rússia, como o Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, o Fórum Econômico de Moscou, entre outros. O calendário de debates econômicos atrai ao longo de todo o ano diversas lideranças russas e internacionais para debater perspectivas da gestão econômica, avaliar o acerto de medidas praticadas e apresentar visões sobre os panoramas político, econômico e comercial da Rússia.

24. A embaixada acompanhou a política econômica ainda no contexto dos impactos das sanções e contrassanções financeiras entre a Rússia e os Estados Unidos e Europa. A política de substituição de importações e de obtenção da autossuficiência agrícola e tecnológica experimentou expressiva aceleração em meio ao quadro político conturbado e gerou efeitos secundários no comércio exterior e na política de atração de investimentos da Rússia.

25. Outros temas da relação econômica bilateral incluíram o auxílio à preparação brasileira para as reuniões bianuais da CIC (Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Rússia para temas Econômico-Comerciais, Científicos e Tecnológicos) e anuais dos BRICS, assim como eventuais visitas de autoridades da área econômica dos dois países.

#### COMERCIAL

26. No que se refere às relações comerciais bilaterais, nos anos de 2016 e 2017, observou-se período inicial de queda - em consonância com os resultados negativos do comércio exterior russo desde 2014 -, seguido, em 2017, por recuperação parcial dos níveis prévios do intercâmbio de bens entre os dois países. Nesse sentido, se, por um lado, em 2016 o fluxo comercial bilateral não ultrapassou os US\$ 4,3 bilhões, apresentando queda de -10,9% em relação a 2015, no ano passado o total comercializado foi de US\$ 5,2 bilhões, crescimento de 21,4% em relação a 2016. Desse valor, US\$ 3,198 bilhões correspondem a exportações brasileiras à Rússia (crescimento de 26,7%), enquanto US\$ 2,032 bilhões se

referem ao fluxo de bens no sentido contrário (aumento de 13,9%). O Brasil, portanto, obteve superávit (US\$ 1,166 bilhão) nas trocas comerciais com a Rússia, resultado positivo que vem historicamente se repetindo.

27. A pauta, de ambos os lados, manteve-se concentrada em bens de pouco valor agregado. A título de exemplo, no ano passado, destacaram-se as exportações brasileiras de carne suína (US\$ 746 milhões, crescimento de 27,1%), soja (US\$ 507 milhões, aumento de 23,0%), carne bovina (US\$ 458 milhões, crescimento de 14,5%), café (US\$ 200 milhões, aumento de 11,7%), tabaco (US\$ 175 milhões, queda de 17,7%), tratores (US\$ 158 milhões, aumento de 762,8%), frango (US\$ 135 milhões, crescimento de 8,6%), ferroligas (US\$ 96 milhões, aumento de 53,3%) e amendoim (US\$ 90 milhões, crescimento de 37,9%). Somados, esses produtos, equivalem a 86,5% do total. A despeito da grande concentração, há uma ampla gama de produtos que, embora em pequenas quantidades, compõem a pauta com Rússia, como motores e peças, aviões, equipamentos médicos, cosméticos, joias, máquinas e peças, calçados, aparelhos de som, autopeças etc.

28. As empresas brasileiras presentes na Rússia atuam em distintos setores, mas, de maneira geral, refletem a pauta exportadora do país, havendo maior concentração na área alimentícia. Não há, contudo, nenhum investimento brasileiro de peso na Rússia, estando a totalidade das empresas nacionais presentes por meio de representação ou escritório comercial. Entre as companhias brasileiras figuram BR Foods, JBS, Minerva (alimentos), Embraco (compressores), Embraer, H. STERN, Metalfrio (refrigeradores), WEG (motores elétricos), Frigol (alimentos), Jaguari Café, Latam. A Embaixada mantém contato frequente com as empresas, especialmente aquelas situadas nas regiões de Moscou e São Petersburgo, que representam quase a totalidade das companhias brasileiras no país.

29. Durante a minha gestão, foram apoiados ou diretamente organizados pela embaixada diversos eventos de promoção comercial e de investimentos, sempre em consonância com as demandas do empresariado brasileiro. Entre os principais, menciono as participações brasileiras nas feiras MITT (Turismo), Prodexpo (Alimentos) e World Food (Alimentos), a organização do Showroom do Calçado Brasileiro, de seminários para agentes de turismo, a recepção e formulação de agenda para missões empresariais, palestras sobre o ambiente de negócios no Brasil e produção de estudos de mercado.

AGRONEGÓCIOS

30. O setor de agronegócios é o carro-chefe da relação comercial entre Brasil e Rússia. Representa, atualmente, mais de 80% do comércio bilateral. As contrassanções russas a diversos países apresentaram importante oportunidade para as exportações brasileiras, que passaram a dominar as compras russas de carnes suínas, bovinas e soja (em torno, respectivamente, de 90%, 65% e 61% do total das importações russas em 2017). Há, não obstante, grande potencial para o incremento desse comércio, na medida em que as relações se tornem mais fluidas, em especial, no âmbito técnico.

31. Um dos principais objetivos do posto tem sido o de buscar estimular a diversificação da pauta de exportação de produtos agrícolas para a Rússia, com vistas a incrementar o comércio nesse setor, em especial, no que diz respeito a produtos alimentícios de maior valor agregado.

32. Houve esforço, ademais, para facilitar as tratativas direcionadas a solucionar dificuldades por que passam, no momento, as exportações brasileiras de produtos carnes. Nesse ponto, vale indicar que, em reunião técnica bilateral realizada em Bruxelas, em 24 de abril último, a SDA/MAPA ofereceu informações adicionais sobre o sistema de controle veterinário brasileiro, no que concerne o uso do hormônio de crescimento ractopamina em bovinos e suínos. O lado russo indicou que decisão final sobre o tema será tomada em meados do corrente mês de maio. Espera-se que tal decisão seja favorável ao Brasil.

33. O Brasil tem se empenhado para atender as demandas russas nos setores de trigo, pescados e carne bovina. Avanços foram obtidos nessas áreas no corrente ano.

34. A fim de cumprir com esses objetivos, será fundamental dar continuidade aos contatos realizados, em anos anteriores, nos níveis técnico e político. Foi muito importante a visita do Ministro Blairo Maggi a Moscou, em outubro passado, quando reuniu-se com sua contraparte, o ministro Aleksandr Tkatchev, para buscar equacionar os interesses dos dois países.

#### CIÊNCIA E TECNOLOGIA

35. Ressalto o interesse demonstrado em diversas ocasiões pela Fundação Skolkovo em assinar Memorando de Entendimento (MdE) com instituição brasileira, o que poderia impulsionar a cooperação bilateral e servir de base para iniciativas conjuntas no futuro. Trata-se de uma das áreas com grande potencial a ser explorado. Caberia o reforço do diálogo político entre nossas autoridades da área.

#### COOPERAÇÃO ESPACIAL

36. Nos últimos anos, a cooperação espacial entre Brasil e Rússia tem obtido resultados concretos como, por exemplo, a implantação no Brasil de quatro estações do sistema russo de navegação por satélite GLONASS e uma do sistema eletro-óptico panorâmico para detecção de detritos espaciais. Temos interesse em receber novas estações do GLONASS no Brasil.

37. Delegação da Rosoboronexport e da Roscosmos visitou o Brasil no período de 19 e 23 de fevereiro. O objetivo foi o de avançar nas conversações sobre as possibilidades de incremento da cooperação espacial. A Rússia tem interesse de trabalhar conosco para o desenvolvimento de veículos lançadores de satélites e de satélites de pesquisa espaciais. Ressalto a possibilidade de cooperação no Centro de Lançamento de Alcântara, tema levantado durante a visita presidencial de 2017.

38. No que concerne a oportunidades futuras, vale mencionar a próxima vinda a Moscou, em maio corrente, de missão da AEB para participar de reunião do grupo de trabalho do BRICS, organizado pela ROSCOSMOS e pelo Centro russo de Pesquisas de Monitoramento Operacional da Terra. O evento tratará da constelação de satélites de sensoriamento remoto, além de ser oportunidade adicional para estreitamento de laços entre especialistas brasileiros e russos da área.

#### ENERGIA

39. A base da economia russa e, sobretudo, da receita do governo, é a indústria de petróleo e gás, com destaque para as seguintes companhias: Rosneft (estatal de economia mista, maior produtora de petróleo do mundo de capital aberto), Gazprom (maior produtora e maior exportadora de gás natural do mundo), Lukoil, Gazpromneft, Surgutneftgaz e Novatek.

40. A Rosneft possui imensa área exploratória na Bacia do Solimões, onde já investiu mais de US\$ 1 bilhão, sendo o maior projeto de empresa russa no Brasil até a presente data. A Gazprom possui escritório de representação no Rio de Janeiro.

41. O grupo estatal Rosatom, que controla todos os ativos na Rússia referentes à produção de energia nuclear, incluindo a pesquisa e lavra de urânio, possui escritório comercial no Brasil e já vende ao IPEN isótopos para fins medicinais. A Rosatom tem tido conversações com diferentes instâncias do governo brasileiro, incluindo o MRE e MME, no sentido de ampliar a cooperação bilateral na área da energia nuclear.

#### DEFESA

42. Em maio de 2017, visitou Moscou o então Ministro da

Defesa Raul Jungmann, ocasião em que se reuniu com seu homólogo russo, Sergey Shoigu, e participou de conferência internacional sobre segurança, em que fez apresentação sobre a política de defesa do Brasil.

43. Ainda ao longo de 2017, houve várias visitas de militares brasileiros a feiras na Rússia e de delegação russa à exposição "LAAD Defense & Security" realizada no Rio de Janeiro.

44. A Rússia é o segundo maior exportador de equipamentos militares do mundo, depois dos Estados Unidos. A exportação de material militar é feita por meio da empresa estatal Rosoboronexport. O Brasil já adquiriu 12 helicópteros de combate Mi-35M, em acordo de offset que prevê a transferência de tecnologia para a prestação de serviços de manutenção no Brasil.

#### COOPERAÇÃO POLICIAL E SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA

45. A abertura da adidância civil junto à Embaixada em Moscou tem permitido o adensamento do intercâmbio em matéria de inteligência com a Rússia.

46. Participei, entre 23 e 25 de maio de 2017, da VII Reunião de Altos Representantes Responsáveis por Temas de Segurança, realizada em Tver. Neste ano, o Diretor da ABIN e diplomata do Posto participaram da VIII Reunião de Altos Representantes Responsáveis por Temas de Segurança, realizada em Sochi, em abril passado.

47. O Ministro-Chefe do GSI, general Sérgio Etchegoyen, visitará Moscou no final de maio do corrente, quando deverá reunir-se com o secretário do Conselho de Segurança, general Nikolai Patrushev. Há boas expectativas quanto à possibilidade de maior cooperação entre os dois países nas áreas de inteligência e de crimes transnacionais.

#### COOPERAÇÃO ESPORTIVA

48. Os megaeventos esportivos permitiram maior cooperação entre os dois países, sobretudo em matéria de organização e logística. Representantes russos participaram dos centros de comando e controle integrado gerenciados pelas autoridades brasileiras durante a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Da mesma forma, agentes da Polícia Federal deverão participar das atividades do centro internacional de cooperação policial em Moscou, durante a Copa do Mundo de 2018. Em 2014, representantes da Secretaria de Aviação Civil brasileira visitaram os aeroportos de Vnukovo e Sheremetyevo, em Moscou, para conhecer sua organização durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno.

## SETOR CULTURAL

49. A presença da cultura brasileira na Rússia ainda é pequena e há grande desconhecimento mútuo. Os estereótipos que remetem a carnaval, futebol e belezas naturais permanecem a principal referência do Brasil. Entre os tradicionais eventos realizados pela Embaixada estão o Festival de Cinema Brasileiro da Rússia, em sua XI edição em Moscou e VI edição em São Petersburgo, além da I edição em Kazan, em 2017. Iniciou-se também projeto de cineclube em Moscou, com sessões, a cada dois ou três meses, de filmes brasileiros legendados em russo.

50. A Embaixada colabora com diversos grupos e escolas de capoeira, samba, forró e zouk no país, inclusive na realização de workshops e grandes festivais de dança. Em 2018, houve festivais de Forró e Samba de Gafieira, em Moscou, e estão previstos o VI Festival de Forró de São Petersburgo e o V Festival de Samba de Moscou.

51. A língua portuguesa é ensinada em diversas universidades russas, quatro das quais oferecem curso permanente de licenciatura. Tem crescido o interesse pelo idioma, notadamente em sua variante brasileira, o que tem motivado a abertura de cursos e escolas particulares especializados. Para contribuir com a difusão da língua, a Embaixada apoiou a edição, em russo, de clássicos da literatura brasileira, como Machado de Assis, Lima Barreto e Aluísio Azevedo. Trabalho conjunto com a revista literária russa Inostrannaya Literatura permitiu, em 2017, edição exclusiva sobre literatura brasileira.

52. Entre 2017 e 2018, a Embaixada organizou ou apoiou concertos de música clássica brasileira em Moscou, com apresentação de obras de Heitor Villa-Lobos, Antonio Carlos Jobim, Ernesto Nazareth e Radamés Gnattali. Em 2017, a cantora Ju Moraes participou do renomado Usadba Jazz Festival, em São Petersburgo, e realizou concerto em Moscou. Registro, com prazer, a presença de quatro bailarinos brasileiros no corpo de baile do Teatro Bolshoy, além de brasileira que é a primeira bailarina da Ópera de Kazan.

## SETOR CONSULAR

- Atendimento consular

53. A jurisdição consular da Embaixada do Brasil em Moscou inclui, além de todo o território da Federação da Rússia, também a República de Belarus (onde há Embaixada brasileira, mas sem serviços consulares) e a República do Uzbequistão (onde não há Embaixada residente). A entrada em vigor, em 2010, de acordo com a Rússia de isenção de vistos de curta

duração reduziu sensivelmente a demanda por vistos, agora não mais necessários para turismo. Estima-se haver cerca de 1.300 brasileiros residentes na Rússia (aproximadamente, 550 deles com matrícula consular), localizados sobretudo em Kursk, Moscou e São Petersburgo). Em Belarus há cerca de 20 pessoas, concentradas em Minsk; e no Uzbequistão, apenas dois brasileiros, residentes na capital Tashkent. A Embaixada disporá de seção eleitoral em Moscou durante as eleições presidenciais de 2018, para as quais estão cadastrados pouco mais de 100 brasileiros.

- Copa do Mundo

54. Para o apoio consular aos numerosos turistas e torcedores brasileiros que visitarão a Rússia durante a Copa do Mundo de 2018 serão estabelecidos cinco escritórios consulares temporários, nas cidades a que acorrerá o maior número de nacionais brasileiros: Sochi, onde a Seleção ficará baseada; e Rostov-sobre-o-Don, São Petersburgo, Samara e Kazan, onde está previsto que o Brasil jogue. A Embaixada também está preparando cartilha consular, a ser distribuída em versões eletrônica e impressa, com orientações gerais sobre saúde, segurança, legislação local e emergências.

#### ADMINISTRAÇÃO e OBRAS

55. A embaixada em Moscou conta, hoje, com 23 servidores e 27 contratados locais, incluindo intérpretes e motoristas. As instalações passam, desde 2015, por extensa reforma, com significativo impacto sobre a rotina de trabalho. A residência oficial foi transferida para apartamento temporário. Os edifícios da chancelaria e da residência em Moscou pertencem ao patrimônio nacional e não sofriam reformas desde sua aquisição, em 1988. As contas da embaixada têm sido regularmente aprovadas.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

## PARECER Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 41, de 2018 (Mensagem nº 265/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.*

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

### I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

O Sr. Tovar da Silva Nunes é filho de Viriato da Silva Nunes e Hebe Maroni Nunes e nasceu em Birigui/SP, em 6 de fevereiro de 1959. Graduiu-se em Direito em 1982, pela Universidade de São Paulo. É mestre em Economia Política Internacional pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres, Reino Unido [*London School of Economics and Political Science* (1999)].

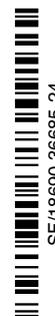
O indicado iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1984. Ascendeu a Conselheiro em 2001; a Ministro de Segunda Classe, em 2005; e a Ministro de Primeira Classe, em 2011. Todas as promoções por merecimento. Em 1990, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada “O impacto da *Trade Promotion Authority* nas negociações da ALCA à luz dos interesses comerciais brasileiros”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal, destacam-se: Assessor Especial da Presidência da República (1995); Chefe de Gabinete do Secretário de Comunicação Social da Presidência da República (1995/97); Presidente do Conselho de Administração da Radiobrás (1995); Chefe de Gabinete no Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (2001/03); Chefe da Divisão da Área de Livre Comércio das Américas (2003/06); Assessor Especial (2011/13) e Chefe de Gabinete (2013/15) do Ministro de Estado.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Londres (1997/2001); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berlim (2006/11); e Embaixador em Nova Délhi e, cumulativamente, em Thimbu, capital do Butão (2015 até o presente).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Federação Russa e a República do Uzbequistão, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

As relações diplomáticas entre Brasil e Rússia completam, em 2018, 190 anos. A distância geográfica, as dificuldades de comunicação, as circunstâncias históricas e as divergências ideológicas moldaram, cada uma a seu



SF/18690.36685-24



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

tempo, o relacionamento bilateral. Os laços formais foram interrompidos em duas oportunidades (1918/45 e 1947/61). Ambos os países começam a se aproximar no curso dos processos paralelos de redemocratização no Brasil e de abertura política da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Nesse sentido, a visita do então presidente José Sarney à URSS em outubro de 1988 dá início a novo marco no relacionamento bilateral. Cuida-se da primeira visita de um chefe de estado brasileiro àquele país. Esse fato, somado ao esfacelamento do império soviético com a derrocada do comunismo e o fim da União Soviética, aproximou ambos os países e intensificou seu relacionamento.

Desde então, as relações alcançaram novo patamar chegando ao *status* de parceria estratégica com a visita do então presidente Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 2002. No ano de 2004, o presidente Vladimir Putin faz a primeira viagem de um chefe de estado russo ao Brasil. Desde então, foram realizadas inúmeras viagens presidenciais de parte a parte e assinados importantes atos internacionais de fomento ao trato bilateral. Esse contexto se refletiu no plano multilateral com a criação do agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

No que diz respeito ao comércio bilateral, o Brasil é o 18º país que mais exporta para a Rússia e o 35º destino das exportações russas. O período compreendido entre 2000 e 2017 registrou relevante elevação no comércio bilateral. Nossas exportações passaram de US\$ 423 milhões para US\$ 2,7 bilhões no período. Em 2017, as trocas comerciais apresentaram superávit de US\$ 100 milhões para o Brasil. Os principais produtos exportados são: carne suína (25,1%), carne bovina (16,4%), soja em grão (15,2%) e açúcar em bruto (7,1%). Ainda segundo os dados apresentados, 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo.

No tocante às nossas importações da Rússia verifica-se semelhante incremento no período 2000/17. Passamos de US\$ 571 milhões para US\$ 2,6 bilhões. Compramos sobretudo adubos potássicos (18,2%); adubos nitrogenados (17,3%); adubos azotados (16,4%), óleo refinado de petróleo (12,6%) e combustíveis sólidos (10,6%). 533 empresas brasileiras efetivaram compras no mercado russo.



SF/18690.36685-24



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Em relação aos assuntos consulares, é estimado em cerca de 800 o número de brasileiros no âmbito da jurisdição da embaixada do Brasil em Moscou. Convém destacar que para seu atendimento nossos nacionais contam, também, com o Consulado Honorário em São Petersburgo.

No tocante ao Uzbequistão, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1993. As trocas comerciais ainda são bastante exíguas. Exportamos basicamente açúcar. Consta registro de único brasileiro residente no Uzbequistão. Vale registrar, por fim, potencial de cooperação entre os dois países nas áreas da agricultura, mineração e energia.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**3**



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 43, DE 2018

(nº 280/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 280

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente no Principado de Andorra.

Os méritos do Senhor Pompeu Andreucci Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de maio de 2018.

EM nº 00101/2018 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **POMPEU ANDREUCCI NETO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **POMPEU ANDREUCCI NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão*

Aviso nº 246 - C. Civil.

Em 23 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE POMPEU ANDREUCCI NETO**

CPF: 131.423.918-00

ID: 9723 MRE

1964 Filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci, nasce em São Paulo (SP), em 16 de março de 1964.

**Dados Acadêmicos:**

1986 Universidade de São Paulo, Bacharel em Direito

2009 Johns Hopkins University - Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, Washington-DC. Mestre em Políticas Públicas Internacionais

**Cargos:**

1989 Terceiro-secretário

1995 Segundo-secretário

2000 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, por merecimento

2009 Ministro de segunda classe, por merecimento

2016 Ministro de primeira classe, por merecimento

**Funções:**

1992 Secretaria-Geral de Controle - Assessor de gabinete

1992-94 Secretaria de Controle Interno - Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro

1994-97 Nova York - Terceiro e Segundo-Secretário - Escritório Financeiro

1997-2000 Montevidéu - Embaixada - Segundo-Secretário

2000-03 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior - Assessor

2003 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Assessor Especial do Ministro de Estado

2003-06 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Chefe da Assessoria Internacional

2006-11 Washington - Embaixada - Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2011-14 Vice-Presidência da República - Assessor Diplomático do Vice-Presidente da República

---

2014-16	Vice-Presidência da República - Chefe da Assessoria Diplomática - 29 de agosto de 2014 a 19 de maio de 2016
2014-16	Vice-Presidência da República - Chefe da Assessoria Diplomática - 29 de agosto de 2014 a 19 de maio de 2016
2016	Presidência da República - Chefe do Cerimonial da Presidência da República

**Condecorações:**

2005	Ordem de Rio-Branco - Oficial
2011	Medalha Mérito Tamandaré
2012	Ordem de Rio-Branco - Grande Oficial
2012	Medalha da Vitória
2012	Medalha Cívica Regente Feijó
2014	Ordem do Mérito Militar
2015	Ordem do Mérito Naval
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico
2017	Ordem de Rio-Branco - Grã-Cruz
2017	Ordem do Mérito da Defesa - Grande Oficial

**Obras publicadas**

A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores: Desafios e Perspectivas Ante uma Herança Weberiana

Itaipu Binacional - Origens e Conseqüências de uma Crise

La Pensée de Jean-Jacques Rousseau et la Structure de la Légitimité Démocratique dans l'État Moderne - Est-ce qu'il y en a Une?

Rio-Branco e a Questão do Acre - Antecedentes da Ação. Desenvolvimentos Políticos e Reflexos Atuais na Política Externa Brasileira na América do Sul

A Opção Realista em Política Internacional - O Pensamento de Hans Morgenthau

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****ESPAÑA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

**Maio de 2018**

<b>DADOS BÁSICOS SOBRE A ESPANHA</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Reino da Espanha
<b>GENTÍLICO:</b>	Espanhol (a)
<b>CAPITAL:</b>	Madri
<b>ÁREA:</b>	505.370 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	46,443 milhões
<b>LÍNGUAS OFICIAIS:</b>	Castelhano, catalão, galego, basco e aranês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Católica romana (68,5%); sem religião (16,8%); ateus (9,6%); outras religiões (2,6%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia parlamentar
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Bicameral: Congresso dos Deputados ( <i>Congreso de los Diputados</i> ) e Senado ( <i>Senado</i> )
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Presidente do Governo Mariano Rajoy (desde 2011)
<b>CHANCELER:</b>	Alfonso Dastis (desde 2016)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):</b>	US\$ 1,23 trilhão
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):</b>	US\$ 1,68 trilhão
<b>PIB PER CAPITA (2016)</b>	US\$ 26,616 milhões
<b>PIB PPP PER CAPITA (2016)</b>	US\$ 36,304 milhões
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	3,2% (2016); 2,4% (2015); 1,38% (2014); -1,22% (2013); -1,64% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0.884 (27 <sup>a</sup> posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2016):</b>	82.8 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2016):</b>	99,94%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO</b>	16,4% (Fonte: Eurostat)

<b>(2017):</b>	
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	euro
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Fernando Maria Villalonga Campos
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Há registro de 80.480 brasileiros residentes na Espanha

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ESPANHA (FONTE: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Espanha</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	2,25	2,50	3,48	5,24	4,58	7,96	8,02	6,43	6,66
<b>Exportações</b>	1,03	1,53	2,15	3,40	2,63	4,67	3,54	2,94	3,81
<b>Importações</b>	1,22	0,97	1,33	1,84	1,95	3,29	4,48	3,49	2,85
<b>Saldo</b>	-0,19	0,56	0,82	1,56	0,68	1,38	-0,94	-0,55	0,96

Informação elaborada em 4 de maio de 2018, pela secretária Camilla Corá. Revisada em 07/05/2018, pela secretária Marcela Pompeu.

### **APRESENTAÇÃO**

O Reino da Espanha situa-se na Europa Meridional, majoritariamente na Península Ibérica. Seu território possui 505.370 km<sup>2</sup> de extensão e faz fronteira terrestre com Portugal, França, Andorra e Gibraltar. Ao sul, faz fronteira com o mar Mediterrâneo; ao norte, com o Golfo de Biscaia; e, a oeste, com o oceano Atlântico. No território espanhol, incluem-se, ainda, as ilhas Baleares, no Mediterrâneo; as ilhas Canárias, no oceano Atlântico; e as cidades autônomas de Ceuta e Melilla, que fazem fronteira com o Marrocos.

A Espanha, ao longo da história, foi tanto recebedora quanto fonte de influências externas, a exemplo da conquista, no século VIII, de parte da Península Ibérica por mouros provenientes principalmente do Norte da África. A Espanha era, ademais, a maior potência da Europa durante o século XVI, posição reforçada pelo comércio e pela riqueza de suas possessões coloniais, sendo estas os atuais países de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico (EUA), República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

### **PERFIS BIOGRÁFICOS**

**Rei Felipe VI**  
**Rei da Espanha**



O Rei Felipe VI (Felipe Juan Pablo Alfonso de Todos los Santos de Borbón y de Grecia) é o terceiro filho de Suas Majestades, o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia. Nasceu em Madri, em 30 de janeiro de 1968. Em 1993, graduou-se em Direito pela Universidade Autônoma de Madri. Em 1995, completou mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown. Em 2004, casou-se com Letizia Ortiz Rocasolano. Em 19 de junho de 2014, fez o juramento previsto no artigo 61 da Constituição da Espanha e foi proclamado Rei diante do Parlamento, assumindo o nome de Felipe VI.

**Mariano Rajoy**  
**Presidente do Governo**



Mariano Rajoy Brey nasceu em 1955, em Santiago de Compostela, capital da Comunidade Autônoma da Galícia. Formou-se em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela. Em 1996, dirigiu a campanha de José María Aznar à Presidência de Governo da Espanha. Exerceu os cargos de ministro das Administrações Públicas (1996-1999), da Educação e Cultura (1999-2000) e do Interior (2001-2002). Foi porta-voz e ministro da Presidência (2002-2003). Tornou-se, em 2004, presidente do Partido

Popular (PP) e líder da oposição no Congresso dos Deputados. Foi eleito presidente do Governo em 21/12/2011 e reeleito em 29/10/2016. Casado, tem dois filhos.

### **RELAÇÕES BILATERAIS**

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX e, a partir da década de 1990, pelos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico representa eixo essencial da relação.

Foi assinado, em 2003, o Acordo de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, que previa o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de grupos de trabalho. Em 2005, foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica) que previa reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração. Em novembro de 2012, com a Declaração de Madri, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, com vistas a garantir uma avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político.

Brasil e Espanha têm dedicado, nos últimos dois anos, grande empenho para fortalecer seu relacionamento bilateral. A exitosa visita oficial do presidente do governo Mariano Rajoy ao Brasil, em 24/4/2017, a primeira de um presidente do governo espanhol depois de hiato de nove anos, foi a culminação da retomada da agenda de alto nível e de encontros ministeriais, iniciada em novembro de 2016, por ocasião da visita do então chanceler José Serra à Espanha. Durante a visita de Rajoy, foi aprovada nova Declaração Conjunta, contendo plano de ação que passou a orientar a agenda bilateral em suas diversas áreas temáticas. Segundo a Declaração, “o presidente Mariano Rajoy convidou o presidente Michel Temer a visitar a Espanha, o que foi aceito pelo mandatário brasileiro, em data a ser determinada de acordo com a conveniência mútua.”

A Comissão Ministerial, inaugurada em 2014, é um dos principais instrumentos de consultas bilaterais regulares e é chefiada por ambos os chanceleres. Durante a visita do presidente Rajoy ao Brasil, em 2017, foi

acordado que a Comissão deverá reunir-se a cada dois anos, alternadamente em cada país, sem prejuízo da possibilidade de os chanceleres manterem consultas mais frequentes, quando necessário. Decidiu-se, ainda, realizar, nos intervalos entre reuniões da Comissão Ministerial, consultas entre o Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Iberoamérica (SECIPI) da Espanha e o Secretário-Geral de Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

Destacam-se, no âmbito das visitas bilaterais recentes, aquela realizada pelo então ministro da Defesa, Raul Jungmann, acompanhado pelo Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, a Sevilha, para participar da cerimônia de entrega de aeronave C295 pela empresa Airbus; e a visita do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, a Madri, ambas em 2017. Em 2018, o Secretário de Estado para as Relações Exteriores da Espanha, Ildelfonso Castro, realizou visita ao Brasil, ocasião em que foi recebido pelo senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão, para almoço e reunião de trabalho.

#### Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos espanhóis. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

### **POLÍTICA INTERNA**

O Reino da Espanha é uma monarquia parlamentar, na qual a chefia do Estado está a cargo do monarca, o Rei Felipe VI, que também cumpre o papel de árbitro do funcionamento estável das instituições e de símbolo de unidade nacional. A chefia do Executivo está a cargo do Presidente de Governo, cuja nomeação, pelo Rei, após as eleições gerais, depende de votação na qual a maioria do Congresso dos Deputados aprova seu programa de Governo, investindo-lhe no cargo.

O Presidente de Governo tem a prerrogativa de solicitar a dissolução das Cortes Gerais (Congresso dos Deputados e Senado) antes do término do mandato de quatro anos, convocando novas eleições. Necessita, para tanto, do consentimento do Rei, que detém o direito de dissolução das Cortes Gerais, exercido apenas a pedido do chefe de Governo. A

Constituição também prevê que o parlamento destitua o Governo, mediante aprovação de moção de censura.

A Constituição (1978) e a Lei Orgânica do Regime Eleitoral Geral (Lei 5/1985, modificada em 2011) conformam o marco jurídico dos processos eleitorais, por sufrágio universal, para o Congresso dos Deputados, o Senado, o Parlamento Europeu e as assembleias municipais. As eleições nas Comunidades Autônomas observam referida Lei Orgânica, mas também são regidas por leis eleitorais próprias. O ordenamento territorial espanhol compreende 17 comunidades autônomas, cada uma dotada por seu respectivo parlamento, e 52 províncias (incluídas as cidades autônomas de Ceuta e Melilla).

O Congresso dos Deputados é composto de 350 assentos, enquanto o Senado é integrado por número variável de membros – atualmente 266, entre os eleitos pelo voto direto e os designados pelos Parlamentos das Comunidades Autônomas. Os mandatos são de quatro anos, os quais, dada a natureza parlamentar do regime político espanhol, tanto em nível nacional quanto autonômico ou municipal, podem ser abreviados na hipótese de convocação de eleições antecipadas (por exemplo, em decorrência de moções de censura ou de perda da maioria parlamentar).

O sistema partidário espanhol é multipartidário, tanto em nível nacional como regional. Os principais partidos nacionais são o Partido Popular (PP), o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), o Podemos e o Ciudadanos.

A eleição de Mariano Rajoy, em outubro de 2011, encerrou fase de interinidade política que durou cerca de dez meses. Em 2016, o Presidente do Governo e líder do Partido Popular (PP) renovou seu mandato por mais quatro anos (2016-2020).

Na Catalunha, o governo regional (“Generalitat”) vinha sendo liderado por coalizão de partidos de diferentes orientações, como o Partido Democrático da Catalunha (PDCat) e a Candidatura Única Popular (CUP), cuja única agenda compartilhada é a independência catalã. Após a realização, pelo governo local, de referendo independentista, em 1º de outubro de 2017, em que 90% das cédulas contabilizadas indicaram voto a favor da independência, o Parlamento catalão votou a favor da declaração unilateral de independência por ampla maioria. Em reação, o Senado espanhol aprovou medidas, amparadas pelo artigo 155 da Constituição espanhola, que incluem a dissolução do Parlamento regional catalão, a

destituição de lideranças locais e a convocação de eleições regionais, marcadas para 21 de dezembro ("21-D"). O então presidente da Catalunha, Carles Puigdemont, acusado de desobediência, conspiração e uso indevido de fundos públicos, buscou refúgio na Bélgica, onde se entregou à polícia e recebeu liberdade condicional.

Em 28/10/2017, o Ministério das Relações Exteriores pronunciou-se oficialmente a respeito do tema, nos seguintes termos: “O governo brasileiro acompanha com atenção os desdobramentos relativos à Catalunha, rejeita a declaração unilateral de independência e reitera seu chamado ao diálogo com base no pleno respeito à legalidade constitucional e na preservação da unidade do Reino da Espanha”.

Nas eleições do 21-D, confirmou-se possível reedição de governo independentista respaldado pelo somatório de Junts per Catalunya (JxC), Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) e Candidatura Única Popular (CUP) no “Parlament”. Destacou-se, por outro lado, resultado considerado histórico do Ciudadanos (C’s) como partido mais votado e com maior bancada no Legislativo.

A maioria elegeu, em 17 de janeiro, o novo Presidente do Parlamento da Catalunha - deputado Roger Torrent, da ERC. A hipótese de investidura à distância de Carles Puigdemont foi desautorizada cautelarmente, em fevereiro último, pelo Tribunal Constitucional. O Tribunal Supremo espanhol tampouco autorizou o comparecimento de Jordi Sànchez, detido preventivamente em Madri, a sessão de investidura do Parlamento catalão convocada para março.

Em 22/03, foi realizada sessão no Parlamento catalão para apresentação da candidatura do ex-conselheiro de Governo, Jordi Turull, ao cargo de Presidente da Generalitat, a qual foi derrotada.

Em 25/03, a polícia alemã deteve Puigdemont a poucos quilômetros da fronteira entre Alemanha e Dinamarca. Posteriormente, em 5/4, obteve a possibilidade de aguardar em liberdade, por meio de pagamento de fiança. Atualmente, aguarda-se avaliação pelas autoridades alemãs da possibilidade de sua extradição para a Espanha.

O País Basco, atualmente governado pelo Partido Nacionalista Basco (PNV), tem adotado diálogo com o Governo nacional. Conforme havia anunciado em março de 2017, o grupo Euskadi Ta Askatasuna (ETA) entregou suas armas no dia 8/4/2017. Em 3/5/18, em comunicado lido por suas lideranças, o grupo ETA anunciou sua dissolução.

## POLÍTICA EXTERNA

A Espanha é membro da UE desde 1986, faz parte do espaço Schengen desde 1995 e adotou o euro em 1999. É membro das Nações Unidas, tendo participado como membro não permanente do Conselho de Segurança nos períodos de 1969–1970, 1981–1982, 1993–1994, 2003–2004 e 2015–2016. Destaca-se, ainda, a qualidade da Espanha de membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), desde 1982, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1961. No que se relaciona à América Latina, a Espanha é membro fundador e sede (Madri) da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), criada em 2003.

A Chancelaria espanhola, sob o comando de Alfonso Dastis, tem dedicado empenho à recuperação do peso relativo da Espanha na Europa, sem descuidar dos tradicionais laços com a Ibero-América e o Magreb. Nesse contexto, a agenda de cooperação ibero-americana ganha peso como instrumento de projeção de contatos com países dessa região. A Espanha é, ademais, um dos principais investidores na região, com forte presença em setores como construção, energia e telecomunicações, sendo o Brasil o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina.

A União Europeia constitui o núcleo da política externa espanhola. A Espanha é um dos principais fiadores do projeto de integração e também um de seus principais referentes políticos e econômicos, embora tenha ingressado tardiamente no bloco.

O processo separatista na Catalunha foi seguido de gestões por parte da Moncloa e da Chancelaria espanhola com vistas a impedir declarações de instituições, organismos ou parceiros internacionais que pudessem ser interpretadas como aprovação do processo. O governo espanhol logrou receber 116 declarações de apoio à unidade espanhola e nenhum reconhecimento ao processo independentista da Catalunha.

A crise gerada pela declaração unilateral de independência condicionou momentaneamente a diplomacia espanhola. Em 2018, a Espanha deve retomar sua presença internacional, com recuperação do ritmo das visitas bilaterais e da participação em reuniões multilaterais do presidente Mariano Rajoy e do chanceler Alfonso Dastis. As prioridades estariam na Ásia (com destaque especial para a China), na África, na América Latina (dado o ano eleitoral para alguns países da região) e na

participação na Cúpula Ibero-Americana, em novembro próximo, na Guatemala.

Para o governo espanhol, a situação futura de Gibraltar constituiu dos temas mais relevantes no contexto do Brexit. Trata-se de um território considerado oficialmente pela Espanha como uma colônia. Recentemente, Madri apresentou proposta de soberania compartilhada com o Reino Unido. O ponto de maior repercussão na Espanha do acordo celebrado entre Reino Unido e União Europeia para o Brexit (19/03/18) refere-se à inclusão de Gibraltar nas negociações durante o período de transição acordado (março de 2019 a dezembro de 2020). Trata-se da confirmação, no acordo, de que nada se aplicará a Gibraltar sem o consentimento da Espanha e do Reino Unido. O governo espanhol resguarda, assim, “direito de veto” sobre a questão, que poderá viabilizar eventual diálogo bilateral com o Reino Unido sobre o tema.

### **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A economia espanhola continua em trajetória de sólido crescimento, tendo encerrado o ano de 2017 com elevação de 3,1% no PIB. No último trimestre do ano passado, registrou-se ligeira desaceleração do crescimento econômico.

Em 2010, o então Presidente do Governo José Luiz Rodrigues Zapatero, do Partido Socialista, deu início a processo de reformas, mantido e aprofundado pelo presidente Mariano Rajoy. A economia espanhola já acumula quatro anos consecutivos de crescimento econômico, e a Espanha foi o país europeu que mais cresceu entre 2014 e 2016, com aumento acumulado de 7,8% no período. O país já recuperou cerca de 80%, em termos reais, do produto perdido durante a crise econômica.

As reformas econômicas e do mercado de trabalho conseguiram impulsionar a economia, o que levou a Espanha a crescer 1,2% a mais que média da zona do euro em 2016 e o dobro da média europeia em 2015. Apesar dos dados positivos, os efeitos da crise econômica continuam apresentando desafios, dos quais se destacam a redução do déficit fiscal, a redução da dívida pública e a diminuição das taxas de desemprego, atualmente em 17,2%.

Entre os setores que mais vêm contribuindo para o crescimento econômico espanhol, destacam-se o automobilístico e o de turismo. A indústria automobilística espanhola atingiu a marca de 2,8 milhões de

automóveis em 2016. No turismo, a Espanha superou em 2016 todos os recordes históricos para o setor, recebendo 75 milhões de turistas estrangeiros. Como esses números, o turismo superou o percentual de 11% do PIB em 2016.

### **Comércio exterior**

A Espanha foi o 12º parceiro comercial do Brasil, com 1,81% do comércio exterior brasileiro em 2017. Já o Brasil foi o 17º exportador (com 0,9%) e o 16º importador de produtos espanhóis, com 1,3% do total. Os produtos básicos predominaram nas vendas brasileiras (79%), ao passo que os itens industrializados assumiram participação majoritária no que tange às aquisições originárias do mercado espanhol (94%).

Após três anos de resultados negativos em transações comerciais com a Espanha, o Brasil reverteu a tendência deficitária no comércio bilateral e obteve superávit de US\$ 39 milhões em 2016 e de US\$ 963 milhões em 2017 (21º maior saldo positivo brasileiro). O fluxo comercial alcançou US\$ 6,67 bilhões em 2017 (+29% ante 2016). As exportações cresceram significativamente, em 46%, evoluindo de US\$ 2,6 bilhões, em 2016, para US\$ 3,8 bilhões em 2017.

As vendas de produtos básicos cresceram 69% e as de manufaturados, 13%. Vale notar a importância crescente do país europeu na importação de produtos do agronegócio brasileiro, que geraram receita de US\$ 1,7 bilhão em 2017, representando 44% das vendas para a Espanha. No caso da soja em grão, o Brasil respondeu por 55% das compras espanholas, com destaque a: milho (29%); café (10%); farelo de soja (11%); carne de frango (11%) e melões (34%).

O crescimento das exportações brasileiras refletiu, principalmente, o aumento nas vendas de óleo bruto de petróleo (+133% em valor e +50% em volume); soja em grão (+27% em valor e +24% em volume); milho (+641% em valor e +684% em volume); e de minério de ferro (+103% em valor e +20% em volume).

Os principais grupos de produtos brasileiros exportados para o mercado espanhol em 2017 foram: óleo bruto de petróleo (25,2% da pauta ou US\$ 959 milhões); soja em grão (19,9% ou US\$ 758 milhões); milho (11,5% ou US\$ 437 milhões); minério de ferro (5,6% ou US\$ 215 milhões); pasta química de madeira (3,9% ou US\$ 148 milhões); minério

de cobre (3,9% ou US\$ 147 milhões); café em grão (2,9% ou US\$ 110 milhões).

Já o aumento de 11% nas importações (de US\$ 2,57 bilhões, em 2016, para US\$ 2,85 bilhões em 2017) deveu-se, sobretudo, à expansão nas aquisições de óleo refinado de petróleo (+105% em valor e +80% em volume).

As principais aquisições brasileiras de produtos espanhóis em 2017 foram: óleo refinado de petróleo (18,8% do total ou US\$ 537 milhões); inseticidas, fungicidas, herbicidas (3,5% ou US\$ 101 milhões); compostos orgânicos de enxofre (2,7% ou US\$ 76 milhões); medicamentos em doses (2,6% ou US\$ 74 milhões); partes e acessórios de veículos automóveis (2,7% ou US\$ 71 milhões) e virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção (2,4% ou US\$ 68 milhões).

### **Investimentos**

A característica principal dos investimentos espanhóis é a presença de grandes conglomerados multinacionais com atuação destacada na América Latina, os quais funcionam em setores que possuem barreiras de entrada de mercado em função da necessidade de extenso investimento inicial, como os sistemas bancário, de transportes e logística, de telefonia, de engenharia, entre outros.

Observa-se recente saída de investimentos da região da Catalunha (queda de 39,8% na comparação 2016-2017), em função de insegurança jurídica gerada pelo recente plebiscito sobre a independência da região autônoma. Ainda assim, em 2017, a região foi a segunda maior em atração de investimentos, atrás somente de Madri, com 13% do total dos IEDs.

Recentemente, a nota de crédito da Espanha assignada pela agência de classificação de risco Moody's foi melhorada de "Baa2" para "Baa1". As outras 3 principais agências já tinham melhorado as respectivas notas do país. A Moody's baseou a decisão no sólido desempenho da economia espanhola e no limitado impacto econômico da situação na Catalunha.

O Brasil é o oitavo maior investidor externo da Espanha. Merece destaque, nesse escopo, a compra da siderúrgica SIDENOR pela GERDAU. As principais empresas brasileiras com presença na Espanha são: GERDAU, Andrade Gutierrez, ITAÚ UNIBANCO, TAM, VOTORANTIM e WEG.

A Espanha é o segundo maior país investidor no Brasil. Os investimentos espanhóis concentram-se nos setores financeiro, de transportes, telecomunicações e construções. As principais empresas espanholas com presença no Brasil são: ABERTIS (infraestrutura), AERONOVA (aviação e transporte naval), ACCIONA (infraestrutura), COMSA (infraestrutura), CEG (gás natural), FERROVIAL (transportes), IBERDROLA (energia elétrica), INDRA (T.I.), ISOLUX CORSÁN (infraestrutura), Meliá (hoteleiro), REPSOL (óleo e gás), Santander e Telefónica.

**Cabo submarino:** A Telebrás e a espanhola Ellalink anunciaram joint venture para o desenvolvimento de cabo submarino entre Madri e São Paulo, com hub em Fortaleza. Em abril de 2017, a joint venture anunciou que o cabo estaria operacional a partir de 2019 e aumentaria em até sete vezes a capacidade operacional de telecomunicações do Brasil na América Latina.

**Banco Santander:** O grupo Santander obteve, em 2017, lucro líquido de EUR 6,6 bilhões, alta de 7% em relação a 2016, impulsionado pelo forte crescimento do lucro do Santander Brasil (42%). Graças ao bom desempenho no Brasil, que representou, pelo segundo ano consecutivo, a principal fonte de lucros para o grupo espanhol, o lucro total do Santander em 2017 superou a soma dos lucros dos demais grandes bancos espanhóis. O peso da filial brasileira foi ainda maior em 2017, uma vez que o lucro do Santander no Brasil registrou crescimento de 42% em relação a 2016. O lucro ordinário obtido no Brasil, de 2,54 bilhões de euros, representou 26% do total do grupo. Essa é a maior participação da filial brasileira nos lucros nos últimos cinco anos.

**Iberdrola:** Em abril de 2017, a empresa espanhola do ramo energético Iberdrola, detentora de 39% da holding brasileira Neoenergia, maior empresa privada brasileira do setor de energia, anunciou que compraria fatia adicional de 15% da companhia brasileira. A intenção final seria fundir a Neoenergia com a Elecnor, outra empresa brasileira. Em junho de 2017, o CADE aprovou a operação, que gerou conglomerado privado do setor energético atuante no Brasil com faturamento anual estimado de R\$ 20 bi. A empresa declarou interesse específico em adquirir a Eletrobrás, em caso de progresso na privatização da estatal. A Iberdrola anunciou, ainda, em dezembro de 2017, investimentos de 400 milhões de euros na região de Santa Luzia, na Paraíba, em turbinas de energia eólica.

**Gestamp:** A Gestamp, multinacional espanhola especializada em todo o processo de fabricação de autopeças, acaba de anunciar a aquisição, em Sorocaba, da Scórprios Indústria Metalúrgica Ltda, fábrica fornecedora de componentes de carroceria para Toyota, que conta com 418 empregados e gerou faturamento de EUR 27 milhões em 2017. Com essa fábrica, a Gestamp visa a incrementar as relações comerciais com a montadora japonesa, que representa 30% da fabricação mundial de veículos.

**Telefônica:** A Vivo, subsidiária brasileira do conglomerado espanhol Telefônica, foi anunciada, em setembro de 2017, como ramo mais lucrativo do grupo. A Telefônica Brasil encerrou o ano passado como líder do mercado brasileiro de telefonia, com 97,8 milhões de acessos.

A Telefônica pretende replicar no Brasil a experiência de expansão da fibra ótica até o lar na Espanha, país com o maior acesso na Europa e o terceiro da OCDE. Em setembro de 2017, as linhas de fibra ótica da Telefônica Brasil cresceram 44% em termos anuais. A empresa lidera o mercado brasileiro de internet de banda larga de alta velocidade com 82% de quota.

A empresa anunciou planos de investir R\$26,5 bilhões até 2020, dos quais R\$ 2,5 bilhões na expansão da fibra ótica até o lar. O presidente da Telefônica Brasil mostrou-se otimista em relação às perspectivas da economia brasileira e à continuidade da rentabilidade por dividendo da empresa, atualmente na faixa de 6%.

### Dados de investimentos

	<b>Investimentos Espanha - Brasil (em milhões de US\$)</b>							
	<b>Estoque</b>						<b>Fluxo</b>	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (jan)
<b>Origem: Espanha</b>	77187	70569	59475	57524	37472	n.d	2309	35
<b>Origem: Brasil</b>	11187	15376	19103	16402	13481	12536	41	2

<b>CRONOLOGIA HISTÓRICA</b>	
<b>1492</b>	Descobrimto da América.
<b>1700</b>	Morte de Carlos II e fim da dinastia dos Habsburgo.
<b>1713</b>	Fim da Guerra de sucessão espanhola e assinatura do

	Tratado de Utrecht.
<b>1812</b>	Cortes de Cádiz e adoção da primeira constituição espanhola, cunho liberal.
<b>1814</b>	Retorno de Fernando VII da França e estabelecimento de governo absolutista.
<b>1873</b>	Proclamação da Primeira República.
<b>1874</b>	Restauração da Monarquia dos Bourbon com Alfonso XII.
<b>1888</b>	Fundação da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).
<b>1898</b>	Perda das últimas colônias. Assinatura do Tratado de Paris.
<b>1914</b>	Neutralidade na Primeira Guerra Mundial.
<b>1931</b>	Segunda República.
<b>1932</b>	Autonomia da Catalunha.
<b>1936</b>	Revolta do general Francisco Franco e início da Guerra Civil.
<b>1939</b>	Fim da Guerra Civil.
<b>1945</b>	Fim da Segunda Guerra Mundial.
<b>1955</b>	Ingresso da Espanha na Organização das Nações Unidas.
<b>1962</b>	Espanha solicita entrada no Mercado Comum Europeu.
<b>1975</b>	Morte de Francisco Franco. Juan Carlos I torna-se Rei da Espanha.
<b>1978</b>	Adoção da nova Constituição espanhola.
<b>1986</b>	Espanha ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
<b>1992</b>	Espanha é sede das Olimpíadas (Barcelona).
<b>2006</b>	Parlamento espanhol adota novo estatuto sobre a autonomia da Catalunha.
<b>2011</b>	Mariano Rajoy é eleito presidente de Governo da Espanha
<b>2014</b>	Juan Carlos I abdica do trono e Felipe VI é coroado o Rei da Espanha.
<b>2016</b>	Carles Puigdemont assume a presidência da Catalunha.
<b>2017 (outubro)</b>	Realização de plebiscito que registra vitória pela independência da Catalunha.
<b>2017</b>	Parlamento da Catalunha declara independência. Governo central determina a aplicação do artigo 155 da Constituição. Fuga de Puigdemont, acusado de desobediência,

	conspiração e uso indevido de fundos públicos, para a Bélgica.
<b>2017 (dezembro)</b>	Novas eleições autonômicas elegem maioria independentista na Catalunha.
<b>2018 (março)</b>	Puigdemont é detido na Alemanha, onde aguarda extradição para a Espanha.
<b>2018 (maio)</b>	O grupo ETA anuncia sua dissolução.

<b>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</b>	
<b>1834</b>	Espanha reconhece a independência do Brasil.
<b>1890</b>	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo governo da Espanha.
<b>1933</b>	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada.
<b>1962</b>	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro.
<b>1988</b>	Assinatura do Tratado de Extradicação entre Brasil e Espanha.
<b>1989</b>	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil.
<b>1991</b>	Assinatura do Convênio de Seguridade Social.
<b>1996</b>	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos.
<b>2001</b>	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha.
<b>2003</b>	Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.
<b>2005</b>	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do então Presidente do Governo da Espanha ao Brasil.

<b>2007</b>	Assinatura do Acordo para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais.
<b>2010</b>	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa.
<b>2011</b>	A então Ministra dos Assuntos Exteriores e da Cooperação da Espanha, Trinidad Jiménez, realiza visita a Brasília, ocasião em que mantém encontro com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
<b>2011</b>	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação.
<b>2012</b>	O então Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, José Manuel García-Margallo, realiza visita ao Brasil e é recebido, em Brasília, pelo então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
<b>2012</b>	O Rei Juan Carlos I realiza visita ao Brasil e é recebido pela então Presidente da República, Dilma Rousseff.
<b>2012</b>	Chegada à Espanha dos primeiros alunos do Programa Ciência sem Fronteiras.
<b>2012</b>	A então Presidente Dilma Rousseff realiza visita a Madri, ocasião em que se reúne com o Presidente do Governo, Mariano Rajoy, e com o Rei Juan Carlos I.
<b>2014</b>	O então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, realiza visita à Espanha e é recebido pelo Presidente do Governo, Mariano Rajoy.
<b>2015</b>	O então vice-presidente Michel Temer participa do Seminário empresarial "Brasil-Espanha: Rumo a uma Nova Aliança Empresarial" em Madri.
<b>2015</b>	O então ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, José Manuel García-Margallo, realiza visita ao Brasil e cumpre agenda em Brasília, São Paulo e Salvador.
<b>2016</b>	O então ministro das Relações Exteriores José Serra recebe o então

	secretário de estado de Comércio da Espanha, Jaime García-Legaz.
<b>2016</b>	Viagem do então ministro das Relações Exteriores José Serra à Espanha.
<b>2017</b>	Visita do Presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy, ao Brasil.
<b>2017</b>	O governo brasileiro publica nota rejeitando a declaração unilateral de independência da Catalunha.
<b>2018</b>	Visita ao Brasil do Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Espanha, Ildfonso Castro López, ocasião em que foi recebido pelo senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão.

#### ACORDOS BILATERAIS

<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em vigor (data)</b>	<b>Publicação (D.O.U) (data)</b>
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas	15/04/2015	Em vigor: 06/08/2017	01/02/2018
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais.	23/08/2013	Em vigor: 23/08/2013 (Tramitação Ministérios/Casa Civil)	-/-
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a	24/07/2012	Em vigor: 01/03/2018 (Em Promulgação)	-/-

República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.			
Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	03/12/2010	Não em vigor (Tramitação Congresso Nacional). Obs: Tramitação Interrompida em Decorrência da Assinatura do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas de 15 de abril de 2015.	-/-
Plano de Ação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	07/02/2008	Em vigor: 07/02/2008	22/02/2008
Acordo, por troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	Em vigor: 07/04/2009	18/03/2009
Acordo entre a República Federativa do Brasil e do Reino da Espanha relativo à	17/09/2007	Não em vigor (Situação especial). Obs: Tramitação sobrestada para	-/-

Segurança de Informações Sigilosas		adequação à Lei de Acesso à Informação.	
Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	Em vigor: 10/11/2009	11/02/2010
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	Em vigor: 16/11/2009	13/12/2012
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	Em vigor: 31/08/2011	12/07/2013
Termo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha para a Implementação do Projeto "Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti"	30/11/2006	Em vigor: 30/11/2006	07/02/2007

Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	22/05/2006	Em vigor: 01/02/2008	09/12/2008
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha sobre Cessão de Tecnologia Turística	24/01/2005	Em vigor: 24/01/2005	02/02/2005
Protocolo de Colaboração em Matéria de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/01/2005	Em vigor: 24/01/2005	02/02/2005
Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha de 16 de maio de 1991	14/05/2002	Não em vigor (Em Ratificação)	
Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-Sustentado da Região Semi-Árida Brasileira.	19/02/2002	Em vigor: 19/02/2002	26/08/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha em	11/11/1999	Em vigor	16/08/2004

Matéria de Prevenção do Consumo e Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.			
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	18/04/1997	Em vigor: 20/05/1998	20/07/1998
Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	07/11/1996	Em vigor: 22/04/1998	04/05/1998
Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	23/07/1992	Em vigor: 06/07/1994	04/08/1994
Acordo, por Troca de Notas, para Modificação do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares de 28 de novembro de 1949, conforme Aprovado na Ata Final da XIII Reunião de Consulta Aeronáutica Bilateral, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha.	31/10/1991	Em vigor: 31/10/1991	27/02/1992

Memorando sobre Operações de Interesse para os Dois Países, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	17/05/1991	Em vigor: 17/05/1991	-/-
Ata que Estabelece as Bases de um Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre o Brasil e a Espanha.	17/05/1991	Em vigor: 17/05/1991	-/-
Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	16/05/1991	Em vigor: 01/12/1995	08/11/1995
Acordo, por Troca de Notas Verbais, para a Modificação do Regime Operacional do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 28 de novembro de 1949, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	02/10/1989	Em vigor: 02/10/1989	28/02/1990
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	13/04/1989	Em vigor: 31/07/1991	04/07/1991
Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e	13/04/1989	Em vigor: 27/07/1992	20/08/1992

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha			
Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988.	26/04/1988	Em vigor: 05/10/1990	20/12/1990
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	02/02/1988	Em vigor: 30/06/1990	25/06/1990
Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para Realização do Estudo de Revitalização da Cidade de João Pessoa, Paraíba.	09/04/1987	Em vigor: 09/04/1987	21/04/1987

Convênio de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha Fitossanitária.	12/04/1984	Em vigor: 12/01/1991	13/12/1990
Convênio Zoossanitário entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal.	12/04/1984	Em vigor: 07/03/1986	17/06/1986
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	12/04/1984	Em vigor: 11/06/1987	03/05/1984
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	Em vigor: 02/04/1993	08/06/1993
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha que Cria um	18/01/1983	Em vigor: 18/01/1983	02/03/1983

Grupo de Trabalho Específico para a Cooperação nos Setores Agrícolas, Pecuário, Florestal, Pesqueiro e Agroalimentar.			
Ajuste Administrativo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para Aplicação do Protocolo Adicional ao Acordo de Previdência Social Brasil-Espanha.	05/11/1981	Em vigor: 05/11/1981	26/03/1982
Entendimento sobre Mecanismo de Consulta entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	07/08/1979	Em vigor: 07/08/1979	19/09/1979
Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Estado Espanhol Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	Em vigor: 03/12/1975	05/01/1976
Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta contra as Secas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	23/10/1974	Em vigor: 23/10/1974	20/11/1974

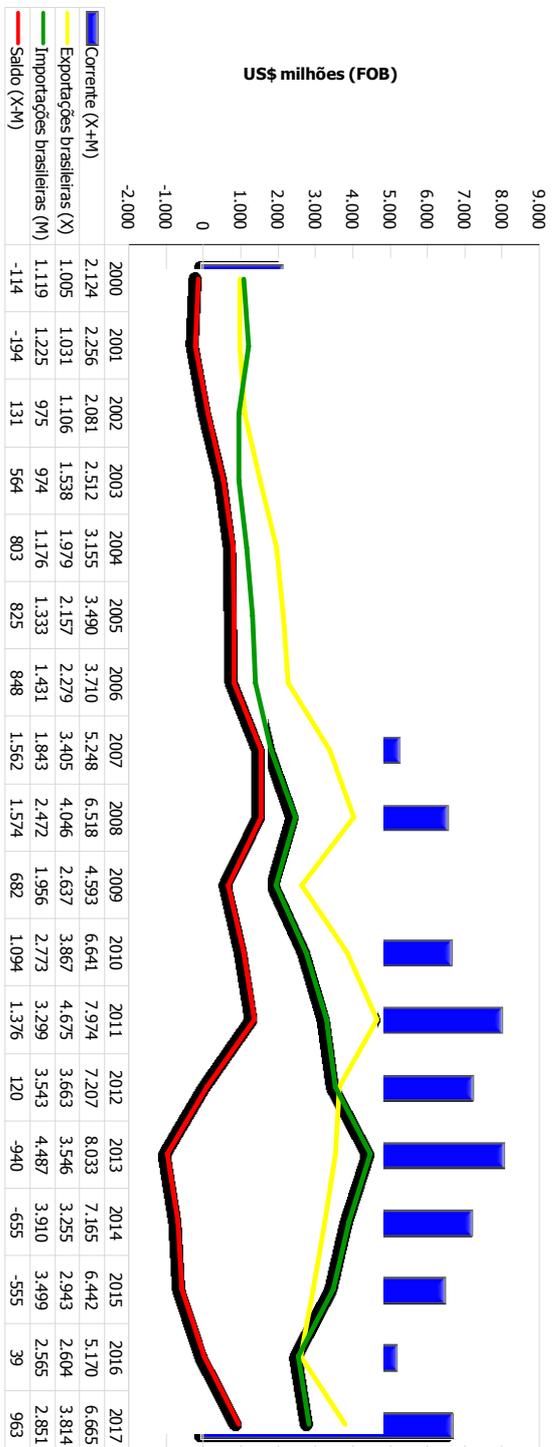
Acordo sobre Higiene e Sanidade Veterinárias entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha.	23/09/1971	Em vigor: 23/09/1971	09/08/1973
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha para a Aprovação do Convênio Assinado entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações e a Companhia Telefônica Nacional da Espanha.	01/04/1971	Em vigor: 01/04/1971	-/-
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	12/08/1965	Em vigor: 11/10/1965	11/10/1965
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	02/12/1963	Em vigor: 02/12/1963	09/01/1964
Declaração Econômica Conjunta do Grupo Misto Hispano-Brasileiro de Cooperação Industrial entre o Governo dos Estados Unidos do	28/01/1963	Em vigor: 28/01/1963	07/02/1963

Brasil e o Governo da Espanha.			
Acordo para Criação de um Grupo Misto de Cooperação Industrial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	16/05/1962	Em vigor: 16/05/1962	-/-
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	13/10/1960	Em vigor: 01/11/1960	-/-
Acordo Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	25/06/1960	Em vigor: 01/06/1965	19/08/1965
Acordo, por Troca de Notas, Modificando o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	07/07/1952	Em vigor: 07/07/1952	-/-
Acordo Administrativo entre o Brasil e a Espanha por Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais, por Via Aérea	23/06/1951	Em vigor: 23/06/1951	22/08/1951

Acordo sobre Malas Diplomáticas Aéreas	23/06/1951	Em vigor: 23/06/1951	
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	28/11/1949	Em vigor: 22/02/1954	15/03/1954
Acordo Administrativo entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Espanha para Troca de Correspondência em Malas Especiais.	28/05/1919	Em vigor: 28/05/1919	05/06/1919
Convenção de Arbitramento entre os Estado Unidos do Brasil e o Reino de Espanha	08/04/1909	Em vigor: 29/06/1911	04/02/1912
Convenção entre o Senhor D. Pedro II Imperador do Brasil e o regente do Reino da Espanha para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	Em vigor: 30/04/1870	31/12/1870

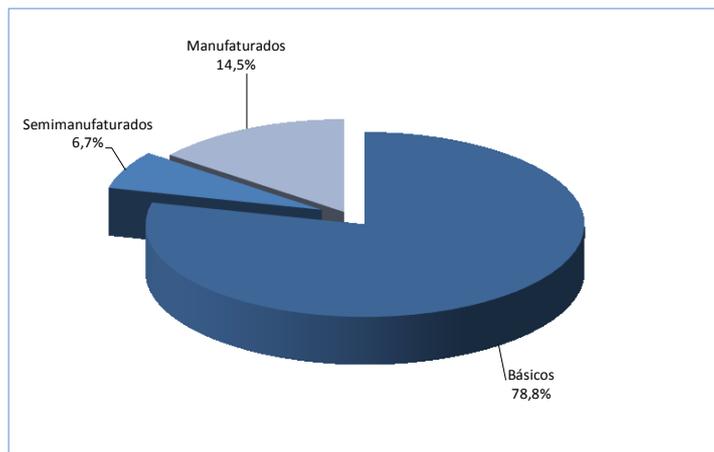
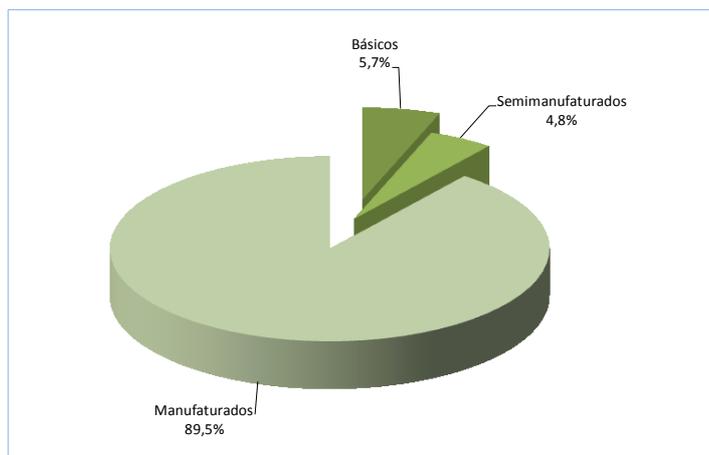
**DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS**

### Comércio Brasil-Espanha



Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	819	638	1.458	181
2018 (jan-mar)	1.193	629	1.822	564

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

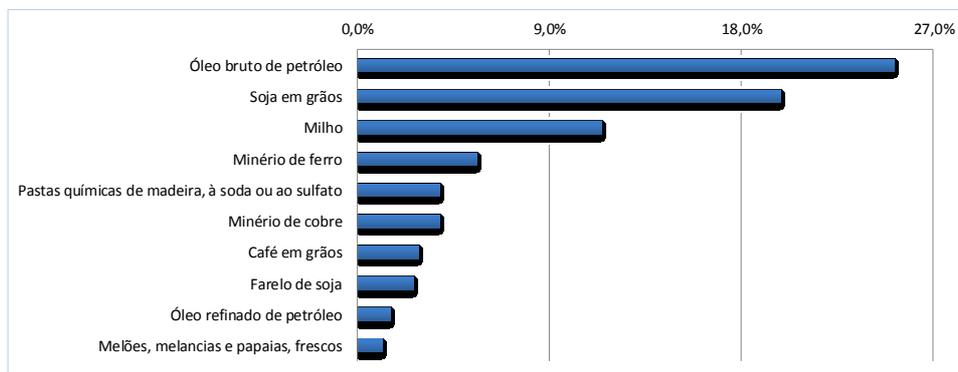
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

**Composição das exportações brasileiras para a Espanha (SH4)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	397	13,5%	411	15,8%	959	25,2%
Soja em grãos	909	30,9%	599	23,0%	758	19,9%
Milho	149	5,1%	59	2,3%	437	11,5%
Minério de ferro	160	5,4%	106	4,1%	215	5,6%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	103	3,5%	90	3,5%	148	3,9%
Minério de cobre	125	4,2%	115	4,4%	147	3,9%
Café em grãos	128	4,3%	110	4,2%	110	2,9%
Farelo de soja	154	5,2%	154	5,9%	100	2,6%
Óleo refinado de petróleo	0	0,0%	47	1,8%	59	1,6%
Melões, melancias e papaias, frescos	39	1,3%	35	1,4%	45	1,2%
<b>Subtotal</b>	<b>2.165</b>	<b>73,6%</b>	<b>1.726</b>	<b>66,3%</b>	<b>2.978</b>	<b>78,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>778</b>	<b>26,4%</b>	<b>878</b>	<b>33,7%</b>	<b>836</b>	<b>21,9%</b>
<b>Total</b>	<b>2.943</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.604</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.814</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

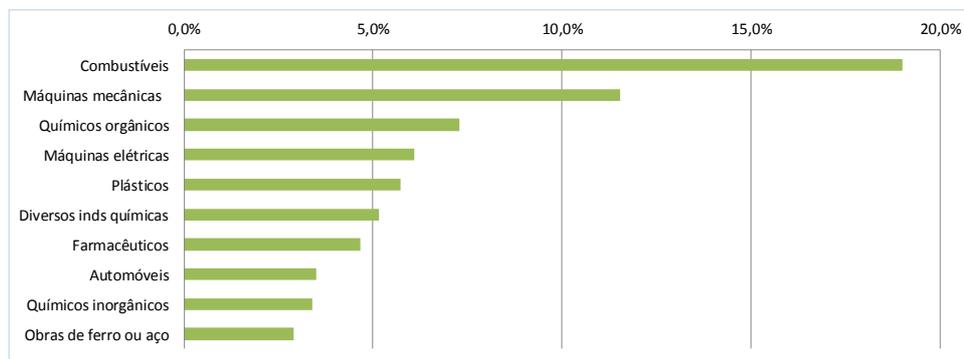


**Composição das importações brasileiras originárias da Espanha (SH2)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Combustíveis	437	12,5%	265	10,3%	542	19,0%
Máquinas mecânicas	542	15,5%	371	14,5%	329	11,5%
Químicos orgânicos	263	7,5%	227	8,8%	208	7,3%
Máquinas elétricas	365	10,4%	179	7,0%	174	6,1%
Plásticos	164	4,7%	170	6,6%	163	5,7%
Diversos inds químicas	47	1,3%	49	1,9%	147	5,2%
Farmacêuticos	149	4,3%	115	4,5%	133	4,7%
Automóveis	187	5,3%	109	4,2%	100	3,5%
Químicos inorgânicos	93	2,7%	91	3,5%	97	3,4%
Obras de ferro ou aço	105	3,0%	79	3,1%	83	2,9%
<b>Subtotal</b>	<b>2.352</b>	<b>67,2%</b>	<b>1.655</b>	<b>64,5%</b>	<b>1.976</b>	<b>69,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>1.147</b>	<b>32,8%</b>	<b>910</b>	<b>35,5%</b>	<b>875</b>	<b>30,7%</b>
<b>Total</b>	<b>3.499</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.565</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.851</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**

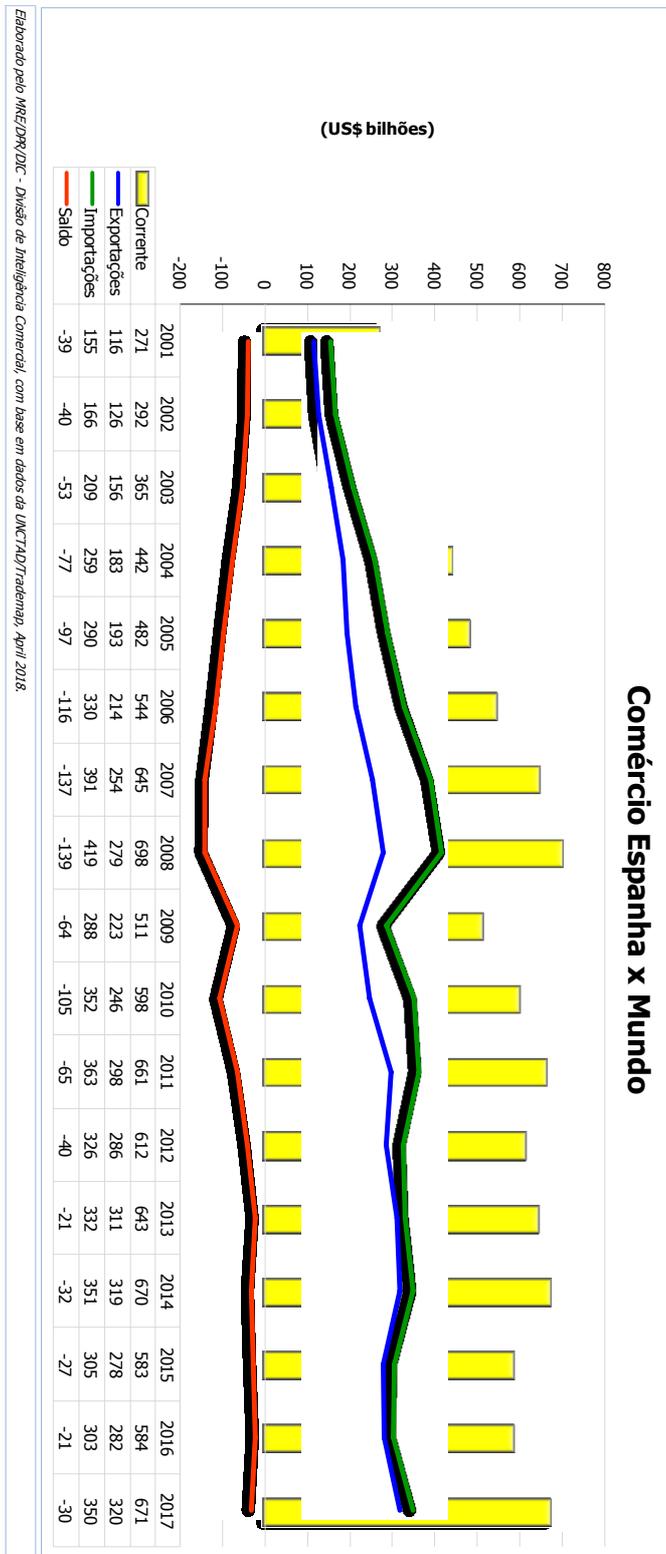


**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Óleo bruto de petróleo	208	25,4%	390	32,7%	Óleo bruto de petróleo 27%
Soja em grãos	181	22,1%	233	19,5%	Soja em grãos 19,5%
Farelo de soja	42	5,1%	80	6,7%	Farelo de soja 6,7%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	14	1,7%	59	4,9%	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato 4,9%
Minério de ferro	65	7,9%	55	4,6%	Minério de ferro 4,6%
Óleo refinado de petróleo	40	4,9%	45	3,8%	Óleo refinado de petróleo 3,8%
Milho	0	0,0%	44	3,7%	Milho 3,7%
Minério de cobre	51	6,2%	40	3,4%	Minério de cobre 3,4%
Café em grão	28	3,4%	26	2,2%	Café em grão 2,2%
Melões, melancias e papaias frescos	13	1,6%	17	1,4%	Melões, melancias e papaias frescos 1,4%
<b>Subtotal</b>	<b>642</b>	<b>78,3%</b>	<b>989</b>	<b>82,9%</b>	
<b>Outros</b>	<b>177</b>	<b>21,7%</b>	<b>204</b>	<b>17,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>819</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.193</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Combustíveis	129	20,2%	84	13,4%	Combustíveis 13,4%
Máquinas mecânicas	53	8,3%	70	11,1%	Máquinas mecânicas 11,1%
Químicos orgânicos	45	7,0%	51	8,1%	Químicos orgânicos 8,1%
Farmacêuticos	32	5,0%	38	6,0%	Farmacêuticos 6,0%
Plásticos	38	6,0%	36	5,7%	Plásticos 5,7%
Máquinas elétricas	52	8,1%	34	5,4%	Máquinas elétricas 5,4%
Químicos inorgânicos	21	3,3%	31	4,9%	Químicos inorgânicos 4,9%
Automóveis	24	3,8%	28	4,5%	Automóveis 4,5%
Diversos inds químicas	19	3,0%	28	4,5%	Diversos inds químicas 4,5%
Óleos vegetais	14	2,2%	23	3,7%	Óleos vegetais 3,7%
<b>Subtotal</b>	<b>427</b>	<b>66,9%</b>	<b>423</b>	<b>67,3%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>211</b>	<b>33,1%</b>	<b>206</b>	<b>32,7%</b>	
<b>Total</b>	<b>638</b>	<b>100,0%</b>	<b>629</b>	<b>100,0%</b>	

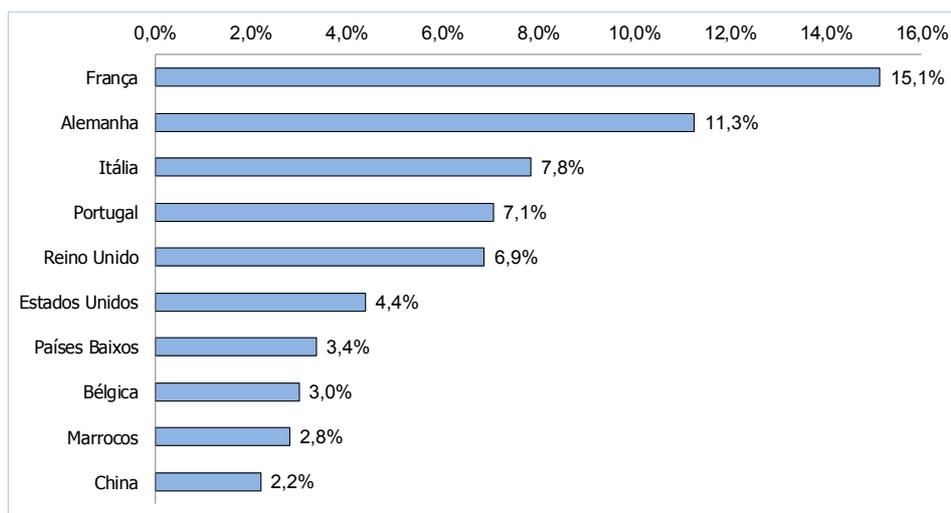
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



**Principais destinos das exportações da Espanha**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
França	48,5	15,1%
Alemanha	36,1	11,3%
Itália	25,1	7,8%
Portugal	22,6	7,1%
Reino Unido	22,0	6,9%
Estados Unidos	14,1	4,4%
Países Baixos	10,8	3,4%
Bélgica	9,6	3,0%
Marrocos	9,0	2,8%
China	7,1	2,2%
...		
<b>Brasil (17º lugar)</b>	<b>2,8</b>	<b>0,9%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>207,7</b>	<b>64,9%</b>
<b>Outros países</b>	<b>112,4</b>	<b>35,1%</b>
<b>Total</b>	<b>320,1</b>	<b>100,0%</b>

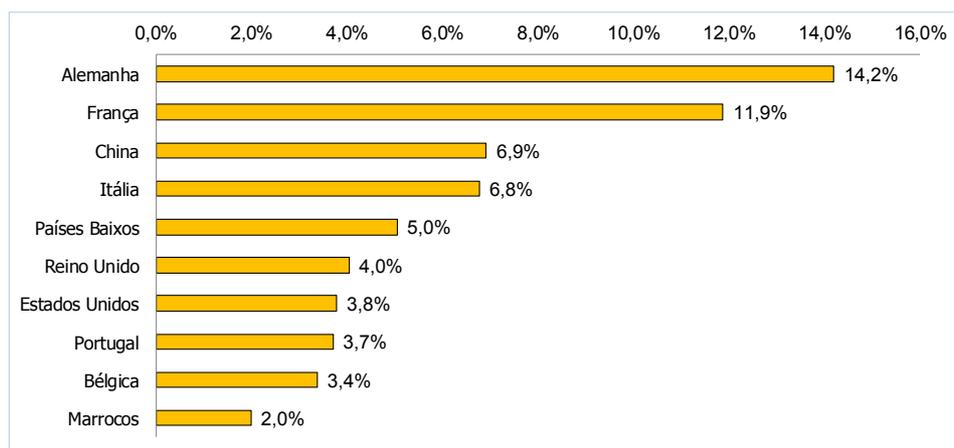
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*



**Principais origens das importações da Espanha**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Alemanha	49,8	14,2%
França	41,6	11,9%
China	24,2	6,9%
Itália	23,7	6,8%
Países Baixos	17,7	5,0%
Reino Unido	14,2	4,0%
Estados Unidos	13,3	3,8%
Portugal	13,0	3,7%
Bélgica	11,8	3,4%
Marrocos	7,0	2,0%
...		
<b>Brasil (16º lugar)</b>	<b>4,5</b>	<b>1,3%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>220,7</b>	<b>63,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>129,7</b>	<b>37,0%</b>
<b>Total</b>	<b>350,4</b>	<b>100,0%</b>

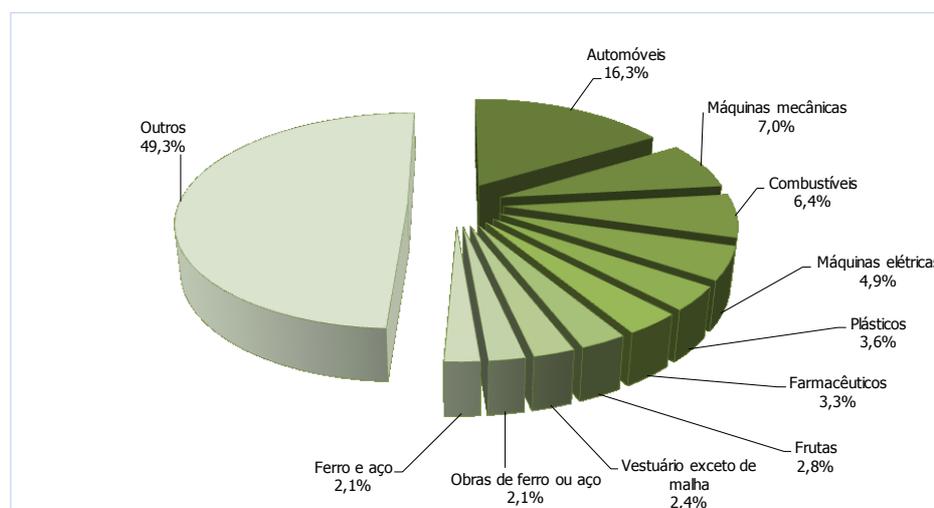
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*



**Composição das exportações da Espanha (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Automóveis	57,0	16,3%
Máquinas mecânicas	24,4	7,0%
Combustíveis	22,3	6,4%
Máquinas elétricas	17,1	4,9%
Plásticos	12,4	3,6%
Farmacêuticos	11,6	3,3%
Frutas	9,6	2,8%
Vestuário exceto de malha	8,6	2,4%
Obras de ferro ou aço	7,5	2,1%
Ferro e aço	7,3	2,1%
<b>Subtotal</b>	<b>178</b>	<b>50,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>173</b>	<b>49,3%</b>
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

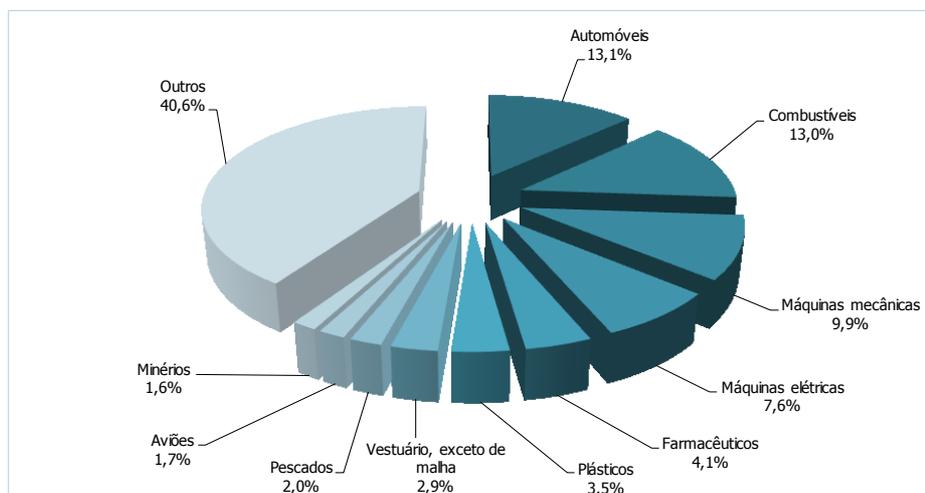


**Composição das importações da Espanha (SH2)**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part. % no total</b>
Automóveis	45,9	13,1%
Combustíveis	45,7	13,0%
Máquinas mecânicas	34,6	9,9%
Máquinas elétricas	26,6	7,6%
Farmacêuticos	14,4	4,1%
Plásticos	12,3	3,5%
Vestuário, exceto de malha	10,1	2,9%
Pescados	7,0	2,0%
Aviões	5,8	1,7%
Minérios	5,5	1,6%
<b>Subtotal</b>	<b>208,0</b>	<b>59,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>142,4</b>	<b>40,6%</b>
<b>Total</b>	<b>350,4</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.*

**10 principais grupos de produtos importados**



### Principais indicadores socioeconômicos da Espanha

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	3,24%	3,05%	2,75%	2,19%	1,86%
PIB nominal (US\$ trilhões)	1,23	1,31	1,51	1,58	1,66
PIB nominal "per capita" (US\$)	26.677	28.359	32.559	34.282	35.986
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,69	1,77	1,86	1,95	2,02
PIB PPP "per capita" (US\$)	36.444	38.286	40.290	42.124	43.814
População (milhões habitantes)	46,40	46,33	46,27	46,20	46,14
Desemprego (%)	19,64%	17,23%	15,51%	14,78%	14,19%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	1,57%	1,11%	1,61%	1,59%	1,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,92%	1,65%	1,57%	1,66%	1,70%
Câmbio (€ / US\$) <sup>(2)</sup>	0,95	0,83	0,83	0,83	0,83

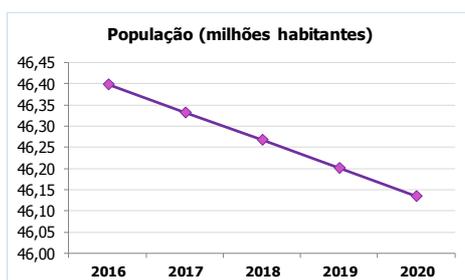
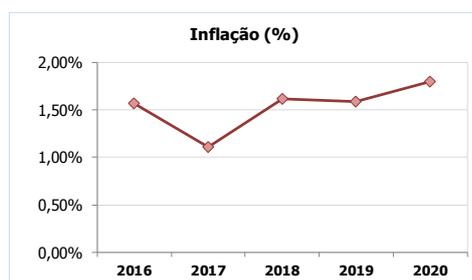
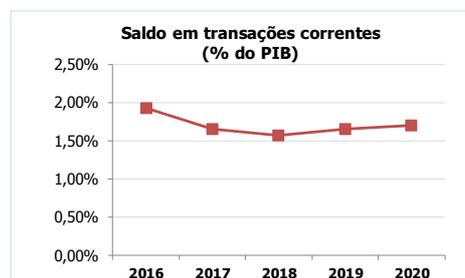
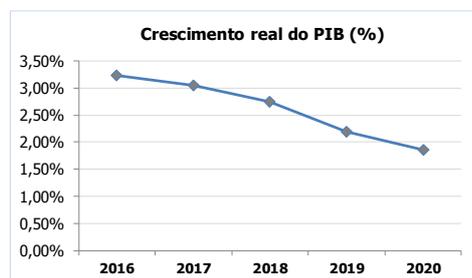
#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

Agricultura	2,6%
Indústria	23,2%
Serviços	74,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****ANDORRA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

**Maio de 2018**

<b>DADOS BÁSICOS</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Principado de Andorra
<b>GENTÍLICO:</b>	andorrano (a)
<b>CAPITAL:</b>	Andorra-a-Velha
<b>ÁREA:</b>	470 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	80.209 habitantes (2017)
<b>LÍNGUAS OFICIAIS:</b>	Catalão
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Católica (88,2%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Democracia parlamentar
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Unicameral (Conselho Geral)
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Copríncipes: Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicília (desde 12 de maio de 2003), representado por Josep Maria Mauri (desde 20 de julho de 2012); e Emmanuel Macron (desde 14 de maio de 2017), representado por Patrick Strzoda (desde 14 de maio de 2017)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-ministro Antoni Martí Petit (desde 1 de abril de 2015)
<b>CHANCELER:</b>	Maria Ubach Font (desde 17 de julho de 2017)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):</b>	US\$ 3,021 bilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):</b>	US\$ 3,56 bilhões
<b>PIB PER CAPITA (2017)</b>	US\$ 40.394
<b>PIB PPP PER CAPITA (2016)</b>	US\$ 48.643,31
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	2,8% (2017); 1,2% (2016); 0,8% (2015); 2,2% (2014); -0,3% (2013); -1,6% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0,85 (32ª posição entre 188 países)

<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2016):</b>	81,5 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO:</b>	n.d.
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):</b>	3,7% (Fonte: CIA Factbook)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	euro
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Não há representação diplomática andorrana residente no Brasil.
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	n.d.

Fonte principal: [www.estadistica.ad](http://www.estadistica.ad)

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ANDORRA (FONTE: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Andorra</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
<b>Intercâmbio</b>	57,071	-/-	61,380	-/-	113,862	1,983,756	1,300,899	161,463	134,450
<b>Exportações</b>	26,895	40,418	61,096	34,492	101,037	171,243	14,649	152,825	100,953
<b>Importações</b>	30,176	-/-	284	-/-	12,825	181,2513	128,6250	8,638	33,497
<b>Saldo</b>	-3,281	-/-	60,812	-/-	88,212	-1,641,270	-1,271,601	144,187	67,456

Informação elaborada em 10 de maio de 2018, pela secretária Camilla Corá. Revisada em 11 de maio de 2018, pela secretária Marcela Pompeu.

## APRESENTAÇÃO

O Principado de Andorra é um país europeu localizado na cordilheira dos Pirineus, entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. Com território de 467,63 km<sup>2</sup>, Andorra é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, San Marino, Mônaco e Vaticano. O principado é também o único país do mundo cuja única língua oficial é o catalão.

O país é conhecido como uma coprincipalidade ou diarquia, devido ao papel honorário concedido aos dois copríncipes: o bispo de Urgel, na Espanha, e o presidente da França. Seu parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

**PERFIS BIOGRÁFICOS****Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicília  
Copríncipe**

Nascido em 1949, em Barcelona. Em 1965 entrou no Seminário, onde estudou Humanidades, Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 1974. O Padre Vives i Sicília foi nomeado posteriormente Bispo Auxiliar de Barcelona em 1993. Foi nomeado pelo papa João Paulo II como bispo coadjutor de Urgell em 2001. Após dois anos, tornou-se bispo de Urgell e, portanto, co-príncipe de Andorra.

**Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron  
Copríncipe**

Nasceu em 1977, em Amiens. Estudou Filosofia na Universidade de Nanterre e concluiu Mestrado em Relações Públicas na Sciences Po. Formou-se na École Nationale d'Administration (ENA) em 2004. Trabalhou como funcionário público superior na Inspeção Geral de Finanças, e mais tarde, tornou-se banqueiro de investimento na Rothschild & Cie Banque. Foi nomeado vice-secretário geral do presidente por François Hollande, em 2012, e ministro da Economia, Indústria e Assuntos Digitais, em 2014. Em 2017, aos 39 anos, tornou-se o presidente mais jovem da história da França.

**Antoni Martí Petit**  
**Primeiro-ministro**



Nascido em 1963, em Escaldes-Engordany (Principado de Andorra), é arquiteto graduado pela Escola de Arquitetura e Urbanismo de Toulouse (França). Na esfera política, ocupou vários cargos institucionais desde 1994. Foi Conselheiro Geral em três diferentes legislaturas entre 1994 e 2003, exercendo cargos de diferentes responsabilidades perante o legislativo. Em 2004, deixou o Parlamento para participar de eleições comunais, sendo eleito prefeito de Escaldes-Engordany durante dois mandatos consecutivos: 2004-2007 e 2008-2011. Em 2011, foi eleito para o cargo de primeiro-ministro, para o qual foi reeleito em 2015.

### **RELAÇÕES BILATERAIS**

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular. A densidade das relações bilaterais é, contudo, modesta, consentânea com as pequenas dimensões do país. Em razão desse aspecto e da racionalização de recursos humanos por parte do Principado, as comunicações oficiais observam ritmos mais dilatados, mas nunca em prejuízo da efetividade e diligências dos contatos. Apesar de relações bilaterais ainda modestas, pode-se perceber nitidamente grande receptividade por parte das autoridades andorranas, com vistas ao estreitamento dos vínculos com o Brasil. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial.

As fluidas relações bilaterais culminaram em positivos resultados em termos de apoios a candidaturas brasileiras a cargos multilaterais, principalmente no âmbito do sistema ONU. Exemplos incluem o apoio ao professor Antonio Augusto Cançado Trindade nas eleições que resultaram, em 9 de novembro, na renovação de seu mandato à Corte Internacional de

Justiça e às candidaturas brasileiras ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT); ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO; à Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas, para o período 2017-2021; ao Conselho de Direitos Humanos, período 2017-2019; e ao Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW).

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização. Note-se, contudo, que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida.

Episódio marcante das relações bilaterais entre Brasil e Andorra consistiu na visita do ministro de Negócios Estrangeiros Gilbert Saboya Sunyé a Brasília, em abril de 2013, quando manteve reunião com o então ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Tratou-se da primeira visita de chanceler andorrano ao país. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área do Turismo, com o intuito de encorajar o intercâmbio de turistas e os investimentos mútuos na área, além do intercâmbio de especialistas e de troca de experiências e informações sobre turismo.

O presidente da República, Michel Temer, teve ocasião de saudar o chefe de governo do Principado, Antoni Martí Petit, e sua esposa durante a recepção por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Além disso, Petit coincidiu com o então vice-presidente Temer por ocasião da Cúpula Ibero-americana de Veracruz, em 2014. Em 2016, o então ministro do Turismo, Henrique Alves, manteve encontro com o ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri, ocasião na qual a parte andorrana manifestou interesse em promover o turismo entre os brasileiros que visitam a Espanha todos os anos, tendo em vista a proximidade do país com a Catalunha.

A cooperação bilateral segue focada no âmbito consular, dado o elevado número de turistas brasileiros que anualmente chegam ao Principado, assim como o emprego de nacionais brasileiros na indústria do turismo sazonal de inverno. Também são frequentes os intercâmbios de pedidos de cooperação jurídica internacional, sempre tramitados com rapidez e eficácia, com vistas às diligências judiciais cabíveis.

Nesse contexto, em abril de 2018, foi transmitida Nota Verbal ao Ministério dos Assuntos Exteriores do Principado de Andorra, em que se informa sobre a publicação, no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2018, da portaria de criação do Consulado Honorário em Andorra-a-Velha e da portaria de designação da senhora Maria Elena Redondo Torregrossa como Cônsul Honorária.

No plano ibero-americano, Andorra tem participação ativa. Desde 2005, o país participa das reuniões de Cúpula Ibero-Americana de chefes de Estado e de Governo. Em 2016, a capital andorrana ostentou o título de Capital da Cultura Ibero-americana e sediou a XXV Conferência Ibero-americana de ministros da Educação.

Andorra participou, ainda, por meio de contribuição financeira, em projeto trilateral Brasil-Guatemala-México na área de aleitamento materno e banco de leite humano. Entre temas de interesse, cumpre sublinhar a eleição de Andorra para assumir a Presidência Pro Tempore Ibero-americana, por ocasião do encontro de chanceleres ibero-americanos realizado, em dezembro último, em Antigua, Guatemala. Desse modo, a capital Andorra-a-Velha receberá, em 2020, a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Registre-se, finalmente, que, em janeiro último, o Secretariado Executivo da CPLP circulou, por Nota, carta da ministra dos Assuntos Exteriores de Andorra, Maria Ulbach, à Secretária-Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, comunicando a decisão do Conselho de Ministros daquele país de apresentar candidatura à categoria de Observador Associado da CPLP.

## **POLÍTICA INTERNA**

As origens da organização estatal andorrana são baseadas no instituto do coprincipado e remontam ao século XIII, quando se estabeleceu espécie de "condomínio feudal" entre Roger Bernardo III de Foix e Pedro de Urtx. No século XV, foi criado um Conselho da Terra, formado por representantes das unidades administrativas ("paróquias"), instituição que evoluiu gradativamente até converter-se no parlamento (Conselho Geral) de Andorra, no século XIX. Inicialmente, a figura do Síndico Geral do parlamento concentrava atividades executivas e judiciais. Em 1982, foi estabelecido o Conselho Executivo de Andorra, composto por um presidente e quatro ministros.

Desde que Napoleão voltou a assumir a soberania sobre Andorra, após breve lapso de tempo em que a França a recusara, formalizou-se o condomínio entre França e a Sé de Urgel, razão pela qual, até os dias atuais, a chefia de Estado recai sobre o presidente da República Francesa e o bispo de Urgel.

No contexto da modernização gradativa das instituições andorranas, aprovou-se por referendo popular, em 1993, a primeira Constituição escrita do país. Seu texto reafirma o regime do coprincipado parlamentar, sendo o presidente francês e o bispo de Urgel considerados símbolo e garantia da perenidade e independência de Andorra. O texto acordado assegura a soberania popular, inclusive por meio de iniciativa legislativa da população (desde que reunidas assinaturas de 10% dos habitantes), e limita a dois mandatos sucessivos a escolha do Síndico, dos prefeitos e dos integrantes do Judiciário. A aprovação da Constituição coincide com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas e seu reconhecimento internacional.

Segundo a Constituição de Andorra, "os co-príncipes são o símbolo e a garantia da permanência e da continuidade de Andorra, assim como de sua independência e do sustento do espírito de igualdade nas relações de equilíbrio com os Estados vizinhos". Embora as atribuições sejam, na prática, meramente protocolares, o texto constitucional estabelece que os copríncipes representam as funções de arbitrar e moderar o funcionamento dos poderes públicos e das instituições andorranas.

Antoni Martí Petit, líder do partido de centro-direita "Dèmoçrates de Andorra" (DA), assumiu a chefia de governo do Principado de Andorra em abril de 2011, havendo sido reeleito, em março de 2015, para novo mandato de quatro anos. A reeleição de Martí Petit foi interpretada como voto de confiança do eleitorado andorrano ao amplo processo de reformas iniciado por seu governo, raiz dos efeitos da grave crise econômica que derivou da recessão espanhola entre 2008 e 2012. A bancada do partido governista, não obstante, reduziu-se em sete representantes em relação à legislatura anterior, quando detinha 22 assentos. A vitória do DA foi matizada pelo crescimento da agremiação Liberals d'Andorra (LdA), de orientação conservadora, que passou a ser a segunda força política do país, com oito deputados.

O PIB nacional permanece quase que exclusivamente dedicado ao sistema financeiro e ao turismo. As atuais prioridades do Governo andorrano consistem, em contexto dos planos de modernização da

economia local, na construção de imagem de transparência de seu sistema financeiro por meio de compromissos de intercâmbio automático de informações tributárias e acordos de bitributação. Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização. A partir de então, Andorra firmou mais de vinte acordos bilaterais sobre intercâmbio de informação fiscal, bem como convênios para evitar bitributação.

Entrou em vigor, recentemente, uma das principais medidas legislativas com impacto sobre o modelo econômico andorrano: a lei de intercâmbio automático de informação em matéria fiscal. Trata-se do principal esforço de modernização da economia local, ao lado do empenho em receber dos sócios europeus e dos principais organismos mundiais o reconhecimento sobre a adequação da transparência do setor bancário local. Nos últimos anos, na esteira de crises e incertezas sobre o futuro da banca andorrana, houve reforço na presença internacional e elevação do padrão de liquidez para manter sua competitividade.

Com medidas que visam a maior transparência fiscal, associadas a uma tradição bancária de quase um século, com instituições financeiras com índices de solvência superiores a maioria das praças financeiras do mundo, Andorra tem experimentado importante dinamização em termos de investimentos recebidos do exterior.

O governo andorrano, por fim, tem o objetivo de consolidar a abertura do Principado ao exterior, ao identificar sete desafios a serem enfrentados pelo país: i) intercâmbio automático de informações tributárias; ii) soberania energética e sustentabilidade; iii) incremento da oferta educativa; iv) melhoria das comunicações com o exterior; v) aumento do investimento estrangeiro e da diversificação da economia; vi) oferta cultural; e vii) associação com a União Europeia.

## **POLÍTICA EXTERNA**

Apenas em 1993 Andorra tornou-se membro pleno das Nações Unidas. Nesse contexto, o país busca adequar-se paulatinamente ao amplo acervo de diplomas multilaterais, a exemplo do pedido de apoio à sua adesão à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Menores. Ainda no âmbito multilateral, Andorra sublinha a importância do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável N° 4

(educação), declaradamente o eixo da diplomacia multilateral do Principado.

Trata-se, naturalmente, de país com limitada inserção internacional e com relações mais significativas com os vizinhos Espanha e França. Andorra possui apenas oito representações diplomáticas no exterior, o que supõe significativo esforço para ampliar seu escopo de atuação, em particular por meio das Cúpulas Ibero-americanas.

Ressalta-se a singularidade de Andorra como único país dotado de identidade em suas relações internacionais simultaneamente com a Ibero-América e com a Francofonia. O país mantém relações reconhecidamente excelentes com a Espanha, consubstanciadas em cerca de 40 acordos nos mais diversos setores e marcada por frequentes visitas de alto nível. O presidente Mariano Rajoy visitou o país em 2015 – a primeira visita de um presidente de Governo espanhol ao país.

Andorra está empenhada em negociações para um Acordo de Associação com a União Europeia (UE) que lhe permita aceder, sem barreiras, ao mercado interior comunitário, preservando, contudo, especificidades próprias. O modelo a que aspira o Principado está calcado no acordo alcançado por Liechtenstein no marco do Espaço Econômico Europeu. Novo acordo sobre fiscalidade entre Andorra e UE, que pretende coibir a evasão fiscal, cumpre um dos requisitos da pretendida Associação, dentro dos mesmos parâmetros utilizados nas negociações do bloco com Mônaco e San Marino. Prevê-se que as negociações, que ainda precisam evoluir para as discussões sobre a liberdade de circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, possam demorar, pelo menos, dois anos adicionais. A consecução do Acordo de Associação é percebida como instrumental para atrair investimentos produtivos que contribuam à diversificação econômica do país.

Além da ONU, Andorra é membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), do Tribunal Penal Internacional (TPI), da União Internacional de Telecomunicações (ITU), do Conselho da Europa, da Organização Mundial do Turismo, da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol).

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

### **Intercâmbio comercial Brasil - Andorra**

As trocas comerciais Brasil-Andorra são ainda pouco expressivas, sendo o principado o 213º destino das vendas e a 180ª origem das compras brasileiras. Já o Brasil é o 29º importador e o 51º importador de bens andorranos. O fluxo comercial alcançou US\$ 134 mil em 2017 (+15% ante 2016). As exportações brasileiras cresceram 25% (de US\$ 81 mil em 2016, para US\$ 101 mil em 2017), ao passo que as importações caíram 8% (de US\$ 37 mil em 2016 para US\$ 33 mil em 2017).

Após cinco anos consecutivos de déficits brasileiros nas transações comerciais com o Principado, o Brasil reverteu essa tendência negativa e obteve superávits a partir de 2015 (US\$ 67 mil em 2017). Vale observar que não existe tradição nos produtos comercializados: a cada ano novos produtos compõem a pauta, que não se repete no período seguinte.

Em 2017, os produtos industrializados representaram a totalidade do fluxo comercial bilateral. Os produtos brasileiros exportados para Andorra naquele ano foram: obras de carpintaria para construções (63,8% ou US\$ 64 mil); artigos e equipamentos para ginástica e atletismo (23,6% ou US\$ 24 mil); livros e impressos (7,7% ou US\$ 8 mil); e brinquedos (4,3% ou US\$ 4,3%). Vale notar que esses produtos entraram na pauta em 2017, não constando, porém, das vendas de 2015 e de 2016.

Na mesma linha, os principais produtos importados pelo Brasil também não constaram da pauta de anos anteriores. São eles: tintas e vernizes (36,5% ou US\$ 12 mil); circuitos integrados eletrônicos (17,7% ou US\$ 6 mil); microfones e alto-falantes (14,1% ou US\$ 5 mil); virabrequins, manivelas e rodas de fricção (12,5% ou US\$ 4 mil); e obras de pedra (6,8% ou US\$ 2 mil).

#### **Possíveis oportunidades para o Brasil em Andorra (Fonte: Unctad/TradeMap)**

- Veículos automóveis de passageiros;
- Cervejas de malte;
- Preparações alimentícias não especificadas;
- Calçados de couro natural;
- Ouro, em forma bruta ou semimanufaturada;
- Carne bovina, fresca ou refrigerada;
- Partes e acessórios para veículos;
- Pneumáticos novos, de borracha;
- Produtos de tabaco e sucedâneos;

- Carnes salgadas/secas/defumadas.

### Investimentos Brasil-Andorra

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de fluxos de investimentos brasileiros diretos em Andorra atualmente.

A partir de 2012, o BACEN modificou a metodologia empregada para o registro do estoque de IED no Brasil, destacando o registro por "investidor final", que considera a origem da empresa investidora, em vez do país de origem imediata do capital. Com a nova metodologia, o estoque de investimentos diretos de Andorra no Brasil foi revisado para US\$ 3 milhões, volume financeiro diminuto que classifica Andorra como o 77º investidor estrangeiro no Brasil.

O país, tradicional praça bancária europeia, deixou de ser considerado paraíso fiscal pela OCDE a partir de 2009. Em junho de 2017, o crime de delito fiscal foi tipificado no país, significando progresso ainda maior no sentido de superação do estigma passado e na homologação de padrões financeiros estabelecidos pela União Europeia, no âmbito da negociação de acordo de associação entre o país e a UE.

<b>Oportunidades setoriais para o Brasil em Andorra - (exceto petróleo) - 2016 -</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 80 mil
Exportação total do Brasil	US\$ 185,2 bilhões
Importação total de Andorra	US\$ 1,4 bilhão
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,01% // 38º
<b>1) NCM/SH-8703 - Veículos automóveis de passageiros</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 4,8 bilhões
Importação total de Andorra	US\$ 115,5 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 45,2%)
<b>2) NCM/SH-2106 - Preparações alimentícias não especificadas</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 353,8 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 21,8 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 51,1%)
<b>3) NCM/SH-7108 - Ouro, em forma bruta ou semimanufaturada</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 2,9 bilhões
Importação total de Andorra	US\$ 18,0 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 99,2%)

<b>4) NCM/SH-8708 - Partes e acessórios para veículos</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 1,9 bilhão
Importação total de Andorra	US\$ 14,6 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 78,9%)
<b>5) NCM/SH-2403 - Produtos de tabaco e sucedâneos</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 65,3 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 13,5 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Alemanha (part. 52,6%)
<b>6) NCM/SH-2203 - Cervejas de malte</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 78,0 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 11,9 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 91,1%)
<b>7) NCM/SH-6403 - Calçados de couro natural</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 471,6 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 11,5 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 29,3%)
<b>8) NCM/SH-0201 - Carne bovina, fresca ou refrigerada</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 757,2 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 9,4 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 65,9%)
<b>9) NCM/SH-4011 - Pneumáticos novos, de borracha</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 1,1 bilhão
Importação total de Andorra	US\$ 8,6 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 74,4%)
<b>10) NCM/SH-0210 - Carnes salgadas, secas ou defumadas (bovina e suína)</b>	
Exportação do Brasil para Andorra	US\$ 0,0
Exportação total do Brasil	US\$ 420,5 milhões
Importação total de Andorra	US\$ 7,9 milhões
Fatía de mercado e posição do Brasil na importação de Andorra	0,0% // --
Principal fornecedor de Andorra	Espanha (part. 99,9%)

<b>CRONOLOGIA HISTÓRICA</b>	
<b>1133</b>	O conde de Urgell cede Andorra ao bispo de Urgell.
<b>1278</b>	Nos termos do acordo de "pareage", Andorra adota fidelidade conjunta a um príncipe francês e um espanhol, após disputas entre herdeiros franceses do condado de Urgell e bispos espanhóis de Urgell.

<b>1419</b>	O Conselho da Terra, órgão eleito, é estabelecido para lidar com questões locais.
<b>1607</b>	Édito real francês estabelece que chefe de Estado francês e bispo de Urgell serão co-príncipes de Andorra.
<b>1936-39</b>	Tropas francesas são enviadas para proteger Andorra na Guerra Civil Espanhola.
<b>1939-45</b>	Andorra, neutra durante a Segunda Guerra Mundial, torna-se rota de contrabando da França de Vichy para a Espanha neutra.
<b>1982</b>	Primeiro ramo executivo do governo toma posse. Sua liderança é eleita pelo Conselho da Terra.
<b>1990</b>	Andorra assina acordo que estabelece união aduaneira com a União Europeia.
<b>1993</b>	Primeira constituição é adotada, por referendo. Documento reduz poderes feudais dos dois príncipes. Novos órgãos executivos, legislativos e judiciais do governo são criados.
<b>1993</b>	Andorra se junta às Nações Unidas.
<b>1993</b>	França e Espanha estabelecem embaixadas em Andorra.
<b>2004</b>	Assinado Acordo de Cooperação com a União Europeia, que entra em vigor no ano seguinte.
<b>2011</b>	Assinado acordo com a UE que permite que o euro seja a moeda oficial de Andorra. O acordo entra em vigor em 2012.
<b>2013</b>	Andorra introduz o imposto de renda pessoal pela primeira vez, sob pressão da União Europeia para combater a evasão fiscal.
<b>2016</b>	EUA suspendem sanções impostas em 2015 contra o quarto maior banco de Andorra, o Banca Privada d'Andorra, por lavagem de dinheiro.
<b>2016</b>	O Parlamento aprova planos para acabar com o sigilo das contas bancárias de residentes da UE a partir de janeiro de 2018.

#### **CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

<b>1993</b>	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado.
<b>1997</b>	Nomeação do primeiro embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri.
<b>2013</b>	O ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil, ocasião na qual é firmado Memorando de Entendimento sobre Turismo.

---

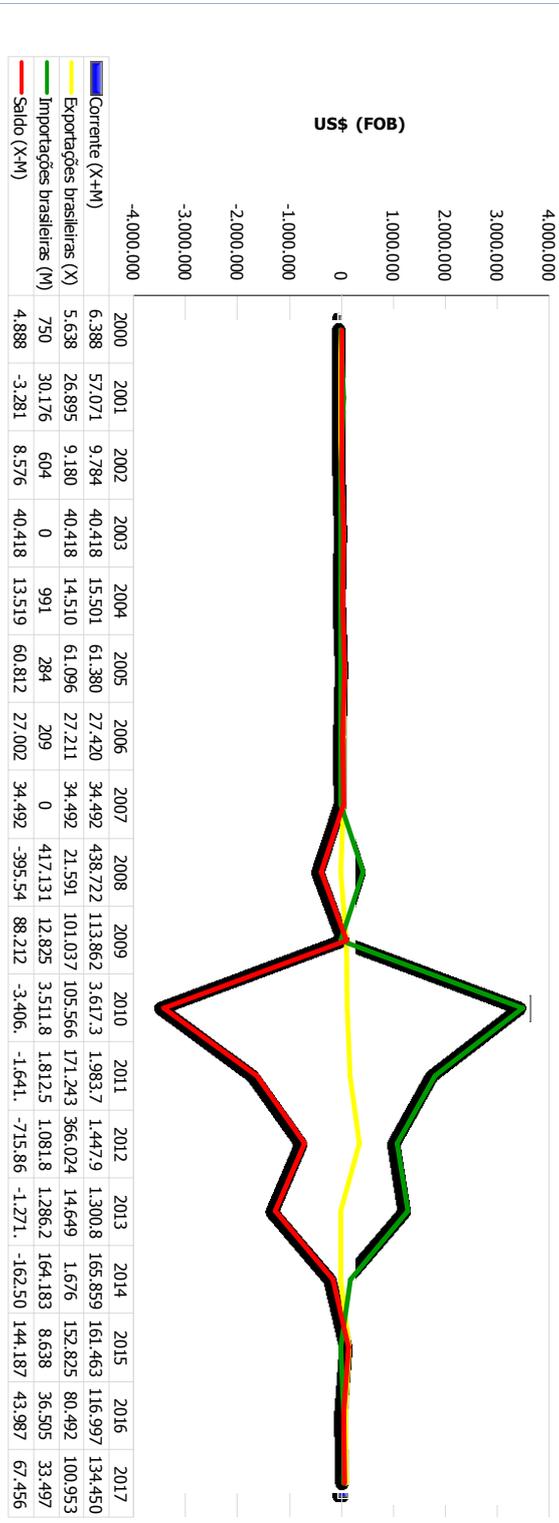
<b>2016</b>	O então ministro do Turismo, Henrique Alves, mantém encontro com o ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri.
-------------	---

<b>ACORDOS BILATERAIS</b>
---------------------------

Não há registro de acordos bilaterais entre Brasil e Andorra no sistema Concórdia.

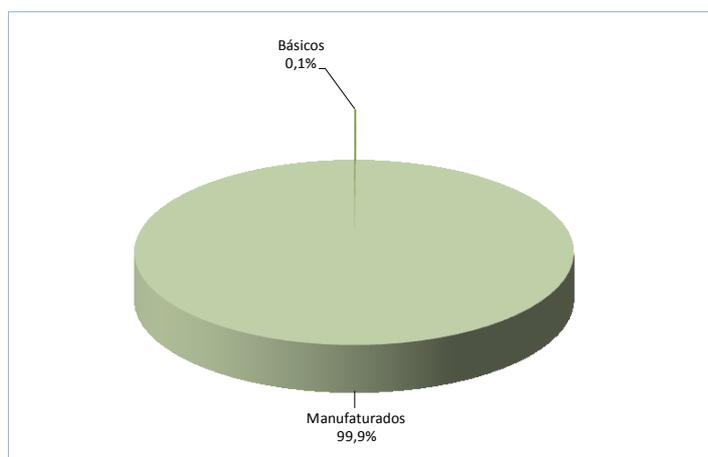
<b>DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS</b>
-----------------------------------

### Comércio Brasil-Andorra



Elaborado pelo MNE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-abr)	34.441	14.631	49.072	19.810
2018 (jan-abr)	1.014	8.861	9.875	-7.847

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2017****Exportações****Importações**

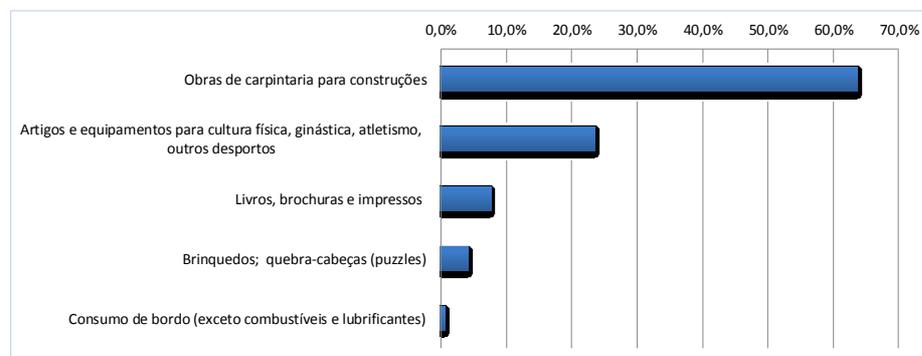
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.*

**Composição das exportações brasileiras para Andorra (SH4)**  
**US\$**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Obras de carpintaria para construções	0	0,0%	0	0,0%	64.361	63,8%
Artigos e equipamentos para cultura física, ginástica, atletismo, outros desportos	0	0,0%	0	0,0%	23.875	23,6%
Livros, brochuras e impressos	0	0,0%	0	0,0%	7.760	7,7%
Brinquedos; quebra-cabeças (puzzles)	0	0,0%	0	0,0%	4.297	4,3%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	1.365	0,9%	5.200	6,5%	628	0,6%
Camisas de malha, de uso masculino	0	0,0%	0	0,0%	32	0,0%
Máquinas de lavar louça	0	0,0%	46.019	57,2%	0	0,0%
Espingardas e carabinas de caça, armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca, pistolas lança-foguetes, aparelhos concebidos apenas para lançar	0	0,0%	24.564	30,5%	0	0,0%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	3.553	4,4%	0	0,0%
Ouro em formas brutas, semimanufaturadas ou em pó	151.460	99,1%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>152.825</b>	<b>100,0%</b>	<b>79.336</b>	<b>98,6%</b>	<b>100.953</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.156</b>	<b>1,4%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>152.825</b>	<b>100,0%</b>	<b>80.492</b>	<b>100,0%</b>	<b>100.953</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017**

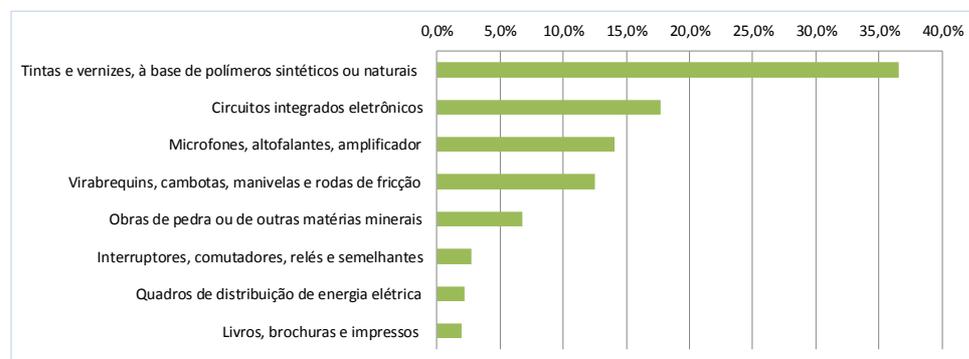


**Composição das importações brasileiras originárias de Andorra (SH4)  
US\$**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tintas e vernizes, à base de polímeros sintéticos ou naturais	0	0,0%	0	0,0%	12.243	36,5%
Circuitos integrados eletrônicos	0	0,0%	0	0,0%	5.920	17,7%
Microfones, altofalantes, amplificador	0	0,0%	0	0,0%	4.715	14,1%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	4.203	12,5%
Obras de pedra ou de outras matérias minerais	0	0,0%	0	0,0%	2.275	6,8%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	1.233	3,4%	917	2,7%
Quadros de distribuição de energia elétrica	271	3,1%	0	0,0%	721	2,2%
Livros, brochuras e impressos	0	0,0%	0	0,0%	667	2,0%
Compostos orgânicos formados a partir da amônia	0	0,0%	34.999	95,9%	0	0,0%
Partes de motores e geradores elétricos	5.505	63,7%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>5.776</b>	<b>66,9%</b>	<b>36.232</b>	<b>99,3%</b>	<b>31.661</b>	<b>94,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>2.862</b>	<b>33,1%</b>	<b>273</b>	<b>0,7%</b>	<b>1.836</b>	<b>5,5%</b>
<b>Total</b>	<b>8.638</b>	<b>100,0%</b>	<b>36.505</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.497</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2018.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017**



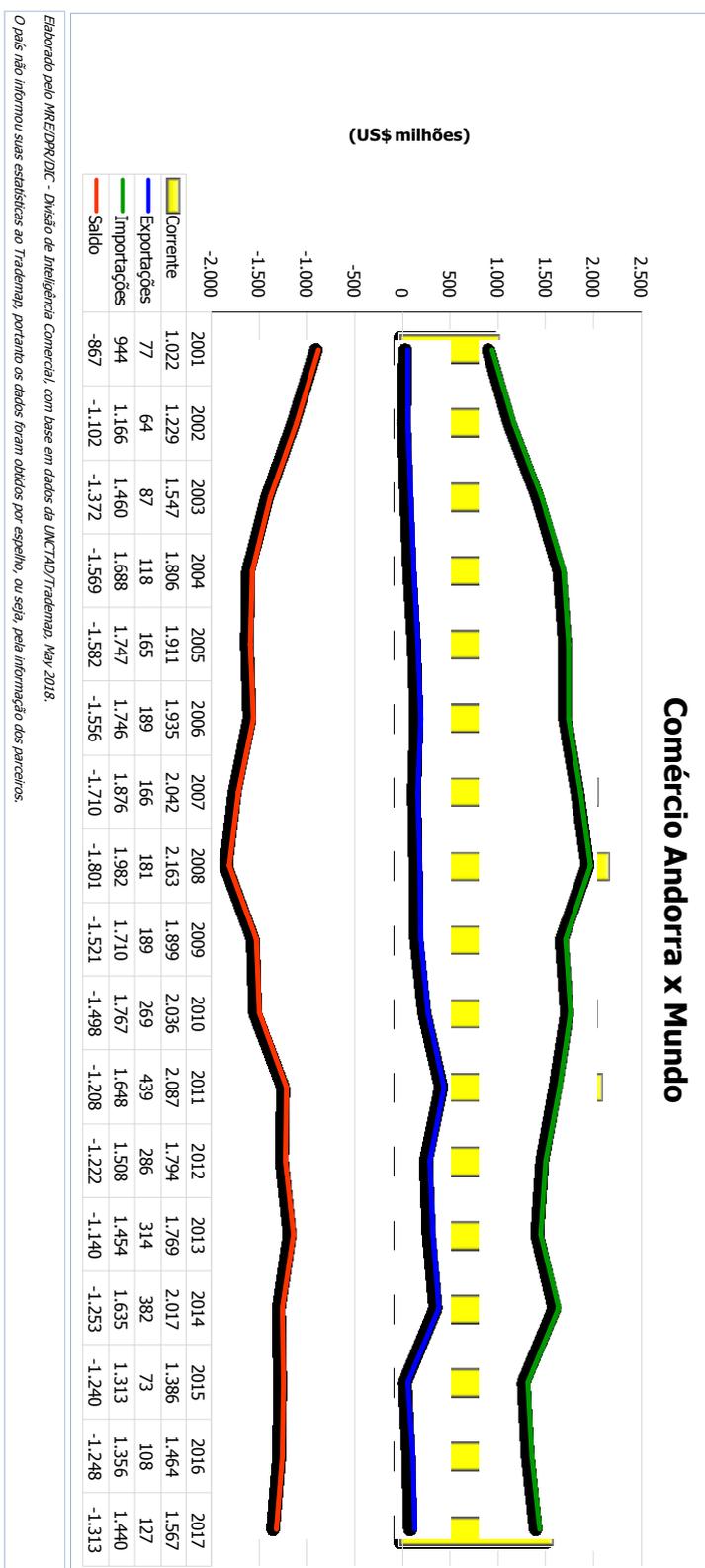
## Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
<b>Exportações</b>					
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	628	1,8%	1.014	100,0%	
Obras de carpintaria para construções	33.781	98,1%	0	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>34.409</b>	<b>99,9%</b>	<b>1.014</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros</b>	<b>32</b>	<b>0,1%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>34.441</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.014</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
<b>Importações</b>					
Aglutinantes preparados para moldes; produtos químicos e preparações das indústrias químicas	0	0,0%	7.945	89,7%	
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle, automáticos	0	0,0%	438	4,9%	
Artigos e equipamentos para cultura física, ginástica, atletismo, outros desportos	0	0,0%	373	4,2%	
Tintas e vernizes, à base de polímeros sintéticos ou naturais	12.243	83,7%	0	0,0%	
Obras de pedra ou de outras matérias minerais	1.839	12,6%	0	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>14.082</b>	<b>96,2%</b>	<b>8.756</b>	<b>98,8%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>549</b>	<b>3,8%</b>	<b>105</b>	<b>1,2%</b>	
<b>Total</b>	<b>14.631</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.861</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

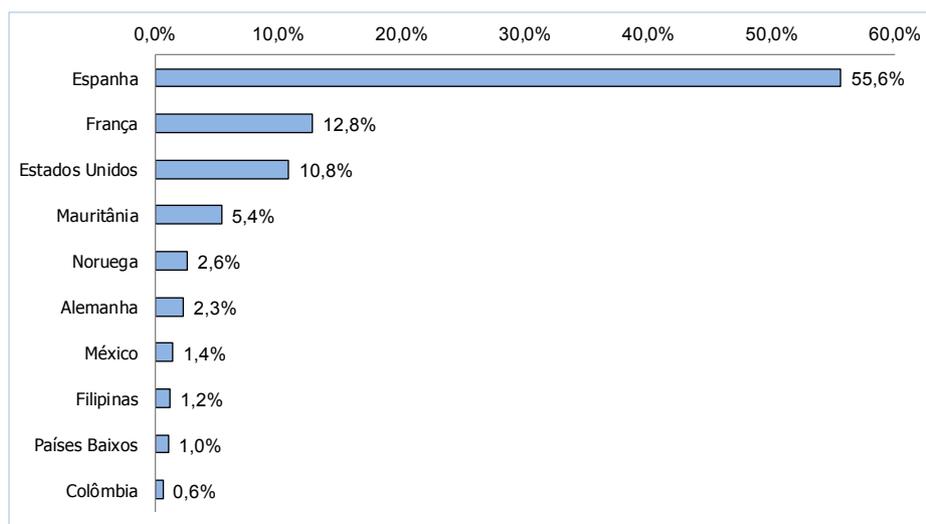


**Principais destinos das exportações de Andorra**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Espanha	70,6	55,6%
França	16,2	12,8%
Estados Unidos	13,8	10,8%
Mauritânia	6,8	5,4%
Noruega	3,3	2,6%
Alemanha	2,9	2,3%
México	1,8	1,4%
Filipinas	1,5	1,2%
Países Baixos	1,3	1,0%
Colômbia	0,8	0,6%
...		
<b>Brasil (44º lugar)</b>	<b>0,03</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>119,0</b>	<b>93,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>8,0</b>	<b>6,3%</b>
<b>Total</b>	<b>127,0</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

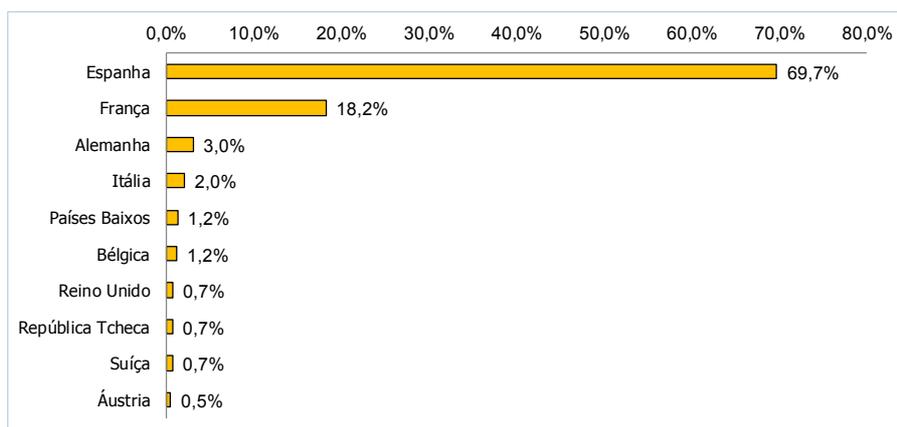


**Principais origens das importações de Andorra**  
US\$ milhões

<b>Países</b>	<b>2 0 1 7</b>	<b>Part.% no total</b>
Espanha	1.003,1	69,7%
França	262,3	18,2%
Alemanha	43,9	3,0%
Itália	29,4	2,0%
Países Baixos	17,9	1,2%
Bélgica	16,9	1,2%
Reino Unido	10,0	0,7%
República Tcheca	9,8	0,7%
Suíça	9,5	0,7%
Áustria	7,1	0,5%
...		
<b>Brasil (38º lugar)</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.410</b>	<b>97,9%</b>
<b>Outros países</b>	<b>30</b>	<b>2,1%</b>
<b>Total</b>	<b>1.440</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



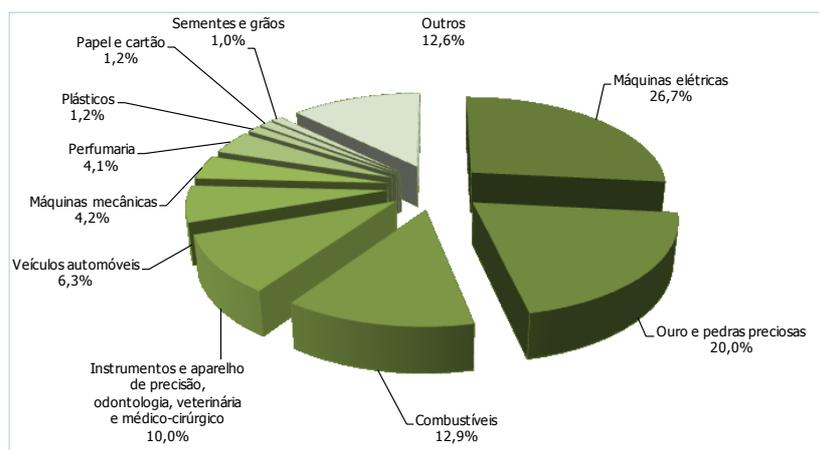
**Composição das exportações de Andorra (SH2)**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part. % no total</b>
Máquinas elétricas	28,9	26,7%
Ouro e pedras preciosas	21,7	20,0%
Combustíveis	14,0	12,9%
Instrumentos e aparelho de precisão, odontologia, veterinária e médico-cirúrgico	10,8	10,0%
Veículos automóveis	6,8	6,3%
Máquinas mecânicas	4,5	4,2%
Perfumaria	4,4	4,1%
Plásticos	1,3	1,2%
Papel e cartão	1,3	1,2%
Sementes e grãos	1,1	1,0%
<b>Subtotal</b>	<b>94,7</b>	<b>87,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>13,7</b>	<b>12,6%</b>
<b>Total</b>	<b>108,4</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

*(1) Última posição disponível para composição da pauta exportadora.*



**Composição das importações de Andorra (SH2)**  
**US\$ milhões**

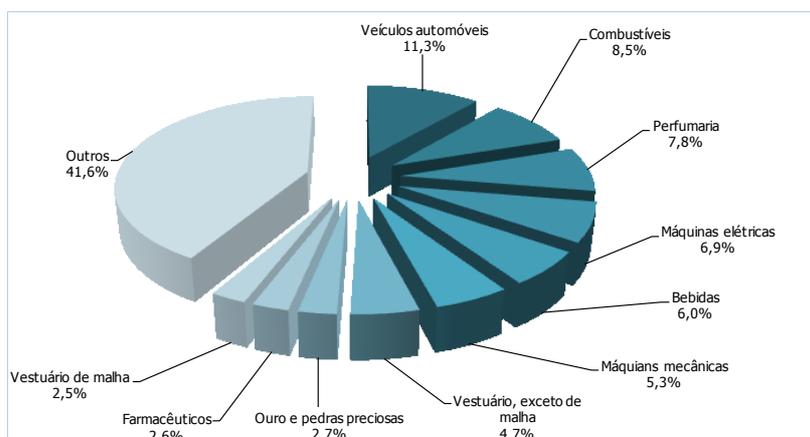
<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 6<sup>(1)</sup></b>	<b>Part.% no total</b>
Veículos automóveis	153,6	11,3%
Combustíveis	115,3	8,5%
Perfumaria	106,3	7,8%
Máquinas elétricas	94,0	6,9%
Bebidas	80,8	6,0%
Máquinas mecânicas	72,2	5,3%
Vestuário, exceto de malha	64,0	4,7%
Ouro e pedras preciosas	36,3	2,7%
Farmacêuticos	34,9	2,6%
Vestuário de malha	33,8	2,5%
<b>Subtotal</b>	<b>791</b>	<b>58,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>565</b>	<b>41,6%</b>
<b>Total</b>	<b>1.356</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.*

*O país não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

*(1) Última posição disponível para composição da pauta importadora.*

**10 principais grupos de produtos importados**



**EMBAIXADA DO BRASIL EM MADRI****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR ANTONIO SIMÕES**

Transmito, a seguir, meu relatório de gestão à frente da Embaixada em Madri (2015-2018).

**I - POLÍTICA INTERNA**

Desde 2016, em particular, dois temas dominaram a agenda política espanhola: o prolongado bloqueio institucional que impediu a formação do governo entre fins de 2015 e outubro de 2016 e o recrudescimento dos temas relacionados com a Catalunha.

O bloqueio político interno teve início ao final do primeiro mandato do Presidente de Governo Mariano Rajoy (2011-2015), quando, em conformidade com a Constituição, dissolveu-se o Congresso de Deputados e foram convocadas eleições gerais, ocorridas em dezembro de 2015. Embora vitorioso no pleito, o Presidente Rajoy não logrou arregimentar as forças políticas necessárias para a formação de novo governo, o que levou à repetição das eleições em junho de 2016. Rajoy foi investido novamente no cargo pelo Parlamento espanhol em outubro de 2016, após conseguir desbloquear a situação política interna mediante pacto que envolveu o apoio do partido Ciudadanos e a abstenção do Partido Socialista Obrero (PSOE).

O Presidente Mariano Rajoy foi reeleito com o desafio de consolidar a retomada do crescimento da economia espanhola. O desafio era considerado grande, sobretudo em vista das aguardadas dificuldades que o governo enfrentaria para levar adiante seu programa diante da peculiaridade de seu partido (PP) não dispor de maioria no Parlamento.

Decerto o principal desafio enfrentado pelo Presidente Rajoy em seu segundo mandato deu-se no plano político, pelo acirramento da questão catalã. Apesar das decisões em sentido contrário do Tribunal Constitucional, máxima instância da Justiça espanhola, o executivo catalão (Generalitat) levou adiante seus planos de convocar referendo soberanista ilegal no dia 1/10, mesmo em circunstâncias logísticas extremamente precárias. A despeito da ilegalidade e da precariedade logística do referendo, o Parlamento catalão aprovou, com base nos supostos resultados da consulta, a independência da Catalunha - fato que levou à inédita intervenção do governo central ao abrigo do Artigo 155 da Constituição espanhola, com o apoio do PSOE e do Ciudadanos.

A cúpula independentista da Generalitat acabou detida em decorrência de seu envolvimento no processo - com exceção do ex-Presidente Carles Puigdemont e cinco de seus ex-conselheiros que fugiram para Bruxelas. Puigdemont foi afinal detido por autoridades da Alemanha, quando de passagem por aquele país, onde aguarda decisão da justiça a respeito de pedido de extradição solicitado pelo Tribunal Supremo da Espanha.

As eleições autonômicas, convocadas pelo governo central, não implicaram o equacionamento definitivo da questão catalã. Os resultados do pleito reproduziram, em grande medida, a composição parlamentar previamente existente, ficando a cargo de coalizão de três partidos soberanistas (Junts per Catalunya, Esquerra Republicana da Catalunha - ERC e Candidatura Única Popular - CUP) a responsabilidade pela formação de novo governo. Dois candidatos apresentados para investidura tiveram seus nomes impedidos por determinação da Justiça espanhola - Carles Puigdemont e o ex-dirigente da entidade Assembleia Nacional da Catalunha, Jordi Sànchez, que se encontra em prisão preventiva. Um terceiro nome, Jordi Turull, chegou a ser indicado, mas não obteve o apoio dos radicais antissistemas da CUP.

## II- POLÍTICA EXTERNA

A Embaixada do Brasil em Madri tem mantido fluxo regular de informações a respeito das principais iniciativas espanholas em matéria de política externa, nos planos comunitário, regional e multilateral. Manteve, ademais, atento acompanhamento das agendas da Casa Real, da Moncloa, e do Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação (MAEC). Verificou-se a manutenção de agenda de promoção da "Marca España", ainda no contexto da recuperação da imagem da Espanha após a profunda crise econômica seguida, em 2016, pelo prolongado período de interinidade política e, em 2017, pela crise política da questão catalã. O processo separatista na Catalunha obrigou o governo espanhol a empreender uma série de gestões da Moncloa e da Chancelaria com vistas a impedir que qualquer instituição, organismo ou parceiro internacional fizessem declarações que pudessem ser interpretadas como aprovação do processo. Como resultado, o governo espanhol conseguiu 116 apoios explícitos e nenhum reconhecimento à tentativa de declaração unilateral de independência.

No plano da agenda internacional espanhola, a crise da Catalunha condicionou a diplomacia do país. O governo tem dado sinais de que planeja retomar sua presença internacional em 2018, especialmente com recuperação do ritmo das visitas bilaterais e da participação em reuniões multilaterais do presidente de Governo Mariano Rajoy e do Chanceler Alfonso Dastis. Algumas das prioridades para 2018 estariam na Ásia, na América Latina (dado o ano eleitoral para vários países da região) e na participação na Cúpula Iberoamericana, em novembro próximo na Guatemala.

Nos últimos anos, consolidaram-se como pautas prioritárias da Espanha a coordenação de alto nível nas negociações para a desconexão do Reino Unido da União Europeia, buscando preservar seu poder de veto para decisões relativas à situação futura de Gibraltar após o Brexit; e a resposta à crise migratória e dos refugiados, especialmente por meio de fortalecimento da agenda política com os países do Magreb e do Sahel.

O governo espanhol tem feito esforços de aproximação com a Argentina, com a visita do Presidente de Governo Rajoy à Argentina, no início de abril de 2018. A Espanha fortaleceu também a interlocução política com a Colômbia, à luz do propósito espanhol de contribuir, de forma ativa, para o êxito do processo de paz. No meio político espanhol tem prevalecido a percepção de sub-representação da Espanha nos organismos de cúpula da União Europeia. A recente eleição do ex-ministro de Economia Luis de Guindos ao cargo de Vice-Presidente do Banco Central Europeu serviu para amenizar essa percepção, mas o aumento da influência espanhola na União Europeia deve continuar como uma das prioridades internacionais do governo. O contexto do Brexit parece reforçar a impressão interna de que a Espanha pode aumentar seu peso relativo no grupo após a saída do Reino Unido.

### III- RELAÇÕES BILATERAIS

A gestão da Embaixada em Madri, desde 2016, tem procurado desenhar um novo enredo para a relação bilateral, construído a partir do vigoroso eixo econômico-comercial entre Brasil e Espanha, que possa enriquecer ainda mais a aliança estratégica política de alto nível, com encontros bilaterais frequentes que fomentem novas vertentes da agenda bilateral, expandido o eixo econômico para os eixos de ciência e tecnologia, inovação e energia. Buscou-se consolidar uma forte agenda política que se reverta em maior influência bilateral. Ambos os países parecem engajados hoje nesse novo enredo. As relações entre Brasil e Espanha - além dos vínculos históricos e culturais - beneficiaram-se, a partir da década de 1990, dos investimentos espanhóis no Brasil, no que ficou conhecido como a primeira grande onda de investimentos da nação ibérica no Brasil. Passada a segunda onda, nos anos 2000, o componente econômico continua a representar o eixo mais importante da relação. A visita do Presidente Mariano Rajoy ao Brasil em abril de 2017, após nove anos de ausência, acompanhada dos presidentes das 12 maiores empresas espanholas, procurou criar as bases para uma terceira onda de investimentos, sobretudo no âmbito do "Plano Crescer" de investimentos do Governo Temer. O Brasil representa uma das principais fontes de resultados positivos para as grandes empresas espanholas, sendo o segundo destino

dos investimentos espanhóis no mundo, depois do Reino Unido, sendo seguido de perto por Cingapura. Ao mesmo tempo, a Espanha ocupa o segundo lugar entre os maiores investidores estrangeiros no Brasil, atrás dos Estados Unidos, e, se levada a razão investimentos X PIB, a Espanha seria o país com o maior estoque de capitais no Brasil, com 6,5% do seu PIB no País. É importante destacar a visita, em novembro de 2016, do Ministro José Serra em Madri, ocasião em que foi acompanhado dos Ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Moreira Franco; de Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Mauricio Quintella; e de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho), Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Embaixador Roberto Jaguaribe; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos; e representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em novembro de 2016. A visita de Serra e o amplo programa de reuniões em Madri, que começou a retomar a agenda de encontros de alto nível, criou as condições para a visita do Presidente Mariano Rajoy, em abril de 2017. Na ocasião, Rajoy, que escolheu o Brasil como sua primeira viagem fora do continente europeu no segundo mandato, em uma clara demonstração do prestígio do governo Temer junto à Espanha, se fez acompanhar de comitiva dos mais altos dirigentes das principais empresas espanholas, responsáveis pelos cerca de 65 bilhões de dólares hoje investidos no Brasil. A grande delegação de Mariano Rajoy se reuniu com o Presidente Temer no Planalto e participou de foros de trabalho e encontros com potenciais parceiros em São Paulo, para o fomento de novas parcerias comerciais e de investimentos. Várias visitas de alto nível à Espanha se seguiram ao encontro Rajoy-Temer, incluindo o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministro do Turismo e o Ministro da Defesa. Melhorou também substantivamente, após a visita de Rajoy a Brasília, a coordenação entre Brasil e Espanha nas delicadas e relevantes questões do multilateralismo e candidaturas de alto nível. Não se verificam hoje pontos de conflito no relacionamento bilateral. O tema dos inadmitidos nos aeroportos espanhóis, muito presente na virada do século, foi superado. COOPERAÇÃO EM DEFESA Com o apoio das adidâncias militares - Adidância de Defesa e do Exército; e Adidância da Marinha e Aeronáutica - o Posto manteve, ao longo do período considerado, intenso

contato com as autoridades espanholas no campo de defesa, com vistas ao estreitamento bilateral na matéria. A cooperação encontra-se pautada pelos seguintes acordos e mecanismos: Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa; Comissão Mista na Área de Defesa; e o Grupo de Trabalho bilateral sobre cooperação industrial para a defesa, inaugurado em setembro de 2015. A cooperação na área de defesa materializa-se no intercâmbio de alunos e professores em cursos de formação militar; na experiência positiva de contratos de aquisição de equipamentos; e na parceria em operações multilaterais de paz. Também conviria mencionar a visita do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, em junho de 2017, acompanhado do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, para participar de cerimônia de entrega de aeronave C295 pela empresa Airbus, em Sevilha.

**COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E ENERGIA** As relações de cooperação Brasil-Espanha em C, T&I são regidas pelo Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, de 1992. Tendo como referência as diretrizes estabelecidas no Convênio, a Embaixada buscou promover o relançamento da cooperação científico- tecnológica entre Brasil e Espanha em novas bases, mediante a assinatura de acordos que contivessem metas consistentes e iniciativas de relevo, de modo a dar nova perspectiva às comunidades científicas de ambos os países. De fato, a cooperação bilateral em C, T&I encontra-se em momento favorável. Ao longo dos últimos dois anos, viu-se um adensamento da agenda e da rede de acordos em função de várias visitas recíprocas, tanto de autoridades de governo, quanto de representantes do setor. Destaco, nesse sentido, a visita à Espanha, em 2017, do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, que cumpriu extenso programa de trabalho em Madri, incluindo com sua homóloga, a Secretária de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (SEIDI), Carmen Vela. Entre os resultados da vinda do MCTI, encontra-se a convocatória da I Reunião da Comissão Conjunta em C, T&I. A reunião, realizada em novembro de 2017, foi a primeira desde a sua criação, em 1992, e foi inaugurada pelo ministro Gilberto Kassab e pelo Secretário Geral para Ciência e Inovação do Ministério da Economia, Indústria e Competitividade espanhol, Juan María Vázquez. A realização dessa primeira reunião da Comissão Conjunta permitiu o mapeamento da cooperação e a identificação de interesses comuns sobre os quais se deve debruçar, inclusive com o compromisso de formação de grupos de trabalho temáticos nas

seguintes áreas: biotecnologia, saúde, nanotecnologia e indústria 4.0. (manufatura avançada), energia e cidades inteligentes.

Também mantiveram encontros de trabalho em Madri representantes da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entidades homólogas e centros de pesquisa. Entre os resultados desses encontros, destaque-se a segunda convocatória para a apresentação de projetos conjuntos entre a FINEP e o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial.

Por ocasião da visita do Presidente de Governo espanhol ao Brasil, em abril de 2017, a Secretária Carmen Vela participou, em São Paulo, do evento de lançamento do cabo submarino de fibra ótica entre os dois países. O cabo, em construção pela empresa Ellalink (na qual a Telebrás tem participação acionária), interligará a Europa e a América do Sul. Sua extensão prevista será de 6.000 km, com capacidade de 30 Tbps, 700 vezes maior que a velocidade atual do cabo Atlantis-2, que interliga os dois continentes, mas que se encontra desatualizado e é capaz de transmitir apenas dados de voz. A visita de Rajoy ao Brasil rendeu, também, a assinatura dos seguintes acordos de cooperação que assentam as bases de um diálogo mais institucional e profundo entre Brasil e Espanha em cooperação científica. Trata-se de acordos entre as seguintes agências: FINEP-Agência Estatal de Pesquisa (AEI); FAPESP - SEIDI; e FAPESP - CDTI. Esses acordos, somados a iniciativas de relevo, como a construção do cabo submarino, e a inauguração da Comissão Conjunta em C, T&I, constituem os alicerces de uma cooperação bilateral em ciência e tecnologia cada vez mais robusta.

#### IV - COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação Brasil-Espanha na área educacional tem-se demonstrado uma frente dinâmica e pulsante do relacionamento bilateral. A mobilidade acadêmica é bastante intensa, assim

---

como a cooperação entre as universidades. Apenas por programas oficiais, o Brasil enviou mais de cinco mil alunos de graduação e pós-graduação às universidades espanholas. A Espanha também envia mais de 700 alunos por ano ao Brasil tanto por programas públicos quanto por bolsas concedidas por instituições privadas, como o Santander Universidades, a Fundação Carolina e a Fundação Mapfre. Nesse contexto, se buscou trabalhar para ampliar e fortalecer tanto as relações institucionais entre as universidades quanto a mobilidade acadêmica. Dentre as principais iniciativas, destaque-se a realização do evento "Estudar em Brasil", organizado pela Embaixada em setembro de 2017 com o apoio do Serviço Espanhol de Internacionalização da Educação Superior (SEPIE), do MEC, da CAPES e da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). No evento, estiveram reunidas mais de 70 universidades brasileiras e espanholas, bem como autoridades de ambos os países. Na ocasião, foi preparado pelo Posto o guia prático para estudantes espanhóis que desejem ir ao Brasil, com informações úteis a serem amplamente divulgadas. Cabe destacar que a Espanha é um dos países que mais recebe estudantes estrangeiros em todo o mundo em função da qualidade do ensino ofertado em seus cursos de graduação e pós-graduação, da crescente atuação de suas agências nacionais de fomento à internacionalização, do seu sistema de ensino e pesquisa, do seu baixo custo de vida (se comparada a outros países europeus), dos preços competitivos de suas universidades e da boa acolhida a estudantes estrangeiros. O espanhol e a ampla oferta de cursos bilíngues também são atrativos relevantes. Por essas razões, é o principal destino do Programa Erasmus. Neste contexto, creio ser de interesse fomentar uma agenda conjunta na área de educação. Além da mobilidade acadêmica, o Setor de Cooperação Educacional do Posto também buscou ampliar e aprofundar o ensino do português e da cultura brasileira no contexto espanhol, utilizando-se, especialmente, da Casa do Brasil, do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca e da Cátedra-Brasil da Universidade de Valladolid. Com efeito, a Universidade de Valladolid recebeu, entre 2016 e 2017, professor do Programa de Leitorado mantido pelo MRE em parceria com a CAPES. Há, também, programas de bolsas oferecidos a alunos brasileiros financiados por empresas locais, a exemplo da Fundação MAPFRE, do BBVA e do Banco Santander. A respeito da promoção do idioma português na Espanha, durante a visita do Presidente Mariano Rajoy ao

Brasil, em 2017, foi anunciado que a Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE) admitiu, após gestões do Posto, o CELPE-Bras como certificado válido para ser aplicado nas universidades espanholas. Cumprindo sua função de continuar favorecendo a mobilidade acadêmica bilateral e prestar assistência aos brasileiros que se encontram na Espanha em período de estudos, formação ou pesquisa, o Posto atuou sempre no sentido de atender a estudantes brasileiros na Espanha por telefone, e-mail e reuniões presenciais. Também se prestou apoio ao Centro de Estudos Brasileiros de Salamanca, para acompanhar a estadia dos estudantes bolsistas brasileiros do programa PROUNI.

#### V - ENERGIA E MEIO AMBIENTE

A área de energia entre Brasil e Espanha é marcada pela presença de grandes empresas espanholas do setor no Brasil: Gás Natural Fenosa, Iberdrola, Repsol e Abengo. A cooperação bilateral nessa área apresenta-se, nesse sentido, como um vasto campo de oportunidades a serem exploradas. Em 2017, constou da Declaração Conjunta assinada pelos chefes de governo de ambos os países, por ocasião da visita de Mariano Rajoy ao Brasil, o empenho na cooperação em energia, com ênfase no setor das renováveis (eólica, termossolar, fotovoltaica e bioenergia), bem como na produção, transporte, comercialização e distribuição de gás natural. Tais setores já apresentam investimentos significativos das empresas dos dois países, com o objetivo geral de garantir a segurança do fornecimento e reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>.

#### VI - COOPERAÇÃO POLICIAL

Brasil e Espanha tem fortalecido cooperação na área policial e de combate à criminalidade, com o valioso apoio da Representação da Polícia Federal junto à Embaixada do Brasil. Essa coordenação tem permitido a implementação do Convênio sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade (2007), que regula a troca de informações para o combate a ações criminosas e o apoio operacional entre as instituições

policiais dos dois países. Durante a visita do Presidente de Governo, Mariano Rajoy, ao Brasil em abril de 2017, os dois lados concordaram com a criação de Comissão Mista prevista no Convênio de 2007. A Representação da Polícia Federal junto a esta Embaixada tem intensificado a cooperação no combate aos ilícitos transnacionais e em outros temas de interesse bilateral, como colaboração em atividades de inteligência. As principais demandas brasileiras têm-se concentrado no combate ao tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, temas relacionados ao tráfico de seres humanos e à exploração sexual. As solicitações espanholas estiveram, em sua maioria, relacionadas com falsidade documental e tráfico de drogas. Desde a instalação da Representação da PF em Madri, foi possível a desarticulação de redes de tráfico de pessoas.

O lado espanhol tem sinalizado interesse em ampliar os contatos entre oficiais das polícias brasileiras e espanholas, com menção específica à disponibilidade da Espanha em cooperar com seus homólogos brasileiros em treinamento.

## VII - COOPERAÇÃO CULTURAL

Ao longo dos últimos três anos, a Embaixada manteve a realização intensa e regular de eventos de promoção da cultura brasileira em todas as disciplinas artísticas identificadas como prioritárias e recebeu músicos, cineastas, escritores, artistas plásticos, fotógrafos, dançarinos e todo tipo de artista vindos do Brasil, que participaram de eventos em museus, centros culturais, bibliotecas, Universidades, teatros e festivais, dentre outros. Apenas em 2017, foram realizadas mais de 50 atividades culturais organizadas diretamente ou apoiadas pelo Posto, e que mantiveram o Brasil constantemente dentro da agenda cultural da Espanha. É importante destacar, também, a ampliação das ações do Posto voltadas para a divulgação do cinema brasileiro na Espanha, com destaque para o festival de cinema NOVOCINE e que se consolidou como a grande referência para o cinema brasileiro na Espanha. Além da realização de eventos de promoção da cultura brasileira, buscou-se ampliar a interlocução com as instituições

públicas e privadas locais (em especial, os Museus de maior prestígio, como o Prado e o Reina Sofia, os centros culturais de Madri e as grandes Fundações culturais das empresas espanholas) e de criar parcerias entre a Embaixada e o sistema cultural espanhol, o que tornou possível, mesmo em condições de restrições orçamentárias, a realização ou o apoio a dezenas de eventos nos principais centros de cultura da Espanha (muitas vezes sem custo de locação de espaço).

## VII - COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Investimentos O foco do trabalho do Setor de Promoção Comercial da Embaixada foi desde 2016 a atração de investimento produtivo espanhol para o Brasil, com ênfase na divulgação das oportunidades de investimentos em infraestrutura e logística no Brasil, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos. Apesar do contexto econômico desfavorável no Brasil no início da gestão no Posto, não diminuiu o interesse do empresário espanhol em relação ao Brasil como destino de seus investimentos. A internacionalização é encarada por boa parte das companhias espanholas como uma das principais estratégias que têm permitido redinamizar a economia espanhola. Foi mantido contato frequente com as principais empresas espanholas, tanto as que já possuem investimentos no Brasil como aquelas que ainda planejam sua entrada no País, de modo a incentivar o crescimento dos investimentos espanhóis no Brasil. Além disso, foi realizado diariamente o atendimento pessoal e por meio eletrônico de pequenos e médios empresários que buscam informações sobre como investir no Brasil. As oportunidades de investimentos no Brasil foram objeto de seminários realizados em novembro de 2016 em Madri e em abril de 2017 em São Paulo, este último como parte da programação da visita do Presidente de Governo da Espanha ao Brasil. O Posto prestou apoio na organização de diversas missões de alto nível de autoridades brasileiras que vieram divulgar oportunidades concretas de investimentos no Brasil, incluindo diversas delegações chefiadas por ministros e governadores de diversos estados brasileiros. O Posto organizou ainda, em parceria com a Câmara de Comércio Brasil-Espanha, seminários e encontros com empresários sobre as oportunidades de investimentos no Brasil, não só em Madri,

mas também em outras regiões da Espanha. Na organização desses eventos foi fundamental o diálogo constante mantido pelo Posto com entidades parceiras de promoção comercial, atração de investimentos e difusão do produto turístico brasileiro, tais como APEX-Brasil, MDIC, MAPA, EMBRATUR, CNI, CNA, SEBRAE, Governos Estaduais, Federações e Confederações de Comércio e Indústria e associações setoriais. A Embaixada apoiou ainda a instalação e a operação de estandes brasileiros nas edições anuais das feiras FITUR (Feira Internacional de Turismo) e "Fruit Attraction" (feira dedicada ao comércio de frutas). Comércio Depois de um período de queda até 2016, o comércio Brasil-Espanha voltou a crescer em ritmo acelerado. Dados espanhóis indicam que o Brasil nunca vendeu tanto para a Espanha como em 2017. Segundo os dados oficiais espanhóis, as vendas anuais brasileiras para a Espanha em 2017 foram recorde histórico e superaram pela primeira vez os 4 bilhões de euros (EUR 4,065 bi), crescimento de 37% em relação a 2016. As exportações espanholas para o Brasil em 2017 cresceram 11,7% e alcançaram 2,5 bilhões de euros. O superávit do Brasil no comércio com a Espanha em 2017, de 1,56 bilhão de euros, foi o segundo maior da história (em 2007 o valor foi de EUR1,76 bi). A corrente de comércio cresceu 27% e alcançou em 2017 o valor de 6,57 bilhões de euros, segundo maior da história (em 2013 o valor foi de EUR6,9 bi). Esses números refletem, em grande parte, a retomada da atividade econômica brasileira e a recuperação espanhola, tendo os dois países superado crises históricas. A tendência é que o fluxo de comércio bilateral alcance novo recorde em 2018 e supere pela primeira vez os 7 bilhões de euros. Dados brasileiros mostram a mesma evolução positiva do comércio bilateral em 2017. Segundo o MDIC, a corrente de comércio em 2017 foi de 6,7 bilhões de dólares, aumento de 29%. As exportações brasileiras avançaram 46% e as vendas espanholas cresceram 11%. A Espanha foi o décimo maior comprador de produtos brasileiros em 2017 e ocupou o 12º lugar entre os principais fornecedores do Brasil. A Espanha, como se sabe, é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com investimentos acumulados na faixa de 60 bilhões de dólares. Mas ao se comparar o caso da Espanha com os Estados Unidos, que figuram como o maior investidor no Brasil, verifica-se que o capital investido no Brasil corresponde a proporção significativamente maior do PIB no caso da Espanha, representando a Espanha o país que compromete a maior parcela de seu PIB em investimentos no

Brasil. Isso deriva em uma posição de destaque do Brasil no cenário de interesses estratégicos e políticos da Espanha no mundo. Os principais setores em que as empresas espanholas estão presentes no Brasil são serviços financeiros, telecomunicações e energia. As empresas espanholas são, em sua maioria, muito bem estruturadas e com grande capacidade tecnológica, e buscam na América Latina, em particular no Brasil, um mercado consumidor ampliado.

#### V - VISITAS DE ALTO NÍVEL

A respeito do intenso intercâmbio de visitas realizadas desde 2016, os pontos de destaque foram as visitas do presidente de Governo Mariano Rajoy ao Brasil, em abril de 2017, e do então Ministro de Estado José Serra à Espanha, em novembro de 2016. As visitas não apenas contribuíram para a consolidação do excelente quadro dos laços bilaterais, mas igualmente impulsionaram relacionamento a uma nova etapa, como bem atestam as inúmeras outras visitas, nos mais diferentes níveis, que as seguiram. 2016- Visita do Ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves para participar da Feira Internacional de Turismo e 19ª Conferencia Ibero-Americana de Ministros e empresários de Turismo - em janeiro; - Visita do Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, Andrei Augusto Passos Rodrigues, responsável pela segurança dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro - em abril; - Visita do Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), professor Wanderley de Souza - em julho; - Visita do Ministro José Serra, acompanhado de delegação composta por outros três Ministros de Estado (os Ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Moreira Franco; de Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Mauricio Quintella; e de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho), Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Embaixador Roberto Jaguaribe; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos; e representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em novembro de 2016; 2017 - Visita do Ministro do Turismo Marx Beltrão para participar da Conferência de Ministros de Turismo Iberoamericanos (CIMET), da Feira Internacional de Turismo (FITUR)- em

janeiro; - Visita do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab - em março; - Visita do Presidente de Governo Mariano Rajoy ao Brasil - em abril; - Visita do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, acompanhado do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, e de comitiva que incluiu o Senador Roberto Rocha e o Deputado Paudernei Avelino, com o objetivo central de prestigiar a cerimônia de entrega de aeronave C295 pela empresa Airbus, adquirida pela FAB para resgates de sobreviventes em acidentes aéreos - em junho; - Visita do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, acompanhado de comitiva que incluiu o Secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto - em julho.

- Visita do Secretário-Executivo do MAPA, Eumar Novacki, para participar da 9ª edição da "Fruit Attraction", feira internacional do setor de frutas e hortaliças, realizada no "IFEMA - Feria de Madrid" - em outubro; - Visita do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, com o objetivo, entre outros, de divulgar o Projeto Crescer - em novembro; - Visita de delegação da União Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), chefiada pelo Presidente da UNALE, o Deputado Estadual do Piauí Luciano Nunes Santos Filho - em novembro;

- Visita do Prefeito de Salvador, ACM Neto - em novembro; - Visita da presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Maria Inês Fini, para acompanhar atividades do "Global Education Monitoring Report" da UNESCO e para manter reuniões com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Ciência, a Educação e a Cultura (OEI) - em novembro; - Visita do Prefeito de Recife, Geraldo Julio, acompanhado do Secretário de Turismo de Recife, para tomar parte em cerimônia de inauguração da nova rota (voo inicial deu-se na tarde do dia 20/12) entre Madri e Recife, pela Cia AirEuropa - em dezembro; - Visita do Governador de Goiás, em outubro de 2015 e outubro de 2017. Em 2018 - Visita do Secretário-Executivo do MINTUR e equipe da EMBRATUR, no âmbito da Feira de Turismo da Espanha - em janeiro.- Visita de delegação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR) - em janeiro/fevereiro; - Visita de comitiva parlamentar da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados - em fevereiro; - Visita do Secretário Especial de Aquicultura e da Pesca e

delegação de três parlamentares, para reuniões de trabalho no âmbito da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (CICAA/ICCAT) - em março.

## VI - CUMULATIVIDADE - PRINCIPADO DE ANDORRA

### Política e economia

As origens da organização estatal andorrana, baseada no instituto do co-principado, remontam ao século XIII, quando se estabeleceu espécie de "condomínio feudal" entre Roger Bernardo III de Foix e Pedro de Urtx. No século XV, foi criado um Conselho da Terra, formado por representantes das unidades administrativas ("paróquias") andorranas para solução de problemas locais relacionados ao uso produtivo da terra - instituição que evoluiu gradativamente até converter-se no parlamento (Conselho Geral) de Andorra, no século XIX. Inicialmente, a figura do Síndico Geral do parlamento concentrava atividades executivas e judiciais. Em 1982, foi estabelecido o Conselho Executivo de Andorra, composto por um presidente e quatro ministros.

Desde que Napoleão voltou a assumir a soberania sobre Andorra, após breve lapso de tempo em que a França a recusara, formalizou-se o condomínio entre França e a Sé de Urgel, razão pela qual, até os dias atuais, a chefia de Estado recai sobre o Presidente da República Francesa e o Bispo de Urgel.

No contexto da modernização gradativa das instituições andorranas, aprovou-se, por referendo popular, em 1993, a primeira Constituição escrita do país. Seu texto reafirma o regime do co-principado parlamentar, sendo o Presidente francês e o bispo de Urgel considerados símbolo e garantia da perenidade e independência de Andorra. O texto acordado representa Constituição moderna, que assegura a soberania popular, inclusive por meio de iniciativa legislativa da população (desde que reunidas assinatura de 10% dos habitantes) e limita a dois mandatos sucessivos a escolha do Síndico, dos prefeitos e integrantes do Judiciário. A

---

aprovação da Constituição coincide com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas e com o seu reconhecimento internacional.

Antoni Martí Petit, líder do partido de centro-direita "Dèmocrates de Andorra", assumiu a chefia de governo do Principado de Andorra em abril de 2011, havendo sido reeleito, em março de 2015, para novo mandato de quatro anos. A reeleição de Martí Petit foi interpretada como voto de confiança do eleitorado andorrano a amplo de processo de reformas iniciado por seu Governo, a raiz dos efeitos da grave crise econômica que derivou da recessão espanhola entre 2008 e 2012. A bancada do partido governista, não obstante, reduziu-se em 7 representantes em relação à legislatura anterior, quando detinha 22 assentos. A vitória do DA foi matizada pelo crescimento da agremiação Liberals d'Andorra (LdA), de orientação conservadora, que passou a ser a segunda força política do país, com 8 deputados

O PIB nacional permanece quase que exclusivamente dedicado ao sistema financeiro e ao turismo. As atuais prioridades do Governo andorrano consistem, no contexto dos planos de modernização da economia local, na construção de imagem de transparência de seu sistema financeiro por meio de compromissos de intercâmbio automático de informações tributárias e acordos de bitributação. Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização. Note-se, contudo, que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida - tema que poderia eventualmente ser reavaliado, à luz das recentes medidas fiscais anunciadas pelas autoridades andorranas.

O turismo é uma das principais atividades econômicas de Andorra, e representa a principal fonte de renda nacional. A experiência adquirida por Andorra na promoção e prestação de serviços turísticos representa agenda de contatos bilaterais de grande potencial, sob os parâmetros do Memorando de Entendimento sobre o tema.

### Relações Bilaterais

Desde que fiz a entrega de credenciais aos Co-Príncipes de Andorra, em outubro de 2015, pude observar inexistirem dificuldades específicas nas relações com o Brasil, as quais seguem concentradas na área consular, dado o expressivo número de brasileiros contratados sazonalmente pela indústria do turismo andorrana, bem como a presença de turistas brasileiros naquele país.

A densidade das relações bilaterais é, contudo, modesta, consentânea com as pequenas dimensões do país pirenaico. Com de cerca de 80 mil habitantes, Andorra tem como principal prioridade de sua política externa a finalização de acordo de associação com a União Europeia para acesso ao mercado comunitário, assim como a promoção da imagem da solidez de seu sistema bancário e do país como destino turístico. Trata-se de país com limitada inserção internacional, que tem relações mais próximas com seus vizinhos Espanha e França, e conta com apenas oito representações diplomáticas no exterior. Em razão das pequenas dimensões do país e da racionalização de recursos humanos por parte do Principado, as comunicações oficiais observam ritmos mais dilatados, mas nunca em prejuízo da efetividade e diligências dos contatos.

A despeito de nossas relações bilaterais ainda modestas, pode-se perceber nitidamente grande receptividade por parte das autoridades andorranas com vistas ao estreitamento dos vínculos com o Brasil. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial. É intensa a troca de correspondências que atendem a diligências em matéria de cooperação jurídica internacional, sempre atendida, vale mencionar, com agilidade e presteza pela parte andorrana.

É importante salientar, nesse contexto, que o Principado de Andorra nutre tradicional simpatia pelas candidaturas brasileiras apresentadas em organismos internacionais. Caberia recordar, dentre outros, o apoio andorrano à reeleição do Professor Antonio Augusto Cançado Trindade à Corte Internacional de Justiça; ao Conselho da União

---

Internacional de Telecomunicações (UIT); ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO; à Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas, para o período 2017-2021; ao Conselho de Direitos Humanos, período 2017-2019; e ao Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW).

Em linha com o bom nível do relacionamento bilateral, em fevereiro passado, o Ministério de Assuntos Exteriores do Principado de Andorra deu sua anuência para a abertura de um consulado honorário do Brasil naquele país, bem como considerou positivamente a candidatura da Sra. Maria Elena Redondo Torregrossa para a função de Cônsul Honorária.

Em 2016, ocorreu encontro do então Ministro do Turismo, Henrique Alves, com seu homólogo andorrano à margem da Feira de Turismo, realizada em janeiro de 2016, em Madri. Na ocasião, a parte andorrana manifestou interesse em promover o turismo entre os brasileiros que visitam a Espanha todos os anos, tendo em vista a proximidade do país com a Catalunha; indicou que Andorra apresenta grandes atrativos como destino de compras, pela vantagem de isenção de impostos ("duty free"). Recorde-se que as possibilidades de cooperação entre Brasil e Andorra nessa área já dispõem de marco jurídico para avançar - o Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área de Turismo, assinado em 2013.

Registre-se, por oportuno, que o Presidente da República Michel Temer teve ocasião de saudar o Chefe de Governo do Principado de Andorra, Antoni Martí Petit, e sua esposa, Lidia Isabel Báez Peralta, durante a recepção aos chefes de estado e de governo, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016.

Em vista do limitado alcance de sua rede diplomática, Andorra procura valer-se de espaços multilaterais para buscar o adensamento das relações bilaterais em temas de seu interesse. Particularmente relevante, nesse sentido, é o vínculo andorrano com a Comunidade Ibero-Americana, que

remonta a 2004, quando participou da XIV Cúpula, realizada em San José, Costa Rica. Em 2016, Andorra-la-Velha ostentou o título de Capital da Cultura Iberoamericana; e, em setembro de 2016, o Principado sediou a XXV Conferência Iberoamericana de Ministros da Educação. Destaca-se, ainda, o fato de Andorra ter sido eleita para a presidência pro tempore ibero-americana, por ocasião do encontro de Chanceleres ibero-americanos realizado em dezembro passado, na Guatemala. Dessa forma, a capital Andorra-la-Velha acolherá, em 2020, a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Nota-se, portanto, que Andorra concebe o espaço ibero-americano como meio privilegiado de projeção internacional. O elevado perfil de sua atuação nesse foro oferece oportunidade para o fortalecimento dos contatos bilaterais e para exploração de possibilidades de atuação conjunta. A título de exemplo, pode-se suscitar a participação andorrana em projeto trilateral Brasil-Guatemala-México na área de aleitamento materno e banco de leite humano. A mesma lógica de aproximação bilateral a partir de espaços multilaterais poderá render frutos também no âmbito da CPLP, em vista da recente decisão andorrana de solicitar seu ingresso na Comunidade na qualidade de observador.

ANTONIO SIMÕES, Embaixador

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**4**



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 2018

(nº 774/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1598044&filename=PDC-774-2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1598044&filename=PDC-774-2017)



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos ou instrumentos subsidiários que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de abril de 2018.

RODRIGO MAIA  
Presidente

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

Mensagem nº 294

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

Brasília, 17 de agosto de 2017.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.



EMI nº 00129/2017 MRE MTPA

Brasília, 12 de Julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos, Xeique Abdullah Bin Zayed Al Nahyan.

2. O referido Acordo, em cuja confecção atuaram conjuntamente o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), tem o fito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequências esperadas do estabelecimento de marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Emirados Árabes Unidos, e para além desses, que certamente contribuirão para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação. Em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil estabelecida pelo Decreto nº 6780/2009, o Acordo contempla concessão de direitos de tráfego de até quinta liberdade (artigo 2, parágrafo 2, alínea c), múltipla designação de empresas (artigo 3), livre determinação de capacidade (artigo 5), liberdade tarifária (artigo 16) e quadro de rotas aberto (anexo ao Acordo).

3. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 84, inciso VIII, combinado com o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho, Maurício Quintella Malta Lessa*



**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
E O GOVERNO DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS PARA SERVIÇOS AÉREOS  
ENTRE SEUS RESPECTIVOS TERRITÓRIOS E ALÉM**

Preâmbulo

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Emirados Árabes Unidos  
(doravante referidos como "Partes Contratantes");

Sendo partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no sétimo dia de Dezembro de 1944;

Desejando celebrar um Acordo em conformidade com e em complemento à referida Convenção, com a finalidade de estabelecer e operar serviços entre seus respectivos territórios e além;

Reconhecendo a importância do transporte aéreo como um meio de criação e fomento da amizade, compreensão e cooperação entre os povos dos dois países;

Desejando facilitar a expansão de oportunidades de transporte aéreo internacional;

Acordam o que segue:

**Artigo 1**  
Definições

1. Para aplicação do presente Acordo, salvo situações em que o contexto dispense diferentemente, o termo:

- a) "Autoridade Aeronáutica" significa, no caso do Governo da República Federativa do Brasil, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e no caso do Governo dos Emirados Árabes Unidos, a Autoridade Geral de Aviação Civil, ou em ambos os

casos, qualquer outra pessoa ou autoridade autorizada a executar as funções relacionadas ao presente Acordo;

- b) "Serviços Acordados" significa os serviços aéreos internacionais regulares entre e além dos respectivos territórios da República Federativa do Brasil e dos Emirados Árabes Unidos para o transporte de passageiros, bagagem e carga, separadamente ou em qualquer combinação;
- c) "Acordo" significa este Acordo, qualquer anexo a ele, e quaisquer emendas decorrentes;
- d) "Serviço Aéreo", "Empresa Aérea", "Serviço Aéreo Internacional" e "escala para fins não comerciais" têm os significados respectivamente atribuídos a eles no Artigo 96 da Convenção;
- e) "Anexo" incluirá o quadro de rotas anexado ao Acordo e quaisquer cláusulas ou notas que apareçam em tal Anexo e quaisquer modificações nele introduzidas nos termos do disposto no Artigo 20 do presente Acordo;
- f) "Carga" inclui correio;
- g) "Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui:
  - (i) qualquer emenda que tenha entrado em vigor de acordo com o Artigo 94(a) da Convenção e tenha sido ratificada por ambas as Partes Contratantes; e
  - (ii) qualquer anexo ou emenda adotados de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção, na medida em que esses anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes Contratantes;
- h) "Empresas aéreas designadas" significa uma empresa aérea ou empresas aéreas que tenham sido designadas e autorizadas em conformidade com o Artigo 3 deste Acordo;
- i) "Tarifas" significa os preços cobrados para o transporte de passageiros, bagagem e carga e as condições sob as quais aqueles preços se aplicam, mas excluindo a remuneração e condições para transporte postal;
- j) "Território", em relação a um Estado, tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção;
- k) "Tarifas aeronáuticas" significa o valor cobrado das empresas aéreas, pelas autoridades competentes, ou por estas autorizado a ser cobrado, para a prestação de serviços aeroportuários, de propriedade e/ou de instalações de navegação aérea, incluindo serviços e instalações conexas para aeronaves, tripulações, passageiros, bagagens e carga.

2. O Anexo do presente Acordo é considerado parte integrante deste.

3. Na aplicação do presente Acordo, as Partes Contratantes atuarão em conformidade com as disposições da Convenção, na medida em que tais disposições sejam aplicáveis aos serviços aéreos internacionais.

## Artigo 2 Concessão de direitos

1. Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante os direitos especificados neste Acordo, com a finalidade de permitir que suas empresas aéreas designadas estabeleçam e operem os serviços acordados.

2. As empresas aéreas designadas por cada Parte gozarão dos seguintes direitos:

- a) sobrevoar o território da outra Parte Contratante sem pousar;
- b) fazer escalas no território da outra Parte Contratante, para fins não comerciais e;
- c) fazer escalas no território da outra Parte Contratante, com o propósito de embarcar e/ou desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, e carga, separadamente ou em combinação, enquanto operando os serviços acordados.

3. Adicionalmente, as empresas aéreas de cada Parte Contratante que não tenham sido designadas com base no Artigo 3 também gozarão dos direitos especificados nas alíneas a e b do parágrafo 2 deste Artigo.

4. Nenhum dispositivo deste Acordo será considerado como concessão a qualquer empresa aérea designada de uma Parte Contratante do direito de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, bagagem e carga, mediante remuneração ou aluguel e destino a outro ponto no território dessa outra Parte Contratante.

5. Se, devido a conflitos armados, perturbações ou desenvolvimentos políticos ou circunstâncias especiais e incomuns, uma empresa aérea designada de uma Parte Contratante não puder operar um serviço na sua rota normal, a outra Parte Contratante envidará todos os melhores esforços para facilitar a continuação da operação desse serviço através de um reordenamento temporário e apropriado das rotas, conforme for mutuamente decidido pelas Partes Contratantes.

6. As empresas aéreas designadas terão o direito de utilizar todas as vias aéreas, aeroportos e outras instalações fornecidas pelas Partes Contratantes numa base não discriminatória.

## Artigo 3 Designação e autorização

1. As Partes Contratantes terão o direito de designar uma ou mais empresas aéreas com o propósito de operar os serviços acordados e para retirar ou alterar a designação de qualquer dessas empresas aéreas ou para substituir uma empresa aérea por outra previamente designada. Essa designação pode especificar o âmbito de aplicação da autorização concedida a cada empresa aérea em relação à

exploração dos serviços acordados. As designações e quaisquer alterações às mesmas devem ser feitas pelos canais diplomáticos.

2. Após a recepção de um aviso de designação, substituição ou alteração, e sob pedido da empresa de transporte aéreo designada, na forma e maneira prescritas, a outra Parte Contratante deverá, sem prejuízo do disposto nos parágrafos 3 e 4 deste Artigo, sem demora, conceder à(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) as autorizações de exploração adequadas.

3. A Autoridade Aeronáutica de uma Parte Contratante pode exigir que uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante demonstre que esteja qualificada para preencher as condições prescritas pelas leis e regulamentos normalmente e razoavelmente aplicados à operação de serviços aéreos internacionais por tal autoridade, em conformidade com as disposições da Convenção.

4. Cada Parte Contratante terá o direito de recusar-se a conceder as autorizações de operação referidas no parágrafo 2 deste Artigo, ou de impor as condições que considerar necessárias ao exercício, por uma empresa designada, dos direitos especificados no parágrafo 2, alínea c, do artigo 2º do presente Acordo, sempre que, sem prejuízo de qualquer acordo especial entre as Partes Contratantes, não estiver convencida de que a empresa aérea designada está estabelecida e tem sua sede principal no território da Parte Contratante que a designa e o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada sejam exercidos e mantidos pela Parte Contratante que designa a empresa aérea e que a Parte Contratante que designa a empresa aérea está em conformidade com o disposto no Artigo 10 (Segurança Operacional) e Artigo 12 (Segurança da Aviação).

5. Quando uma empresa de transporte aéreo tiver sido designada e autorizada, poderá iniciar a qualquer momento a exploração dos serviços acordados, no todo ou em parte, desde que sejam estabelecidos os horários de voo em conformidade com o Artigo 15 do presente Acordo, em relação a esses serviços.

#### Artigo 4

##### Revogação e limitação de autorização de operação

1. A Autoridade Aeronáutica de cada Parte Contratante terá, em relação a uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante, o direito de revogar uma autorização de operação ou de suspender o exercício dos direitos especificados na alínea c do parágrafo 2 do Artigo 2 do presente Acordo, ou impor condições, temporárias ou permanentes, que considere necessárias ao exercício desses direitos:

- a) em caso de descumprimento pela empresa aérea das leis e regulamentos normalmente e razoavelmente aplicados pela Autoridade Aeronáutica da Parte Contratante que concede esses direitos em conformidade com a Convenção; ou
- b) no caso da empresa aérea deixar de operar em conformidade com as condições previstas no presente Acordo; ou
- c) sempre que, sujeito a qualquer acordo especial entre as Partes Contratantes, não esteja convencida de que a empresa aérea designada esteja estabelecida e tenha sua sede principal no território da Parte Contratante que a designa e o efetivo controle

- regulatório da empresa aérea for exercido e mantido pela Parte Contratante que designa a empresa aérea; ou
- d) em qualquer caso em que a outra Parte Contratante não cumpra qualquer decisão ou estipulação decorrente da aplicação do Artigo 19 do presente Acordo; ou
- e) no caso em que a Parte Contratante que designa a empresa aérea não cumpra o disposto nos Artigos 10 (Segurança Operacional) e 12 (Segurança da Aviação).
2. A menos que a imediata revogação, suspensão ou imposição das condições mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo seja essencial para evitar futuras viclações de leis ou regulamentos, esse direito só será exercido após consulta à Autoridade Aeronáutica da outra Parte Contratante, tal como previsto no Artigo 18.
3. Em caso de ação de uma Parte Contratante nos termos do presente Artigo, os direitos da outra Parte Contratante, nos termos do Artigo 19, não serão prejudicados.

#### Artigo 5

##### Princípios que regem a operação de serviços acordados

1. Cada Parte Contratante autorizará reciprocamente as empresas aéreas designadas de ambas as Partes Contratantes a competir livremente, quanto ao fornecimento de transporte aéreo internacional regido pelo presente Acordo.
2. Cada Parte Contratante tomará todas as medidas apropriadas dentro da sua jurisdição para eliminar todas as formas de discriminação e práticas anticoncorrenciais ou predatórias no exercício dos direitos estabelecidos no presente Acordo.
3. Não haverá restrição à capacidade e ao número de frequências e/ou tipos de aeronaves a serem operadas pelas empresas aéreas designadas de ambas as Partes Contratantes em qualquer tipo de serviço (passageiros, carga, separadamente ou em combinação). Cada empresa aérea designada poderá determinar a frequência, a capacidade que oferece nos serviços acordados.
4. Nenhuma das Partes Contratantes limitará unilateralmente o volume de tráfego, as frequências, a regularidade do serviço ou o(s) tipo(s) de aeronave operado(s) pelas empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante, salvo se requerido por requisitos aduaneiros, técnicos, operacionais ou ambientais, em condições uniformes compatíveis com o Artigo 15 da Convenção.
5. Nenhuma Parte Contratante imporá às empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante um requisito de primeira-recusa, proporcionalidade de número de voos, taxa de não objeção ou qualquer outro requisito relativo à capacidade, frequências ou tráfego que seja inconsistente com as finalidades deste Acordo.

**Artigo 6**  
Direitos aduaneiros e outras taxas

1. Cada Parte Contratante isentará as empresas de transporte aéreo designadas da outra Parte Contratante de restrições de importação, direitos aduaneiros, impostos diretos ou indiretos, taxas de inspeção e outros direitos e encargos nacionais e/ou locais sobre as aeronaves, bem como o seu equipamento de uso normal, combustível, lubrificantes, equipamentos de manutenção, ferramentas de aeronaves, suprimentos técnicos de consumo, peças de reposição incluindo motores, provisões de bordo, incluindo, mas não se limitando a itens como alimentos, bebidas, bebidas alcoólicas, tabaco e outros produtos para venda ou uso por passageiros durante o voo e outros itens destinados a ou utilizados unicamente em conexão com a operação ou manutenção de aeronaves utilizadas pela empresa aérea designada que opera os serviços acordados, bem como bilhetes impressos, conhecimento aéreo, uniformes do pessoal, computadores e impressoras de bilhetes utilizados pela empresa aérea designada para reservas e emissão de bilhetes, material impresso com as logomarcas da empresa aérea designada impressa e materiais promocionais e publicitários habituais distribuídos gratuitamente por essa empresa aérea designada.

2. As isenções concedidas pelo presente Artigo aplicam-se aos elementos referidos no parágrafo 1 do presente Artigo que sejam:

- a) introduzidos no território de uma Parte Contratante por uma empresa aérea designada da outra Parte Contratante ou em seu nome;
- b) mantidos a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de uma Parte Contratante ao chegarem e até deixarem o território da outra Parte Contratante e/ou consumidos durante o voo sobre esse território;
- c) levados a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante e destinados a ser utilizados na operação dos serviços acordados;

independentemente de tais artigos serem ou não consumidos total ou parcialmente no território da Parte Contratante que concede a isenção, desde que tais bens não sejam alienados no território da referida Parte Contratante.

3. Os equipamentos aéreos regulares, assim como os materiais, os suprimentos e os estoques normalmente mantidos a bordo da aeronave utilizada pela empresa designada de qualquer das Partes Contratantes só podem ser descarregados no território da outra Parte Contratante com a aprovação das autoridades aduaneiras dessa outra Parte Contratante. Nesse caso, esses equipamentos e itens usufruirão das isenções previstas no parágrafo 1 deste Artigo, desde que possam ser colocados sob a supervisão das referidas autoridades até o momento em que forem reexportados ou de outra forma dispostos de acordo com a regulamentação aduaneira.

4. As isenções previstas no presente artigo estarão igualmente disponíveis nas situações em que as empresas de transporte aéreo designadas de cada Parte Contratante tenham celebrado acordos com outra ou outras empresas de transporte aéreo para o empréstimo ou transferência no território da outra Parte Contratante do equipamento regular e os outros itens referidos no parágrafo 1 deste Artigo, desde que essa outra companhia aérea usufrua da (s) mesma (s) isenção (s) dessa outra Parte Contratante.

### Artigo 7

#### Aplicação das leis e regulamentos nacionais

1. As leis, regulamentos e procedimentos de uma Parte Contratante relativos à admissão, permanência ou partida de seu território de aeronaves que operam na navegação aérea internacional, ou à operação e navegação dessas aeronaves no seu território, serão aplicadas às aeronaves operadas pela(s) empresa(s) aérea(s) da outra Parte Contratante, sem distinção de nacionalidade, como são aplicadas às suas próprias aeronaves, e devem ser cumpridas por essas aeronaves na entrada, saída e enquanto permanecerem no território daquela Parte Contratante.
2. As leis, regulamentos e procedimentos de uma Parte Contratante quanto à admissão, permanência ou partida do seu território de passageiros, bagagem, tripulação e carga transportados a bordo da aeronave, tais como regulamentos relativos à entrada, liberação, segurança da aviação, imigração, passaportes, alfândega, moeda, saúde, quarentena e medidas sanitárias ou, no caso de correio, as leis e regulamentos postais devem ser cumpridas por, ou em nome de, tais passageiros, bagagem, tripulação e carga, na entrada, saída e enquanto permanecerem no território daquela Parte Contratante.
3. Nenhuma das Partes Contratantes poderá conceder qualquer preferência às suas próprias ou quaisquer outras empresas aéreas em relação às empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante, na aplicação das leis e regulamentos previstos no presente Artigo.
4. Os passageiros, bagagem e carga em trânsito direto pelo território de qualquer das Partes Contratantes e que não deixem as áreas do aeroporto reservadas para tal fim devem, salvo no que se refere a medidas de segurança contra violência, pirataria aérea, controle de narcóticos, estar sujeitas a não mais do que um controle simplificado. Essas bagagens e carga serão isentas de direitos aduaneiros, impostos sobre o consumo e outras taxas e encargos similares nacionais e/ou locais.

### Artigo 8

#### Compartilhamento de códigos

1. A(s) empresa(s) designada(s) de ambas as Partes Contratantes podem, tanto na qualidade de transportadora ou operadora, celebrar livremente acordos cooperativos de comercialização, incluindo, mas não limitado a, acordos de bloqueio de assentos e/ou compartilhamento de códigos (incluindo com empresas de terceiros países) com qualquer outra empresa aérea ou empresas aéreas
2. Os acordos de compartilhamento de códigos mencionados no presente Artigo obedecerão às leis e regulamentos de ambas as Partes Contratantes e poderão estar sujeitos à submissão às autoridades competentes de ambas as Partes Contratantes.
3. Todas as empresas aéreas incluídas em tais acordos devem ter os direitos de tráfego, os direitos de rota e/ou as autorizações subjacentes.
4. No caso de acordo de compartilhamento de código, a empresa aérea comercializadora deve, relativamente a cada passagem vendida, esclarecer ao comprador no ponto de venda sobre qual empresa aérea irá efetivamente operar em cada setor do serviço e com qual empresa aérea ou empresas aéreas o comprador firmará uma relação contratual.
5. A(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante também podem oferecer

serviços de compartilhamento de código entre qualquer(qualsquer) ponto(s) no território da outra Parte Contratante, desde que tais serviços sejam operados exclusivamente por uma ou mais empresas aéreas da outra Parte Contratante.

#### **Artigo 9**

##### **Certificados de aeronavegabilidade e licenças**

1. Certificados de aeronavegabilidade, certificados de competência e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte Contratante e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para a finalidade de operar os serviços acordados, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças tenham sido emitidos ou convalidados de acordo e em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos segundo a Convenção.
2. Cada Parte Contratante reserva-se, no entanto, o direito de recusar-se a reconhecer, para os voos sobre seu território, certificados de competência e licenças concedidos aos seus próprios nacionais pela outra Parte Contratante.
3. Se os privilégios ou condições das licenças ou certificados emitidos ou convalidados por uma Parte Contratante permitirem uma diferença em relação aos padrões mínimos estabelecidos pela Convenção e que tal diferença tenha sido registrada na Organização da Aviação Civil Internacional, a Autoridade Aeronáutica da outra Parte Contratante pode, sem prejuízo dos direitos da primeira Parte Contratante, nos termos do parágrafo 2 do Artigo 10, solicitar consultas à Autoridade Aeronáutica da outra Parte Contratante nos termos do Artigo 18, a fim de verificar se a prática em questão é aceitável para elas. A ausência de acordo satisfatório constituirá um fundamento para a aplicação do parágrafo 1 do Artigo 4 do presente Acordo.

#### **Artigo 10**

##### **Segurança operacional**

1. Cada Parte Contratante poderá solicitar a qualquer momento a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional adotadas pela outra Parte nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro dos 30 (trinta) dias após a apresentação da referida solicitação.
2. Se, depois de realizadas tais consultas, uma Parte Contratante chegar à conclusão de que a outra não mantém e administra de maneira efetiva os requisitos de segurança, nos aspectos mencionados no parágrafo 1, que sejam no mínimo iguais aos padrões estabelecidos à época em conformidade com a Convenção, a primeira Parte Contratante notificará a outra Parte Contratante de tais conclusões e das medidas que se considere necessárias para se adequar a tais padrões mínimos, e essa outra Parte Contratante deve realizar as ações corretivas apropriadas. A falha pela outra Parte Contratante em tomar as ações apropriadas dentro do prazo de quinze dias ou em um prazo mais longo que possa ser acordado, constituirá motivo para a aplicação do parágrafo 1 do Artigo 4 do presente Acordo.
3. De acordo com o Artigo 16 da Convenção, fica também acordado que qualquer aeronave operada por ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte Contratante, que esteja realizando serviço desde ou para o território da outra Parte Contratante poderá, quando se encontrar

no território da outra Parte Contratante, ser objeto de uma inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte Contratante, a bordo e em torno da aeronave, para verificar a validade dos documentos relevantes da aeronave e os da sua tripulação e o estado aparente da aeronave e seus equipamentos e se estes estão em conformidade com os padrões estabelecidos naquele momento de acordo com a Convenção, não obstante as obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção (neste Artigo denominada “inspeção de rampa”), desde que isto não cause demora desnecessária à operação da aeronave.

4. Se qualquer inspeção de rampa ou série de inspeções de rampa gerar:

- a) Séria preocupação de que uma aeronave ou a operação de uma aeronave não cumpre os padrões mínimos estabelecidos à época, em conformidade com a Convenção; ou
- b) Séria preocupação quanto à falta de manutenção e administração efetivas dos padrões de segurança estabelecidos à época de acordo com a Convenção;

a Parte Contratante que procede à inspeção será livre para concluir, para os propósitos do Artigo 33 da Convenção, que os requisitos sob os quais foram emitidos ou tomados válidos o certificado ou os certificados relativos a essa aeronave ou à tripulação dessa aeronave ou ainda os requisitos sob os quais essa aeronave é operada não são iguais ou superiores aos padrões mínimos estabelecidos nos termos da Convenção.

5. Na eventualidade de ser negado por um representante de uma empresa aérea de uma Parte Contratante o acesso, para a finalidade de inspeção de rampa conforme estabelecido no parágrafo 3 deste Artigo, a uma aeronave operada por essa empresa aérea, a outra Parte Contratante poderá inferir livremente que graves preocupações do tipo referido no parágrafo 4 deste Artigo existem, bem como tirar as conclusões referidas em tal parágrafo.

6. Cada Parte Contratante reserva-se o direito de suspender ou alterar a autorização de operação de uma ou mais empresas aéreas da outra Parte Contratante no caso de a primeira Parte Contratante concluir, seja como resultado de uma inspeção de rampa, uma série de inspeções de rampa, uma negativa de acesso para inspeção de rampa, consulta ou de outra forma, que a ação imediata é essencial para a segurança de uma operação aérea.

7. Qualquer medida tomada por uma Parte Contratante de acordo com os parágrafos (2) e (6) deste Artigo será descontinuada assim que deixem de existir os motivos que levaram à adoção de tal medida.

8. Com referência ao parágrafo 2 deste Artigo, se for constatado que uma Parte Contratante continua a não cumprir os padrões da OACI, depois de transcorrido o prazo acordado, o Secretário Geral da OACI será disto notificado. O mesmo também será notificado após a solução satisfatória de tal situação.

### Artigo 11

#### Tarifas aeronáuticas

1. Cada Parte Contratante envidará seus melhores esforços para assegurar que as Tarifas Aeronáuticas impostas ou que tenham permissão para serem impostas pelas autoridades competentes às empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante para a utilização de aeroportos e outras instalações de aviação sejam não discriminatórias. Estes encargos devem basear-se em princípios econômicos sólidos e não devem ser superiores aos pagos por outras companhias aéreas para tais serviços.
2. As tarifas aeronáuticas impostas às empresas aéreas da outra Parte Contratante podem refletir, mas não devem exceder, o custo total para as autoridades ou organismos responsáveis pela cobrança por fornecer as instalações e serviços adequados de aeroporto, ambiente aeroportuário, navegação aérea, e de segurança da aviação dentro do sistema aeroportuário. Tais custos integrais podem incluir um retorno razoável sobre os ativos, após a depreciação. As instalações e serviços para os quais são cobradas taxas devem ser fornecidos numa base econômica e eficiente.
3. Nenhuma das Partes Contratantes dará preferência, no que se refere às tarifas aeronáuticas, às suas próprias ou a quaisquer outras empresas aéreas que realizem serviços aéreos internacionais similares e não imporá ou permitirá que seja imposta à(s) empresa(s) designada(s) tarifas aeronáuticas mais elevadas do que as impostas às suas próprias empresas aéreas designadas que operem serviços aéreos internacionais similares utilizando aeronaves similares e instalações e serviços associados.
4. Cada Parte Contratante encorajará a realização de consultas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas designadas que utilizem os serviços e instalações proporcionados. Sempre que possível, deve ser dado aviso aos usuários com razoável antecedência em relação a qualquer proposta de alteração das tarifas aeronáuticas, juntamente com as informações e os dados de apoio pertinentes, a fim de lhes permitir expressar as suas opiniões antes da revisão das tarifas. Adicionalmente, cada Parte Contratante encorajará suas autoridades competentes e tais usuários a trocarer informações apropriadas relativas às tarifas aeronáuticas.

### Artigo 12

#### Segurança da aviação

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes Contratantes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo.
2. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes Contratantes atuarão, em particular, segundo as disposições da *Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves*, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da *Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves*, assinada em Haia em 16 de dezembro de 1970 e da *Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil*, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, e seu *Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional*, assinado em Montreal em 24 de fevereiro de 1988, bem como qualquer outra convenção ou protocolo sobre segurança da aviação civil, aos quais ambas as Partes Contratantes venham a aderir.

3. As Partes Contratantes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

4. As Partes Contratantes agirão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI e designadas como Anexos à Convenção.

5. Adicionalmente, as Partes Contratantes exigirão que operadores de aeronaves por elas registradas, ou operadores de aeronaves que tenham sede principal ou residência permanente em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação.

6. Cada Parte Contratante concorda que os seus operadores de aeronaves podem ser obrigados a observar as disposições de segurança da aviação referidas no parágrafo 4 aplicadas pela outra Parte Contratante para entrada, saída ou durante a permanência no território dessa outra Parte Contratante.

7. Cada Parte Contratante deve assegurar que as medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas no seu território para proteger a aeronave e para inspecionar, no que se refere à segurança da aviação, seus passageiros, sua tripulação e bagagem de mão e realizar os controles de segurança apropriados na bagagem, na carga e nas provisões da aeronave antes do embarque ou carregamento. Cada Parte Contratante também concorda em considerar positivamente qualquer pedido da outra Parte Contratante quanto a medidas especiais de segurança razoáveis para enfrentar uma ameaça particular.

8. Quando se verificar um incidente ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronaves civis ou de outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, dos seus passageiros, tripulação, aeroportos e instalações de navegação aérea, as Partes Contratantes prestar-se-ão assistência mútua facilitando as comunicações e outras medidas adequadas destinadas a pôr termo a tal incidente ou ameaça o mais rapidamente possível, compatível à minimização de riscos à vida decorrente de tal incidente ou ameaça.

9. Cada Parte Contratante tomará as medidas que considerar viáveis para assegurar que uma aeronave da outra Parte Contratante sujeita a um ato de apoderamento ilícito ou a outros atos de interferência ilícita que se encontre em solo no seu território seja detida a menos que a decolagem seja exigida pelo dever primordial de proteger a vida dos seus passageiros e tripulação.

10. Quando uma Parte Contratante tiver motivos razoáveis para crer que a outra Parte Contratante não observou o disposto neste Artigo, a Autoridade Aeronáutica da primeira Parte Contratante pode solicitar consultas com a Autoridade Aeronáutica da outra Parte Contratante. Essas consultas iniciar-se-ão no prazo de quinze (15) dias a contar da recepção de tal pedido por qualquer das Partes Contratantes. O não atingimento de um acordo satisfatório dentro de quinze (15) dias do início das consultas constituirá motivo para a aplicação do parágrafo 1 do Artigo 4 deste Acordo. Quando exigido por uma emergência, uma Parte Contratante pode tomar medidas provisórias a qualquer momento. As medidas tomadas em conformidade com presente parágrafo serão suspensas após o cumprimento pela outra Parte Contratante das disposições de segurança do presente Artigo.

### Artigo 13

#### Atividades comerciais

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante terão o direito de estabelecer no território da outra Parte Contratante escritórios com a finalidade de promoção do transporte aéreo e venda de documentos de transporte, bem como para outros produtos e instalações auxiliares necessários para a prestação do transporte aéreo.
2. As empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante terão o direito de trazer para e manter no território da outra Parte Contratante, o seu próprio pessoal de gestão, comercial, operacional, técnico e outro pessoal e representantes que sejam requeridos em relação à prestação de serviços de transporte aéreo.
3. As necessidades de representantes e equipe referidos no parágrafo 2 deste Artigo podem ser satisfeitos, por opção da empresa de transporte aéreo designada, pelo seu próprio pessoal de qualquer nacionalidade ou recorrendo aos serviços de qualquer outra companhia aérea, organização ou empresa que opere no território da outra Parte Contratante e que seja autorizado a prestar tais serviços no território dessa outra Parte Contratante.
4. Os representantes e equipe estarão sujeitos às leis e regulamentações em vigor da outra Parte Contratante e de acordo com essas leis e regulamentos:
  - a) cada Parte Contratante concederá, com base no princípio da reciprocidade e com o mínimo de atraso, as autorizações de emprego, vistos de visitante ou outros documentos similares necessários aos representantes e equipe referidos no parágrafo 3 do presente Artigo; e
  - b) ambas as Partes Contratantes facilitarão e acelerarão a exigência de autorizações de emprego para o pessoal que executa certas tarefas temporárias que não excedam noventa (90) dias.
5. As empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante terão o direito, direta ou, discricionariamente, por intermédio de agentes, de efetuar a venda de transporte aéreo e dos seus produtos e serviços auxiliares no território da outra Parte Contratante. Para tal efeito, as empresas designadas terão o direito de utilizar os seus próprios documentos de transporte. As empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante terão o direito de vender, e qualquer pessoa será livre para comprar, o transporte e os seus produtos e instalações auxiliares necessários para o fornecimento de transporte aéreo em moeda local ou em qualquer outra moeda livremente conversível.
6. As empresas aéreas designadas de uma Parte Contratante terão o direito de pagar as despesas locais no território da outra Parte Contratante em moeda local ou, desde que de acordo com os regulamentos locais sobre moedas, em quaisquer moedas livremente conversíveis.
7. Cada Parte Contratante aplicará o Código de Conduta elaborado pela Organização da Aviação Civil Internacional para regulamentar e operar os Sistemas de Reserva de Computadores no seu território, de acordo com outros regulamentos e obrigações aplicáveis aos Sistemas de Reserva de Computadores.
8. As empresas aéreas designadas terão o direito de efetuar seus próprios serviços de

apoio em solo no que se refere às operações de check-in de passageiros no território da outra Parte Contratante. Este direito não inclui os serviços de apoio em solo no lado ar e só estará sujeito a restrições resultantes de requisitos de segurança aeroportuária e infra-estrutura aeroportuária. Sempre que as considerações de segurança operacional e de segurança da aviação impedirem o exercício do direito mencionado no presente parágrafo, tais serviços de apoio em solo devem ser disponibilizados sem preferência ou discriminação a qualquer empresa aérea que preste serviços aéreos internacionais similares.

9. Com base na reciprocidade e adicionalmente ao direito concedido pelo parágrafo 8 deste Artigo, cada empresa aérea designada de uma Parte Contratante terá o direito de selecionar no território da outra Parte Contratante qualquer agente, entre os agentes de apoio concorrentes autorizados pelas autoridades competentes dessa outra Parte Contratante, para a prestação, total ou parcial, de serviços de apoio em solo.

10. As empresas aéreas designadas de uma Parte Contratante poderão também ser autorizadas a prestar serviços de apoio em solo previstos no parágrafo (8) deste Artigo, no todo ou em parte, para outras empresas aéreas que servem o mesmo aeroporto no território da outra Parte Contratante.

11. As empresas aéreas designadas e os fornecedores indiretos de transporte de carga de ambas as Partes Contratantes serão autorizados sem restrições a empregar, em conexão com o Transporte Aéreo Internacional, qualquer transporte de superfície para Carga de ou para qualquer ponto no território das Partes Contratantes ou em terceiros países, incluindo de e para todos os aeroportos com instalações aduaneiras e para transportar carga em caução de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis. Essas cargas, quer se movam por superfície ou por via aérea, terão acesso ao processamento e instalações aduaneiras dos aeroportos. As empresas aéreas designadas podem optar por realizar o seu próprio transporte de superfície ou através de acordos com outros transportadores de superfície, incluindo o transporte de superfície operado por outras empresas aéreas e prestadores indiretos de transporte aéreo de carga. Esses serviços intermodais de carga podem ser oferecidos a um preço único para o transporte aéreo e de superfície combinados, desde que os expedidores não sejam induzidos a erro quanto aos fatos relativos a esse transporte.

12. Em conexão com transporte aéreo internacional, as empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante serão autorizadas a prestar serviços de transporte de passageiros em seu próprio nome, através de acordos de cooperação com prestadores de transporte de superfície detentores da autoridade apropriada para fornecer esse transporte de superfície de e para qualquer ponto nos territórios das Partes Contratantes e para além deles. Os provedores de transporte de superfície não estarão sujeitos às leis e regulamentações que regem o transporte aéreo, com a única base de que esse transporte de superfície é mantido por uma empresa aérea sob seu próprio nome. Esses serviços intermodais podem ser oferecidos a um preço único para o transporte aéreo e de superfície combinados, desde que os passageiros não sejam induzidos a erro quanto aos fatos relativos a esse transporte. Os prestadores de serviços de transporte de superfície terão a discricionariedade de decidir se desejam ou não celebrar os acordos de cooperação acima referidos. Ao decidir sobre qualquer acordo em particular, os fornecedores de transporte de superfície podem considerar, entre outras coisas, o interesse dos consumidores e restrições técnicas, econômicas, de espaço ou de capacidade.

13. Cada empresa aérea pode, na operação de serviços ao abrigo do presente Acordo, utilizar suas próprias aeronaves ou aeronave que tenha sido arrendada ("*dry lease*"), subarrendada, alugada por hora ("*interchange*" ou "*lease for hours*") ou arrendada com tripulação, seguro e manutenção, através de

um contrato celebrado entre empresas aéreas de qualquer das Partes Contratantes ou de países terceiros, observando as leis e regulamentos de cada Parte Contratante e o Protocolo sobre a Emenda à Convenção (Artigo 33 *bis*). No caso de intercâmbio, as Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes celebrarão um acordo específico que estabeleça as condições de transferência de responsabilidade pela segurança operacional, conforme previsto pela Organização da Aviação Civil Internacional.

14. Todas as atividades acima referidas serão realizadas de acordo com as leis e regulamentos vigentes no território da outra Parte Contratante.

#### Artigo 14 Transferência de fundos

1. Cada Parte Contratante concede às empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante o direito de transferir livremente o excesso de receitas sobre as despesas obtidas por essas empresas aéreas no seu território em relação à venda de transporte aéreo, venda de outros produtos e serviços auxiliares necessários para a prestação de serviços de transporte aéreo, bem como os juros comerciais auferidos nessas receitas (incluindo os juros recebidos sobre os depósitos aguardando transferência). Essas transferências serão efetuadas em qualquer moeda conversível, de acordo com a regulamentação cambial da Parte Contratante em cujo território as receitas são acumuladas e não estão sujeitas a quaisquer taxas administrativas ou de câmbio, exceto as normalmente efetuadas pelos bancos para a realização de tais conversões e remessas. Tal transferência será efetuada com base nas taxas de câmbio oficiais ou, se não existir uma taxa de câmbio oficial, essas transferências serão efetuadas com base nas taxas de câmbio de mercado em vigor para os pagamentos correntes.

2. Se uma Parte Contratante impuser restrições à transferência de excesso de receitas sobre as despesas pelas empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante, esta terá o direito de impor restrições recíprocas às empresas aéreas designadas da primeira Parte Contratante.

3. Todas as atividades acima referidas estarão sujeitas às leis e regulamentações aplicáveis em vigor no território da respectiva Parte Contratante. As disposições do presente artigo não isentam as transportadoras aéreas de ambas as Partes Contratantes dos encargos, contribuições e impostos a que estão sujeitos de acordo com as leis e regulamentos em vigor no território da respectiva Parte Contratante.

4. Caso exista um acordo especial entre as Partes Contratantes para evitar a dupla tributação ou, no caso de haver um acordo especial que regule a transferência de fundos entre as duas Partes Contratantes, tal acordo prevalecerá.

#### Artigo 15 Aprovação de horários

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante submeterão à aprovação da Autoridade Aeronáutica da outra Parte Contratante, pelo menos trinta (30) dias antes da inauguração dos seus serviços, a previsão dos horários dos serviços pretendidos, especificando a frequência, o tipo da aeronave e período de validade. Este requisito aplica-se igualmente a qualquer modificação dos horários.

2. Se uma empresa aérea designada desejar operar voos *ad hoc* suplementares aos

abrangidos no quadro de horários aprovado, deve obter autorização prévia da Autoridade Aeronáutica da Parte Contratante interessada, que dará consideração positiva e favorável a tal pedido. Tais solicitações deverão ser normalmente apresentados pelo menos cinco (5) dias úteis antes da operação de tais voos. Em casos individuais, os pedidos podem ser permitidos com um prazo mais curto do que o normalmente exigido.

#### **Artigo 16** Tarifas

1. Cada Parte Contratante permitirá que as tarifas sejam estabelecidas por cada empresa aérea designada com base em considerações comerciais de mercado. Nenhuma das Partes Contratantes exigirá, das empresas aéreas designadas, que consultem outras empresas aéreas sobre as tarifas que cobram ou propõem cobrar nem que apresentem tarifas para aprovação.
2. Cada Parte Contratante pode exigir o registro junto das suas Autoridades Aeronáuticas de tarifas cobradas de ou para o seu território por empresas aéreas designadas de ambas as Partes Contratantes.
3. Salvo disposição em contrário do presente Acordo, nenhuma das Partes Contratantes tomará medidas unilaterais para impedir a inauguração ou a continuação de uma tarifa (preço) proposto a ser cobrado ou cobrado por uma empresa aérea designada de qualquer das Partes Contratantes para transporte aéreo internacional.
4. Se uma Parte Contratante considerar que uma tarifa (preço) proposta por uma empresa aérea designada da outra Parte Contratante pode configurar prática predatória ou anticompetitiva, ela deve solicitar consultas e notificar a outra Parte Contratante sobre as razões de sua dissatisfação tão logo seja possível. Tais consultas devem ocorrer em até 30 dias após o recebimento da solicitação, e as Partes Contratantes devem cooperar em garantir as informações necessárias para a resolução fundamentada da questão.

#### **Artigo 17** Intercâmbio de informações

1. As Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes trocarão informações, mediante solicitação, tão rapidamente quanto possível, no que se refere às autorizações em vigor concedidas às respectivas empresas aéreas designadas para prestarem serviço para o território da outra Parte Contratante ou através ou a partir desse território. Isto incluirá cópias de certificados e autorizações atuais para serviços nas rotas propostas, juntamente com emendas ou ordens de isenção.
2. As Autoridades Aeronáuticas de qualquer das Partes Contratantes fornecerão ou solicitarão à sua empresa aérea ou empresas aéreas designadas que forneçam às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante, a seu pedido, estatísticas periódicas ou outras estatísticas sobre o tráfego levantado e descarregado no território dessa outra Parte Contratante, conforme for razoavelmente exigido.

### **Artigo 18** Consultas

1. Dentro do espírito de estreita colaboração, as Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão de tempos em tempos com vista a assegurar a aplicação e o cumprimento satisfatório das disposições do presente Acordo, e qualquer das Partes Contratantes poderá, a qualquer momento, solicitar consultas sobre a implementação, interpretação, aplicação ou emenda deste Acordo ou sobre o cumprimento deste Acordo.
2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 4, 10, 12 e 16, essas consultas, que podem ser realizadas por discussão ou correspondência, começarão no prazo de sessenta (60) dias a contar da data de recepção do pedido, salvo acordo em contrário entre ambas as Partes Contratantes.

### **Artigo 19** Solução de controvérsias

1. No caso de qualquer controvérsia que possa surgir entre as Partes Contratantes, relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo, as autoridades aeronáuticas das Partes buscarão, em primeiro lugar, resolvê-las por meio de consultas e negociações.
2. Caso as Partes não cheguem a um acordo por meio de negociação, a controvérsia será solucionada pela via diplomática.

### **Artigo 20** Emendas ao acordo

1. Se qualquer das Partes Contratantes considerar conveniente alterar qualquer disposição do presente Acordo, essa emenda deverá ser acordada em conformidade com o disposto no Artigo 18, e entrará em vigor em conformidade com o procedimento previsto no Artigo 23 deste Acordo.
2. Respeitadas às alterações necessárias acordadas por ambas as partes, o presente Acordo será considerado como emendado pelas disposições de qualquer convenção internacional ou acordo multilateral que se torne vinculante para ambas as Partes Contratantes.

### **Artigo 21** Registro

O presente Acordo e quaisquer alterações ao mesmo serão registrados na Organização da Aviação Civil Internacional.

**Artigo 22**  
Denúncia

1. Qualquer das Partes Contratantes poderá, em qualquer momento, notificar por escrito e por via diplomática à outra Parte Contratante sobre a sua decisão de denunciar o presente Acordo. Essa notificação será simultaneamente comunicada à Organização da Aviação Civil Internacional. Nesse caso, o Acordo cessará doze (12) meses após a data de recepção da notificação pela outra Parte Contratante, a menos que a notificação de denúncia seja retirada por acordo antes do término desse prazo.
2. Na falta de aviso de recepção de uma notificação de denúncia por parte da outra Parte Contratante, a notificação será considerada recebida por ela quatorze (14) dias após a recepção da notificação pela Organização da Aviação Civil Internacional.

**Artigo 23**  
Entrada em vigor

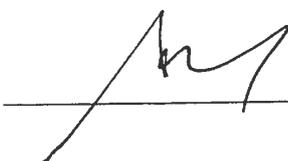
Este Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última Nota diplomática escrita que confirme que todos os respectivos procedimentos internos necessários para a entrada em vigor foram completados pelas Partes Contratantes.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo em dois exemplares nas línguas portuguesa, árabe e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos e cada Parte Contratante conserva um original em cada língua para execução. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Feito em Brasília no dia 16 do mês de março do ano 2017.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DOS EMIRADOS ÁRABES  
UNIDOS



**ANEXO****QUADRO DE ROTAS**

## Seção 1:

Rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas pelos Emirados Árabes Unidos:

<b>PONTOS AQUÉM</b>	<b>DE</b>	<b>PONTOS INTERMEDIÁRIOS</b>	<b>PARA</b>	<b>PONTOS ALÉM</b>
Quaisquer pontos	Quaisquer pontos nos EAU	Quaisquer pontos	Quaisquer pontos no Brasil	Quaisquer pontos

## Seção 2:

Rotas a serem operadas pelo Brasil:

<b>PONTOS AQUÉM</b>	<b>DE</b>	<b>PONTOS INTERMEDIÁRIOS</b>	<b>PARA</b>	<b>PONTOS ALÉM</b>
Quaisquer pontos	Quaisquer pontos Brasil	Quaisquer pontos	Quaisquer pontos nos EAU	Quaisquer pontos

## Operação dos Serviços Acordados

1. As empresas aéreas designadas por ambas as Partes Contratantes podem, em qualquer ou em todos os voos e à sua escolha, operar em uma ou em ambas as direções; servir pontos intermediários e além nas rotas em qualquer combinação e em qualquer ordem; omitir escalas em qualquer ou em todos os pontos intermediários ou além, desde que esses serviços sirvam um ponto no território da Parte Contratante que designa a empresa aérea; terminar os seus serviços no território da outra Parte Contratante e/ou em qualquer ponto além desse território, desde que não sejam exercidos direitos de tráfego de sétima liberdade; servir pontos dentro do território de cada Parte Contratante em qualquer combinação, desde que não sejam exercidos direitos de Cabotagem; transferir tráfego de qualquer aeronave utilizada por elas para qualquer de suas outras aeronaves em qualquer ponto ou pontos da rota; combinar números de voo diferentes dentro de uma operação de aeronave; e usar aeronaves próprias ou arrendadas.
2. As empresas aéreas designadas de ambas as Partes poderão exercer, em qualquer tipo de serviço (passageiro, carga, separadamente ou em combinação), exercer direitos plenos de tráfego de terceira, quarta, quinta e sexta liberdade, de/para quaisquer pontos no Quadro de Rotas acima.
3. Não obstante o disposto no parágrafo 2 acima, o exercício de direitos de tráfego de quinta liberdade via Europa e América do Norte para serviços em combinação estará sujeito a um acordo entre as Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes.

Aviso nº 354 - C. Civil.

Em 17 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado GIACOBO  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

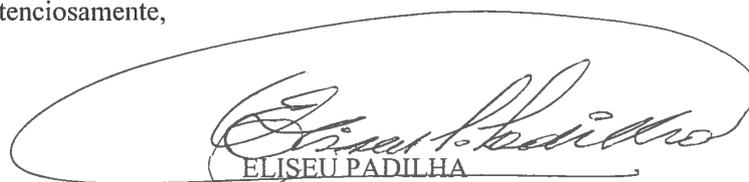
MSC. 294/2017

Assunto: Texto de acordo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

<p><b>PRIMEIRA-SECRETARIA</b> Em 21/08/17. De ordem, ao Senhor Secretário Geral da Mesa, para as devidas providências. José Meriserval Roberto Xavier Chefe de Gabinete</p>
---

Secretaria-Geral da Mesa SEFRD 21/Ago/2017 18:06  
 Origem: 1ª-sec.  
 Ass.: Manuza  
 Ponto: 4553



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2018 (PDC nº 774, de 2017, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.*



SF/18603.38690-10

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

### I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 294, de 2017, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectiveos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos EMI 00129/2017 MRE MTPA, assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira Filho e pelo então Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Malta Lessa.

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara, o



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.

O Acordo em apreço visa, como assinala a Exposição de Motivos, “incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários”. Em sua elaboração atuaram conjuntamente os Ministérios das Relações Exteriores e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, bem como a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

O Acordo conta com 23 artigos e um Anexo. O Artigo 1 é dedicado à definição dos termos a serem utilizados na aplicação do ato internacional em questão. Por ele, o termo “Autoridade Aeronáutica” significa, no caso do Governo da República Federativa do Brasil, a autoridade de aviação civil, representada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, no caso do Governo dos Emirados Árabes Unidos, a Autoridade Geral de Aviação Civil, ou, em ambos os casos, qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções exercidas por aquelas autoridades. “Serviços Acordados” significa serviços aéreos internacionais regulares entre e além dos respectivos territórios dos Estados Partes para o transporte de passageiros, bagagem e carga, separadamente ou em qualquer combinação.

“Acordo” significa o presente Acordo, quaisquer emendas e anexos a ele. As expressões “serviço aéreo”, “serviço aéreo internacional”, “empresa aérea” e “escala para fins não comerciais” tem os significados a eles atribuídos pelo Artigo 96 da Convenção de Chicago. “Anexo” incluirá o quadro de rotas anexo ao Acordo e quaisquer cláusulas ou notas que apareçam em tal Anexo e quaisquer modificações nele introduzidas nos termos do disposto no Artigo 20. “Carga” inclui correio.

“Convenção” significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago em 1944, incluindo qualquer emenda que tenha entrado em vigor de acordo com o Artigo 94(a) da Convenção e tenha sido ratificada por ambas as Partes Contratantes e qualquer emenda ou anexo adotados de acordo com o Artigo 90, na medida em que esses anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes Contratantes. A expressão “empresa aérea designada” significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 do presente Acordo. “Tarifas” diz respeito aos preços cobrados para o transporte de passageiros, bagagem carga e as condições sob as quais





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

aqueles preços se aplicam, mas excluindo a remuneração e condições para transporte postal.

“Território” tem o significado a ele atribuído pelo Artigo 2 da Convenção de Chicago; e “tarifas aeronáuticas” significa o valor cobrado das empresas aéreas pelas autoridades competentes ou por estas autorizado, para a prestação de serviço aeroportuário, de propriedade e/ou de instalações de navegação aérea, incluindo serviços e instalações conexas para aeronaves, tripulações, passageiros, bagagens e carga.

O Artigo 2 elenca os direitos conferidos pelas Partes às empresas aéreas por elas designadas para operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas em Quadro de Rotas constante do Anexo ao presente Acordo, a saber: sobrevoar o território da outra Parte sem pousar; fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais; fazer escalas para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem e carga, separadamente ou em combinação, enquanto operando os serviços acordados.

O Acordo prevê que se, devido a conflitos armados, perturbações ou desenvolvimentos políticos ou circunstâncias incomuns, uma empresa designada de uma das partes não puder operar um serviço na sua rota normal, a outra Parte Contratante envidará todos os melhores esforços para facilitar a continuação da operação desse serviço através de um reordenamento temporário e apropriado das rotas. Também prevê que as empresas aéreas designadas terão o direito de utilizar todas as vias aéreas, aeroportos e outras instalações fornecidas pelas Partes Contratantes numa base não discriminatória.

À luz do Artigo 3, cada Parte terá o direito de designar à outra Parte uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados ou alterar tal designação, pela via diplomática. A autorização será dada com o mínimo de demora por cada uma das Partes, desde que a empresa seja estabelecida no território da Parte que a designa; o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa; a Parte que a designa cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 10 (Segurança Operacional) e no Artigo 12 (Segurança da Aviação) do presente Acordo.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O Artigo 4 faculta a cada Parte o direito de negar as autorizações mencionadas, podendo também revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente, em caso de descumprimento pela empresa aérea das leis e regulamentos aplicados pela Autoridade Aeronáutica da Parte Contratante; no caso da empresa aérea deixar de operar em conformidade com as condições previstas no presente Acordo; quando houver dúvidas em relação ao efetivo cumprimento, pelas empresas designadas, das condições estabelecidas pelo dispositivo anterior; caso a Parte Contratante que designa a empresa aérea não cumpra o disposto nos artigos 10 (Segurança Operacional) e 12 (Segurança da Aviação).

Segundo determina o Artigo 5, as empresas aéreas designadas de ambas as Partes Contratantes poderão competir livremente quanto ao fornecimento de transporte aéreo. Porém cada parte Contratante tem a responsabilidade de tomar as medidas apropriadas dentro de sua jurisdição para eliminar formas de discriminação e práticas anti-concorrenciais ou predatórias no exercício dos direitos a ela outorgados pelo presente Acordo. O Acordo veda a limitação unilateral, por uma das Partes Contratantes, do volume de tráfego, frequência e regularidade do serviço ou tipo de aeronave operado pelas empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante.

O Artigo 6 estipula que nenhuma das Partes cobrará das empresas aéreas designadas pela outra Parte tarifas de importação, direitos aduaneiros, impostos diretos e indiretos, taxas de inspeção, etc., sobre as aeronaves, equipamento, combustível, lubrificantes, equipamentos de manutenção, etc. Tais isenções aplicam-se a tais itens que sejam introduzidos no território de uma Parte Contratante por empresa aérea por ela designada; mantidos a bordo de aeronaves de empresa designada ou levados a bordo das aeronaves de uma empresa designada de uma Parte Contratante no território de outra parte Contratante e destinados a ser utilizados na operação dos serviços acordados.

No que diz respeito à aplicação das leis, regulamentos e procedimentos de uma Parte Contratante relativos à admissão, permanência ou partida de seu território das aeronaves que operam na navegação aérea internacional, ou à operação e navegação dessas aeronaves em seu território, serão eles aplicados às aeronaves operadas pelas empresas aéreas da outra Parte sem distinção de nacionalidade, como são aplicados às suas próprias aeronaves e devem ser cumpridos na entrada, saída e enquanto permanecerem essas aeronaves no território daquela Parte Contratante (Artigo 7).





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

No tocante ao compartilhamento de códigos, o Artigo 8 permite às empresas designadas pelas Partes celebrar livremente acordos cooperativos de comercialização, com qualquer empresa aérea, inclusive de terceiros países. De toda sorte, a empresa comercializadora deve, relativamente a cada passagem vendida, esclarecer ao comprador no ponto de venda sobre qual empresa aérea irá efetivamente operar em cada setor do serviço e com qual empresa ou empresas aéreas o comprador firmará uma relação contratual.

Ao tratar do reconhecimento de certificados e licenças, estipula o ato internacional em análise que os certificados de aeronavegabilidade e de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma das Partes e ainda em vigor serão reconhecidos como válidos pela outra Parte, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou convalidados sejam iguais ou superiores aos requisitos mínimos estabelecidos à luz da Convenção de Chicago. Não obstante, o Acordo permite a cada Parte reservar-se o direito de recusar-se a reconhecer certificados de habilitação e licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

O Artigo 10 trata da segurança operacional, estabelecendo procedimento de realização de consultas entre as Partes sobre normas de segurança operacional, aplicadas nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Se, depois de realizadas as consultas, uma das Partes estimar que a outra Parte não mantém de maneira efetiva os requisitos de segurança, esta deverá tomar as medidas corretivas para o caso, notificando a outra Parte, que deverá realizar as ações corretivas apropriadas. Se for constatado que uma Parte continua a não cumprir as normas, a outra Parte terá o direito de revogar a autorização de operação. Para isso, o Acordo permite inspeções das aeronaves, cujas regras estão detalhadas nos incisos 3 a 6 do Artigo 10.

O Artigo 11 trata das tarifas aeronáuticas, estipulando que nenhuma das Partes cobrará das empresas aéreas designadas pela outra Parte tarifas discriminatórias para a utilização de aeroportos e outras instalações de aviação. Tampouco serão elas superiores às cobradas às suas próprias empresas.

Segundo determina o Artigo 12 do presente Acordo, as Partes reafirmam sua obrigação mútua, já consignada em inúmeros instrumentos do



SF/18603.38690-10



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Direito Internacional, de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, como o apoderamento ilícito de aeronaves, e agirão segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI. Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronave civil, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tal aeronave, seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações e serviços de navegação aérea, as Partes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, de maneira a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça. Por outro lado, quando uma Parte tiver motivos para crer que a outra Parte não observou as medidas de segurança acordadas, ela poderá solicitar consultas com a Autoridade Aeronáutica da outra Parte Contratante. Entretanto, quando exigido por uma emergência, uma Parte Contratante poderá tomar medidas provisórias a qualquer momento.

O Artigo 13 regula aspectos das atividades comerciais das empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante, como o estabelecimento de seus próprios escritórios no território da outra Parte para a venda de passagens, a vinda e manutenção de seu próprio pessoal de gestão, comercial e operacional, que estarão sujeitos às leis e aos regulamentos em vigor da outra Parte Contratante, serviços de apoio em solo nas operações de *check-in* de passageiros, transporte de superfície para carga ou passageiros e utilização de aeronave arrendada ou alugada.

Trata o Artigo 14 da transferência de fundos pelas empresas aéreas designadas por cada Parte Contratante, que serão efetuadas de acordo com a regulamentação cambial da Parte em cujo território as receitas são acumuladas. As disposições deste artigo não isentam transportadoras aéreas das Partes contratantes dos encargos, contribuições e impostos a que estão sujeitos de acordo com as leis e regulamentos em vigor no território da respectiva Parte Contratante. Os acordos entre as Partes Contratantes que porventura existam para evitar a dupla tributação, prevalecerão, bem como acordos especiais sobre a transferência de fundos.

O Artigo 16 estipula que as Partes signatárias permitirão que cada empresa aérea designada determine o preço a ser cobrado por seus serviços com base em considerações de mercado. Prevê, ademais, a realização de consultas entre as Partes caso uma empresa aérea designada por uma delas adote tarifa que configure prática predatória ou anticompetitiva.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

No que diz respeito ao intercâmbio de informações entre Autoridades Aeronáuticas das Partes, o Artigo 17 determina a sua eficiência e rapidez; o Artigo 18 dispõe sobre consultas periódicas entre as Autoridades Aeronáuticas das Partes e o Artigo 19 refere-se ao mecanismo de solução de controvérsias, que deverão inicialmente ser resolvidas por meio de consultas e negociações entre as Autoridades Aeronáuticas das Partes, ou, no caso da não solução, pela via diplomática. O Artigo 20 admite emendas ao presente Acordo, sendo que eventuais alterações serão registradas na Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Os dispositivos finais tratam das cláusulas de praxe, como denúncia e vigência. Segundo o Artigo 22, qualquer uma das Partes poderá notificar por escrito e por via diplomática a sua decisão de denunciar o Acordo e, à luz do Artigo 23, entrará ele em vigor na data de recebimento da última Nota diplomática que confirme que todos os procedimentos internos necessários para a sua entrada em vigor foram completados pelas Partes Contratantes.

Segue Anexo contendo Quadro aberto de rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas por cada uma das Partes, bem como regras a respeito da operação dos serviços acordados.

## II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de relevante instrumento internacional, contendo marco legal para a operação dos serviços aéreos entre os territórios do Brasil e dos Emirados Árabes Unidos.

Segundo ressalta a Exposição de Motivos encaminhada a esta Casa pelo Poder Executivo, “em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil estabelecida pelo Decreto n. 6780/2009, o Acordo contempla concessão de direitos de tráfego de até quinta liberdade (artigo 2, parágrafo 2, alínea c), múltipla designação de empresas (artigo 16) e quadro de rotas aberto (anexo ao Acordo)”. Vale recordar, neste contexto, que o Governo brasileiro adotou os princípios da chamada “política dos céus abertos” em algumas de suas mais recentes negociações bilaterais no campo do transporte aéreo.

No Acordo não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Da mesma forma, inexistem vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma



SF/18603.38690-10



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF). Ademais, o ato internacional em exame enquadra-se no preceito constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

O Acordo reconhece a importância do transporte aéreo como um meio de criação e fomento da amizade, compreensão e cooperação entre os povos dos dois países, conforme registra a sua parte preambular. Nesse sentido, é importante destacar que os maiores favorecidos pelo Acordo serão os usuários do transporte aéreo de passageiros, bagagem, carga e mala postal. Essa circunstância há de, por si só, incrementar a economia, o comércio e o turismo entre as Partes. Importa ressaltar que, a partir de 2008, os Emirados Árabes Unidos transformaram-se no segundo parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio, em termos de montante das trocas bilaterais, atrás apenas da Arábia Saudita.

O presente Acordo, que tem o objetivo de incrementar os laços de amizade e entendimento entre o Brasil e aquele país, haverá de também contribuir para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação.

### III – VOTO

Com base no exposto, e por ser constitucional e regimental, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



## **3ª PARTE - INSTALAÇÃO DE GRUPO**

# **1**